



JOSÉ CARLOS DA SILVA CORDOVIŁ

TURISMO NA AMAZÔNIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DE CAMETÁ E SANTARÉM NO ESTADO DO PARÁ



Presidente Prudente

2017



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Presidente Prudente

José Carlos da Silva Cordovil

**TURISMO NA AMAZÔNIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO NOS
MUNICÍPIOS DE CAMETÁ E SANTARÉM NO ESTADO DO PARÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente-SP, para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Custodio Thomaz.

Co-orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Presidente Prudente

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

C827t Cordovil, José Carlos da Silva.
Turismo na Amazônia: políticas públicas e desenvolvimento nos municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará / José Carlos da Silva Cordovil. - Presidente Prudente: [s.n], 2017
312 f.: il.

Orientador: Rosângela Custódio Cortez Thomaz
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Políticas públicas de turismo. 2. Amazônia ribeirinha. 3. Cametá. 4. Santarém. I. Thomaz, Rosângela Custódio Cortez. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

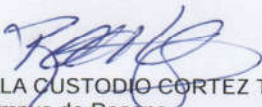
TÍTULO DA TESE: TURISMO NA AMAZÔNIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO
NOS MUNICÍPIOS DE CAMETÁ E SANTARÉM NO ESTADO DO PARÁ

AUTOR: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORDOVID

ORIENTADORA: ROSANGELA CUSTODIO CORTEZ THOMAZ

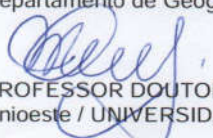
COORIENTADOR: SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JUNIOR

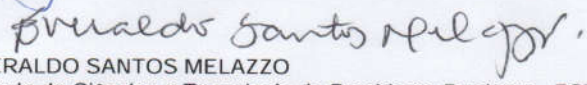
Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:


Prof. Dra. ROSANGELA CUSTODIO CORTEZ THOMAZ
Curso de Turismo / Câmpus de Rosana


Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Prof. Dra. MARIA GORETTI DA COSTA TAVARES
Departamento de Geografia / UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ


PROFESSOR DOUTOR MAURO JOSÉ FERREIRA CURY
Unioeste / UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ


Prof. Dr. EVERALDO SANTOS MELAZZO
FCT / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/UNESP

Presidente Prudente, 25 de agosto de 2017

À minha família.

À João Batista Cordovil e Raimundo da Silva Cordovil (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, que sempre me ajudaram dando incentivo e oportunidades para trilhar o caminho do estudo.

À todos os meus colegas da graduação, especialmente Pedro, Francisco, Marinilza, Nazaré e Josemeire, que sempre me incentivaram.

Aos meus conterrâneos e amigos da graduação, pós-graduação e agora colegas de profissão, Mario Júnior, Maria Júlia, Enivaldo pelas contribuições e incentivo.

À todos os meus colegas do Doutorado, e especialmente Rosivanderson, Paulo, Rita, Maria Augusta e Marcel, meus parceiros nas discussões, trabalhos das disciplinas e momentos de “desconcentração”.

Aos meus ex-alunos da rede municipal e estadual, e alunos do Campus de Cametá/UFPA, que indiretamente também foram responsáveis por minha trajetória acadêmica, já que, sempre me motivaram a buscar mais conhecimentos e qualificação.

Aos meus pais, os principais responsáveis pela minha dedicação. Os meus verdadeiros mestres.

À meu irmão Francisco Sales, que não mediu esforços para me ajudar, nos momentos difíceis, e sempre me ensinou a valorizar a Educação.

Ao meu filho Carlos Henrique, minha esposa Francidalva e tia Sebastiana pela compreensão, carinho e dedicação.

Aos professores Gilmar e Doriedson, pela confiança, oportunidade e incentivo que me foram dados.

Aos coordenadores e professores do DINTER UNESP-UFPA-UEPA, que me possibilitaram e contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal.

Ao professor Genylton Rocha, pelas preciosas palavras, ainda na graduação, que me ajudaram a não desistir nos momentos de dificuldade. Obrigado pelo incentivo e a confiança depositada.

Ao Professor Saint-Clair, pela co-orientação e grande contribuição para a concretização desse trabalho, e por quem tenho grande admiração.

À profa. Rosângela Thomaz, pela orientação, parceria e compreensão na trajetória de construção deste trabalho.

Aos meus amigos Welington e Gilvane, que me ajudaram, na formação e elaboração da cartografia para o trabalho.

Aos turistas em Cametá e Santarém, que contribuíram com suas informações e que serviram de suporte para a pesquisa.

Aos moradores e representantes das entidades ligadas ao turismo no Município de Cametá, pelas informações que ajudaram na realização do trabalho.

Aos moradores e representantes das entidades ligadas ao turismo no Município de Santarém, ONG Saúde e Alegria, TuriArt, ABIH e Conselho de Turismo, pelas informações que ajudaram na realização do trabalho.

Aos funcionários da SETUR, SEMDETUR e SECULTD, instituições onde foram disponibilizados dados necessários à pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos se destinam, também, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho.

“A infinita gama de organizações espaciais possíveis traz a perspectiva de um conjunto sem fim de mundos sociais possíveis. O que há de notável nos planos utópicos subsequentes, quando considerados em conjunto, é a variedade. [...] O espectro de propostas – e de espacialidades – comprova a capacidade da imaginação humana no sentido de explorar alternativas socioespaciais” (HARVEY, 2004, p. 213).

RESUMO

A relação entre desenvolvimento e turismo, como estratégia espacial, é fomentada nas diferentes escalas através de ações deliberadas no âmbito do poder público. Na interpretação desses processos, é necessário considerar os aspectos socioespaciais do turismo e as políticas públicas que são levadas a cabo em diferentes realidades, a exemplo de municípios da região amazônica. Nestes termos, este trabalho tem o objetivo de identificar as políticas públicas que vêm sendo planejadas e implementadas, nas várias esferas de poder, nos Municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará caracterizados como realidades representativas de uma Amazônia ribeirinha. Os procedimentos metodológicos utilizados incluem a pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas realizadas junto às entidades ligadas ao turismo e instituições responsáveis pela sua elaboração e execução, bem como os turistas e a população local. A partir do delineamento desses procedimentos de pesquisa buscamos analisar as políticas que, direta ou indiretamente, contribuem para o incremento do turismo nos municípios lócus da pesquisa, tendo em vista as modalidades incentivadas, as intervenções espaciais, as particularidades sociogeográficas e a perspectiva do desenvolvimento. Consideramos que a Amazônia ribeirinha não é potencializada nas práticas das políticas públicas de turismo nos municípios estudados. A partir dos polos de turismo do Estado do Pará, que são muito extensos, os municípios são tratados de forma genérica e suas características sociogeográficas pautadas no modelo de turismo que não possibilita a promoção ou reafirmação da identidade local, não sendo do mesmo modo um instrumento de desenvolvimento socioespacial. O potencial destes municípios sugere a valorização do patrimônio histórico-cultural e da especificidade contida na importância do rio em termos econômicos e simbólicos culturais.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Turismo. Amazônia ribeirinha. Cametá. Santarém.

ABSTRACT

The relationship between development and tourism, as space strategy, it is fomented in the different scales through deliberate actions in the extent of the public power. Like this, in the interpretation of those processes, it is necessary to consider the aspects Socio-spatial of the tourism, the public politics that you/they are carried out in different realities, to example of municipal districts of the Amazonian area. In these terms, this work has the purpose of identifying the public politics that you/they have been drifted and implemented in the several spheres of power, in the Municipal districts of Cametá and Santarém in the State of Pará, characterized as representative realities of an Amazonian riverside. The used methodological procedures include the bibliographical and documental research, besides interviews accomplished the linked entities close to the tourism and responsible institutions for his/her elaboration and execution, as well as the tourists and the local population. Starting from the delineate of those research procedures we looked for to analyze the politics that, direct or indirectly, they contribute to the increment of the tourism in the municipal districts locus of the research, tends in view the motivated modalities, the space interventions, the particularities Socio-geographical and the perspective of the development. We considered that the Amazonian riverside is not potentiated in the practices of the public politics of tourism in the studied municipal districts. Starting from the poles of tourism of the State of Pará, that healthy very extensive, the municipal districts are treated of generic form and their characteristics ruled socio-geographical in the model of tourism that doesn't make possible the promotion or reaffirmationof the local identity, not being in the same way an instrument of development Socio-spatial, where the potential of these municipal districts suggests the valorization of the historical-cultural patrimony and of the specificity contained in the importance of the river in economical and symbolic terms cultural.

Keywords: Tourism. Public politics. Amazonian riverside. Cametá. Santarém.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização dos municípios estudados na pesquisa.....	19
Mapa 2 - Municípios turísticos por regiões em 2013	22
Mapa 3 - Percurso realizado na pesquisa de campo em 2015.	27
Mapa 4 - Vilas e cidades fundadas no século XVII na Amazônia.	33
Mapa 5 - Localização do município de Cametá.	43
Mapa 6 - Cametá inserido no contexto da ocupação no século XVIII.	46
Mapa 7 - Aglomerados produtivos definidos a partir do Plano Diretor de Cametá.	53
Mapa 8 - Localização do município de Santarém.....	55
Mapa 9 - Polos de Ecoturismo na Amazônia Legal.....	109
Mapa 10 - Polos turísticos do Para incluídos no PRODETUR	111
Mapa 11 – Municípios e cidades-sede dos Polos Turísticos do Pará	115
Mapa 12 - Municípios integrantes do Polo Araguaia Tocantins	145
Mapa 13 - Municípios integrantes da Rota do Grande Lago.....	148
Mapa 14 - Distribuição geográfica dos principais atrativos naturais do Município de Santarém.....	159
Mapa 15 - Localização de Alte do Chão.	161
Mapa 16 - Roteiros regionalizados no Estado do Pará	174
Mapa 17 - Ecoturismo em Santarém e Belterra.....	179
Mapa 18 - Municípios do Polo Tapajós.	182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lendas e mitos do cotidiano amazônico ribeirinho	35
Quadro 2 - Elementos da formação histórico-geográfica de Cametá e Santarém.....	69
Quadro 3 - Segmentos de turismo em relação à oferta.....	77
Quadro 4 - Documentos de turismo criados para Amazônia e Estado do Pará	102
Quadro 5 - Polos e municípios turísticos do estado do Pará.....	114
Quadro 6 - Ranking dos produtos turísticos por pólo.....	116
Quadro 7 - Programas e planos de turismo e a relação com o incremento da atividade em Cametá.....	139
Quadro 8 - Estratégias de produto/mercado Polo Araguaia Tocantins	151
Quadro 9 - Produtos “A” Pólo Araguaia Tocantins	153
Quadro 10 - Produtos “B” Pólo Araguaia-Tocantins	154
Quadro 11 - Perfil dos turistas que visitam Santarém	169
Quadro 12 - Ações e recursos destinados à Santarém pelo PROECOTUR.....	173
Quadro 13 - Destinos de Referência Internacional no Brasil.....	177
Quadro 14 - Documentos relacionados ao incremento do turismo em Santarém	185
Quadro 15 - Mercados Geográficos Priorizados no Plano Encontro	192
Quadro 16 - Comparativo entre Cametá e Santarém em relação aos potenciais para o turismo e inserção nos programas, planos e projetos	196
Quadro 17 - Infraestrutura turística no município de Cametá e Santarém	199
Quadro 18 - Comparativo dos atrativos turísticos de Cametá e Santarém em relação ao PDT-PA 2011.....	208
Quadro 19 - Intervenções realizadas na área da orla fluvial de Cametá.....	215
Quadro 20 - Infraestruturas e equipamentos planejados para vilas e comunidades ribeirinhas em Cametá.....	219

Quadro 21 - Festividades religiosas no município de Cametá.....	232
Quadro 22 - Programa de produto turístico do Plano Encontro.....	248
Quadro 23 - Estratégias e ações planejadas relacionadas a infraestrutura em Santarém.....	252
Quadro 24 - Programa de estruturação do destino – ações em andamento em Santarém	260
Quadro 25 - Programa gestão do destino – ações em andamento	268
Quadro 26 - Manifestações culturais e religiosas no município de Santarém	277
Quadro 27 - Cenários e perspectivas do turismo em Cametá e Santarém	288

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Configuração da cidade Cametá na década de 1970.	47
Figura 2 - Vista parcial da cidade e do rio Tocantins em 2015.....	47
Figura 3 - Embarcações no porto da cidade de Cametá.....	50
Figura 4 - Embarcações de vários tamanhos nos portos e trapiches da cidade.....	50
Figura 5 - O rio Tocantins utilizado como fonte de recursos.....	51
Figura 6 - Cidade de Santarém na década de 1950.....	61
Figura 7 - Mercado de peixe na orla da cidade de Santarém	62
Figura 8 - Orla de Santarém na década de 1970.....	63
Figura 9 - Orla da cidade de Santarém em 2016	63
Figura 10 - Comunidade ribeirinha no rio Amazonas.....	64
Figura 11 - Diferentes usos do rio em Santarém.....	65
Figura 12 - Círio Fluvial da Festividade de São Pedro em Santarém.....	66
Figura 13 - Prática da pesca realizada próxima a orla da cidade de Santarém.....	66
Figura 14 - Modelo de Tribo sobre o processo de produção do conhecimento em Turismo..	72
Figura 15 - Tipos de turismo definidos a partir da motivação da viagem	76
Figura 16 - Nuvens de termos das categorias de análise da Geografia do Turismo.....	85
Figura 17 - Modelo de espaço turístico de Boullón.....	87
Figura 18 - Fases do Ciclo Político.....	89
Figura 19 - Pólos e centros de turismo definidos no I PTA	105
Figura 20 - Regionalização em pólos turísticos do Estado do Pará.....	113
Figura 21 - Slogan de propaganda do turismo no Pará.....	117
Figura 22 - Folheto de propaganda turística de agência de Belém.....	123
Figura 23 - Igreja de São João Batista construída em 1757 em Cametá	124
Figura 24 - “Monumento aos Notáveis”. Cametaenses que se destacaram no cenário econômico, religioso e político do Pará	125
Figura 25 - Monumento em homenagem ao Tricentenário da expedição de Pedro Teixeira	125
Figura 26 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia construída no século XIX	126
Figura 27 - Residência da família Peres.....	126
Figura 28 - Folder de divulgação do carnaval 2016 em Cametá.....	128
Figura 29 - Propaganda sobre pacotes de viagem para o carnaval em Cametá.....	129
Figura 30 - Praia da Aldeia na cidade de Cametá.....	130
Figura 31 - Praia na vila de Cametá Tapera	131
Figura 32 - Igarapé Cupijó localizado na Transcametá	132
Figura 33 - Igarapé localizado na comunidade quilombola Porto Alegre	132
Figura 34 - Propaganda do Festival Cultural na vila de Juaba.....	133
Figura 35 - Igarapé Caji localizado na comunidade de Belos Prazeres.....	134
Figura 36 - Embarcação utilizada por ribeirinho em Cametá	135
Figura 37 - Confecção artesanal de rede de pesca.....	135
Figura 38 - Comunidade ribeirinha no rio Tocantins	136
Figura 39 - Mapará pescado por ribeirinhos	137

Figura 40 - Filhote pescado no rio Tocantins.....	137
Figura 41 - Selo Turístico da EMBRATUR concedido à Cametá em 2000	143
Figura 42 - Roteiro das Águas.....	146
Figura 43 - Roteiro do Grande Lago.....	146
Figura 44 - Roteiro Histórico Rio Cabano	147
Figura 45 - Rota do Grande Lago. Inclui atualmente o município de Cametá, além de Tucuruí, Breu Branco, Jacundá e Itupiranga.....	150
Figura 46 - Fenômeno do Encontro das águas em Santarém	160
Figura 47 - Praia de Alter do Chão e a Serra da Piroca	162
Figura 48 - Atrativos existentes na cidade de Santarém	164
Figura 49 - Artesanato confeccionado com fibras típicas em Santarém.....	165
Figura 50 - Surubim, peixe típico do rio Tapajós e Amazonas.....	166
Figura 51 - Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico no Brasil.....	176
Figura 52 - Evolução do órgão de turismo de Santarém.....	189
Figura 53 - Praia da Aldeia na década de 1970.....	212
Figura 54 - Praia da Aldeia em 2015	212
Figura 55 - Terminal Hidroviário construído no bairro da Aldeia em 2004.....	214
Figura 56 - Chegada da Balsa no Terminal Hidroviário em Cametá	214
Figura 57 - Antigo Porto Real na década de 1970 na cidade de Cametá.....	217
Figura 58 - Orla de Cametá da cidade em 2005	217
Figura 59 - Cratera na orla resultado da erosão em 2015	218
Figura 60 - Carnaval realizado na rua São João Batista na década de 1970.....	221
Figura 61 - Carnaval realizado na avenida Coronel Raimundo Leão em 2015	221
Figura 62 - Propaganda de bloco com a indicação de atração nacional.	222
Figura 63 - Convite Roteiro Geo-turístico realizado em 2015 na cidade de Cametá.....	228
Figura 64 - Roteiro realizado em 2014 com turistas e moradores da cidade	228
Figura 65 - Roteiro realizado em 2015 com estudantes do Instituto Federal do Pará-IFPA/Campus Belém	229
Figura 66 - Prática da Pesca do Mapará realizada no município de Cametá.	230
Figura 67 - Pesca do mapará através do “borqueio” realizada no rio Tocantins.....	230
Figura 68 - Mapará moqueado acompanhado de limão e pimenta.....	231
Figura 69 - Apresentações dos “Cordões de Mascarados” nas comunidades ribeirinhas.....	234
Figura 70 - Chegada das embarcações com os “Cordões de Mascarados”.....	234
Figura 71 - “Cordões de Mascarados” no “Carnaval das Águas” em Cametá.....	235
Figura 72 - Hotel na orla de Alter do chão.....	239
Figura 73 - Esgoto sendo despejado no rio próximo à praia em Alter do Chão.	240
Figura 74 - Zoneamento da orla fluvial da área urbana de Santarém.....	243
Figura 75 - Orla fluvial de Santarém na década de 1950.....	244
Figura 76 - Orla de Santarém em 2016 reestruturada como parte das ações do PROECOTUR em 2001	244
Figura 77 - Orla de Alter do Chão construída a partir do PROECOTUR em 2001	245
Figura 78 - Antigo Trapiche municipal de Santarém na década de 1950.....	246
Figura 79 - Terminal Turístico Fluvial de Santarém construído em 2001	246
Figura 80 - Centro de Artesanato do Tapajós construído pelo poder público municipal	248
Figura 81 - Fases temporais do Plano Encontro.....	256
Figura 82 - Estrutura dos planos operacionais de desenvolvimento e marketing	257
Figura 83 - Estrutura do Plano Operacional de Desenvolvimento	258
Figura 84 - Segmentos e atividades a serem desenvolvidas definidas pelo Plano Encontro	269
Figura 85 - Turistas se deslocando para as comunidades no Rio Arapiuns em Santarém....	271
Figura 86 - Turistas na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns em Santarém.....	271
Figura 87 - Igreja Nossa Senhora da Conceição construída em 1754.	275
Figura 88 - Museu João Fona. Edificação histórica construída em 1853.	275

Figura 89 - Apresentação do Boto Cor de Rosa no Festival do Çairé em Alter do Chão.....	279
Figura 90 - Apresentação do Boto Tucuxi no Festival do Çairé em Alter do Chão.....	279
Figura 91 - Folder de divulgação do Festival do Çairé e o destaque das atrações musicais de fora da região.	280
Figura 92 - Principais elementos definidores do destino Tapajós no Plano Encontro	284

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução populacional no município de Cametá de 1980-2016.....	48
Tabela 2 - Evolução da População de Santarém 1950-2016	57
Tabela 3 - Fluxo de turistas em visita à Santarém 2013-2014	166
Tabela 4 - Receitas geradas pelo turismo em Santarém 2013-2014	167

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Humano de Cametá.....	48
Gráfico 2 - Produto Interno Bruto de Santarém.....	58
Gráfico 3 - Índice de desenvolvimento humano de Santarém.....	60
Gráfico 4 - Evolução de entrada de turistas no Estado do Pará.....	112
Gráfico 5 - Evolução do volume turístico no Estado do Pará	118
Gráfico 6 - Evolução da receita do turismo no estado do Pará.....	118
Gráfico 7 - Oferta de meios de hospedagem em Santarém	167
Gráfico 8 - Atividades realizadas pelos turistas em Santarém	238
Gráfico 9 - Dimensão Aspectos Ambientais no Índice Registrado pelo Destino em 2015 ..	242
Gráfico 10 - Transporte utilizado pelos turistas em Santarém	247
Gráfico 11 - Dimensão Infraestrutura Geral no Índice Registrado pelo Destino em 2015...	250
Gráfico 12 - Dimensão Serviços e Equipamentos turísticos no Índice Registrado pelo Destino em 2015	251
Gráfico 13 - Meta I - Crescimento do volume turístico em Santarém.....	263
Gráfico 14 - Meta II - Quota de mercado para o turismo doméstico e internacional	263
Gráfico 15 - Meta III - Crescimento da receita	264
Gráfico 16 - Meta IV - Crescimento da demanda (quota de participação por demanda de viagem.....	264
Gráfico 17 - Meta V - Crescimento da oferta hoteleira	265
Gráfico 18 - Imagem do destino nos mercados emissores (opinião interna)	281
Gráfico 19 - O melhor de Santarém (opinião externa).....	282
Gráfico 20 - Palavras associadas ao destino (opinião externa)	283
Gráfico 21 - Símbolo associado à Santarém (opinião externa)	283

LISTA DE SIGLAS

ABIH - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
COOPEMUC - Cooperativa Agroindustrial e Extrativista das Mulheres do Município de Cametá
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
FLONA - Floresta Nacional do Tapajós
FOMENTUR - Fórum Estadual de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará
FORUMTURAT - Fórum de Turismo do Polo Araguaia-Tocantins
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MTUR - Ministério de Turismo
ONG - Organização Não Governamental
PARATUR - Empresa Paraense de Turismo
PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PDT - Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT - Política Nacional de Turismo
PPDJUS - Plano Popular de Desenvolvimento dos Municípios à Jusante de Tucuruí
PRODETUR - Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROECOTUR - Programa de Ecoturismo para a Amazônia
PTA - Plano de Turismo da Amazônia
PRT - Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil
PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
SECULTD - Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto de Cametá
SEMDETUR - Secretaria de Desenvolvimento do Turismo de Santarém
SETUR - Secretaria de Turismo do Estado do Pará
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TURIART - Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL NA AMAZÔNIA RIBEIRINHA: SINGRANDO RIOS, FUIROS E IGARAPÉS.....	31
2.1	OS PADRÕES DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NA AMAZÔNIA.....	32
2.2	A MORFOLOGIA URBANA E AS CIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA.....	38
2.3	ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DA FORMAÇÃO DE CAMETÁ.....	42
2.4	ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DA FORMAÇÃO DE SANTARÉM	54
2.5	FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DE CAMETÁ E SANTARÉM: SÍNTESE COMPARATIVA	67
3	TURISMO E GEOGRAFIA: NAVEGANDO NOS MEANDROS E INTERFACES DA GEOGRAFIA DO TURISMO	70
3.1	TURISMO: UM FENÔMENO COMPLEXO	71
3.2	ESPAÇO GEOGRÁFICO E “ESPAÇO TURÍSTICO”: A NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM CONCEITUAL	78
3.3	POLÍTICA PÚBLICA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO.....	88
3.4	AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA AMAZÔNIA E NO ESTADO DO PARÁ.....	100
4	TURISMO NA AMAZÔNIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: APORTANDO NOS ESPAÇOS-TEMPOS RIBEIRINHOS	120
4.1	O POTENCIAL SOCIOGEOGRÁFICO PARA O TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ	121
4.2	POLÍTICAS DE TURISMO E A INSERÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ NOS PROGRAMAS, PLANOS E PROJETOS.....	138
4.3	O POTENCIAL SÓCIOGEOGRÁFICO PARA O TURISMO EM SANTARÉM	158
4.4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E A INSERÇÃO DE SANTARÉM NOS PROGRAMAS, PLANOS E PROJETOS.....	172
4.5	CAMETÁ E SANTARÉM EM RELAÇÃO AOS POTENCIAIS TURÍSTICOS E À INSERÇÃO NAS POLÍTICAS DE TURISMO: SÍNTESE COMPARATIVA	193
5	CENÁRIOS E PERSPECTIVAS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NOS MUNICÍPIOS DE CAMETÁ E SANTARÉM	210
5.1	TURISMO, REPERCUSSÕES SOCIOESPACIAIS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ	211

5.2	TURISMO, REPERCUSSÕES SOCIOESPACIAS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM	236
5.3	CENÁRIOS E PERSPECTIVAS DO TURISMO EM CAMETÁ E SANTARÉM: SÍNTESE COMPARATIVA	285
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	290
	REFERÊNCIAS.....	297
	APÊNDICE	309

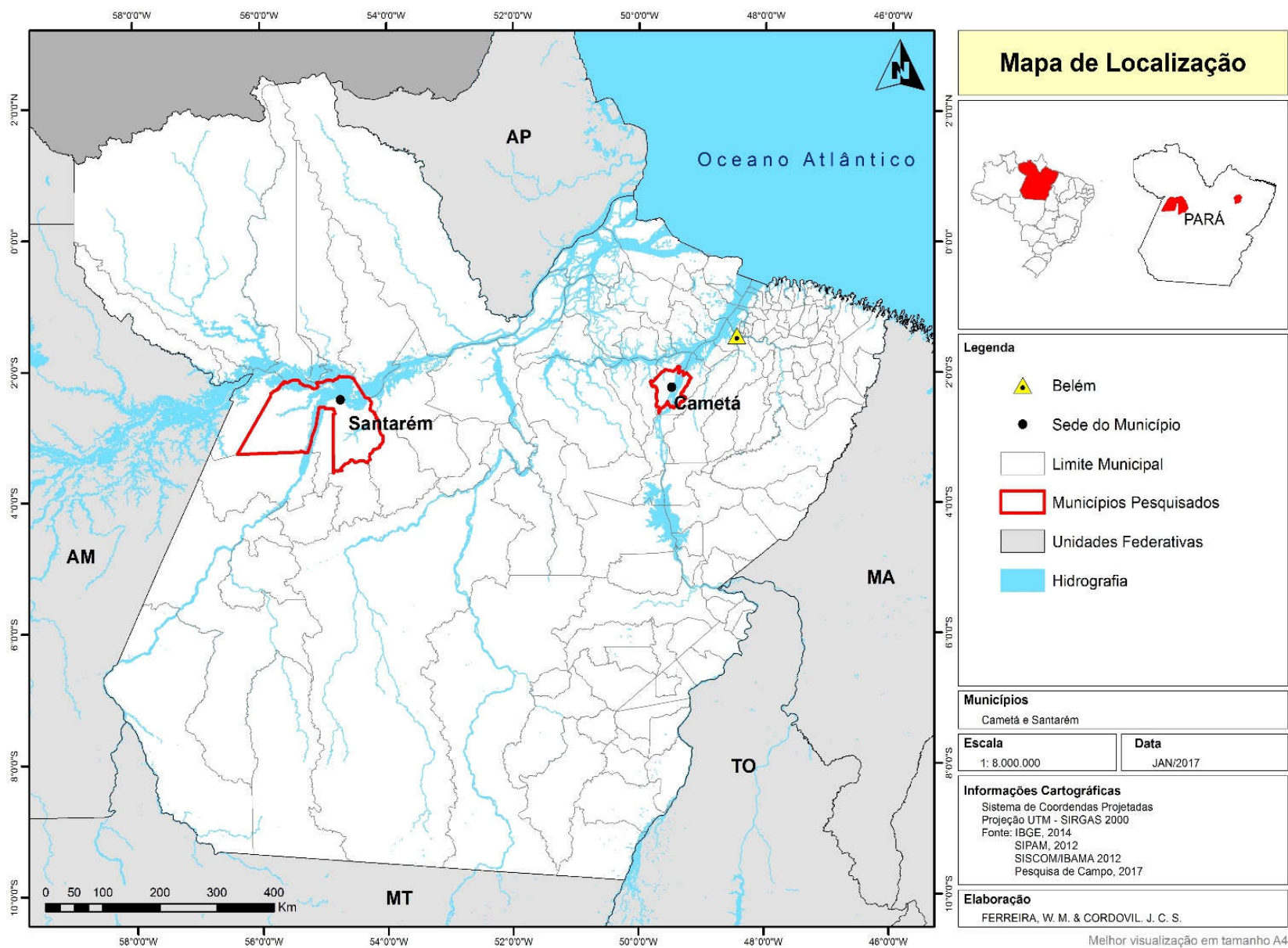
1 INTRODUÇÃO

Vivenciamos nas últimas décadas um contexto de transformações, especialmente associadas à reestruturação econômica, a partir do qual outras reestruturações também são colocadas em evidência: descentralização das ações do Estado, fortalecimento do papel dos governos locais e redefinição na formulação e execução de políticas públicas. Essas políticas relacionam-se a determinadas atividades econômicas, a exemplo do turismo.

A relação entre Estado, turismo e a perspectiva de desenvolvimento é dada a partir das estratégias espaciais para o fomento da atividade. Nesse sentido, esta Tese traz como temática as políticas públicas de turismo como estratégia de desenvolvimento, no Estado do Pará, verificando como são implementadas nos municípios selecionados como *lócus* para a pesquisa: Cametá e Santarém (Mapa 1).

Mas, por que o estudo desses municípios amazônicos tendo em vista as políticas de turismo? O propósito advém do contexto que emergem as atuais políticas para promoção do desenvolvimento na Amazônia, que também incluem o turismo como atividade econômica relevante. Além disso, a região apresenta uma grande diversidade no que diz respeito ao processo de produção e reprodução do espaço, existindo diferentes expressões socioespaciais, que sintetizam especificidades locais. Posto que se trata de uma região que possui multidimensionalidades, diferenças culturais e contradições sociais (TAVARES, 2009), destacamos, então, a dimensão espacial ribeirinha, já enfatizada nos estudos de Oliveira (2000) e Trindade Jr. (2002) sobre as cidades ribeirinhas, para além de sua localização às margens dos cursos fluviais.

Considerando esses aspectos, o conceito de espaço, como elemento de análise, parece-nos ser o mais adequado para atender ao nosso objeto, objetivos e método de pesquisa na tarefa de compreensão da condição ribeirinha e dos potenciais sociogeográficos dos Municípios de Cametá e Santarém. Apropriamo-nos, assim, da discussão sobre o espaço para entender a realidade específica desses municípios, como representantes característicos de uma Amazônia ribeirinha, além da espacialidade das políticas de turismo a partir da inserção da atividade turística como setor prioritário nas políticas públicas atualmente levadas a cabo na Amazônia e no Estado do Pará.



Mapa 1- Localização dos municípios estudados na pesquisa.
Fonte: Elaboração Ferreira; Cordovil (2017).

No limiar do século XXI, o turismo é apontado como um dos fenômenos mais marcantes do mundo contemporâneo. Atualmente se apresenta como uma das mais expressivas formas de reprodução de capital e de captação de divisas no comércio internacional (RODRIGUES, 2001), responsável pela estruturação de políticas concebidas no âmbito dos governos, configurando significativas mudanças na organização do espaço, o que torna essencial uma abordagem, que, também, atente para esses aspectos.

Nesse sentido, políticas para o turismo têm sido planejadas e/ou implementadas como vetor de desenvolvimento regional, estadual ou mesmo municipal, sendo associadas, em sua grande maioria, à lógica do mercado, o que explica, em parte, a predominância de pesquisas, neste campo, ainda dominada pela visão econômica (KNAFOU, 2001), na qual desenvolvimento e crescimento econômico são entendidos como sinônimos. Entretanto, o turismo não se limita a um fato econômico, é um processo que se expande cada vez mais, tornando-se alvo de discussões por sua natureza complexa. Compreendido de tal forma, caracteriza-se pela dinâmica das relações ligadas à apropriação e produção do espaço, estando assim, cada vez mais presente nos estudos geográficos, como alvo de investigações e debates.

As estratégias de desenvolvimento ligadas ao turismo, também, apresentam um viés ambientalista atrelado ao discurso do desenvolvimento sustentável, como ocorre na Amazônia (COELHO, 1999; BECKER, 2005). Assim, nas últimas décadas, foram planejadas e implementadas políticas de desenvolvimento da atividade turística, através de programas e planos, influenciando tanto governos estaduais como municipais no incentivo da atividade.

No Estado do Pará, a configuração de um “espaço turístico” é verificada através da criação dos Polos Turísticos (Polo Belém, Polo Amazônia Atlântica, Polo Marajó, Polo Tapajós, Polo Xingu e Polo Araguaia-Tocantins) e a definição das ações para o incremento da atividade por meio de Planos de Desenvolvimento. Nestes termos, consideramos a abordagem sobre os polos necessária na análise dos municípios de Cametá e Santarém, que fazem parte dos Polos Araguaia Tocantins e Tapajós, respectivamente.

As políticas de turismo como estratégias (espaciais) de desenvolvimento, na maior parte das vezes, estão, do mesmo modo, atreladas às discussões sobre o desenvolvimento local/endógeno, o que torna importante destacar as relações entre Estado, turismo e o desenvolvimento na análise das políticas públicas de turismo planejadas e implementadas nos municípios de Cametá, no Baixo Tocantins, e Santarém, no Baixo Amazonas.

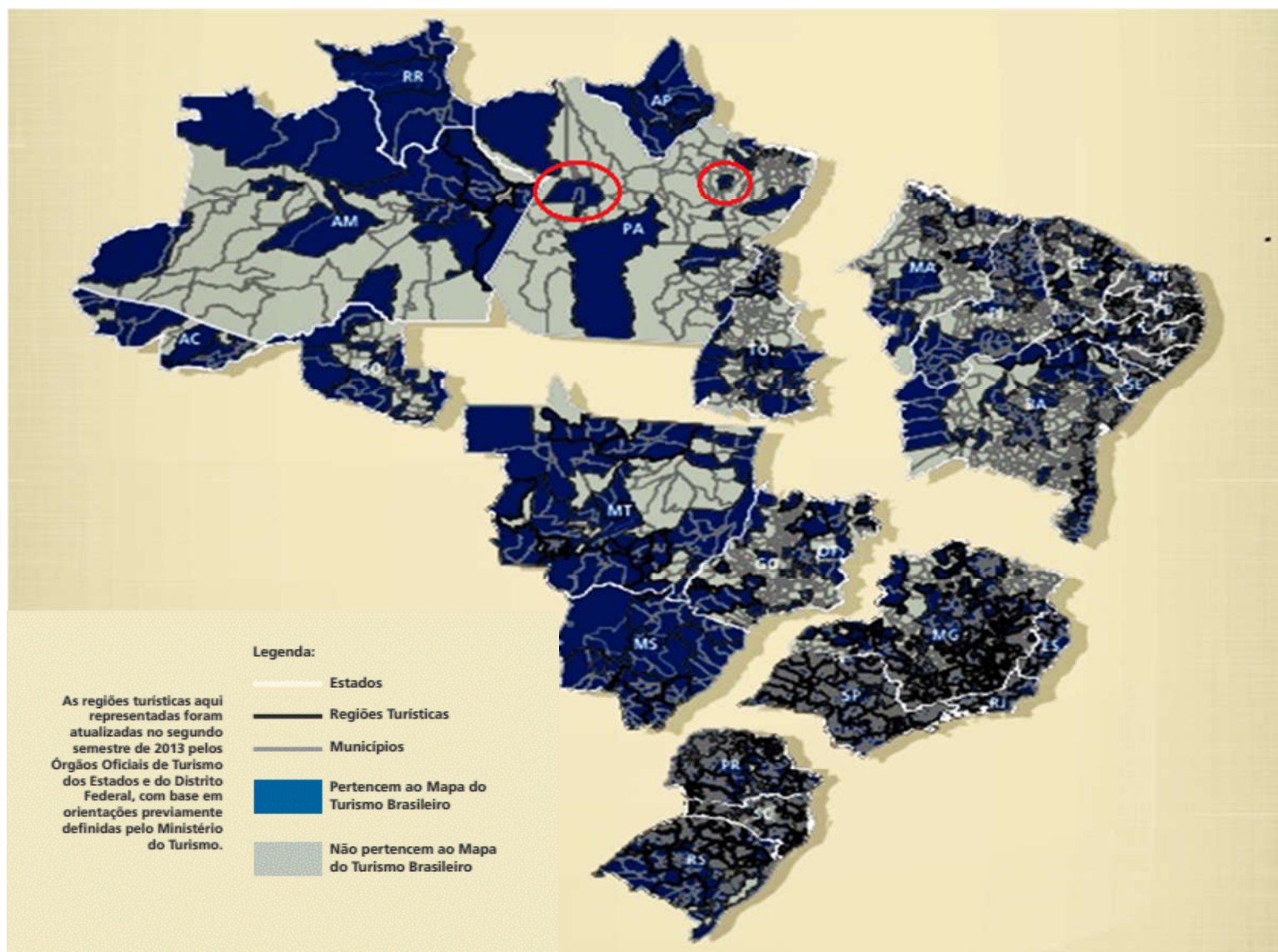
Considerando esses aspectos apresentados, esta pesquisa aborda as políticas públicas e parte-se da comparação em relação à inserção dos municípios nas políticas de turismo, o potencial sociogeográfico (atrativos turísticos e infraestruturas) existente para o incremento da

atividade; os rebatimentos espaciais, além da perspectiva do desenvolvimento. Portanto, pretende-se contribuir no debate sobre as políticas públicas para o turismo, o “espaço turístico” e sobre a questão do desenvolvimento.

Posto esse conjunto de elementos definidores de nossa problemática, foram estabelecidas algumas questões que norteiam nossa análise, a saber: que modelo de turismo está sendo estimulado nos municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará? Existem intervenções espaciais implementadas em função das políticas para o turismo? O modelo de turismo estimulado adequa-se ao potencial sociogeográficos local? As políticas levadas a cabo promovem o desenvolvimento socioespacial local?

A iniciativa para trabalhar essa temática surgiu ainda na graduação, em 2004, quando busquei fazer um estudo sobre o turismo na cidade de Cametá em relação às infraestruturas e equipamentos urbanos (CORDOVIL, 2004). Dando continuidade, já no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, destacamos as políticas públicas planejadas para o turismo no Município de Cametá (CORDOVIL, 2008). Assim, a pesquisa em curso se pauta na análise das ações para desenvolver o turismo no âmbito local, definidoras de um “espaço turístico”, tendo como referenciais empíricos dois municípios que apresentam como características, a presença da atividade turística (ou de um potencial) (Mapa 2) e uma realidade sociogeográfica ribeirinha, seja em relação à sua forma, seja em relação ao seu conteúdo socioespacial, na qual a natureza, notadamente o rio e floresta, é reconhecida a partir de uma identidade de vida e ligada à relações econômicas e culturais (TRINDADE JR., 2006).

Consideramos o estudo dessa temática relevante porque constitui um instrumento de análise e compreensão, a partir de uma abordagem geográfica, que busca vislumbrar as ações concebidas para o incremento do turismo, nesses municípios, as repercussões socioespaciais do turismo e a correlação das políticas públicas com a realidade sociogeográfica local. Além disso, insere-se na abordagem os sujeitos locais incididos pelas políticas de turismo, verificando-se como, enquanto setores da sociedade, participam das estratégias de desenvolvimento planejadas e/ou implementadas.



Mapa 2- Municípios turísticos por regiões em 2013
 Fonte: Brasil (2013).

Defendemos a tese de que a Amazônia ribeirinha não é potencializada nas práticas das políticas públicas de turismo nos municípios estudados. A partir dos Polos de Turismo do Estado do Pará, que são muitos extensos, os municípios são tratados de forma genérica e suas características sociogeográficas (potenciais turísticos) são substituídas por outras ou são subutilizadas. Há um turismo de massa e estandardizado incentivado para as realidades pesquisadas. Contudo, esse modelo de turismo não possibilita a promoção ou reafirmação da identidade local, não sendo do mesmo modo um instrumento de desenvolvimento socioespacial, pois o potencial dos municípios sugere a valorização do patrimônio histórico-cultural e da identidade local (as festas religiosas, o rio, a floresta, a gastronomia etc.).

Apresenta-se como objetivo geral: analisar as principais políticas concebidas e implementadas no âmbito estatal pelas esferas de governo, para o fomento do turismo e definidoras de um “espaço turístico”, como estratégia de desenvolvimento nos municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará, com base em uma análise comparativa. Este objetivo é desdobrado em seis objetivos específicos a saber: a) identificar as políticas públicas de turismo, que vêm sendo concebidas, pelas diferentes esferas, como estratégia para o desenvolvimento em Cametá e Santarém no Estado do Pará; b) identificar a configuração atual do “espaço turístico” estabelecido por meio das ações do Estado enquanto políticas públicas nestes municípios; c) analisar o modelo de turismo estimulado pelas políticas públicas implementadas nesses municípios; d) identificar e destacar os potenciais sociogeográficos para o turismo nos municípios de Cametá e Santarém; e) verificar se o modelo de turismo estimulado adequa-se ao potencial sociogeográfico existente e em que medida as políticas tem promovido o desenvolvimento local nesses municípios; f) contribuir para definição de diretrizes e/ou estratégias complementares às políticas públicas de incremento ao turismo nos municípios estudados.

Com a realização da pesquisa, busca-se apresentar elementos, especialmente do ponto de vista empírico, para análise e reflexão referentes à prática do turismo nos espaços locais, a partir de uma abordagem qualitativa. Para isso, pressupõe-se o entendimento dos fenômenos sociais e a realidade socioespacial do objeto de estudo, além da explicação de sua origem, suas relações, suas mudanças (TRIVINOS, 1987).

Como algumas pesquisas qualitativas não descartam a coleta de dados quantitativos, principalmente na etapa exploratória de campo ou nas etapas em que estes dados podem mostrar uma relação mais extrema entre fenômenos particulares (CHIZOTTI, 2006), nesta pesquisa esses dados são sistematizados em tabelas e mapas temáticos para o apoio, quando necessário, à apresentação dos resultados obtidos na investigação.

A partir da análise e interpretação dos dados, buscamos desenvolver uma abordagem dialética, captando as contradições no nível empírico, apoiado pelo uso de conceitos operacionais da Geografia. Nesse sentido, nos apropriamos do conceito de espaço, tendo como base a teoria da produção social do espaço de Lefebvre (2006), que permite entender a realidade como espaço socialmente produzido, dotado de múltiplas dimensões.

Segundo Carlos (2011), o método dialético permitiu pensar as contradições do processo, situando o lugar e o papel da produção na totalidade da produção social capitalista. Nas palavras de Lefebvre (1991), “utilizando-se da dialética o pesquisador confronta as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e as contradições. Na Geografia, a referência a esse método se dá com o movimento da Geografia Radical, de fundamentação marxista, a partir da década de 1970. Do encontro da geografia com o marxismo ocidental, a partir das contribuições teóricas de Lefebvre, emerge a interpretação do espaço como conteúdo, condição e meio, onde a espacialidade criada da vida social é vista como algo simultaneamente contingente e condicionador (SOJA, 1993).

Em relação aos procedimentos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica por meio da qual se estabeleceu um primeiro diálogo com a temática de investigação, reunindo informações atuais, avanços e limites (CHIZZOTI, 2006). Esse instrumento foi realizado por meio de reconhecimento, seleção e sistematização de dados contidos em livros, periódicos, dissertações e teses, com a finalidade de aprofundar a fundamentação teórica sobre o conceito de espaço social (SMITH, 1981; SANTOS, M., 2004; LEFEBVRE, 2006) e seus conceitos derivados: organização espacial (GONÇALVES, 2002; CORRÊA, 2006) e produção do espaço¹ (LEFEBVRE, 2006), além de outros conceitos, noções e definições como: espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional (HARVEY, 1980, 2012), rugosidades (SANTOS, M., 2004), desenvolvimento socioespacial (SOUZA, 2013) e vetores de desenvolvimento (BECKER, 2006), necessários para o entendimento da relação entre espaço, desenvolvimento e políticas públicas de turismo² (RODRIGUES, 1997, 2006; CRUZ, 2001, 2003, 2007; HALL, 2001, BOULLÓN, 2006; COELHO, 1999; BECKER, 2006; IRVING, 2007; SOUZA, 2002, TRINDADE JR., 2010, 2015, SOUZA, 2006, FREY, 2000).

¹ Para Souza (2013), das interfaces do espaço social com as diferentes dimensões das relações sócias emergem os conceitos de território, lugar e muitos outros, que podem ser vistos como conceitos derivados. Os conceitos de organização espacial e produção do espaço, também admitem ser entendidos como derivados do de espaço social.

² A fundamentação teórica foi desenvolvida, também, a partir das disciplinas: Metodologia Científica em Geografia: método, teoria e o pensamento geográfico; Estrutura Urbana e Forma Urbana; Tópicos Especiais IV: Políticas Públicas e Agricultura Familiar e Geografia do Turismo.

Realizamos também levantamento bibliográfico de caráter mais histórico-geográfico, buscando-se sistematizar o arcabouço teórico produzido sobre a Amazônia, e sobretudo à Amazônia ribeirinha em sua dimensão espacial (OLIVEIRA, 2000; BECKER, 1990, 2005, 2006; VICENTINI, 2004; TRINDADE JR., 2002, 2006, 2010, 2015), a formação socioespacial das sub-regiões do Baixo Tocantins e Baixo Amazonas para abordar os municípios de Cametá e Santarém, respectivamente (TAMER, 1998; ANGELO-MENEZES, 2000; MIRANDA, 2005; PEREIRA, 2004, CORRÊA, 2006, TRINDADE JR., 2009, 2010, 2013, 2015, COSTA, 2014; FONSECA, 2015), além do contexto e novos processos de integração regional, de onde emergem as atuais políticas de turismo e a inclusão de novos territórios para a atividade no Estado do Pará (BECKER, 2006; COELHO, 1999; CRUZ, 2003, 2007, NÓBREGA, 2007, 2012; TAVARES, 2009, FIGUEIREDO; NOBREGA, 2015).

O levantamento e análise documental foi outra etapa importante. Parte integrante de qualquer pesquisa sistemática pode preceder ou acompanhar os trabalhos de campo, sendo um aspecto dominante em trabalhos que visam mostrar a situação atual de um assunto determinado ou traçar a evolução histórica de um problema (CHIZZOTI, 2006). Podem ser utilizadas por seu próprio mérito, pois nos dizem muita coisa sobre a maneira na qual os eventos são construídos, as justificativas empregadas, assim como fornecer materiais sobre os quais basear investigações mais aprofundadas (MAY, 2004):

os documentos, lidos como sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo, eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais. Nos fala das aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época [...]. (MAY, 2004, p. 206).

Seguindo o Plano de Trabalho estabelecido, buscamos reunir conhecimentos consubstanciados em documentos para o tratamento analítico de acordo com os objetivos da pesquisa. As ações referentes a essa etapa foram desenvolvidas através de pesquisas em *sites* institucionais, e diretamente nas instituições (estaduais e municipais) ligadas ao processo de elaboração e implementação de políticas para o turismo no Estado do Pará, sobretudo as direcionadas aos municípios estudados. Assim, o levantamento foi desenvolvido em instituições estaduais, como a Secretaria de Turismo do Estado do Pará (SETUR), e secretarias municipais ligadas às ações de turismo nos municípios *lôcus* da pesquisa, como a Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto de Cametá (SECULTD) e a Secretaria de Desenvolvimento do Turismo de Santarém (SEMDATUR). Iniciamos essa etapa no primeiro semestre de 2015, fazendo pesquisas nos endereços eletrônicos de órgãos federais, como o Ministério de Turismo (MTUR) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), estaduais, (SETUR)

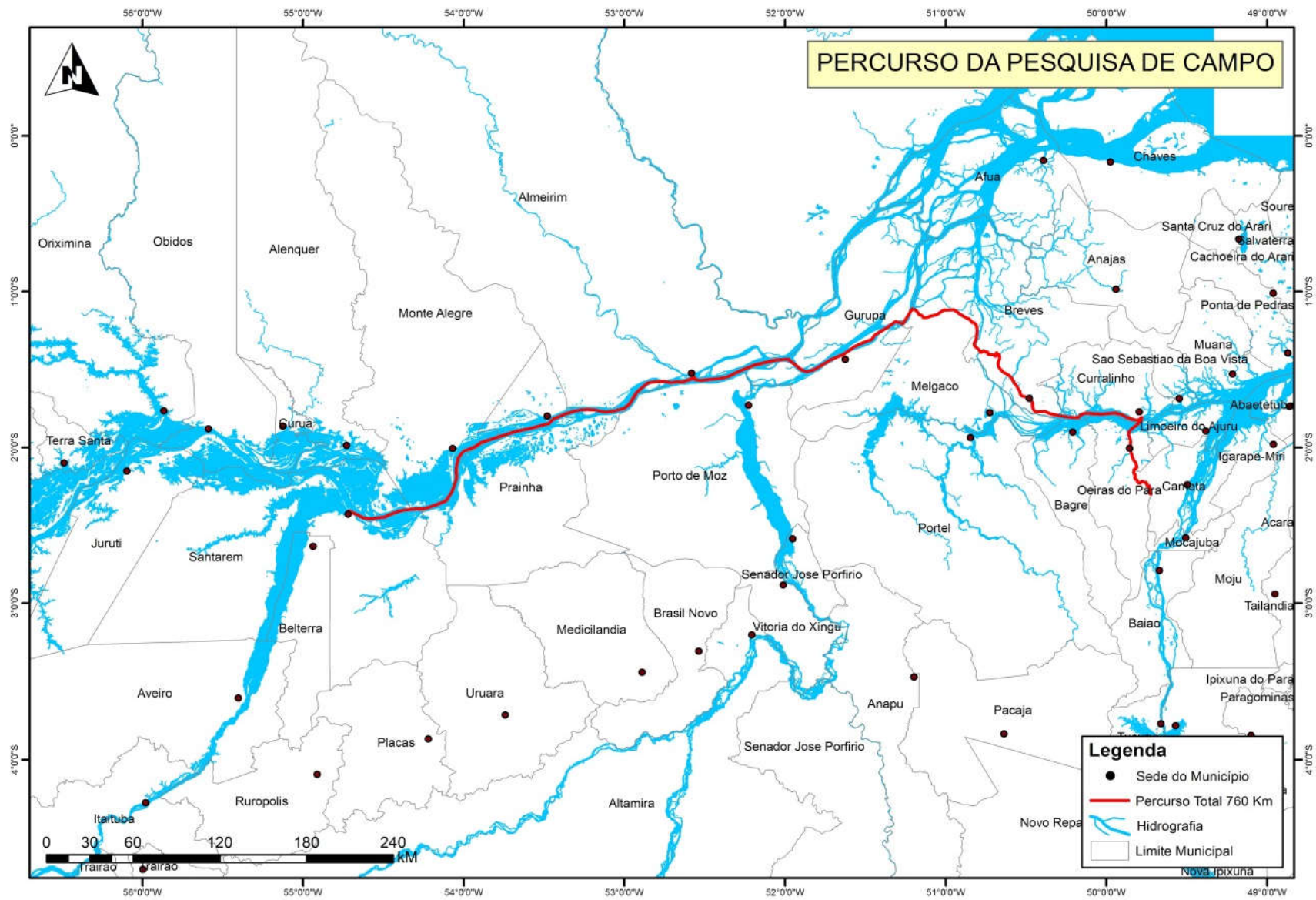
e municipais (SECULTD e SEMDETUR), buscando documentos relacionados ao turismo na Amazônia, Estado do Pará e, por conseguinte, nos municípios de Cametá e Santarém.

Em seguida, já no segundo semestre de 2015, nos meses de agosto, setembro e outubro, a pesquisa ocorreu diretamente na SETUR e nas secretarias e departamentos de turismo dos municípios pesquisados. Nesse sentido, tivemos acesso à documentos e outras informações na SECULTD, como Atas de reuniões do Fórum de Turismo do Polo Araguaia-Tocantins (FORUMTURAT), Relatórios de Visitas Técnicas, além de folders e imagens digitais de atrativos turísticos³. Agendamos visita, também, na SETUR. Nesta secretaria conseguimos materiais tanto sobre o turismo no Estado, como sobre os municípios estudados, a exemplo do atual Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará (PDT) de 2011, Boletins de Informação Turística e Relatórios de Indicadores de Turismo.

Realizamos a pesquisa de campo entre os meses de fevereiro e setembro de 2015, iniciando as atividades no Município de Cametá. Essas incluíram a realização de entrevistas, deslocamento às comunidades e vilas ribeirinhas, além de registro fotográfico dos atrativos turísticos, especialmente do carnaval, por este ser o principal evento turístico do local. Em setembro de 2015 fizemos uma primeira viagem, de percurso fluvial de Cametá (passando por Oeiras do Pará, Currálinho, Breves, Almeirim) com destino à Santarém (Mapa 3) para verificar *in loco* dados sobre as ações planejadas e implementadas para o desenvolvimento do turismo. O período programado para a viagem, coincidindo com a data de realização do Festival do Çairé, se deu pela necessidade de conhecimento da dinâmica do município neste período (em função do evento ser o principal atrativo local, juntamente com a praia de Alter do Chão), e realização das entrevistas⁴.

³ Importante ressaltar que a pesquisa documental em Cametá foi feita para complementar e atualizar os dados já adquiridos, em função da pesquisa realizada para a construção de dissertação defendida no ano de 2008 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA.

⁴ Devido atraso na viagem para chegar à Santarém, em função de problemas técnicos no motor da embarcação, nosso contato já programado, especialmente com representantes das instituições, ficou prejudicado, pois toda a atividade da secretaria estava direcionada para o apoio do evento que acontece na Vila de Alter de Chão.



Mapa 3 - Percurso realizado na pesquisa de campo em 2015.
 Fonte: Elaborado pelo autor

Em função da dificuldade em conseguir contato com alguns dos agentes importantes para obtenção de informações relevantes para a pesquisa, especialmente os representantes das instituições oficiais de turismo e de entidades ligadas direta ou indiretamente ao turismo, programamos um retorno, que foi realizado no segundo semestre de 2016. Assim, no mês de setembro de 2016 nos deslocamos ao município para fazer o registro fotográfico e finalizar as entrevistas com representantes das instituições oficiais; entidades ligadas ao turismo nos municípios, turistas e população local.

Nas atividades do trabalho de campo usamos a entrevista qualitativa. De acordo Gaskell (2008, p. 64), “[...] pesquisa qualitativa se refere a entrevistas do tipo semiestruturado com um único respondente (a entrevista em profundidade), ou com um grupo de respondentes (o grupo focal)”. Fizemos a opção pelo tipo semiestruturado com um único respondente. Nas entrevistas semiestruturadas as perguntas são normalmente especificadas, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas (MAY, 2004). O entrevistado é visto como um informante-chave capaz de “informar” não só sobre as suas próprias práticas e as suas próprias maneiras de pensar, mas também – na medida em que ele é considerado como “representativo” de seu grupo ou de uma fração dele – sobre os diversos componentes de sua sociedade e sobre seus diferentes meios de pertencimento (POUPART, 2008).

“A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2008, p. 68). Nesse sentido, buscamos associar o conteúdo das perguntas às questões, evidenciadas na problemática, nas entrevistas realizadas com pessoas envolvidas diretamente com as ações de planejamento e implementação de políticas de desenvolvimento do turismo (secretários e diretores de departamento de turismo), além de representantes de entidades ligadas ao turismo, turistas e população local.

Entrevistamos o Diretor de Fomento da SETUR em Belém, capital do Estado do Pará. Em Cametá fizemos entrevistas com o Secretário de Cultura, Turismo e Desporto; com a Presidente da Cooperativa Agroindustrial e Extrativista das Mulheres do Município de Cametá (COOPEMUC), entidade, que entre outras atividades, também realiza e incentiva o turismo no município, pois possui uma pousada-escola usada também por visitantes e

turistas⁵; com a população local (moradores residentes na sede), além de turistas (no período do Carnaval por entendermos que esse período é quando ocorre o maior fluxo de visitantes)⁶.

Em Santarém foram entrevistados a Secretária e uma Técnica da SEMDETUR; a Presidente do Conselho Municipal de Turismo; o Diretor da Organização Não Governamental (ONG) Saúde & Alegria⁷, por ser uma entidade que além de estar ligada à projetos de saúde e educação, também atua incentivando o turismo de base comunitária em comunidades ribeirinhas; a Presidente da Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta -TURIART⁸; a representante em Santarém da Associação Brasileira da Industria Hoteleira (ABIH)⁹; população local (moradores da sede e da vila de Alter do Chão), e turistas (tanto na sede como na vila de Alter do Chão, no período do Festival do Çairé, por este representar o principal evento cultural e turístico do município).

Foram totalizadas para cada categoria: poder público (estadual e municipal), representantes da sociedade civil organizada (ONGs, Conselhos, Associações e Cooperativas), população local e turistas, 4 (quatro), 5 (cinco), 24 (vinte e quatro) e 20 (vinte) entrevistas, respectivamente.

A partir dos procedimentos metodológicos (revisão bibliográfica, levantamento documental, trabalhos de campo e análise dos dados) apresentamos estruturados os resultados e avanços sobre a temática e o objeto de estudo pesquisados. Inicialmente abordamos a formação socioespacial da Amazônia, destacando a colonização, a configuração dos padrões espaciais e o processo de formação de Cametá e Santarém, assim como a construção da posição de destaque que passaram a exercer nas sub-regiões do Baixo Tocantins e Baixo Amazonas, respectivamente. Além disso, abordamos a morfologia urbana como recurso analítico para compreender as cidades ribeirinhas na Amazônia, tendo como referência as cidades de Cametá e Santarém.

⁵ A Cooperativa existe desde 2005 e a pousada foi instalada depois. Além da pousada, a Cooperativa possui também um espaço para a venda de fitoterápicos, fabricado pelas próprias cooperadas, artesanato e polpas de frutas, também produzidas pelas mulheres, especialmente para os visitantes que se hospedam na pousada.

⁶ Ressaltamos que não foi entrevistado representante do Conselho de Turismo do Município em função da entidade estar inativa desde 2012. Do mesmo modo, não obtivemos retorno da solicitação de entrevista da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cametá-CDL.

⁷ O Saúde e Alegria é uma ONG que opera há quase 30 anos na região Oeste do Pará com sede em Santarém, trabalha com populações ribeirinhas e em unidades de conservação.

⁸ A Cooperativa foi criada em 2015 e trabalha com o “artesanato da floresta” (produzido por populações tradicionais da floresta, conhecimento tradicional, identidade cultural, habilidade manual e criatividade, utilizando fibras nativas, para tecer cestas, mandalas, bolsas e muitos outros produtos utilitários e decorativos), além do turismo de base comunitária envolvendo cinco comunidades (Arimum, São Miguel, Urucurea, Vila Brasil e Vila Gorete) do rio Arapiuns no município de Santarém.

⁹ Não conseguimos fazer as entrevistas programadas com o representante da Associação Comercial e Empresarial de Santarém-ACES e do SEBRAE pela dificuldade de agendamento com os representantes das entidades.

Em seguida empreendemos uma discussão sobre o turismo, abordando sua origem, significados e definições, sua compreensão como uma prática socioespacial na interface com a ciência geográfica, as políticas públicas, e, especificamente, as de turismo. Finalizamos o capítulo destacando a temática do desenvolvimento e sua relação com o turismo, visto como uma das alternativas relacionadas tanto ao desenvolvimento sustentável, como ao desenvolvimento local. Além disso, evidencia-se as políticas de turismo concebidas para a Amazônia e o Estado do Pará, dando ênfase aos principais programas e planos de turismo.

No penúltimo capítulo é apresentada discussão sobre o turismo como estratégia de desenvolvimento regional e local, analisando os casos específicos dos municípios de Cametá e Santarém, destacando seus produtos e potenciais sociogeográficos para o turismo, além da inserção dos municípios nas principais políticas de turismo.

O último capítulo apresenta os cenários atuais do turismo nos municípios, enfatizando as intervenções e repercussões da atividade, além das perspectivas de desenvolvimento. Do mesmo modo, ressalta-se a importância de considerar os aspectos sociogeográficos no incentivo do turismo para além da dimensão econômica, ou seja, como instrumento de reafirmação da especificidade contida na relação e importância do rio para as sociabilidades locais.

2 ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL NA AMAZÔNIA RIBEIRINHA: SINGRANDO RIOS, FUROS E IGARAPÉS

O rio, sempre o rio, unido ao homem, em associação quase mística, o que pode comportar a transposição da máxima de Heródoto para os condados amazônicos, onde a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos. Veias do sangue da planície, caminho natural dos descobridores, farnel do pobre e do rico, determinante das temperaturas e dos fenômenos atmosféricos, amados, odiados, louvados, amaldiçoados, os rios são a fonte perene do progresso, pois sem ele o vale se estiolaria no vazio inexpressivo dos desertos. Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguraram a presença humana, embelezaram a paisagem, fazem girar a civilização - comandam a vida no anfiteatro amazônico.
(Lendro Tocantins, 2001, p.278)

Neste capítulo, partimos do reconhecimento da complexidade no que diz respeito ao processo de produção do espaço para destacar a Amazônia em sua diversidade e entender a região em suas diferentes expressões espaciais, resultado de um processo histórico. Assim, considerando esses aspectos, busca-se fazer uma abordagem sobre a formação socioespacial da Amazônia, contextualizando o processo de colonização e a configuração dos padrões de organização do espaço. Isso para destacar em seguida a formação histórico-geográfica de Cametá e Santarém e a construção da posição de destaque que esses espaços passaram a exercer nas sub-regiões do Baixo Tocantins e Baixo Amazonas, respectivamente. Além disso, a partir do entendimento da morfologia urbana como recurso analítico, da existência de uma urbanodiversidade, destacam-se tipologias urbanas como bases para evidenciar as cidades ribeirinhas na Amazônia, tendo como referência Cametá e Santarém.

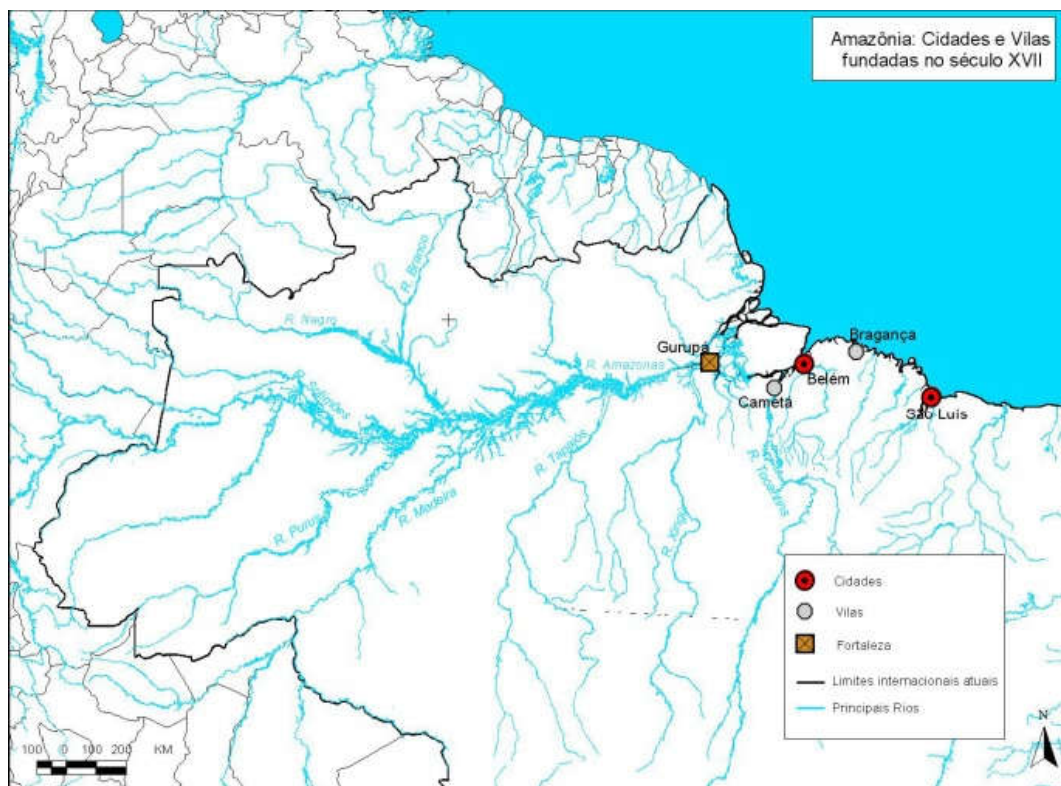
2.1 OS PADRÕES DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NA AMAZÔNIA

De maneira geral, costuma-se associar o início da produção social do espaço amazônico à colonização portuguesa a partir do século XVII. Assim, a constituição de um primeiro padrão espacial está relacionada ao contexto das relações engendradas pelos colonizadores europeus, principalmente portugueses, visto que já existia um espaço socialmente produzido pelas sociedades “indígenas”, um “meio natural”, utilizando os termos de Santos M. (2004), no qual ainda imperava os elementos da natureza. No entanto, a partir do século XVII, são gestadas novas relações (econômicas, políticas e culturais) que vão resultar na (re)organização espacial da região, tendo o rio e a floresta como elementos fundamentais nesse processo.

De acordo com Becker (2006), entre os séculos XVII e XVIII a organização do espaço é caracterizada como lenta e gradual e, especialmente, marcada pela exploração das drogas do sertão¹⁰. Os portugueses promovem a ocupação garantindo o controle territorial, afastando os riscos de ocupação por outros países (franceses, holandeses e ingleses) que estavam interessados na exploração das drogas do sertão.

Como iniciativa para promover a ocupação destaca-se a implantação de fortes e aldeamentos religiosos e a exploração das drogas do sertão, resultando na formação dos primeiros núcleos urbanos, como Belém, Bragança, Cametá, dentre outros (CORRÊA, 1987), localizados ao longo dos rios em pontos estratégicos para o controle do território (Mapa 4).

¹⁰ Drogas do Sertão eram a salsaparrilha, o sassafrás, o cacau, canafistula, a pita, o urucu, a canela, o algodão, a carajuru, o cravo fino e grosso, a baunilha, a quina, o puxuri, a casca preciosa, as sementes oleaginosas e as madeiras. Constituíam produtos tropicais com grande valor no mercado europeu (ANGELO-MENEZES, 1994).



Mapa 4 - Vilas e cidades fundadas no século XVII na Amazônia.

Fonte: Araújo (2006).

Nestes termos, os núcleos urbanos tinham a função de servir como defesa do território e ponto de penetração para expansão territorial, como ocorreu a partir da expedição de Pedro Teixeira realizada em 1637.

A entrada amazônica de Pedro Teixeira revelou-se como o primeiro elemento de uma estratégia nova de conquista do interior do continente, que devia conduzir os lusitanos à captura de uma imensa parte do Novo Mundo atribuída à Espanha pelo Tratado assinado em 7 de junho de 1494. Pelo rio-mar, em 28 de outubro de 1637 Pedro Teixeira viaja até Quito, retornando à Belém em 1639 pelo rio Tocantins. Com isto, Portugal se apodera de Capitanias que, oficialmente, estavam em terras espanholas. (ANGELO-MENEZES, 1994, p. 14).

Nesse território que se formava, em função das condições fisiográficas, gesta-se um padrão de ordenamento denominado por Gonçalves (2001), como rio-várzea-floresta. O entendimento da forma como se organizou o espaço regional amazônico passa pelo reconhecimento dos elementos que compõem esse padrão. Inicialmente foi em torno dos rios que se organizou a circulação de pessoas, produtos e informações. Além disso, a exploração e desenvolvimento das atividades econômicas (drogas do sertão e até mesmo a agricultura e a pecuária) também estavam ligadas ao contexto do rio-várzea-floresta. As aglomerações

urbanas e as primeiras cidades surgiram às margens dos principais rios da região, configurando o surgimento de uma rede urbana dendrítica que se estruturou ao longo dos cursos fluviais, caracterizada pela existência de uma cidade primaz e um excessivo número de pequenos centros urbanos diferenciados entre si (CORRÊA, 1987).

Produziu-se, assim, uma face espacial que é a expressão ribeirinha da região, pela importância do rio para a produção do espaço regional, no qual as cidades ribeirinhas são os grandes exemplos. Estas são denominadas de ribeirinhas não apenas pela localização próxima dos rios, mas, principalmente pela relação da população com o rio, considerado como recurso (econômico), espaço de circulação (funcional), e como referência identitária (simbólico) (TRINDADE JR., 2002). Esta última, destacada pela diversidade de representações sobre a natureza (rio e floresta) presente no imaginário e cotidiano da população, por exemplo, através de lendas e mitos (Quadro 1).

A partir do século XIX, o espaço regional amazônico é marcado pela exploração da borracha, pelas transformações econômicas e na rede urbana. No período em que predominou a extração do látex, a atividade era feita de forma dispersa e isolada nos altos rios. O espaço foi engendrado em redes e os rios se transformaram nas vias por onde se estabeleceram rotas, possibilitando a exploração dos seringais (OLIVEIRA, 2014). Nesse sentido, novos núcleos urbanos surgem na região, assim como ocorre um revigoramento dos núcleos preexistentes. Além disso, em função do desenvolvimento da atividade, surge um processo de “revitalização” ou melhoramentos urbanos, principalmente em Belém e Manaus (CORRÊA, 1987).

Quadro 1 - Lendas e mitos do cotidiano amazônico ribeirinho

LENDAS E MITOS	SENTIDO E SIGNIFICADO NA VIDA COTIDIANA LOCAL	RELAÇÃO COM O RIO E/OU FLORESTA
Cobra Grande (Noratinho e Caninana)	“Encantaria de água” representante do imaginário sociocultural do ribeirinho, que tem o sentido de simbolizar o “bem” (Noratinho) e o “mal” (Caninana).	Imaginário relacionado ao rio
Iara	“Encantaria de água” presente no imaginário sociocultural ribeirinho, representando o respeito à senhora das águas, que tem poder de “encantar” os ribeirinhos.	Imaginário relacionado ao rio
Boto	“Encantaria de água” típica do imaginário popular ribeirinho, uma construção sociocultural que está relacionada especialmente com as mulheres.	Imaginário relacionado ao rio
Mãe do Mato/Anhangá	“Encantaria de mato” presente no imaginário caboclo/ribeirinho. Representa o respeito à natureza, tendo dois significados: a entidade protetora que ajuda (Mãe do Mato), e a entidade que “malina” que assombra (Anhangá), dependendo do comportamento tomado pelo caboclo/ribeirinho.	Imaginário relacionado à floresta
Fogo do Mar	“Encantaria de mato” presente no imaginário sociocultural do caboclo/ribeirinho e das comunidades quilombolas.	Imaginário relacionado ao rio

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Andrade (2007).

É neste contexto, que, segundo Trindade Jr. (2015b), a partir do século XIX, o padrão de ordenamento territorial, que até então era simples, de caráter dendrítico, e não difuso, passou a se alterar, tornando-se misto devido à presença das ferrovias, como a Belém-Bragança, a Madeira Mamoré e a Estrada de Ferro do Tocantins, combinando-se, portanto, com uma nova ordem espacial que timidamente começava a se desenhar, de caráter mais reticular, ocupação da terra firme e presença de colônias agrícolas.

[...] Daí associarmos essa configuração espacial a um **ordenamento territorial do tipo misto (dendrítico-retangular), reforçado pelo sistema de aviamento que já vinha sendo observado desde períodos anteriores**, prática que não se limitava ao controle econômico da exploração e circulação de produtos como a borracha, mas também sustentava, do ponto de vista político, uma forma de patronato, definidor de oligarquias locais. Por outro lado, o ordenamento territorial e o papel das cidades na rede urbana definiam o espaço geográfico como produto dessas relações econômicas e políticas, mas também se mostravam como condição e meio para que essas mesmas relações se reproduzissem em nível local e regional (TRINDADE JR., 2015b, p. 313, grifo nosso).

Podemos, então, destacar como elementos de grande importância para a organização do espaço amazônico: instalação das fortificações, missões religiosas e a exploração das drogas do sertão e da borracha. Até meados do século XX, esses elementos estão expressos através do padrão de organização rio-várzea-floresta (GONÇALVES, 2001), e do padrão misto (dendrítico-retangular). Ainda que os rios permanecessem como principais vias de circulação, é necessário considerar o surgimento das ferrovias e o papel relacionado à circulação regional, pois outras cidades surgiram ou cresceram, não somente em função das vias fluviais, mas também das ferrovias e do processo de colonização agrícola (TRINDADE JR., 2015b). Esses padrões permaneceram até a instalação das rodovias na região.

A partir das décadas de 1950 e 1960 evidencia-se o padrão de organização espacial estrada-terra firme-subsolo (GONÇALVES, 2001), caracterizado especialmente pela abertura de rodovias, a exemplo da Belém-Brasília, da Transamazônica, da Cuiabá-Porto-Velho, que vão ser responsáveis pela integração da região amazônica ao resto do Brasil, deslocando as principais atividades econômicas para a terra firme, com atenção especial para as riquezas do subsolo, e reconfigurando a rede urbana com o surgimento de novos núcleos urbanos às suas margens. A região passou a ser vista como possibilidade de exploração, pelos seus potenciais econômicos: o mineral, o florestal, o hidrelétrico (BECKER, 1990).

Isso resultou na transformação regional, redefinido as estruturas criadas anteriormente, principalmente com a instalação da “malha programada”, malha de duplo controle, técnico e político, cujos componentes foram: a) grande rede de integração espacial; b) superposição de território federal aos territórios estaduais; c) subsídios ao fluxo de capital para apropriação

privada da terra; d) incentivos à imigração para ocupar o território e formar mão-de-obra (BECKER, 2006).

Foram deliberadas diversas ações direcionadas à concretização do objetivo de facilitar a ocupação da região através de estratégias estatais como a instalação de,

redes de circulação rodoviária, de telecomunicação, urbana, etc. subsídios aos fluxos de capital através de incentivos fiscais e crédito a baixos juros, introdução de fluxos migratórios para o povoamento e formação de mercado do trabalho regional, inclusive com projetos de colonização, e superposições de territórios federais sobre estaduais, compuseram a malha técnico- política (BECKER, 2006, p. 27).

Segundo Becker (2006), além do vetor tecno-industrial, que representou a estruturação do espaço regional a partir da expansão da fronteira econômica, insere-se, nesse contexto, o vetor tecno-ecológico, acrescentando novos elementos aos que já estavam presentes. O vetor tecno-ecológico tem na sua essência a emergência do novo modelo de desenvolvimento. Há uma politização, em nível global, da questão ambiental e de atores interessados na preservação da natureza, tais como o G-7, o Banco Mundial e o governo Brasileiro. Esse vetor é responsável pela configuração da Amazônia como uma fronteira socioambiental (BECKER, 2006), na qual podemos incluir a atividade turística, que passa a estar associada a formulação de uma política regional consubstanciada no discurso do desenvolvimento sustentável.

Como alternativa, o desenvolvimento sustentável põe em evidência a necessidade de uma reflexão sobre a relação entre sociedade e o meio ambiente, ganhando ênfase a problemática ecológica. Essa visão ecológica é considerada restrita por Gonçalves (2001), porque deixa de captar os processos socioeconômicos e políticos que estão subjacentes à dinâmica da devastação.

A partir das políticas territoriais implementadas, os núcleos urbanos passam a se localizar às margens das rodovias ou são criados para dar apoio aos grandes empreendimentos econômicos na região, configurando uma urbanização difusa¹¹ que se verifica regionalmente a partir dessa reestruturação mais recente (TRINDADE JR., 2015b):

[...] para além dos rios e das vias terrestres iniciais de colonização, representa, nesse contexto, **a projeção e a difusão do fenômeno urbano em nível espacial mais amplo e mais complexo. Nesse processo, as estratégias de desenvolvimento e de difusão da urbanização por todo o território regional tendem a se assentar em pelo menos três principais modelos de ordenamento do território** que, não

¹¹ É a partir dessa urbanização difusa que Trindade Jr. (2015b) chama a atenção para os três tipos de centralidades – a econômica, a política e a socioterritorial – que podem ajudar a entender o papel das cidades na Amazônia, atentando para as especificidades da região no território brasileiro, e ao mesmo tempo, pensar teoricamente as cidades médias para o conjunto do espaço nacional e sul-americano.

obstante a continuidade existente entre eles, que sugerem geometrias bem diferenciadas: **os pontos (polos de crescimento)**, as **linhas (eixos de integração)** e as **zonas (malha socioambiental)** (TRINDADE JR., 2015b, p. 320, grifo nosso).

Alguns núcleos, que já existiam, fortaleceram-se com a presença das rodovias, consolidando seu papel como centros sub-regionais, a exemplo de Santarém, que será tratado adiante. Além disso, destacam-se as cidades das rodovias como os segmentos “novos”, que se inseriram diretamente no contexto de ocupação recente, contrastando com os segmentos “velhos” (CORRÊA, 2006), que passaram por um processo de estagnação, porque estão fora da lógica dos grandes empreendimentos, ou não estão inseridos no seu contexto, como é o caso de Cametá, conforme também detalharemos no trabalho.

Podemos, então, identificar dois principais períodos (e diferentes padrões): o primeiro a partir da exploração das drogas do sertão e borracha¹², gestando-se uma organização espacial denominada padrão rio-várzea-floresta (além do padrão misto dendrítico-retangular); e o segundo que emerge a partir da metade do século XX, expresso pelo padrão estrada-terra firme-subsolo, marcado pela redefinição da rede urbana e pelo deslocamento das atividades econômicas com a exploração mineral, o que resultou na constituição da fronteira econômica e na (re)organização das bases da produção do espaço regional, principalmente com a instalação dos Grades Projetos (BECKER, 2006). A constituição deste último, contudo, não anulou o padrão rio-várzea-floresta. É essa especificidade que marca a formação dos espaços ribeirinhos, onde o elemento de grande diferenciação é o rio, e as relações históricas que implicaram, por exemplo, na forma e estrutura urbana das cidades na região.

2.2 A MORFOLOGIA URBANA E AS CIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA

De acordo com Gottdiener (1993), no passado, a ciência urbana concentrou-se numa imagem particular do desenvolvimento espacial urbano, ou seja, uma forma confinada de cidade, exemplificada pela visão monocêntrica de Burgess. Dentro dessa abordagem está presente um dos elementos da morfologia urbana, que se vincula ao estudo da forma urbana. Contudo, como destaca Sposito M. (2004, p. 66), o conceito de morfologia urbana,

[...] não se referiria a uma dada forma urbana (extensão e volume), tal como ela se apresenta, mas ao processo de sua gênese e desenvolvimento, segundo os quais podemos explicar essa morfologia e não apenas descrevê-la ou representá-la gráfica ou cartograficamente. Aceitando essa perspectiva, a morfologia urbana refere-se não apenas à forma, mas também aos conteúdos que orientam essa forma, e são por ela redefinidos continuamente [...] (SPOSITO, M., 2006, p. 66).

¹² Além da borracha outros produtos também se destacaram como a castanha do Pará e juta.

Os estudos sobre a forma urbana incorporaram contribuições e concepções teórico-metodológicas das diferentes áreas do conhecimento. A respeito dessas concepções, Gottdiener (1993) identifica sete abordagens em relação às tendências de análise dos eventos e padrões urbanos contemporâneos: ecologia, geografia e economia urbanas, estruturalismo marxista, economia política urbana, newurbanismo e a perspectiva de produção do espaço. Acerca desta última Gottdiener (1993, p. 29) ressalta:

A importância da abordagem da produção social do espaço é que ela procura unificar os vários campos da análise urbana através da observação de que os atuais problemas da sociedade parecem ser cada vez mais articulados como problemas de natureza espacial.

A morfologia urbana se apresentaria como o estudo das formas urbanas, a partir de um conjunto prévio de elementos (o plano, o sítio, ou as relações destes, por exemplo) que permitiriam a comparação entre cidades diferentes e como instâncias analíticas, ou demonstrativas, de processos, inclusive, possibilitando a construção de tipologias (WHITACKER; MIYAZAKI, 2012). Nestes termos, a morfologia urbana ou o estudo das formas urbanas é visto como um procedimento teórico-analítico capaz de ajudar na compreensão dos processos ligados ao espaço urbano, suas dinâmicas e transformações. É o estudo das formas urbanas e as relações destas com o processo de produção do espaço. Contudo, é necessário que o estudo não se limite a uma análise da forma no sentido habitual do termo, isto é, geométrico ou plástico (LEFEBVRE, 1999). É necessária uma abordagem sobre a relação dialética existente entre estrutura, processo, função e forma nos termos de Santos M. (2004).

Assim, na Geografia, a morfologia urbana é entendida como um processo de apreensão do visível que não deve se encerrar em si, mas denotar a investigação conjunta dos processos criadores de formas espaciais e de sua capacidade, mais ou menos limitada, de influenciar na reprodução de processos socioespaciais, permitindo a apreensão da estrutura urbana (WHITACKER; MIYAZAKI, 2012). Neste contexto, a produção do espaço urbano é considerada a partir de relações que se expressam para além das formas espaciais, sendo nosso intuito utilizar essa abordagem para a compreensão das cidades ribeirinhas na Amazônia, especialmente as cidades de Cametá e Santarém.

Na Amazônia durante muito tempo se pensou o processo de urbanização de maneira generalista e homogênea (TRINDADE JR, SILVA; AMARAL, 2008). Entretanto, segundo Vicentini (2004), esse processo guarda suas especificidades, pois os aspectos históricos e culturais aliados às características geofísicas da bacia amazônica, delineiam, explicam e

condicionam a ocupação contemporânea na região. Ademais, a diversidade tem sido reconhecida ou proposta a partir de vários estudos recentes. Porém, há uma tendência a se enfatizar a produção da desigualdade socioespacial para o reconhecimento do atributo da diversidade. Assim, mesmo considerando o espaço amazônico como definitivamente urbanizado, é preciso levar em conta a forma diferenciada dessa urbanização (TRINDADE JR., 2010).

De acordo com Schor, Costa e Oliveira (2009) uma das maneiras de se entender a dinâmica urbana é via classificação das cidades. Assim, os autores consideram que a classificação pode levar ao entendimento das semelhanças e diferenças entre as diversas cidades que compõem a rede urbana. Ressaltam que conjuntamente com a classificação pode-se criar uma tipologia urbana, permitindo-se reconhecer padrões de funcionalidade e de dinâmica urbana.

Considerando a construção de tipologias relacionadas ao processo de urbanização na Amazônia, autores como Becker (1990), Costa e Oliveira (2009), Vicentini (2004), Trindade Jr. (2010), destacam a diversidade urbana amazônica, ou urbanodiversidade regional¹³, revelada não somente por diversos tipos de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem de um único processo, mas também por formas mistas de espaços que indicam a hibridização de relações marcadas por contatos e resistências em face de processos de diferentes naturezas (TRINDADE JR., 2010).

Assim, por exemplo, temos a definição de tipos diferentes de urbanização apresentados por Becker (1990), urbanização espontânea, urbanização dirigida pela colonização particular, urbanização dirigida pela colonização oficial, urbanização dos grandes projetos e a urbanização tradicional. A abordagem sobre a tipologia das cidades de Vicentini (2004), as metrópoles contemporâneas, cidades novas e modernas, cidades da colonização, cidades “espontâneas” e cidades tradicionais, ou ainda, a definição de Trindade Jr. (2010), em cidades da floresta e cidades na floresta.

As cidades da floresta eram, até a década de 1960, as mais comuns na região. Suas características de pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiram-lhes forte ligação com a dinâmica da natureza, da vida rural não moderna e do ritmo da floresta ainda pouco explorada. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram forte relação com o seu entorno e com localidades rurais próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). Por mais que, muitas das pequenas cidades da Amazônia venham perdendo essas características, consideradas rurais, elas ainda não desapareceram e ainda são marcas fortes de sub-regiões como o oeste do Estado do Amazonas, a ilha do Marajó e o Baixo Tocantins”. Por outro lado, as

¹³ A urbanodiversidade regional é um termo utilizado por Trindade Jr. (2010) para identificar as diferentes e plurais realidades urbanas na Amazônia.

idades na floresta são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, e tida principalmente como espaço de exploração econômica (madeireiras, minérios, fragrâncias, espécies animais, turismo etc. (TRINDADE JR., 2010, p. 61).

A partir dessas formas, tipologias e classificações evidenciamos, então, as cidades e vilas ribeirinhas, e consequentemente os municípios dos quais fazem parte. Essas cidades têm fortes ligações locais, sendo, por isso, cidades da floresta por excelência, tal o papel que cumprem na interação com o entorno rural e com o “ritmo da floresta e dos rios” (TRINDADE JR., 2010). Através de sua formação socioespacial, todo um modo de vida e um processo de produção do espaço foram sendo construídos. São cidades com poucas mudanças em sua configuração, muito ligadas ao padrão tradicional, e com pouca repercussão das frentes econômicas, onde os elementos da modernidade do presente mostram-se de forma pontual, convivendo com um tempo mais lento e com práticas socioespaciais que consideram o ritmo da natureza (OLIVEIRA, 2000; TRINDADE JR., 2010).

Para Oliveira (2014, p. 8):

As cidades amazônicas não são apenas produtos do nosso tempo, mas de tempos pretéritos cristalizados na paisagem. Por seu turno, a paisagem urbana das cidades amazônicas não se resume ao conjunto de objetos, pois contém modos de vida os quais, como os primeiros, são resultantes das relações de produção continuamente produzidas, reproduzidas, criadas e recriadas, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo (OLIVEIRA, 2014, p. 8).

Nestes termos, a relação histórica entre as cidades e o rio na Amazônia apresenta uma forte dimensão geográfica, responsável por apresentar material e simbolicamente, em suas paisagens e em seus espaços, determinadas particularidades construídas através de uma multiplicidade de usos e de formas de apropriações relacionadas às necessidades de produção econômica e de expressões sociais com fortes apelos culturais, associados ou não às singularidades locais e às particularidades regionais (TRINDADE JR.; SILVA; MALHEIRO, 2005). São, assim, cidades que resultam de um processo de urbanização tradicional, evidenciadas pela relevância do rio. Embora essa condição seja importante, ela não é elemento determinante, pois há cidades localizadas à beira rio, que dadas as suas caracterizações socioespaciais, não podem ser adjetivadas como cidades ribeirinhas (TRINDADE JR.; SILVA; AMARAL, 2008).

Recorrendo à análise da morfologia urbana, no entendimento das cidades ribeirinhas da Amazônia, destaca-se o plano urbano e sua evolução, pois são, em sua maior parte, cidades de pequeno porte caracterizadas como um modelo de urbanização tradicional (BECKER,

1990). Seu traçado urbanístico, bem como sua localização às margens dos rios, são elementos herdados do período de conquista e defesa do território amazônico, o que nos leva a reexaminar o papel desempenhado pela forma urbana e pelo conteúdo dessas cidades no passado no que diz respeito às suas inserções no contexto de formação do espaço regional.

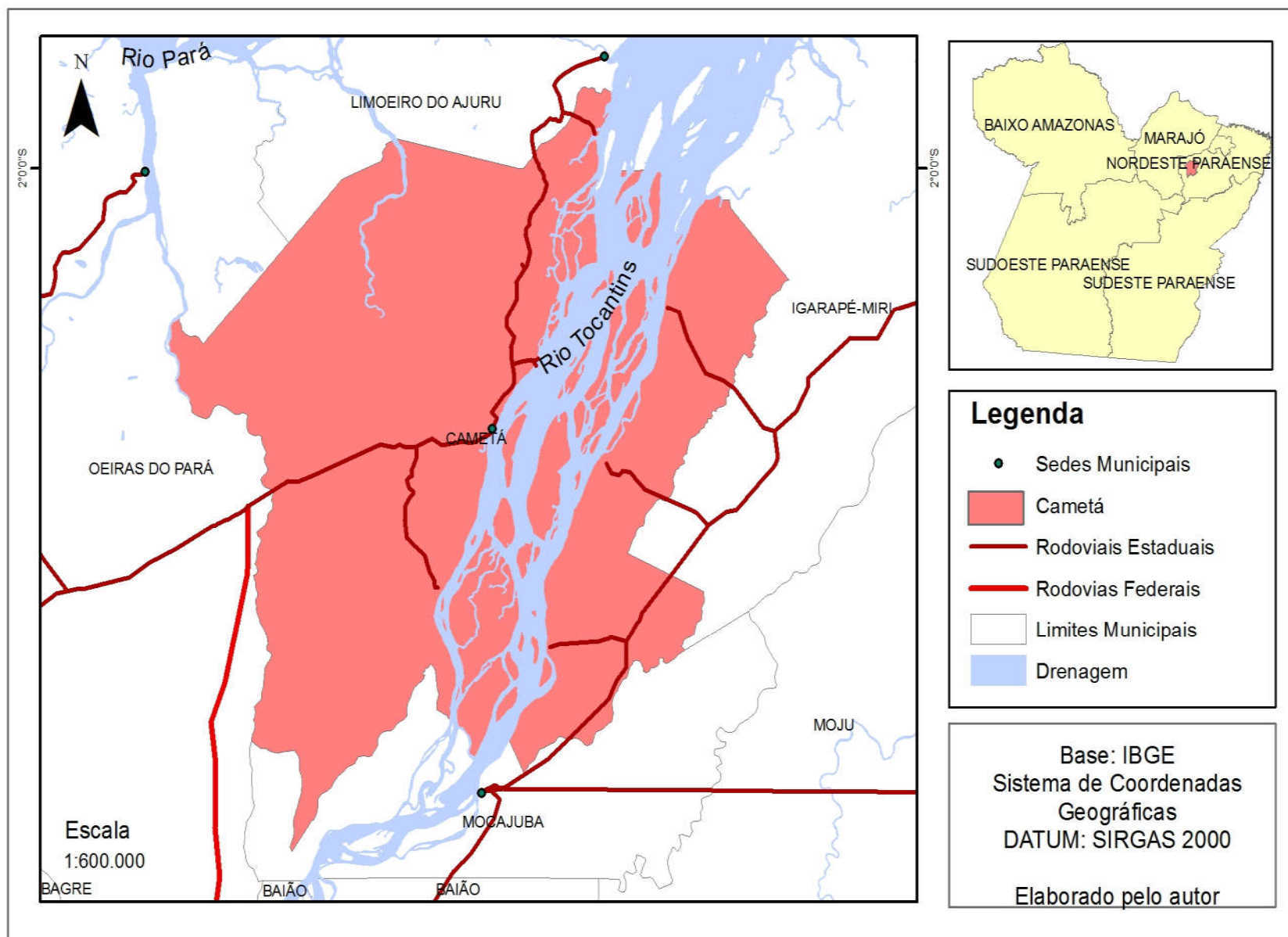
Chega-se às pequenas cidades amazônicas pelo rio quando o barco que navegamos se aproxima. Se for dia, antes víamos a torre da igreja e hoje a torre da telefônica, como sinal da modernização; se for noite, é o clarão da cidade a que se chega vagarosamente, sem pressa, com tempo para os acontecimentos e para a concretização do SER. Chega-se ao porto, quase sempre improvisado, em que tudo parece temporário e inacabado. O porto é o intermédio entre o rio, a floresta e a cidade como lugar privilegiado dos enigmas da Amazônia transfigurados em enigmas do mundo a nos oferecer interrogações sobre origens e destinos. O rio, a floresta e a cidade têm no porto a fronteira entre o real e o imaginário, possibilitando-nos leituras múltiplas de ritmos de tempos diversos [...] (OLIVEIRA, 2004, p. 2).

Portanto, é interessante pensar as cidades ribeirinhas na Amazônia e as questões associadas à morfologia urbana através de seu plano urbano e como representante de uma tipologia urbana presente na região, na qual o espaço socialmente produzido é revelador de especificidades locais, sendo possível verificar relações do plano urbano com o sítio. Essas relações explicam a forma urbana predominante instituída pela origem dos núcleos de povoamento, além do papel que passaram a desempenhar nas suas sub-regiões, como nos exemplos de Cametá, no Baixo Tocantins, e Santarém, no Baixo Amazonas.

2.3 ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DA FORMAÇÃO DE CAMETÁ

O município de Cametá¹⁴ pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense (Mapa 5). Sua formação está atrelada ao surgimento dos primeiros núcleos urbanos no contexto de ocupação e povoamento português na Amazônia no século XVII. A fundação de Capitânias e suas respectivas vilas e cidades obedece à lógica do controle territorial da Coroa Portuguesa de assegurar o domínio de terras do Norte. Até os primeiros anos do século XVII, a porção norte do Brasil não fazia parte do projeto colonizador português, mas o intento francês de fundar a cidade de São Luiz, fez com que Portugal efetivasse o domínio desse território (MIRANDA, 2006).

¹⁴A origem do nome se refere aos índios Camutás, que habitavam a região do Baixo curso do Tocantins. Assim, “caá” quer dizer “mato” e “mutá” é uma espécie de jirau com a escada talhada em forma de dente no próprio tronco da árvore, daí camutás significa “jirau no mato”, isso porque os índios gostavam de construir suas palhoças na forquilha das árvores, detalhes que por si mesmo revela algo diferente no comportamento em comparação à outras tribos. Com as ações de catequização por frei Cristovão de São José, em 1620, é erguida na aldeia dos Camutas, uma igrejinha e um cruzeiro de acapu, a frente do arraial batizado por Vila de Santa Cruz dos Camutás. Em 1635 ocorre a fundação da Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá (TAMER, 1998).



Mapa 5 - Localização do município de Cametá.
Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir das ações colonizadoras na região, como a criação do Forte do Presépio em 1616 que deu origem a Belém, partiram novas expedições povoadoras (CORRÊA, 1987). É nesse contexto que se insere a colonização do Baixo Curso do rio Tocantins e a formação de Cametá:

A expedição partiu de Belém em 16 canoas, nas quais embarcaram um capitão e oito oficiais reformados, todos portugueses; 200 índios a remo e arco; 40 cavaleiros; e mais 60 pessoas de serviço, perfazendo cerca de 300 pessoas. Os padres chegaram primeiro à aldeia de Mortiguara (atual Vila do Conde), de onde se dirigiram a Cametá, local onde seria instalada dois anos depois a missão dos jesuítas, em substituição à dos carmelitas, responsáveis pela direção espiritual da vila desde 1643 [...] (CABRAL, 2013, p. 30).

No tempo de Francisco Coelho, foi dividido o Estado do Maranhão em várias capitanias hereditárias: as de Tapuitapera e Cametá couberam a um irmão e ao filho do governador, a de Caeté ou Gurupy a Álvaro de Souza, filho de Gaspar de Sousa, que tantos serviços prestara à conquista; para si a metrópole reservou no Maranhão o território entre o Parnahyba e o Pindaré, no Pará as terras de Maracanã ao Tocantins. Mais tarde Bento Maciel obteve a capitania do cabo Norte limitada pelos rios Vicente Pinzon ou Oyapoc, Amazonas e Pará, e Antônio de Sousa de Macedo a da ilha Marajó (ABREU, 1998, p. 177).

O processo de ocupação e, conseqüentemente, de formação dos primeiros núcleos de povoamento se dão, também, com a presença religiosa (VICENTINI, 2004). De acordo com Cabral (2013), a partir da tomada de São Luís do Maranhão pelos portugueses em 1615, capuchinhos, agora sob a liderança lusitana, chegaram à região do Tocantins. Frei Cristóvão de São José fundou o primeiro povoado de Cametá, em 1620. Contudo, a fundação oficial ocorre somente em 1635 com a doação da capitania de Cametá a Feliciano Coelho de Carvalho, ligada a contextos de exploração de recursos.

Rei Felipe III faz doação das terras do Camutá, decide sobre a doação Capitania de Cayté, no Pará e Cumã e Tapuitapera no Maranhão. Assim, pôde ser reconstituída a história da distribuição das terras das primeiras capitanias fundadas na Amazônia, onde não fica mais dúvida que os interesses de Feliciano Coelho sobre as terras do Camutá estavam pautadas em prévio conhecimento sobre as riquezas que poderiam ser exploradas e que eram de interesse dos comerciantes portugueses. A Carta de Doação mostra ainda, que as terras que estavam sendo repartidas já haviam sido cartografadas, vide a delimitação geográfica das terras de Camutá, entre o Rio Pará e o primeiro braço do Rio das Amazonas já reconhecidas (MIRANDA, 2006, p. 46).

Com as doações dessas capitanias e a fundação da fortaleza de Gurupá, o mapa do Vale Amazônico passou a ser constituído não só pelas missões religiosas e aldeias indígenas, mas integraram-se a este território as vilas das capitanias¹⁵. A localização destas vilas e cidades

¹⁵ As terras das capitanias permaneceram sob o poder dos donatários até a metade do século XVIII. Em 1753 a Coroa Portuguesa, sob as ordens de Sebastião Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, põe fim ao sistema de Capitanias Hereditárias nas colônias portuguesas, no que ficou conhecido como “incorporações”, iniciando um novo projeto para as colônias (MIRANDA, 2006).

mostra a lógica que estava diretamente relacionado ao projeto do controle de entrada no rio Amazonas, circulação de embarcações e o comércio de mercadorias. Nestes anos de setecentos, o cacau já era o principal produto exportado pelo porto de Belém (MIRANDA, 2006).

É em função do contexto de exploração das drogas-do-sertão (cacau, cravo, canela, dentro outros), que Cametá torna-se importante aglomerado populacional. O papel do rio como via de circulação logo lhe possibilitou a condição central de espaço estratégico, por meio de funções comerciais e da implantação de funções urbanas de natureza político-administrativa no Baixo Tocantins (CORRÊA, 1987).

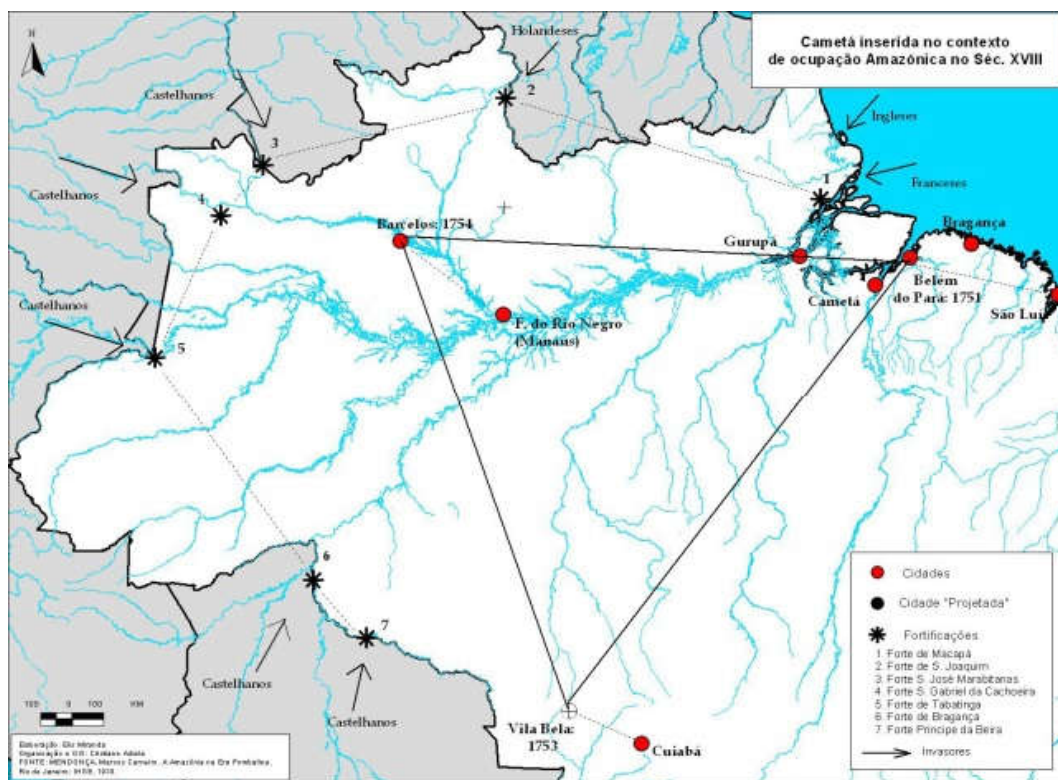
Os efeitos das ações da companhia pombalina, contudo, dar-se-ão espacialmente de modo desigual, introduzindo uma certa diferenciação entre os núcleos de povoamento. Primeiramente, esta diferenciação verifica-se através das funções urbanas de natureza político administrativa: em cada uma das duas capitanias passa a existir uma capital, várias vilas e numerosos povoados, estabelecendo-se, assim, **uma hierarquia político-administrativa em cujo topo situa-se Belém. Em segundo lugar, através das funções comerciais e de serviços** que se ampliaram desigualmente durante o processo de inserção mais profunda da Amazônia no comércio internacional de produtos tropicais. Assim, verifica-se em **Cametá, localizada no baixo curso do rio Tocantins, em razão da expansão da lavoura do cacau que, de certo modo, aí se concentrou [...]** (CORRÊA, 1987, p. 46, grifo do nosso).

Com as incorporações pombalinas se inicia um novo capítulo na formação histórico-geográfica da Amazônia. O período de 1750 e 1777, reconhecido como período pombalino, foi marcado pela destituição dos donatários, construções de casas de cadeia e câmara, igrejas, praças, criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, como medida de controle sobre o comércio das drogas do sertão, o que demonstrava o patente interesse em promover alterações territoriais estruturais (MIRANDA, 2006).

A Amazônia foi, sem dúvida, área prioritária da política pombalina, demonstrada as preocupações do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado e do Primeiro Ministro de Portugal por esta região nas correspondências trocadas no período de 1751 a 1759. No conjunto de correspondência, **há um mapa da Amazônia onde foi delimitada, em formato de triângulo, a área prioritária para receber as atenções da política pombalina. Intitulado O triângulo e os Pilares Mestres da Amazônia do século XVII [...]**, o mapa foi feito a partir da leitura das cartas, após identificar a concentração da política pombalina neste triângulo (MIRANDA, 2006, p. 59, grifo da autora).

É nesse contexto que Miranda (2006), destaca a importância estratégica de Cametá como a principal via de comunicação entre o Pará e o Mato Grosso (Mapa 6), a de sua inserção no processo de construção de uma paisagem lusa na Amazônia, já que, conforme ressalta a autora, a paisagem atual de Cametá começou a ser produzida em meados do século

XVIII, no contexto das intervenções territoriais e urbanísticas do período pombalino¹⁶. O que trataremos no capítulo III na abordagem sobre as rugosidades espaciais e seu uso como atrativo turístico.



Mapa 6 - Cametá inserida no contexto da ocupação no século XVIII.

Fonte: Araújo (2006).

Retomando os aspectos abordados sobre a morfologia urbana, no caso de Cametá, é possível associar o plano urbano com o sítio, a origem do povoamento, e os contextos e processos econômicos e políticos, a exemplo das intervenções no plano urbanístico promovidas por Pombal. Assim, por exemplo, sua configuração urbana atual resulta do padrão espacial dendrítico, apresentando um plano ortogonal, onde as ruas terminam nos portos e trapiches (Figura 1 e 2).

¹⁶ De acordo com Miranda (2006), pelo menos quatro cidades poderiam servir de objeto empírico para sua pesquisa de Doutorado sobre as paisagens lusas na Amazônia: Belém, por ser a capital do Estado do Pará e primeira cidade portuguesa edificada no vale amazônico; Bragança, vila fundada no século XVII às margens do rio Caeté; Santarém, localizada às margens do rio Tapajós, fundada no período *pombalino* (1750-1777), e, por fim, Cametá, a qual autora optou por sua importância na história da formação do espaço amazônico e, na estratégia de controle do território luso-brasileiro, que tinha por objetivo o controle da circulação de embarcações entre a região Central do Brasil e o vale amazônico.



Figura 1 - Configuração da cidade Cametá na década de 1970.
Fonte: Secultd (2015).



Figura 2 - Vista parcial da cidade e do rio Tocantins em 2015.
Fonte: Secultd (2015).

Nesse sentido, como outros espaços que têm seu processo de surgimento explicado a partir da colonização da Amazônia, Cametá desenvolveu um padrão espacial por meio do qual os aglomerados populacionais - cidade, vilas e povoados -, estão situados em sua maioria à margem dos cursos fluviais, e, em especial, à margem do Tocantins, e ainda hoje tem como

característica a predominância de uma população rural (Tabela 1). Atualmente cerca de 56% da população vive na área rural e têm a pesca como suporte para sua sobrevivência (BENTES et al, 2014).

Tabela 1 - Evolução populacional no município de Cametá de 1980-2016

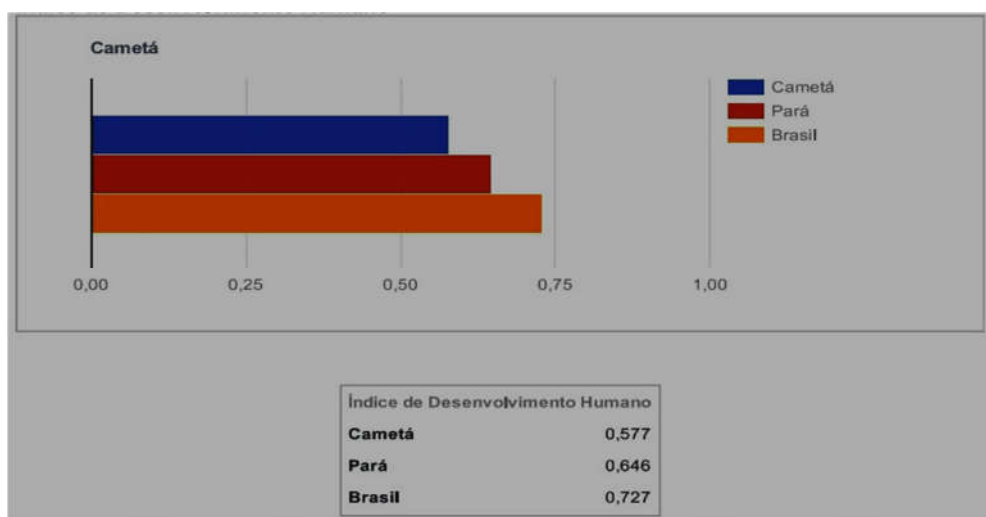
CENSO	POP. MUNICÍPIO	POP. URBANA	POP. RURAL
1980	79.317	21.372	57.945
1991	85.140	30.278	54.909
1996	89.400	35.508	53.892
2000	97.624	40.417	57.207
2007	110.323	47.984	62.339
2010	120.896	52.838	68.058
2016*	132.515	-	-

Fonte: Organizado a partir de IBGE (2010) e FAPESPA (2016).

* População Estimada

Em relação aos indicadores sociais, de acordo com os dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 2010, o de Cametá foi de 0,577 (Gráfico 1), ficando na faixa do IDM entre 0,500 e 0,599. A dimensão que mais contribui para esse IDHM é a Longevidade, com índice de 0,754, seguida de Renda, com índice de 0,538, e de Educação, com índice de 0,474. Assim, o município ocupa a 4695ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros (IBGE, 2010).

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Humano de Cametá



Fonte: IBGE (2010).

A área territorial do município compreende 3.018,36 km², sendo formada, 20,3% por rios e baías, 36,4% por campos naturais, 26,2% por várzeas e ilhas e 17,1% por terra-firme (IBGE, 2010). O rio Tocantins, destaca-se, no município, pela ligação que mantém com inúmeros igarapés, furos, braços de rios, e as presença de um grande número de ilhas, nas quais se concentram povoados e diversas localidades¹⁷.

[...] a região das ilhas apresenta uma importância significativa por ser uma área de histórica ocupação populacional, a primeira e a de mais longa duração do processo de territorialização de grupos sociais caboclos, a partir do processo colonizador português, e também porque nesta se desenvolvem atividades econômicas de produção, de extração e manejo de recursos territoriais, importantes para a dinâmica econômica de Cametá e da Amazônia (PEREIRA, 2014, p. 198).

Desse modo, a natureza, aqui considerada, é a natureza recurso, reconhecida a partir de relações econômicas e culturais. Adquire, assim, um sentido histórico, uma vez que está associado ao processo de produção social do espaço sub-regional do Baixo Tocantins. Trindade Jr. (2009) reconhece o Baixo Tocantins como uma unidade sub-regional e o define como um subconjunto regional no contexto da região amazônica e especificamente no contexto imediato da Amazônia Oriental, em função das seguintes particularidades: a) presença forte da natureza como recurso, via de circulação e representação simbólico-cultural; b) padrão de ordenamento territorial de caráter dendrítico; c) condição de jusante ou de baixo curso fluvial como definidor de um processo histórico pioneiro na ocupação da região; d) modelo de urbanização tradicional, com paisagens urbanas tipicamente ribeirinhas; e) população com fortes raízes culturais e históricas relacionadas à vida local; f) coesão política e poucas perspectivas de fragmentação territorial.

O movimento de subida e de descida das águas é possivelmente uma das feições mais importante dos rios, interferindo no modo de vida da população ribeirinha, influenciando hábitos e criando padrões culturais, como o horário de acordar e de pescar (COSTA, Gilson, 2006). É nesse movimento que o rio Tocantins demarca sua importância para a vida local, pois os momentos da vazante e da cheia indicam a partida ou saída das embarcações, de vários tamanhos e modelos, que todos os dias aportam na cidade e nas vilas do município e definem a dinâmica da feira¹⁸, portos e trapiches (Figura 3 e 4).

¹⁷ São 122 localidades, com 523 comunidades cristãs, inseridas nas mais de 90 ilhas existentes no município de Cametá (BARRA; FURTADO, 2004).

¹⁸ Os produtos comercializados na feira são trazidos não apenas pelos ribeirinhos das ilhas, mas também pelos pequenos produtores das margens das rodovias. Dessa forma, a feira se mostra como o lugar de diferentes tempos, de diferentes dinâmicas e de ponto de convergência, de encontros, uma vez que diariamente encontram-se pessoas provindas das ilhas, das margens da rodovia, e até de outros municípios (COSTA, Gleice, 2013).



Figura 3 - Embarcações no porto da cidade de Cametá.
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).



Figura 4 - Embarcações de vários tamanhos nos portos e trapiches da cidade.
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).

Os ribeirinhos do interior não apenas concebem o porto como esse espaço intermediário entre rio, ilhas, floresta, terra-firme e cidade, é o espaço privilegiado das conexões, nexos (vínculos) e intercâmbios territoriais (PEREIRA, E., 2014). Cametá, portanto, é considerada uma cidade ribeirinha tradicional, não somente pela proximidade do

rio, mas pelas relações construídas, as interações estabelecidas entre moradores e o rio (Figura 5).



Figura 5 - O rio Tocantins utilizado como fonte de recursos
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).

São nestes termos que se reconhece a expressão socioespacial de Cametá. Na interação do homem com a natureza e, notadamente, com o rio, que extrapola o sentido da circulação. Tratasse de uma manifestação multidimensional, uma vez que o uso do rio se volta para fins de obtenção de recursos de subsistência e econômicos (a água, o pescado etc.), manifesta referências simbólico-culturais (a festa de São Pedro como padroeiro dos pescadores, o simbolismo do boto nas atividades cotidianas etc.), lúdicas (brincadeira, banhos de rio etc.) e viabiliza o transporte regional (feito através de balsas, lanchas, barcos, canoas, rabetas etc.) (TRINDADE JR.; TRINDADE, 2012).

A partir das décadas de 1950-60 configura-se um novo padrão de organização espacial na Amazônia, que redefine a rede urbana regional, ganhando destaque as cidades da rodovia, como Castanhal, Parauapebas, Paragominas, dentre outras. Conforme destacado, ao rápido e recente crescimento desses centros urbanos, opõem-se um menor crescimento da maioria das cidades ribeirinhas, verificando-se uma diminuição ou estagnação das atividades econômicas, como no caso de Cametá. Assim, houve pouca expressão da instalação das rodovias, podendo ser destacado como principal rebatimento a expansão do cultivo da pimenta do reino, que entrou em crise, especialmente pelo desgaste do solo e queda do valor do produto no mercado (POMPEU, 2002).

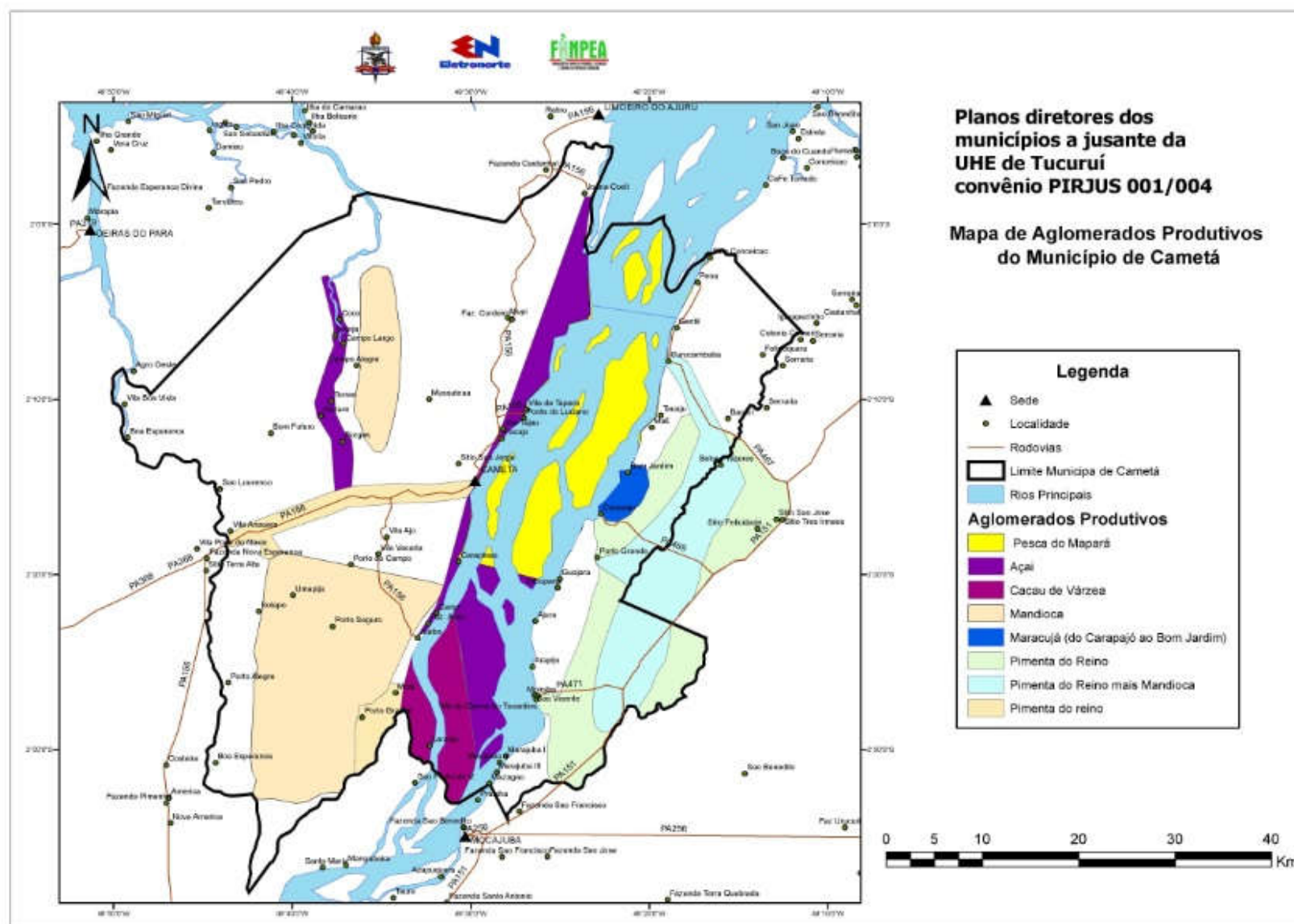
Na condição de fronteira econômica a que fica submetida à região (BECKER, 1990), muitas áreas não foram diretamente inseridas nos novos processos gestados, diferentemente de outros espaços, como o sudeste do Pará, onde foram instalados grandes empreendimentos econômicos e definidas formas diferenciadas de investimentos. No caso de Cametá, apesar de se localizar geograficamente entre dois grandes projetos, instalados na década de 1980, integrantes do então Programa Grande Carajás (PGC) - a Hidrelétrica de Tucuruí e o Complexo Albrás-Alunorte, em Barcarena -, o município não se inseriu da mesma forma nos processos desencadeados pela instalação do programa, que visava promover o desenvolvimento sub-regional.

Isso não significa dizer que o município não tenha sofrido impactos desses empreendimentos. Na realidade, sua inserção nessa lógica desenvolvimentista se deu a partir das repercussões provocadas especialmente pelo represamento do rio Tocantins para a construção da hidrelétrica, que influencia sobre as condições naturais do ecossistema e, conseqüentemente, sobre a reprodução das espécies de pescado existentes na área. Dados disponíveis de pesquisas realizadas na década de 1980 indicam uma redução de 65% na quantidade comercializada de pescado na região do Baixo Tocantins e evidenciam o decréscimo ocorrido na captura do camarão, que, no período pós-barramento do rio, representou, apenas, 47% da quantidade capturada em 1981 (BENTES et al, 2014).

Em função da posição estratégica e importância econômica e política, já obtida em outros períodos, verifica-se, de acordo com Trindade Jr. (2015), que Cametá exerce uma centralidade urbana voltada para o atendimento de demandas sociais e territoriais muito mais endógenas, assumindo a condição de cidade média¹⁹ quanto ao oferecimento de serviços e à distribuição de determinadas mercadorias, principalmente no contexto do Baixo Tocantins, junto aos municípios de Baião, Mocajuba, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajurú.

Do mesmo modo, como resquício de seu passado econômico, predomina uma economia de base extrativa (açaí nas várzeas e pesca artesanal), além do comércio e serviços, e atividade agrícola familiar, com destaque para a mandioca, o cacau, o coco e a pimenta-do-reino (PARÁ, 2012). A Pimenta do reino e o açaí são os produtos básicos da economia, que juntamente com a pesca do mapará, e o cacau são destacados em relação aos aglomerados produtivos do município (Mapa 7).

¹⁹ Cidades médias são aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional, não sendo simplesmente centros locais, mas núcleos urbanos com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades menores e articular relações de toda ordem. Desempenham funções que servem de mediação entre as pequenas cidades da região e as metrópoles regionais e extra-regionais. Nessa condição, definem seus dinamismos em função da forte centralidade exercida em determinado contexto sub-regional (TRINDADE JR., 2011b).



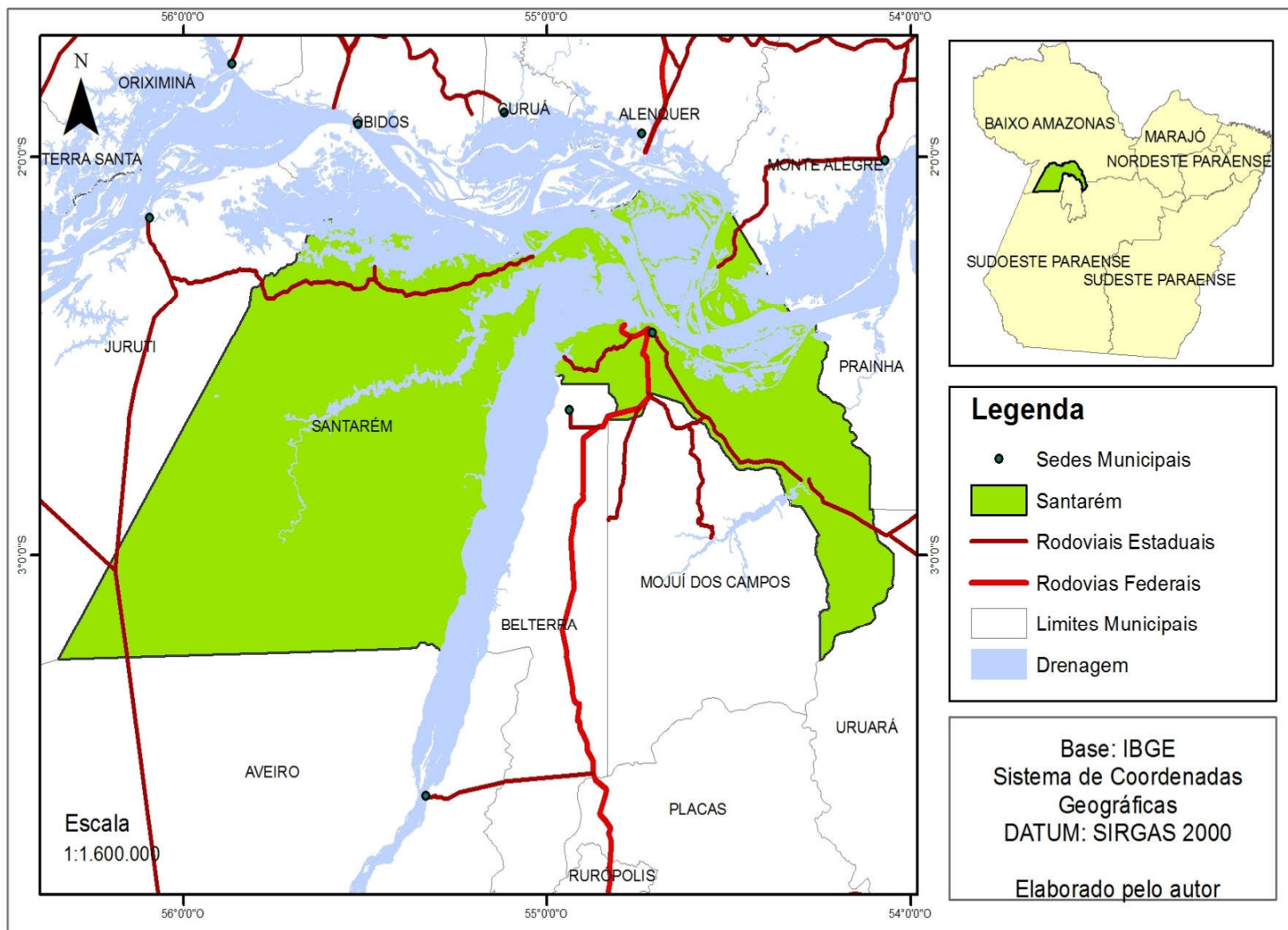
Mapa 7 - Aglomerados produtivos definidos a partir do Plano Diretor de Cametá.
 Fonte: Cametá (2007).

O setor comercial, funciona como um dos pilares que sustentam a economia local, sendo a feira, juntamente com o comércio varejista, os elementos basilares do setor. A dinâmica da feira livre de Cametá é impulsionada por atividades ligadas ao circuito inferior da economia urbana estando nela inseridos diferentes agentes sociais: Estado (Prefeitura Municipal), os trabalhadores (feirantes, camelôs, ambulantes), consumidores e moradores (PADINHA, 2010).

No contexto mais recente, outras atividades são vistas como alternativas para o desenvolvimento, como a piscicultura e o turismo. Essas atividades se tornaram elementos definidores de planos e projetos na região, como o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da região à Jusante da UHE Tucuruí (PPDJUS), que destaca a importância da agricultura familiar (arroz, feijão, mandioca, cacau, pimenta-do-reino); da pesca artesanal e piscicultura; do extrativismo (madeira, palmito, açaí); do turismo (cultura popular, patrimônio cultural, artesanato etc); e da economia popular (associações, cooperativas, atividades informais) (CAMETÁ, 2003).

2.4 ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DA FORMAÇÃO DE SANTARÉM

O município de Santarém pertence à mesorregião do Baixo Amazonas (Mapa 8). Sua origem, assim como no caso de Cametá, também está relacionada ao contexto de ocupação da Amazônia e exploração das drogas do sertão. As ações colonizadoras por parte dos portugueses nos séculos XVI e XVII promovem a formação do núcleo de povoamento de Santarém, que se tornou estratégico para a ocupação definitiva do território do Baixo Amazonas. Destacam-se nesse sentido as expedições de Francisco Orellana no ano de 1542 e, posteriormente, de Pedro Teixeira, no ano de 1626. Este último, comandando uma tropa de resgate, sobe em direção ao Amazonas, chegam à aldeia dos Tapuyusús, os índios do rio Tapajós. Mas é em 1653, com a chegada dos jesuítas no Pará, que se confirma a dominação portuguesa através da religião (PEREIRA, J., 2004).



Nestes termos, a formação do núcleo de povoamento, também, está atrelada às ações da igreja católica na região. Padre Antônio Vieira foi o primeiro jesuíta que chegou ao rio Tapajós sob o argumento de catequizar os índios, mas foi somente em 1661 que o padre João Felipe Bettendorf instala uma missão na aldeia dos Tapajós. Em 1758 foi elevada à categoria de vila com o nome de Santarém, uma homenagem à cidade lusitana localizada às margens do rio Tejo (FONSECA, 2015). Segundo Corrêa (2006), o primeiro-ministro português, Marquês de Pombal, dentre um conjunto de políticas adotadas, promoveu a elevação, entre 1755 e 1760, de 46 aldeias missionárias à categoria de vila. Essas aldeias tiveram seus nomes modificados, reproduzindo em muitos casos nomes de povoações portuguesas. Alenquer, Almeirim, Aveiro, Barcelos, Borba, Ega (atual Tefê), Faro, Melgaço, Santarém, Serpa (atual Itacoatiara), Óbidos e Vila Nova da Imperatriz (atual Parintins).

Em 1848, a vila de Santarém é elevada à categoria de cidade (FONSECA, 2015). Por sua localização geográfica, na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, começa a se destacar como centro de comando na sub-região, transformando-se em um importante entreposto comercial vinculada à exploração das drogas do sertão durante os séculos XVII e XVIII.

No período que se estende da metade do século XVII ao final da primeira metade do século XVIII, esse esquema estava baseado numa organização apoiada em fortins, aldeias missionárias e na exploração da mão de obra indígena. Criaram numerosas aldeias missionárias [...]. Essas aldeias e fortins localizavam-se principalmente às margens do rio Amazonas, em muitos casos na confluência de um afluente. Esses núcleos possuíam, assim, uma posição vantajosa, controlando a circulação de um vale: são exemplos, entre outros, Santarém (rio Tapajós), Óbidos (rio Trombetas) e Tefê (rio Japurá). Mas o número de aldeias foi muito maior [...] (CORRÊA, 2006, p. 194).

Entre 1867 e 1874, Santarém recebeu 267 migrantes sulistas americanos, fugidos por conta da guerra civil – a Guerra de Secessão- entre os estados do norte e sul daquele País. Este grupo de migrantes foi de grande importância para o crescimento econômico da cidade, visto que poucos anos depois já estavam desenvolvendo atividades produtivas na agricultura, engenhos de cana-de-açúcar, estradas e serrarias, estaleiro naval, dentre outras (FONSECA, W., 2015).

No século XIX, a agricultura se destaca com o cultivo do cacau, mas foi com a borracha que Santarém viveu um período de crescimento acelerado devido ao intenso comércio entre Manaus e Belém. No período da exploração gomífera vários seringais surgem ao longo do Tapajós.

O revigoração dos núcleos preexistentes, localizados, sobretudo, no vale do Amazonas e nos baixos cursos de seus afluentes, é uma das consequências do *boom*

da borracha. Núcleos que ficaram estagnados a partir do final do século XVIII, como Santarém, Óbidos, Itacoatiara e Parintins, reviveram, passando por período de relativa riqueza [...]. A cidade de Santarém, por sua vez, localizada na embocadura de um afluente mais importante do que o Trombetas, de cuja foz não se achava distante, apresenta um crescimento vigoroso, ultrapassando em importância a cidade de Óbidos. É a partir do final do século XIX que Santarém transforma-se na segunda cidade do Pará, ultrapassando, também, a cidade de Cametá, pouco valorizada pela produção da borracha e desvalorizada pela perda de importância da cultura do cacau (CORRÊA, 2006, p. 209).

No início do século XX, a região amazônica passou por um período de estagnação econômica, que refletiu diretamente nos centros urbanos. No entanto, Santarém apresentou um considerável crescimento econômico e populacional, em virtude da cultura da juta introduzida e difundida nas várzeas do Amazonas pelos migrantes japoneses. Em 1951, passa a funcionar em Santarém a Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém (FONSECA, W., 2015). Assim, Santarém, não é impactada pela estagnação que abalou as cidades que dependiam exclusivamente da borracha. Sua população passa de 7.527 habitantes em 1940 para 24.498 em 1960 (CORRÊA, 2006).

Na década de 1970 é introduzida a produção da pimenta do reino, pelos imigrantes japoneses, no Estado do Pará, inclusive nas imediações de Santarém. Entretanto, foi a descoberta do ouro que representou as maiores mudanças no campo socioeconômico, provocando o adensamento populacional, crescimento urbano, além do incremento das atividades agropecuárias, comerciais, industriais e de serviços. A construção da Rodovia Cuiabá-Santarém, repercutiu no crescimento demográfico e econômico (Tabela 2), produtores foram atraídos pelo baixo custo da terra e pelas potencialidades do solo para a produção de grãos, entre os quais se destaca a soja (COSTA, T. 2014).

Tabela 2 - Evolução da População de Santarém 1950-2016

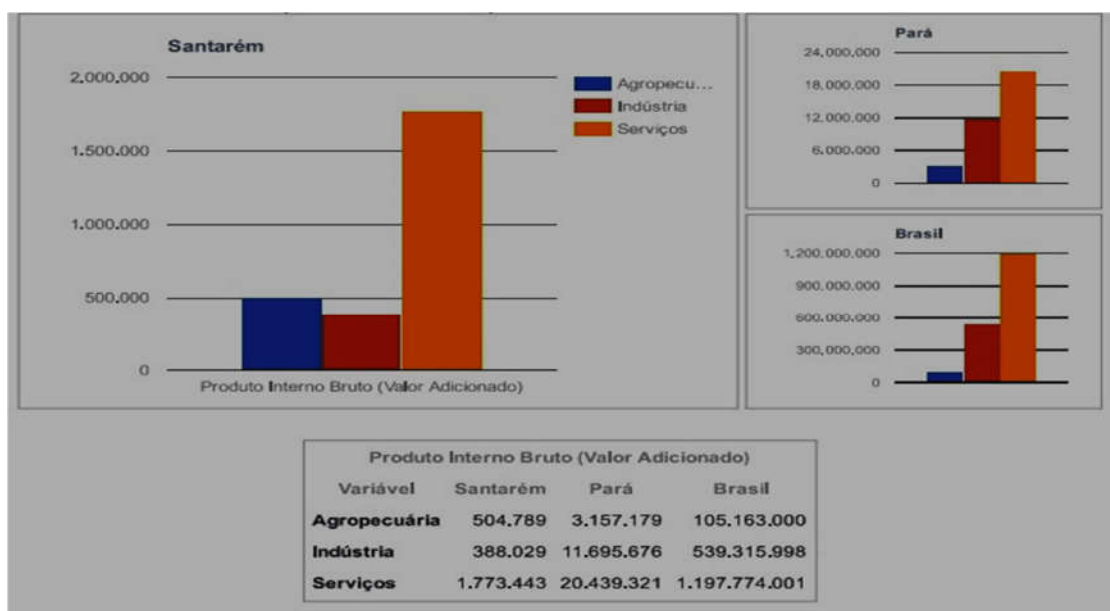
Ano	Total	Urbana	Rural
1950	60.229	14.061	46.168
1960	92.144	24.498	67.646
1970	135.215	51.123	84.092
1980	191.950	111.657	80.293
1991	265.062	180.018	85.044
1996	242.755	166.023	76.732
2000	262.538	186.297	76.241
2010	294.580	215.947	78.827
2016*	294. 447	-	-

Fonte: Elaborado a partir de IBGE (2010); FAPESPA (2016).

* População estimada

A economia de Santarém está assentada nos setores de comércio e serviços, no ecoturismo, nas indústrias de beneficiamento (madeireiras, movelarias, olarias, panificadoras, agroindústrias, de peixe etc.) e no setor agropecuário (especialmente arroz, mandioca e soja). No entanto, o setor de comércio e serviços é o que apresenta maior peso na composição local (Gráfico 2). O setor agropecuário se destaca na economia do município, e é representado pelas atividades pesqueiras, pela pecuária de corte e leiteira, agricultura, pela avicultura, extrativismo, entre outros (SANTARÉM, 2013).

Gráfico 2 - Produto Interno Bruto de Santarém



Fonte: IBGE (2010).

No contexto da agricultura familiar, as principais culturas cultivadas são: verduras e legumes, milho, mandioca, arroz, feijão, coco, banana, cacau, café, laranja, limão, maracujá, melancia, fibra do curauá, pimenta do reino, tomate, tangerina, urucu, produção de açaí e castanha do Pará. Destacam-se ainda os produtos medicinais e aqueles voltados para a indústria de cosméticos: cumarú, óleo de copaíba, andiroba, mel de abelhas, leite de Amapá, sucuba e jenipapo etc. O setor secundário é representado pelas chamadas indústrias leves, de pequeno porte, que utilizam processos semi-industriais, limitando-se ao beneficiamento de alguns produtos primários e extrativos: processamento de madeira, beneficiamento de látex, usinas de beneficiamento de arroz e de castanha, casas de farinha, indústrias de beneficiamento de pescado, produção de alimentos (panificadoras, torrefações, fábricas de refrigerantes), fábricas de gelo e sabão, agroindústrias, pequenas unidades artesanais que

trabalham com madeira, barro, couro e fibra, marcenarias, indústrias de cerâmica (tijolo, telha etc), material impresso, vestuário e confecções (SANTARÉM, 2010).

De pequena missão religiosa criada no terceiro quartel do século XVII à condição de cidade mais importante da mesorregião do Baixo Amazonas foi um longo percurso. Firmou-se como o principal entreposto comercial no eixo Manaus-Belém ainda no período colonial, ganhou impulso no período da exploração da borracha, constituindo-se, atualmente, o mais importante centro regional do oeste paraense, figurando na hierarquia urbana como uma cidade de porte médio (PEREIRA, J., 2004), ou cidade média.

Segundo Trindade Jr. (2015a), algumas cidades amazônicas, como no caso de Santarém, devido à grande centralidade que as elevaram à condição de centros urbanos de influência sub-regional, assumem hoje o patamar de cidades de porte médio, reafirmando a urbanização da população na região. Além desse perfil, destaca-se, cada vez mais, a importância econômica, política e socioterritorial que elas apresentam no contexto regional (TRINDADE JR., 2015a).

Pereira J., (2004, p. 133) identificou três modalidades de cidades médias com características específicas:

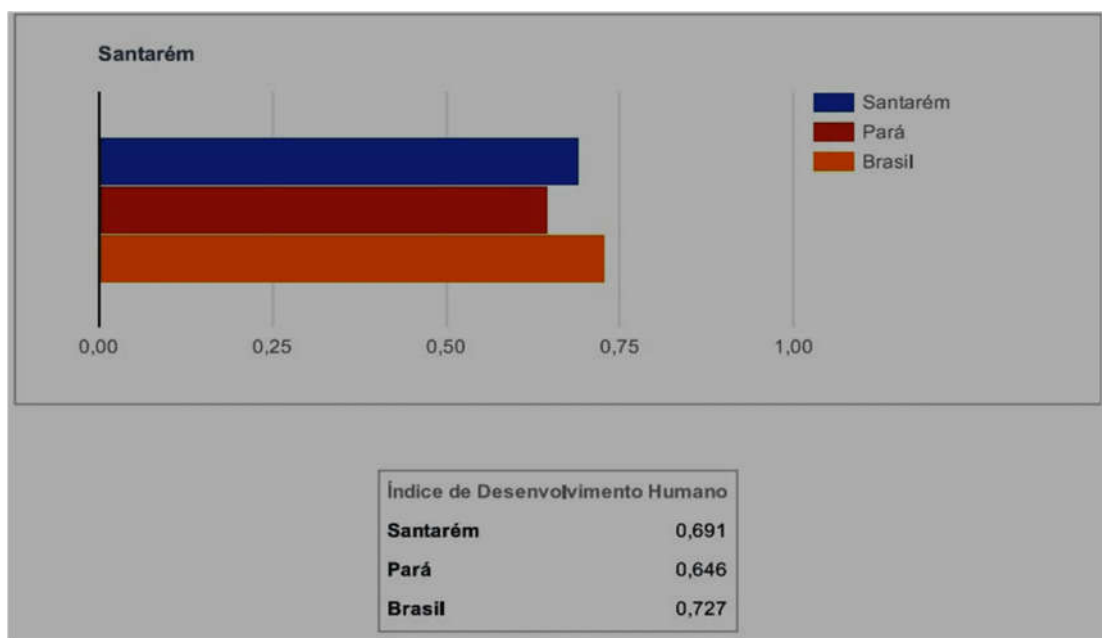
[...] as cidades médias às margens de estrada apresentam melhor conexão com outras cidades e maior facilidade de acesso para a população migrante (Marabá e Castanhal), por exemplo. **As cidades médias às margens dos rios guardam características com o padrão dendrítico e têm no rio seu principal meio de articulação com as cidades menores de sua respectiva mesorregião (Santarém);** e as cidades médias capitais estaduais (Rio Branco e Porto Velho), que por sua vez, apresentaram os melhores indicadores no que diz respeito à oferta de bens e serviços à sua população (PEREIRA, 2004, p. 133) (grifo do autor).

Nestes termos, Santarém é uma cidade média à margem do rio, que exerce centralidade econômica e política. Sua importância e significado como cidade média na mesorregião do Baixo Amazonas deve-se: a) à estrutura e diversidade de bens e serviços existentes; b) ser espaço de mediação entre as pequenas cidades e os grandes centros; c) serve de base de deslocamento para outras cidades dentro da mesorregião; d) ser o maior fórum regional de decisões políticas e debates em torno das necessidades do Baixo Amazonas, e, mais recentemente, à região denominada informalmente de Oeste do Pará; e) desempenhar papel de centro de crescimento econômico regional; f) apresentar capacidade de receber e fixar migrantes de cidades menores ou da zona rural; g) ser cidade não integrante de área metropolitana (de Belém, no caso), da qual guarda a distância de 807 km; h) apresenta situação geográfica favorável (disponibilidade de recursos naturais e terras, rios navegáveis e estradas) (PEREIRA, J., 2004).

Como cidade média, Santarém possui elementos que a tornam atrativa e fundamental para as cidades vizinhas mais próximas e distantes, oferecendo serviços modernos, como serviços bancários, clínicas especializadas, faculdades, consultorias ambientais, dentre outros. Além disso, destaca-se a instalação de infraestruturas (Cuiabá-Santarém (BR- 163, cais de arrimo, aeroporto), e o crescimento das atividades econômicas, das comunicações e do transporte (NOBREGA, 2012; TRINDADE, 2015).

Em relação aos indicadores sociais, de acordo com os dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 2010, o de Santarém foi de 0,691 (Gráfico 3), ficando na faixa do IDM entre 0,600 e 0,699. A dimensão que mais contribui para esse IDHM é a Longevidade, com índice de 0,807, seguida de Educação, com índice de 0,648, e de Renda, com índice de 0, 632. Assim, o município ocupa a 2161^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros (IBGE, 2010).

Gráfico 3 - Índice de desenvolvimento humano de Santarém



Fonte: IBGE (2010).

A área territorial do município atinge 22.887,08 km²²⁰, distribuídos por quatro sub-regiões denominadas: a) Sub-Região do Planalto: área de terras firmes, entre as bacias dos

²⁰ O Município possui oito distritos: distrito do Lago Grande do Curuai, distrito do Rio Arapiuns, distrito do Rio Tapajós, distrito do Rio Amazonas (Várzea), distrito do Eixo Forte e distrito do Rio Curuá-Una. São 472 comunidades rurais distribuídas ao longo desses distritos, das quais 260 localizam-se nas regiões dos rios e várzeas, e 212 estão na zona do planalto (SANTARÉM, 2016).

rios Curuá-Una e Tapajós; b) Sub-Região dos rios Tapajós e Arapiuns: terras envolvidas pelas áreas ribeirinhas desses rios e respectivas zonas de influência; c) Sub-Região das Várzeas: regiões ribeirinhas e de várzeas ao longo do Rio Amazonas; d) Sub-Região do Lago Grande - regiões de várzeas e terras firmes, que compõem a área entre a margem direita do Rio Amazonas e a margem esquerda do Rio Arapiuns (NOBREGA, 2012).

Esses aspectos são importantes para compreender as especificidades de Santarém no que se refere a sua condição sociogeográfica, pois os processos de formação da sub-região, aliados às características naturais, contribuíram para a sua configuração como cidade ribeirinha (Figura 6), não apenas por sua localização absoluta, mas principalmente por práticas econômicas e socioculturais que incluem o rio como um dos elementos importantes na produção do espaço urbano.

Na Amazônia, o processo de produção do urbano sugere o reconhecimento de tempos e espacialidades múltiplas que se manifestam no espaço regional e criam realidades urbanas diversas. Assim, existem vários modelos de urbanização que combinam e coexistem dentro de um mesmo espaço, revelando uma urbanodiversidade (TRINDADE JR, 2010). Assim, é a partir da formação socioespacial que se verificam diferentes formas de relação com o rio ao longo do processo histórico.



Figura 6 - Cidade de Santarém na década de 1950.
Fonte: Acervo IBGE (2016).

Os diversos contextos que caracterizaram a realidade de Santarém mostram que, historicamente, esse espaço se desenvolveu a partir de atividades ligadas ao rio. No entanto, a partir de 1960, ocorre uma reestruturação. As relações entre a cidade e o rio, ao mesmo tempo em que sofrem transformações, também resistem através de usos presentes, por exemplo, em feiras, mercados e portos (Figura 7), que ainda colocam o rio como base para a reprodução das relações sociais.



Figura 7 - Mercado de peixe na orla da cidade de Santarém
Fonte: Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016

O acesso ao município se dá por meio de transporte aéreo, terrestre e fluvial. Este último é o que mais se destaca, dando suporte para o desenvolvimento de muitas atividades, sejam elas comerciais e de serviços, a exemplo das relacionadas ao turismo. Assim, o barco²¹

²¹ Diante da diversidade de tamanho e das atividades desenvolvidas são classificadas da seguinte maneira: a) rabetas – são pequenas canoas motorizadas que atendem ao deslocamento de pessoas entre a sede do Município e as comunidades mais próximas ou entre comunidades; b) bajaranas – são canoas de cascos maiores, com motor de centro, que atendem ao transporte de pessoas ou especificamente para atividades de pesca; c) barcos pequenos – em sua maioria são utilizados nas atividades de pesca e escoamento da produção das comunidades próximas; d) barcos de linha de pequeno e médio porte – sendo sua principal finalidade o transporte de passageiros e mercadorias, realizam deslocamento entre as comunidades locais e a sede do Município em linhas regulares semanais; e) barcos de turismo – embarcações de pequeno e médio porte, destinadas exclusivamente para fretes e transporte de turistas; f) barcos de linha de grande porte – em madeira ou em ferro, essas embarcações atendem exclusivamente ao transporte de cargas e passageiros em trechos intermunicipais; g) navios de linha interestaduais – na sua maioria estes navios são construídos em ferro, realizam o transporte de passageiros e cargas para Belém (PA), Manaus (AM) e Macapá (AP); h) balsas boiadeiras ou transportadoras de mercadorias (ferry boat) – atendem principalmente ao transporte de animais (bovinos, caprinos, equinos, bubalinos) e de mercadorias (barro, cimento, madeira, automóveis, gêneros alimentícios etc.); i) lanchas de linha intermunicipais – atendem ao transporte de passageiros entre Santarém e os municípios vizinhos (SANTARÉM, 2010).

é um dos elementos mais importantes para a expressão da face ribeirinha de Santarém. Trata-se de um símbolo que compõe a paisagem da cidade (Figura 8 e 9), distribuindo-se ao longo de toda a faixa de orla (COSTA, T., 2014).



Figura 8 - Orla de Santarém na década de 1970.
Fonte: Acervo IBGE (2016).



Figura 9 - Orla da cidade de Santarém em 2016
Fonte: Trabalho de Campo realizado em setembro de 2015.

Os barcos, as feiras e os mercados expressam de forma mais nítida esse circuito alternativo, pois são elementos de intercâmbio e troca, com postos de trabalho e seus respectivos sujeitos, com suas atribuições e práticas cotidianas. As atividades desenvolvidas nesses espaços, ainda são muito ligadas ao tempo da natureza e são condicionadas, em certa medida, pela dinâmica das enchentes e vazantes do rio. (COSTA, T., 2014). Ao longo das margens dos rios estão situados vilarejos ribeirinhos (Figura 10), constituídos, na maior parte das vezes, de famílias nativas que praticam o extrativismo e a pesca artesanal.



Figura 10 - Comunidade ribeirinha no rio Amazonas.
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).

Nos últimos anos Santarém tornou-se um dos mais novos polos produtores de soja da Amazônia, principalmente ao longo da BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém), cumprindo o papel de corredor de escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste que, do porto local, parte em direção aos Estados Unidos e à Europa (TRINDADE JR.; PEREIRA, J., 2007). O apoio estatal por meio de programas e projetos criou condições para a expansão da soja no bioma amazônico. Embora esse apoio tenha sido dado principalmente por meio das esferas federais e estaduais, a municipalidade santarena também criou laços com a multinacional Cargill²², partindo da premissa que a mesma poderia gerar desenvolvimento econômico para a região. Entretanto, verifica-se que a expansão dos grãos não tem contribuído para o

²² A Cargill é uma empresa privada, multinacional, com sede no estado de Minnesota, EUA, cuja atividade é a produção e o processamento de alimentos.

desenvolvimento local, gerando benefícios econômicos que não são necessariamente destinados aos moradores do lugar (TRINDADE, 2015).

Santarém assumiu um importante papel na consolidação do novo povoamento regional. Isso se ratifica com as políticas de integração regional e, mais recentemente, com a expansão da produção da soja. Nestes termos,

[...] há outras dimensões que tendem, cada vez mais, a assumir forte presença na paisagem e na dinâmica intraurbana. Dada a existência de uma população migrante na cidade, atraída pelas frentes de modernização, percebem-se aspectos culturais que mesclam elementos da “cidade da floresta” com outros que, mesmo conviventes, sugerem sua negação. Por toda a malha urbana, mas sobretudo em sua orla fluvial, não é difícil reconhecer a presença da cidade dita tradicional inserida em diferentes processos de transformação. (TRINDADE JR., 2015a, p. 65).

No Baixo Amazonas a circulação fluvial e a rodoviária tendem a se complementar, não anulando os vínculos orgânicos da cidade com a floresta e com o rio, ainda que se possa falar de uma tensão relativamente grande entre as mudanças e as permanências que ali acontecem. Assim, permanecem características de uma cidade ribeirinha pelas relações de contato/dependência com as águas, visualizadas nas diferentes formas de uso do rio, nas festas religiosas, da circulação, do imaginário, do cotidiano das feiras, dos mercados e dos portos ou, ainda, nas estratégias de sobrevivência das práticas econômicas desses espaços (TRINDADE JR., 2015a) (Figura 11, 12 e 13).



Figura 11 - Diferentes usos do rio em Santarém.
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).



Figura 12 - Círio Fluvial da Festividade de São Pedro em Santarém.
Fonte: Santarém (2016).



Figura 13 - Prática da pesca realizada próxima a orla da cidade de Santarém.
Fonte: José Carlos Cordovil (2016).

Esses processos conformam um caráter híbrido, em que permanências de formas e conteúdos se misturam a elementos de mudanças mais recentes que buscam tornar Santarém mais uma “cidade na floresta” (TRINDADE JR., 2015a). Assim, apesar das transformações em curso promovidas pela instalação da rodovia e pela entrada de grandes empreendimentos

econômicos, como aqueles ligados ao setor agropecuário, verifica-se que, pela dinâmica e relações com os rios Amazonas e Tapajós, Santarém ainda pode ser considerada como uma realidade ribeirinha da Amazônia.

2.5 FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DE CAMETÁ E SANTARÉM: SÍNTESE COMPARATIVA

Analisando os dados históricos e geográficos apresentados podemos apontar algumas semelhanças e diferenças entre Cametá e Santarém (Quadro 2).

Nesse sentido, como semelhança, destacam-se aspectos mais gerais como a questão estratégica no processo de formação dos núcleos de povoamento, as atividades econômicas desenvolvidas e o padrão dendrítico de ordenamento, expresso na importância do rio como elemento norteador na produção social do espaço e no papel centralidade estabelecida. A localização dos núcleos em posições estratégicas, no caso de Cametá, no Baixo curso do rio Tocantins, e de Santarém na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, são resultados da empreitada colonizadora, onde o contexto da ocupação da região, leva a formação de núcleos, seja a partir dos fortes militares, seja a partir dos aldeamentos religiosos. Ainda como semelhanças, a predominância de uma base econômica extrativa (drogas do sertão e borracha) também está presente na formação histórico-geográfica de Cametá e Santarém.

Como diferença, Cametá se desenvolveu notadamente a partir da exploração do cacau nos séculos XVII e XVIII, já Santarém, o período de maior crescimento se deu com a exploração da borracha, especialmente no século XIX. Também pode ser destacado como diferença o fato de Cametá ter sido um dos primeiros núcleos de povoamento na Amazônia. Frei Cristovam de São José cria um aldeamento na Aldeia dos Camutás, em 1620, onde mais tarde seria fundada a Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá, em 1635. A constituição do primeiro núcleo de povoamento de Santarém se origina da Aldeia dos Tapajós em 1661, pela atuação do Padre João Felipe Bettendorf da Companhia de Jesus, sendo elevada à categoria de vila, em 1758, por Mendonça Furtado (TAVARES, 2008).

Considerando a forma urbana como instrumento de análise, verifica-se uma semelhança entre Cametá e Santarém, na relação do sítio com o plano urbano. Assim, nos dois casos, por se constituírem no contexto da ocupação da região, estão localizados em espaços estratégicos às margens de importantes rios. Cametá no rio Tocantins, e Santarém no rio Tapajós, na confluência com o rio Amazonas. Foram afetados, igualmente pelas intervenções urbanísticas no período pombalino (1750-1777), com a constituição de paisagens luso-amazônicas (MIRANDA, 2006). Como diferença, em relação à política de Pombal,

pode-se mencionar a modificação dos nomes indígena das vilas e freguesias para nomes de cidades portuguesas, como no caso de Santarém, mas que não teve efeito em Cametá (CORRÊA, 2006).

Em relação ao padrão dendrítico de ordenamento, Cametá e Santarém, são representativos desse padrão, que marcou a constituição da formação da rede urbana na região (CORRÊA, 1987), dando origem um processo de urbanização tradicional e formação das cidades ribeirinhas. Do mesmo modo, esse padrão ajuda a entender os papéis de destaque que, Cametá e Santarém, passaram a desempenhar nas suas regiões de influência imediata, o Baixo Tocantins, no caso de Cametá, o Baixo Amazonas, no caso de Santarém (OLIVEIRA, 2000; TRINDADE JR, 2002, 2009, 2015).

A partir da constituição da economia de fronteira e do padrão estrada-terra firme-subsolo, as políticas territoriais da década de 1950 em diante vão resultar na mudança do processo urbanização regional, com a instalação das rodovias, e da rede urbana complexa (CORREA, 2006), de onde emergem as cidades das rodovias, grandes empreendimentos econômicos, caracterizando o que Becker (1990, 2006) denominou de economia de fronteira e a constituição do vetor de transformação industrial. Nesse contexto, podemos apontar muito mais diferenças do que semelhanças entre Cametá e Santarém. O padrão estrada-terra firme-subsolo, reestruturou a rede urbana na região, emergindo uma dinâmica espacial mais ligada à rodovia.

No caso de Santarém, ainda que tenha estabelecido um novo vetor de transformação regional baseado na rede rodoviária (construção da Santarém-Cuiabá) e expansão da agropecuária (com destaque para o cultivo da soja), consolidando seu papel atual como centro sub-regional, ou cidade média de centralidade econômica e política, também continuou apresentando forte relação com o padrão dendrítico, a partir das interações espaciais com as cidades ribeirinhas da sub-região do Baixo Amazonas. Nestes termos, Santarém é considerada uma cidade média da floresta. No caso de Cametá, houve pouca expressão da instalação das rodovias. Dessa forma, a economia de fronteira, não foi totalmente estabelecida, pois apesar de estar entre dois grandes empreendimentos, o Projeto Albrás-Alunorte em Barcarena, e a Usina Hidroelétrica de Tucuruí. Assim, o padrão dendrítico é mais presente, especialmente na dinâmica de relação com os municípios da sub-região do Baixo Tocantins, onde exerce o papel de cidade intermediária, de centralidade socioterritorial, quanto ao oferecimento de serviços e à distribuição de determinadas mercadorias, podendo ser também caracterizada como uma “cidade ribeirinha da floresta” (TRINDADE JR., 2015).

Quadro 2 - Elementos da formação histórico-geográfica de Cametá e Santarém

Períodos	Elementos da formação do espaço regional amazônico	Formação histórico-geográfica de Cametá e Santarém	
		Semelhanças	Diferenças
Sé. XVII até a primeira metade do séc. XX	- Ocupação e povoamento do território; - Fortificações militares e aldeamentos religiosos; - Base econômica; - Política pombalina; - Padrão de formação da rede urbana - Padrão de organização espacial	- Formação resultado da colonização da Amazônia no século XVII; - Surgimento de núcleos urbanos em áreas estratégicas (Cametá, no Baixo curso do rio Tocantins e Santarém no rio Tapajós, na confluência com o rio Amazonas); - Papel da igreja católica na formação de aldeamentos; - Foram elevadas a categoria de cidades em 1848; - - - Intervenções Pombalinas e a projeto de construção de paisagens luso-amazônicas; - Atividades extrativas ligadas ao rio e à floresta; - Padrão de organização rio-várzea-floresta e rede urbana dendrítico; - Processo de urbanização tradicional e cidades ribeirinhas da floresta.	- Surgimento de Cametá como um dos primeiros núcleos de povoamento da Amazônia originária da Aldeia do Camutás transformada em aldeamento em 1620; - Fundação da Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá em 1635; - Surgimento do núcleo de povoamento originária da aldeia dos Tapajós ou Tupaius, instalada em 1661; - Construção de Fortaleza em 1693 em Santarém para abrigar expedicionários portugueses nas incursões pela região; - Santarém foi elevada à categoria de vila, em 1758; - Modificação do nome indígena “Tapajós” para Santarém, resultado da “política pombalina”; - Destaque econômico de Cametá em função da exploração do cacau nos séculos XVII e XVIII; - Destaque econômico de Santarém em função da exploração da borracha.
A partir das décadas de 1950-1960	- Padrão de organização estrada-terra firme subsolo; - Constituição da economia de fronteira; - Novos Vetores de transformação regional (VTI e VTE).	- Repercussões do processo recente de ocupação da Amazônia pós-1950-1960; - Papel na rede urbana e regional (dendrítico e/ou complexo, cidades médias e cidades intermediária).	- Estagnação econômica de Cametá a partir da metade do século XX; - Santarém foi diretamente afetada pela instalação da economia de fronteira (rodovia Santarém-Cuiabá, empreendimentos agropecuários, crescimento do setor de comércio e serviços); - Em Cametá a base econômica é extrativa (açaí e pesca artesanal); - Centralidade econômica e política exercida por Santarém na sub-região do Baixo Amazonas; - Centralidade socioterritorial exercido por Cametá na sub-região do Baixo Tocantins.

Fonte: Elaborado a partir de Becker (1990, 2006); Corrêa (1987, 2006); Gonçalves (2001); Pereira (2004); Trindade Jr. (2009, 2015)

3 TURISMO E GEOGRAFIA: NAVEGANDO NOS MEANDROS E INTERFACES DA GEOGRAFIA DO TURISMO

“Afiml o que é o turismo além de um fluxo de pessoas? O que é o turismo além de uma atividade econômica? É certamente um fenômeno complexo, designado por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida – um produtor, consumidor e organizador de espaços – uma “indústria”, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços (RODRIGUES, 2001, p.17).

Neste capítulo está presente, inicialmente, uma discussão sobre o turismo, sua origem, significados e definições. Do mesmo modo, destaca-se o conceito de espaço (social) na ciência geográfica, além das concepções de espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional. Assim, considerando esses aspectos, é possível uma compreensão do turismo enquanto uma prática social, na sua interface com a ciência geográfica, a partir do entendimento do espaço como produto, condição e meio. Finaliza-se o capítulo destacando a temática do desenvolvimento e sua relação com o turismo, visto como uma das alternativas relacionadas tanto ao desenvolvimento sustentável, como ao desenvolvimento local. Além disso, também são analisadas as políticas de turismo concebidas para a Amazônia e o Estado do Pará, dando ênfase aos principais programas e planos.

3.1 TURISMO: UM FENÔMENO COMPLEXO

O que é turismo? Qual sua origem e significado? Por que se tornou hoje uma área de grande interesse, tanto como atividade econômica quanto prática social? Ademais, podemos considerá-lo como uma ciência? Segundo Urry (2001, p. 23) “conferir um sentido teórico à ‘diversão, ao prazer e ao entretenimento’, revelou-se uma tarefa difícil para os cientistas sociais”.

Para Lohmann e Panosso Netto (2008), uma epistemologia do turismo passou a ganhar importância, especialmente a partir da década de 1990. Isso se deve ao fato de que, em sua maioria, os investigadores da área estavam mais interessados em questões práticas da atividade. Ainda segundo os autores, um modelo que buscou explicar a criação e o desenvolvimento do conhecimento em turismo foi o apresentado por John Tribe (Figura 14).

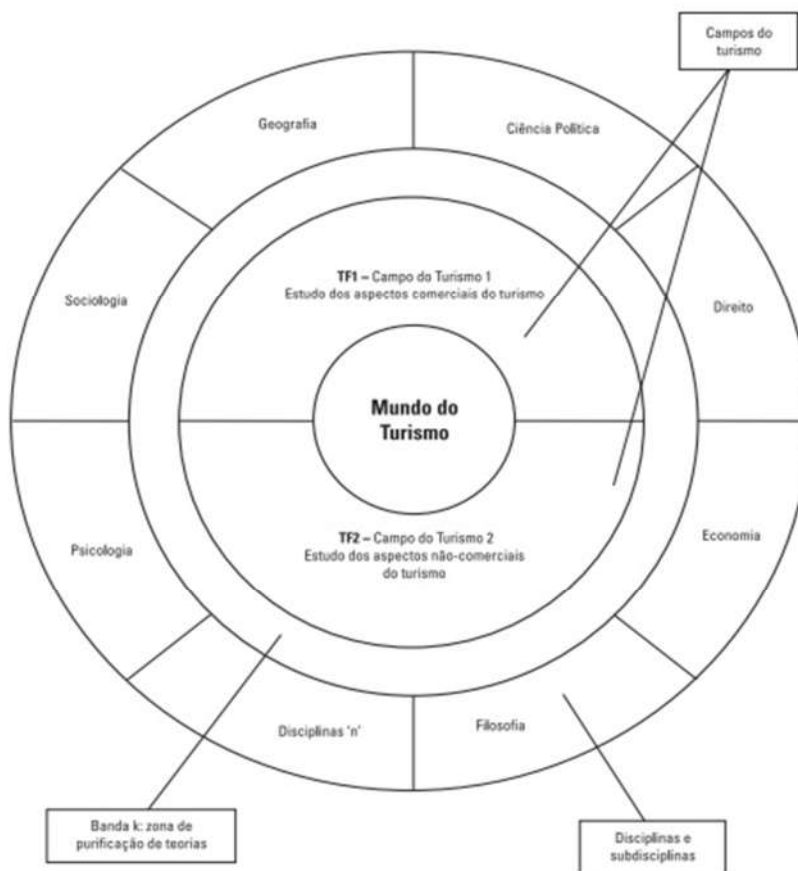


Figura 14 - Modelo de Tribe sobre o processo de produção do conhecimento em Turismo
 Fonte: Lohmann e Panosso Netto (2008).

Nesse modelo, o campo do turismo é dividido em duas partes: Campo do Turismo 1 (CT1) e o Campo do Turismo 2 (CT2). O primeiro refere-se aos aspectos comerciais do turismo. O segundo é produzido conhecimento pelos aspectos não-comerciais do turismo, no qual outra disciplina se liga com o turismo, oferecendo a base conceitual para a produção do conhecimento em turismo. Assim, no círculo de fora, estão as disciplinas consideradas ciências (disciplinas “n” indicam as outras ciências), que oferecem as ferramentas de abordagem do turismo. O círculo do meio, denominado “Banda K”, é a região na qual o conhecimento do turismo é criado. É na “Banda K” que ocorre a interface das disciplinas com os campos do turismo (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008).

Ainda que exista relativamente pouca fundamentação teórica no turismo, é certo que se tornou uma atividade social e econômica significativa, que desperta interesse empresarial, governamental e acadêmico. De acordo com Hall (2001, p. 17):

O turismo é hoje uma importante área de interesse acadêmico, governamental, industrial e público. Embora a afirmação de que é a maior área de atividade

econômica do mundo seja uma verdade muitas vezes citada, o turismo é importante não só por seu tamanho em termos de pessoas que viajam, número de empregados ou quanto dinheiro leva até um certo destino; mas devido ao enorme impacto que exerce na vida das pessoas e nos locais em que elas vivem, e devido à forma pela qual ele é significativamente influenciado pelo mundo que o rodeia.

Em uma conotação mais técnica, o turismo pode ser entendido como um conjunto de relações e fenômenos originados com as viagens e estadas temporárias de pessoas que estão viajando, sobretudo a lazer ou com finalidades recreativas. Além disso, uma diferença fundamental entre o turismo e outras formas de lazer é o componente viagem (PEARCE, 2003). Nestes termos, é necessária uma abordagem conceitual, revisando a construção das ideias de viagem e turismo:

Os conceitos de viagem e turismo estão presentes na maior parte dos textos fundamentais para a compreensão da sociedade ocidental, alguns dos quais representam um marco não só para a Literatura, mas também para a História e a Antropologia. São muitas as interpretações dessas duas categorias que ora se aproximam, ora se distanciam. As ideias de viagem, turismo, viajante e turista foram sendo construídas ao longo dos anos na literatura e nos relatos (FIGUEIREDO; RUSCHMANN, 2004, p. 156).

Considerando a prática das primeiras viagens, registradas nos relatos de viajantes, está presente o desejo por conhecer culturas e novos lugares. Essas viagens (evidenciadas como grandes deslocamentos) remontam aos primeiros séculos da nossa história, muito antes da era cristã, como as realizadas na civilização egípcia e grega (YOUELL, 2002). Em tempos atuais o turismo pode ser entendido como práticas expressas num conjunto de atividades, realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos não relacionados ao exercício remunerado no lugar visitado (OMT, 2001).

“O século XVIII marca a era das revoluções, cujos princípios são sempre britânicos. A Revolução Industrial e revolução turística são contemporâneas uma da outra” (BOYER, 2003). Assim, a partir de um contexto mais recente, o turismo passou a estar principalmente relacionado às transformações da sociedade urbano-industrial, como um fenômeno dos tempos modernos associado ao advento do capitalismo e da Revolução Industrial, através da prática de viagens para o lazer e recreação.

Nestes termos, faz parte do mundo das mercadorias que atende às novas necessidades geradas pelo capitalismo na sociedade de consumo. Do mesmo modo, existe um nexos entre a expansão do turismo e as transformações nas relações de trabalho. Com as conquistas sociais

dos trabalhadores, a busca do descanso através da recreação transforma a viagem turística numa necessidade (CORIOLANO, 2006).

De acordo com Figueiredo e Ruschmann (2004, p. 168):

O turismo nasceu no meio do século XIX, quando o mundo passava por sua mais contundente transformação. Os países europeus, principalmente a Inglaterra, passavam por uma grande mudança, em razão do início do capitalismo industrial. O aparecimento de grandes indústrias, extremamente ligadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, foi um fator determinante do surgimento e da expansão da viagem turística.

O desenvolvimento técnico e científico possibilitou o incremento da atividade turística através do grande avanço dos meios de transportes e comunicação. Com o desenvolvimento tecnológico, a realização de viagens para fins de lazer intensificou-se. A emergência do turismo de massa pode ser representada pela primeira vez em que o transporte de massa foi usado de forma organizada para viagens e lazer (BUTLER, 2002).

De acordo com Youell (2002, p. 20):

O turismo de massa, hoje existente em várias partes do mundo, tem sua origem nos anos posteriores à segunda Guerra Mundial (1939-45). Padrões de vida cada vez melhores, maior tempo de lazer e avanços nos meios de transporte resultaram no aumento acentuado da demanda por viagens internacionais, cujo crescimento permaneceu constante até o presente.

A viagem turística é feita com o objetivo de levar as pessoas a sair do cotidiano e possibilitar o encontro com o novo, o diferente, o desconhecido, combate o stress cotidiano e oferece a possibilidade de se vivenciar experiências únicas, além de educar o viajante/turista e modificar sua percepção da vida (FIGUEIREDO; RUSCHMANN, 2004). Além disso, as viagens constituem um elemento que confere “status”, é uma marca do status, um elemento de distinção, e isso, em parte, explica o aumento crescente de práticas turísticas para fins de lazer (URRY, 2001).

As primeiras definições de turismo destacavam seu âmbito econômico, sendo uma atividade que surgiu no século XIX. Assim, os primeiros estudos ressaltavam aspectos relacionados a metas e fluxos, ampliação da oferta de emprego e geração de renda, compreendendo o turismo como “indústria”. Isto explica ainda hoje denominações como: “turismo: a maior indústria do mundo”, “turismo a indústria do século XXI” ou ainda “turismo a indústria sem chaminés”, expressões que não mostram sua complexidade enquanto fenômeno socioespacial.

As primeiras tentativas de definir o turismo estiveram limitadas ao âmbito econômico, metas de fluxos turísticos cada vez maiores, transformações espaciais em qualquer escala a fim de adequar os ambientes aos desejos de consumo e de lazer dos turistas induzidos pela propaganda, visão restrita atrelada à noção de crescimento econômico – volume de investimentos, receita, empregos etc. – denota a compreensão do turismo como se fosse uma “indústria” (SAVIOLO; DELAMARO; BARTHOLO, 2005, p. 17).

Nas palavras de Hall (2001), segundo a tradição econômica, o turismo é visto como uma indústria que pode ser usada como ferramenta pelos governos para atingir determinadas metas de reestruturação e crescimento econômico, geração de empregos e desenvolvimento regional. Contudo, o rótulo de “indústria limpa” é demonstrado como falacioso pelos impactos ambientais que provoca.

Entre outras definições o turismo é destacado através de fenômenos ou as relações produzidas em consequência das viagens. Nesse sentido, o turismo é um conjunto de fenômenos resultantes da viagem e da estadia temporária de pessoas fora de seu domicílio, na medida em que este deslocamento satisfaz, no lazer, uma necessidade cultural da civilização industrial (BOYER, 2003). De acordo com Barreto (1996) é essencialmente o movimento de pessoas e atendimento às suas necessidades, assim como as necessidades de outras pessoas que não viajam, fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação. A partir das relações produzidas, o turismo é entendido como um fenômeno social relacionado a processos capazes de gerar impactos para a sociedade e para o meio, na cultura de comunidades e povos, na organização econômica. Ressaltando a complexidade do fenômeno, para Rodrigues (2001, p.17) o turismo:

É certamente o fenômeno complexo designado por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida – um produtor, um consumidor e um organizador de espaços – uma indústria, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços.

Essas últimas definições mostram o turismo como um fenômeno social complexo que não pode ser definido apenas por uma via de análise. É muito mais que uma atividade, um setor econômico, é antes de tudo, uma prática social (CRUZ, 2001) e necessita de uma abordagem interdisciplinar (RODRIGUES, 1997) pela gama de relações e processos em que está inserido. Isso justifica o interesse de várias ciências em estudar esse fenômeno, dentre as quais se destaca a geografia.

Considerando os aspectos técnicos, o turismo pode ser classificado em diversas tipologias, analisando-se diferentes critérios: a amplitude das viagens, a direção do fluxo, o

volume de turistas, os objetivos da viagem, dentre outros. Assim, por exemplo, em relação aos objetivos que levam as pessoas a realizarem as viagens (que se enquadram como exemplo de turismo), temos as seguintes tipologias: turismo de lazer, visita a amigos e parentes e turismo de negócios (YOUELL, 2002) (Figura 15).

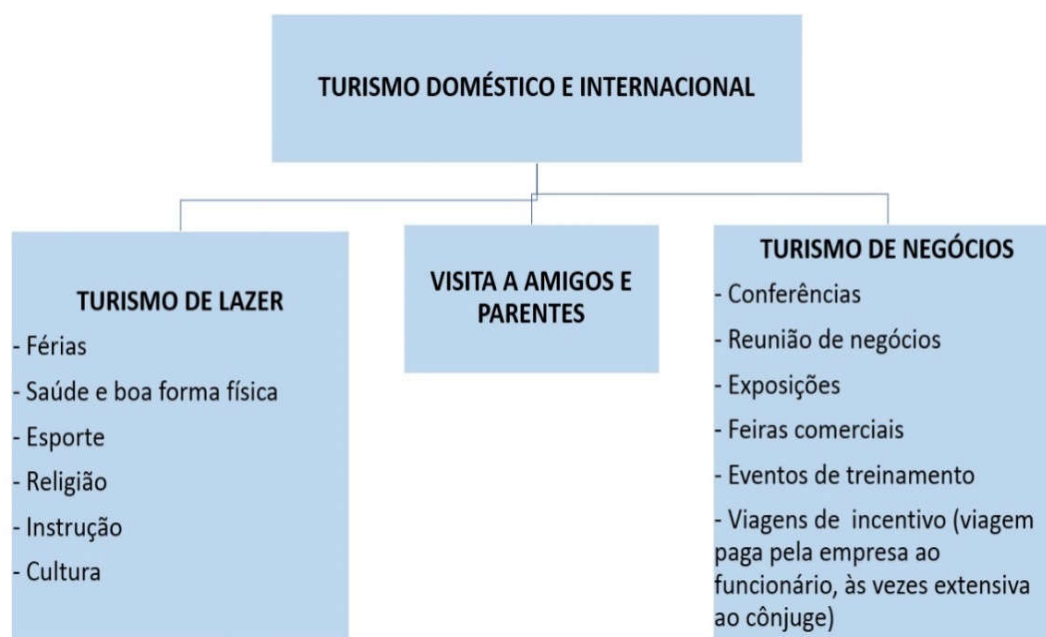


Figura 15 - Tipos de turismo definidos a partir da motivação da viagem
Fonte: Elaborado a partir de Youell (2002).

A segmentação da atividade também pode ser mais específica, dependendo das necessidades relacionadas ao planejamento e gestão. Assim, é definida com base na oferta (em relação à demanda), de modo a caracterizar vários segmentos ou tipos de turismo (BRASIL, 2013) (Quadro 3).

Quadro 3 - Segmentos de turismo em relação à oferta

SEGMENTO	DEFINIÇÃO
Turismo Social	Forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão.
Ecoturismo	Segmento que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.
Turismo Cultural	Compreende atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. Tipos: TURISMO CÍVICO - deslocamentos motivados pelo conhecimento de monumentos, fatos, observações ou em eventos cívicos, que representem a situação presente ou a memória política e histórica de determinados locais. TURISMO RELIGIOSO - configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas. TURISMO MÍSTICO E ESOTÉRICO - caracterizam-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca da espiritualidade e do autoconhecimento em práticas, crenças e rituais considerados alternativos. TURISMO ÉTNICO – atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos. Envolve as comunidades representativas dos processos migratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores em seu modo de vida, saberes e fazeres.
Turismo de Estudos e Intercâmbio	Constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional.
Turismo de Esportes	Compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas.
Turismo de Pesca	Compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora.
Turismo de Aventura	Compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo.
Turismo de Sol e Praia	Constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.
Turismo de Negócios e Eventos	Compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.
Turismo Rural	Conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.
Turismo de Saúde	Constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos.

Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2013).

Para além da diversidade de segmentação e tipos de turismo, verifica-se que esta prática social se tornou um dos mais relevantes fenômenos da atualidade, capaz de dinamizar os mais diversificados setores, a partir de uma associação de atividades que produzem espaços diferenciados. Assim, considerando os aspectos socioeconômicos e culturais, o turismo é alvo de discussões pelo âmbito de sua complexidade, na qual também se insere a abordagem geográfica.

3.2 ESPAÇO GEOGRÁFICO E “ESPAÇO TURÍSTICO”: A NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Tratar sobre categorias e conceitos nas ciências sociais é uma querela que envolve tanto uma reflexão ontológica quanto epistemológica (referente ao conhecimento e suas bases teórico-metodológicas). E a Geografia, como campo disciplinar, também construiu ao longo de seu percurso científico uma base teórico-conceitual e metodológica capaz de sistematizar sua objetivação ou ângulo específico com que a sociedade é analisada (CORRÊA, 2001). Nesse contexto, destacamos a necessidade de entender a emergência da abordagem do conceito de espaço na Geografia, ressaltando, do mesmo modo, sua relevância como ferramenta para a compreensão da realidade e suas problemáticas.

De acordo com Lefebvre (2006), o termo espaço tradicionalmente era entendido pela abordagem dos matemáticos, a partir da geometria (euclidiana) e seus teoremas, como uma abstração, um recipiente sem conteúdo. Ainda para o autor, na filosofia, com frequência, o espaço era desdenhado, tratado como uma “categoria” entre outras. Sobre este aspecto, na visão de Harvey (2012), predomina uma confusão entre os filósofos quanto ao significado de espaço.

Apesar dessas considerações críticas em relação aos filósofos, iniciaremos mencionando Kant pela sua reflexão sobre conceitos de espaço, posição e região, mas também, pela contribuição no processo de institucionalização da Geografia com a instauração, desde 1756, de um novo método de transmissão do conhecimento, o curso universitário (QUAINI, 1979).

O espaço não é um conceito empírico, extraído de experiências externas. [...]. O espaço é uma representação necessária, *a priori*, que fundamenta todas as instituições externas. Não se pode nunca ter uma representação de que não haja espaço. Consideramos, por conseguinte, o espaço a condição de possibilidade dos fenômenos, não uma determinação que dependa deles; é uma representação *a priori*, que fundamenta necessariamente todos os fenômenos externos.

O espaço não é um conceito discursivo ou, como se diz também, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas uma intuição pura [...] O espaço é representado como grandeza infinita dada. Ora, não há dúvida que pensamos necessariamente qualquer conceito como uma representação contida numa multidão infinita de representações diferentes possíveis (com sua característica comum) por conseguinte, subsumindo-as; porém, nenhum conceito, enquanto tal, pode ser pensado como se encerrasse *em si* uma infinidade de representações. Todavia, é assim, que o espaço é pensado (pois todas as partes do espaço existem simultaneamente no espaço infinito). Portanto, a representação originária de espaço é *intuição a priori* e não conceito (KANT, 2001, p. 90, grifos do autor).

Nessa abordagem o espaço pertence à própria condição humana, é uma propriedade da nossa consciência e não do mundo (GAARDER, 1997). Nesse sentido, o espaço não é um conceito discursivo, um conceito universal das relações entre coisas em geral, mas uma intuição pura, não sendo possível entender o espaço como conceito, pois é uma grandeza infinita dada, sendo a noção anterior ao próprio conceito (SANTOS, D., 2002). Contudo, considerando o plano epistemológico, os conceitos fazem parte da elaboração teórica do conhecimento científico (SPOSITO, E., 2004). Assim, é possível entender o espaço como conceito, como ferramenta analítica que auxilia na abordagem da realidade.

Na teoria geográfica este conceito está presente a partir das concepções de espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional. Esses foram abordados por Harvey (1980, 2012), ressaltando a importância de refletir sobre a natureza do espaço como ferramenta para o entendimento dos processos urbanos no capitalismo.

De acordo com Harvey (2012), o espaço absoluto, por sua natureza, sem nenhuma relação com algo externo, permanece sempre semelhante e imóvel:

[...] é fixo e nós registramos ou planejamos eventos dentro da moldura que o constitui. Este é o espaço de Newton e Descartes e é usualmente representado como uma grade pré-existente e imóvel que permite padronizar medições e está aberto ao cálculo. Geometricamente é o espaço de Euclides e, portanto, o de todas as formas de mapeamento cadastral e práticas de engenharia. É o espaço primário de individualização – a *res extensa*, como afirma Descartes – e refere-se a todos os fenômenos discretos e delimitados, e do qual você e eu fazemos parte enquanto pessoas individuais. Socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e redes urbanas). Quando o engenheiro de Descartes contempla o mundo com um sentido de domínio, trata-se de um mundo de espaço (e de tempo) absoluto onde todas as incertezas e ambiguidades podem em princípio ser banidas e onde o cálculo humano pode florescer sem entraves (HARVEY, 2012, p. 10).

Na visão de Corrêa (2001), essa concepção de espaço está presente na Geografia Tradicional. Ainda de acordo o autor, espaço enfocado por Hartshorne é considerado como “espaço absoluto”, um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de

qualquer coisa, um substrato material no qual se dão as relações, confundindo-se com o espaço físico.

A noção de espaço relativo é associada principalmente ao nome de Einstein e às geometrias não euclidianas que começaram a ser mais sistematicamente construídas no século XIX, podendo ser abordado em dois sentidos: de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem (HARVEY, 2012):

Em um nível bem trivial da atividade do geógrafo, nós sabemos que o espaço das relações parece ser, e é, muito diferente dos espaços da propriedade privada. O caráter único da localização e da individualização, definido pelos territórios limitados do espaço absoluto, oferece um caminho para uma multiplicidade de localizações que são equidistantes de, digamos, alguma localização central da cidade. Podemos criar mapas completamente diferentes de localizações relativas diferenciando-as entre distâncias medidas em termos de custo, tempo, modo de transporte (carro, bicicleta ou skate) e mesmo interromper continuidades espaciais ao olhar para redes, relações topológicas (a rota ótima para o carteiro), e assim por diante. Sabemos, dadas as fricções diferenciadas da distância encontradas na superfície terrestre, que a distância mais curta (medida em termos de tempo, custo, energia gastos) entre dois pontos não é necessariamente dada pela linha reta frequentemente imaginada. Ademais, o ponto de vista do observador joga um papel crucial (HARVEY, 2012, p. 11).

Nas palavras de Corrêa (2001, p. 21):

O espaço relativo é entendido a partir de relações entre os objetos, relações estas que implicam custos - dinheiro, tempo, energia - para se vencer a fricção imposta pela distância. É no espaço relativo que se obtém rendas diferenciais (de localização) e que desempenham papel fundamental na determinação do uso da terra.

Essa concepção de espaço está presente na Geografia com a emergência da corrente neopositivista a partir da década de 1950, privilegiando noções, como: localização, vantagens locacionais, diferenciação e equilíbrio. É nessa Geografia que o espaço aparece pela primeira vez na história do pensamento geográfico como conceito-chave (CORRÊA, 2001; SPOSITO, E., 2004). Contudo, na visão de Corrêa (2001) a Geografia neopositivista produziu uma visão limitada do espaço, privilegiando a distância como variável mais importante, além disso, as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a um segundo plano. Assim, a Geografia era uma ciência da sociedade, mas que falava muito pouco dos homens (CLAVAL, 2002).

O espaço relacional é mais frequentemente associado ao nome de Leibniz. A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicas através do tempo (HARVEY, 2012).

[...] Processos não ocorrem *no* espaço, mas definem seu próprio quadro espacial. O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo. Esta formulação implica que, como caso do espaço relativo, é impossível separar espaço e tempo. Devemos, portanto, focar no caráter relacional do espaço-tempo mais do que no espaço isoladamente. A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicas através do tempo (do mesmo modo que minha mente absorve todo tipo de informação e estímulos para dar lugar a padrões estranhos de pensamento, incluindo tanto sonhos e fantasias quanto tentativas de cálculo racional). Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele (do mesmo modo que todos aqueles que entram em uma sala para discutir trazem com eles um vasto espectro de dados da experiência acumulados na sua relação com o mundo (HARVEY, 2012, p. 12).

Essa concepção de espaço é desenvolvida no bojo da Geografia Crítica em meados da década de 1970²³, a partir das contribuições de geógrafos e de outras áreas como a filosofia, destacando-se Henri Lefebvre, que considera o espaço como produto e produtor social, reflexo e condição social (SOJA, 1993). O enfoque de Lefebvre está direcionado à reprodução das relações sociais de produção que constitui o processo central e oculto da sociedade capitalista, processo que é essencialmente espacial (SMITH, 1988).

Nas palavras de Carlos (2001), é necessário pensar as relações sociais em sua dimensão espacial, objetivando analisar a espacialidade como imanente à existência constitutiva da sociedade, pois esta,

[...] ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também produz, conseqüentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo [...]. Nessa perspectiva, revela-se uma prática social que é e se realiza espacialmente, o que implica pensar na relação dialética sociedade/espaço (um se realizando no outro e através do outro) e as mediações entre eles. Esse caminho indica a imanência da produção do espaço no processo de constituição da sociedade [...] (CARLOS, 2001, p. 53).

Na teorização sobre o espaço relacional, que contém e está contido em várias relações, pode-se entender o espaço social como aquele que é produzido, apropriado e transformado pela sociedade. Com isso, fica claro que não se está falando de um nível de abstração como os das conceituações de espaço dos matemáticos, dos físicos e de vários filósofos (SOUZA, 2013). Do ponto de vista da Geografia, essa abordagem indica o deslocamento do enfoque da localização das atividades, dos grupos humanos, no espaço, para a análise do conteúdo das

²³ De acordo com Correa (2001), essa concepção também está presente em outros movimentos de renovação como a Geografia Humanista com base na fenomenologia, na qual o espaço tem o significado de “espaço vivido”.

relações, como movimento do processo de apropriação/produção/reprodução do espaço em seus conteúdos sociais (CARLOS, 2011).

O espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. Todavia, ele não tem nada de uma ficção, de uma irrealidade ou “idealidade” comparável àquela de um signo, de uma representação, de uma ideia, de um sonho. Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe. Entre tais ações, umas produzem, outras consomem, ou seja, gozam os frutos da produção. [...] (LEFEBVRE, 2006, p. 111).

Lefebvre é considerado o pioneiro da reafirmação do espaço na teoria social crítica (SOJA, 1993), influenciando muitos outros na abordagem sobre o conceito. Nestes termos, Moreira (2007) destaca alguns autores e obras que representam esse contexto, a exemplo de Yves Lacoste com “A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra”, Milton Santos com “Por uma geografia nova” e Máximo Quaini com “Marxismo e geografia”, obras que contribuíram com a descoberta da ideologia e da epistemologia, da historicidade do espaço e a elucidação da essência do conteúdo do espaço geográfico na dialética da historicidade da natureza e naturalidade da história, evidenciando assim a importância da análise espacial na geografia.

A natureza e o significado do espaço aparecem em muitas obras de Milton Santos (CORREIA, 2001). Em “Por uma geografia nova”, o espaço é apresentado como fator social, uma instância social e não apenas como um reflexo. Em “Espaço e método”, apoiando-se na dialética, o autor indica que na análise do espaço as formas geográficas contêm frações do social, por isso, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo:

Pode dizer que a forma, em sua forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma. A *ação*, que é inerente à *função*, é que condizente com a forma que a contém: assim, os *processos* apenas ganham inteira significação quando corporificados. O movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e através da realidade geográfica” (SANTOS, M., 1992, p. 2, grifo do autor).

Santos M. (1992) elege, assim, as categorias forma, função, estrutura, processo como as principais na análise geográfica do espaço. A forma entendida como aparência, o aspecto visível de uma coisa, bem como o arranjo ordenado de objetos. A função, como tarefa ou atividade desempenhada por uma forma. A estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo e o processo refere-se a uma ação contínua. No entanto, ressalta, o autor, a

importância tomar essas categorias de forma relacional, já que, isoladamente, eles revelariam apenas realidades parciais.

Em “A Natureza do Espaço” Milton Santos passa a considerar o espaço,

[...] constituído por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...]. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, M., 2004, p. 63).

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, Santos M. (2004) ressalta suas categorias analíticas internas: paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho, espaço produzido ou produtivo, formas-conteúdo e rugosidades. Em nosso trabalho, especialmente essas três últimas, damos maior ênfase, no intuito de abordar nossos referenciais empíricos, a exemplo das rugosidades, que o autor se refere como,

[...] ao que fica no passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos da divisão do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão social do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, M., 2004, p. 140).

Outra importante contribuição no entendimento do espaço social vem de Massey (2012) numa proposta que a autora denomina de tentativa de espacialização da teoria social e do pensamento político, reconhecendo o espaço como produto de inter-relações, como a esfera da possibilidade, da existência, da multiplicidade no sentido da pluralidade contemporânea e estando sempre em construção.

Portanto, durante algum tempo predominou o entendimento do espaço como localização dos fenômenos, ou como conceito mais usual de substrato material. Entretanto, é possível pensar uma outra possibilidade, em que o espaço geográfico é visto como um produto social (SMITH, 1988; SANTOS, M., 2004, LEFEBVRE, 2006), considerando tanto, a dimensão objetiva pela sua materialidade, como a dimensão (inter)subjetiva (SOUZA, 1997), pois “[...] não há um espaço social, mas vários espaços sociais, e mesmo uma multiplicidade indefinida, da qual o termo ‘espaço social’ denota o conjunto não-enumerável” (LEFEBVRE, 2006, p. 129).

De acordo com Carlos (2001, p. 59),

[...] Não resta dúvida de que a evolução do conceito de espaço como localização dos fenômenos, para aquele de “produção social” é um salto expressivo em direção à compreensão do mundo através da Geografia, permitindo-nos pensar na passagem de uma concepção a outra, como momentos de transformação da realidade. É assim que da simples constatação da localização das coisas no espaço passa-se à descoberta da “organização do espaço” pelos grupos humanos e, desta elaboração, para a ideia de que a sociedade produz seu próprio espaço. Portanto, há um movimento de constituição do pensamento geográfico que, ao longo de sua história, permite caminhar do conceito de localização das atividades na superfície da terra ao de organização do espaço pelo grupo humano, para pensar os conteúdos dos processos constitutivos do espaço – sua natureza e sentido (CARLOS, 2011, p. 59-60).

Nestes termos, considerando o conceito de espaço social como ferramenta analítica, busca-se evidenciar a importância da análise geográfica do turismo e das estratégias (espaciais) de sua inserção como uma das atividades prioritárias. Para isso é necessário o entendimento do espaço como produto, condição e meio para o desenvolvimento da atividade.

O turismo, entendido como prática social, tornou-se alvo de discussões, sendo o enfoque geográfico de grande relevância. Desse modo, assentado na interface com a Geografia, atualmente, busca-se, não somente descrever ou caracterizar, mas ao mesmo tempo compreender a dinâmica de relações ligadas à apropriação e produção do espaço pelo/para o turismo. Entretanto, conforme alerta Cruz (2009, p. 98), entender a participação do turismo nesse processo,

[...] requer o desvendamento de sua natureza, de sua complexidade e de seus conflitos. É o mundo que explica o turismo e não o contrário. Há que se considerar, também, que a maior parte do turismo que se faz no mundo se dá em espaços previamente ocupados, ou seja, em lugares em que populações historicamente se estabeleceram e nos quais vivem suas vidas cotidianas [...]. A produção do espaço envolve seu uso e apropriação e, neste caso, o conflito termina por ser imanente ao processo. Na busca, assim, por caminhos metodológicos que nos conduzam a análises teoricamente fundamentadas acerca das possíveis relações entre turismo e espaço, entendemos ser a “produção do espaço” um conceito revelador porque diz respeito a um processo revelador (CRUZ, 2009, p. 98).

Uma abordagem geográfica do espaço do turismo, segundo Rodrigues (1997), significa a aplicação dos métodos, técnicas e teorias da geografia para a compreensão do fenômeno do turismo. Nesta perspectiva, o que emerge é uma leitura geográfica do turismo, levando em consideração os atributos naturais, físicos, sociais, econômicos, culturais e políticos do espaço, pois o turismo representa apenas uma parcela das várias que compõe o espaço geográfico (SILVA, 2012). Concordamos com Albach (2015), que essa

consumidores são cada vez mais móveis capazes de consumir os serviços turísticos em uma base global.

Reconhecendo o espaço como aspecto central na análise do turismo, a geografia representa uma importante área de estudos para esse fenômeno. Assim, na compreensão do turismo enquanto uma atividade econômica e social e do espaço enquanto produto, condição e meio da atividade assenta-se a relação entre o turismo e o espaço. De acordo com Cruz (2009), o turismo é uma prática social e uma atividade econômica que, no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma “tabula rasa”, sobre espaços vazios. Daí a importância de relacionar as políticas públicas como estratégias espaciais de desenvolvimento às potencialidades sociogeográficas, conforme nossa proposta.

No caso do turismo, enquanto parte da reprodução do capital como elemento da produção e consumo, é possível falar de rebatimentos na produção do espaço, justificando-se os estudos na Geografia sobre o “espaço do turismo” ou “espaço turístico” (RODRIGUES, 2002) ou ainda sobre abordagens derivadas como o território turístico, o lugar turístico, dentre outras. Cruz (2007) ressalta que o “espaço turístico” possui uma forte carga de elementos que a geografia defende ser. Ainda para a autora, também é considerado o papel do Estado como um produtor do espaço, além dos agentes de mercado, na medida em que redefine espaços para a lógica da produção, circulação e consumo de mercadorias.

A referência ao “espaço turístico” não é exclusiva da geografia. Roberto Boullón na obra “Planificación del espacio turístico” desenvolve uma abordagem sistemática para o estudo do “espaço turístico”. Este, para o autor, é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos. O patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infraestrutura turística, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país (BOULLÓN, 2006).

A melhor maneira de determinar um espaço turístico é o método empírico, por meio do qual pode-se observar a distribuição territorial dos atrativos turísticos e planta, por meio da detecção de clusters e concentrações. Assim, através de um procedimento sistemático e aplicação de metodologias específicas que indicam ao descrever cada item, você pode encontrar todos os componentes do espaço turístico [...] (BOULLÓN, 2006, p. 66).

Define a partir de diferentes escalas: zona, área, complexo, centro, unidade, núcleo, conjunto e corredor turístico (BOULLÓN, 2006). Propõe, assim, um método empírico, estabelecendo um ordenamento físico do espaço produzido pelo turismo (Figura 17).

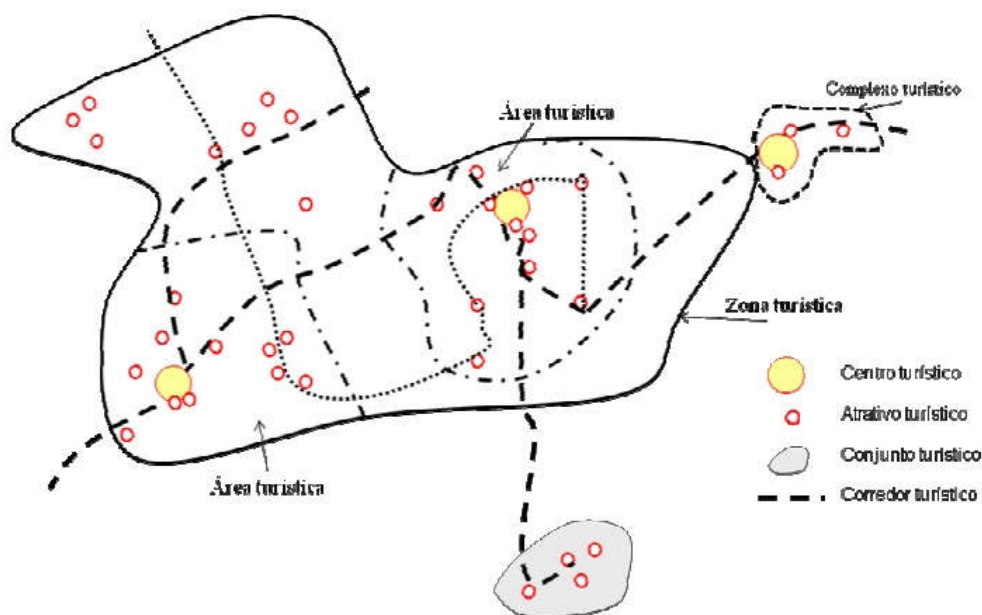


Figura 17 - Modelo de espaço turístico de Boullón
 Fonte: Fratucci (2008).

Na Geografia podemos destacar os trabalhos de Adyr Balastrieri Rodrigues para quem o estudo desta Geografia do Turismo não pode ser meramente descritivo, e na definição do “espaço turístico” devem ser observadas, as áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e núcleos receptores (RODRIGUES, 2001).

De acordo com Rodrigues (1997), é válida a utilização das categorias forma, função, estrutura e processo, considerados por Santos M. (1992) como os esteios do método de interpretação do espaço geográfico. A *forma* refere-se ao aspecto visível - a paisagem – conjunto de objetos que expressam os tempos distintos das relações da sociedade com o meio, é o recurso turístico, considerado a matéria-prima para a implementação do turismo. A categoria *função* propõe decompor o espaço turístico nos seus elementos (oferta, demanda, transporte, infraestrutura, serviços, gestão e marketing). A *estrutura* pretende expressar a dependência mútua e a rede de relações entre as partes do todo, tornando-se um elemento de grande importância para a compreensão da dinâmica espacial, essencial para o desenvolvimento do turismo. No estudo do *processo* espacial se analisa a evolução da estrutura, procurando captar o dinamismo, as ações e interações de todos os elementos do espaço que se inter-relacionam produzindo a totalidade espacial, aspectos fundamentais para o diagnóstico do espaço turístico com sua compreensão de passado, presente e projeções de futuro.

Rodrigues (1997) fundamentou sua análise geográfica do fenômeno turístico, buscando entender o processo de constituição dos elementos que formam o espaço turístico. Assim, a partir dos elementos constitutivos do espaço de Santos M. (1992), definiu os seguintes elementos: os homens, as firmas, as instituições, as infraestruturas e o meio ecológico.

Os *homens* (homens e mulheres) na análise do turismo correspondem à demanda turística (os turistas), à população das áreas receptoras e a todos os responsáveis pelo funcionamento de outros elementos do “espaço turístico”. As *Firmas* constituem o elemento responsável pelos diversos serviços de hospedagem, de alimentação, às agências e operadoras de viagens, empresas de marketing e publicidade, etc. As *instituições* correspondem à superestrutura, onde se produzem as ordens, normatizações e legitimações, que regulam o turismo. As *infraestruturas* são importantes elementos do “espaço turístico”, dela fazem parte além da infraestrutura de acesso, representadas pela rede de transportes e de comunicação, a infraestrutura urbana e os serviços de apoio ao turismo. O *meio ecológico* são os complexos territoriais, sobre os quais se edificam os objetos sociais, muito mais somente que os objetos naturais, ou seja, o meio ecológico é o meio já modificado pela ação humana (RODRIGUES, 1997).

Portanto, para entendermos este fenômeno complexo temos que analisar as funções, a estrutura e o processo, além dos elementos que formam o “espaço turístico”, a partir das concepções e práticas que norteiam a atividade. Além disso, é indispensável entendê-lo como um conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistemas de ações nos termos de Santos M. (2004). Isso nos leva a considerar os sujeitos da ação: o Estado, como aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução continuada; e os sujeitos sociais (CARLOS, 2011), e a importância da mobilização na definição das ações contidas nas políticas públicas de turismo emergentes.

3.3 POLÍTICA PÚBLICA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO

A política pública pode ser compreendida como um campo de investigação da ciência política. Enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo a tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na

análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos²⁵ (FREY, 2000; SOUZA, 2006).

Não existe uma definição precisa de política pública, mas podemos entendê-la como um conjunto de atividades ou ações dos governos (SOUZA, 2006). Considerando essas ações destacam-se as fases do ciclo das políticas públicas (Figura 18), sobre a qual, Souza (2003), ressalta a existência de uma produção significativa atualmente no Brasil. São estudos que analisam determinados aspectos de uma política pública, seja a definição da agenda, o processo decisório e, de forma mais abundante, a implementação da política. Esta última fase corresponde ao momento em que a política pública sai do papel para se realizar no território (FREY, 2000; SOUZA, 2003).



Figura 18 - Fases do Ciclo Político

Fonte: Elaborado a partir de Frey (2000); Souza (2003).

De acordo com Souza (2006), as políticas públicas desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informações e pesquisa. Em nosso caso, a abordagem se dá especialmente sobre a elaboração e implementação das políticas públicas de

²⁵Nos EUA, ao contrário, surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006).

turismo. Torna-se assim relevante evidenciar a análise das políticas públicas como procedimento teórico-conceitual. Nesse sentido, Frey (2000) destaca a “Policy analysis”, apresentando e diferenciando os conceitos de: ‘policy’ (que se refere aos conteúdos, configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas, as instituições políticas, a dimensão institucional), ‘politics’ (que se refere ao processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos os processos políticos, a dimensão processual) e ‘polity’ (que se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico e a ordem institucional do sistema político administrativo, os conteúdos da política, a dimensão material).

Na realidade política essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente, sendo necessário considerá-las a partir de diversos campos disciplinares, buscando as explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Nesse contexto está a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006).

De acordo com Mello-Théry (2001), enquanto campo disciplinar de reflexão e construção de teorias, no meio científico e no meio da gestão pública, as políticas públicas espaciais voltam a ter relevância para a ciência geográfica, no final dos anos 1980, quando do processo de redemocratização brasileiro, relacionadas aos problemas de desenvolvimento. Muitos compromissos globais têm sido acordados por meio de convenções e protocolos, os quais se refletem nas políticas nacionais, obrigando, também, aos cientistas inseri-los na análise da importância e de suas repercussões nas múltiplas escalas territoriais.

A elaboração de políticas públicas, é antes de tudo, uma atividade política influenciada por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais dos governos e outros aspectos do sistema político (HALL, 2001). Assim, utilizando a perspectiva da “Policy analysis” no estudo da relação entre turismo, políticas públicas e desenvolvimento, é imprescindível entender o papel do Estado, no que se refere às estratégias espaciais de desenvolvimento no período atual.

Analisando a realidade brasileira, verifica-se o contexto da luta pela redemocratização. Assim, nos anos 1980 o debate passa a ser especialmente pela defesa de uma descentralização, de tipo radical, que reduzisse drasticamente as atribuições do governo central na gestão das políticas públicas, transferindo grande parte da esfera decisória para estados e municípios. Neste caso, a descentralização representaria uma estratégia pela qual se

criariam instituições que viabilizassem a participação dos cidadãos nas decisões públicas (ARRETCHE, 1996). Apesar do argumento de que o papel dos governos tem sido encolhido por fenômenos como a globalização, a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e de governar não está empiricamente comprovada (SOUZA, 2006).

As redefinições ocorridas na territorialidade do Estado trouxeram repercussões na elaboração, implementação ou execução de políticas públicas. Através de investimentos em infraestrutura e em atividades diretamente produtivas, ele cria pré-condições para a expansão de uma atividade, afeta decisões de alocações de recursos privados, sobretudo em termos espaciais, bem como a distribuição social dos benefícios do crescimento econômico, reforçando também, desta forma, a necessidade de sua existência no mundo globalizado (ALMEIDA, 2005).

Outra questão importante a respeito das políticas públicas, é que elas não possuem harmonia, visam alcançar objetivos que não são harmônicos nem coerentes entre si, e que se transformam com a dinâmica da própria sociedade. A política implica no estabelecimento de estratégia e táticas frente aos outros membros da sociedade para impor critérios e formas de atuação. E a política territorial se configura por um conjunto de propostas estratégicas, de médio a longo prazo, assim como pelas correspondentes formulações de atuação dirigida para interferir sobre o território (MELLO-THÉRY, 2001).

O caso da Amazônia é exemplar, pois existem diversos agentes que reivindicam melhorias econômicas e sociais, modelando novas territorialidades, tais como, populações tradicionais, Organizações Não Governamentais (ONGs), a Cooperação Internacional e empresas nacionais, todos exigindo ações do Estado, demonstrando que ele não perdeu sua importância como se refere na ideologia neoliberal (BECKER, 2006). A partir do conceito de gestão do território, Becker (2014), destaca a importância em considerar os modos e intensidades diversos da prática estratégica espacial, e os diferentes projetos de desenvolvimento. Assim, a elaboração de políticas públicas nessa conjuntura exige que se analisem os vetores de transformação regional (VTI e VTE), já abordados anteriormente.

A operacionalização das estratégias do governo federal através da implementação de políticas públicas realiza-se pelo estímulo e indução das políticas estaduais e municipais, onde se visualiza uma valorização do papel dos governos locais na formulação e implementação de políticas públicas, como, por exemplo, as relacionadas ao turismo.

A política pública para o turismo é tudo o que os governos decidem fazer ou não com relação ao setor (HALL, 2001). De acordo com Beni (2001), a política de turismo é o

conjunto de decisões que orientam a condução do setor e regulam as ações a serem executadas, as quais se traduzem em planos e programas de desenvolvimento setorial. Para Cruz (2001) as políticas de turismo são entendidas como:

Conjunto de intenções e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento das atividades turísticas em um dado território. [...]. Toda diretriz ou estratégia instituída pelo poder público com o objetivo exposto comporá, como um conjunto de medidas estabelecidas com a mesma finalidade, a política governamental em questão (CRUZ, 2001, p. 40).

São cinco as áreas de envolvimento do Estado em relação ao seu papel na promoção da atividade turística: coordenação, planejamento, legislação e regulamentação, empreendimentos e incentivos. E os governos podem incrementar o turismo de três maneiras. A primeira maneira, com incentivos financeiros, como empréstimos a juros subsidiados ou reservas. A segunda, através do patrocínio de pesquisas que beneficiem a indústria do turismo em geral e não a organizações ou associações específicas individuais. A terceira é o *marketing* e divulgação, que está geralmente voltado para a geração de demanda turística (HALL, 2001).

De acordo com Dias (2008), uma política de turismo, formalmente instituída através de um documento norteador, pode ser inexistente, mas desde que existam medidas empreendidas pelo Estado, em que nível for, seja no sentido de orientar, regulamentar ou ordenar a atividade ou segmentos do turismo; existe uma política do turismo. Pode ser incipiente, mal formulada, segmentada, setORIZADA, mas, desde que existam ações, há uma política de turismo. Nesse sentido, é preciso aprofundar o entendimento da política pública de turismo, o que demanda análises sobre como o Estado, nos diferentes níveis, atua na elaboração e implementação das políticas que repercutem no desenvolvimento da atividade. É necessário ainda verificar o nível de interação entre os diferentes níveis de atuação governamental (nacional, estadual e local), bem como dos diversos órgãos e secretarias que compõem a estrutura governamental em cada uma das três esferas (FONSECA, 2005).

Na visão de Cruz (2001), a política pública de turismo deveria, teoricamente, ser um documento público, que reunisse o pensamento do(s) poder(s) público(s) (local, estadual, nacional) com relação à organização do setor. Contudo, muitas vezes, em um mesmo nível, como o federal, verificam-se ações centralizadoras, além de outras voltadas para construção de agendas políticas de baixo para cima (SANSOLO, 2013) numa mobilização regional e local na perspectiva do desenvolvimento.

O debate sobre o desenvolvimento nas últimas décadas tem sido caracterizado pelas questões polêmicas no tratamento do conceito. Na sua relação como turismo é preciso

verificar seus conteúdos e significados. A questão colocada pode nos ajudar a pensar o turismo para além do seu entendimento como atividade econômica, emergindo também a visão de um turismo em que os valores sociais e éticos sejam privilegiados (RODRIGUES, 2006; IRVING, 2009).

Contudo, apontar para cenários alternativos, privilegiando, também, o conteúdo social do desenvolvimento, é pretender uma forma ou modelo, que vai de encontro com a racionalidade econômica hegemônica, caracterizada pela grande concentração de renda e exclusão da maior parte da população (CRUZ, 2006). Assim, é preciso destacar que o desenvolvimento, historicamente, possui um vínculo com a concepção capitalista de crescimento econômico. Esta ligação íntima entre os dois conceitos, por vezes tomada como sinônimo, teve como principal consequência a visão de que o crescimento econômico é condição necessária e suficiente do desenvolvimento (SOUZA, 2002, SEM, 2010).

Entendo que à conceituação de desenvolvimento não se pode imputar as mazelas que em seu nome foram criadas. Por exemplo, ao bom conceito de desenvolvimento não se associa qualquer ideia de progresso ou de economicismo [...]. O desenvolvimento enquanto processo de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão [...]. É fundamental que esse processo transformador seja promovido simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica, etc.) e em várias escalas espaciais (local, regional, nacional, global, etc.). (BRANDÃO, 2008, p. 3).

Na visão de Veiga (2010), existem três tipos básicos de resposta à indagação “o que é desenvolvimento?”. A mais frequente é tratar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. A segunda é a de afirmar que o desenvolvimento não passa de releusão, crença, mito, ou manipulação ideológica, e a terceira provém de pensadores menos conformistas, o “caminho do meio”, a exemplo de Amartya Sen²⁶ com a abordagem do desenvolvimento como liberdade.

[...] O enfoque das liberdades humanas contrasta com visões mais restritivas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. [...] as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2010, p. 16).

²⁶ A mudança fundamental do modo de se entender o desenvolvimento é creditada ao indiano Amartya Sen, através de uma série de conferências proferidas entre 1996 e 1997, como membro da presidência do banco Mundial. É nele que deve ser buscado os fundamentos do que foi chamado de caminho do meio, entre a miopia que reduz o desenvolvimento ao crescimento, e o derrotismo que o descarta como inexistente (VEIGA, 2010).

A expansão da liberdade é vista como o principal fim e o principal meio de desenvolvimento. A eliminação de privações de liberdades, que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente, é constitutiva do desenvolvimento” (SEN, 2010).

Até o início dos anos 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que haviam tornado ricas pela industrialização. De outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado. Todavia, foram surgindo evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados (entre os quais o Brasil) não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos. A começar pelo acesso à saúde e à educação. Foi assim que surgiu o intenso debate internacional sobre o sentido do vocábulo desenvolvimento. Uma controvérsia que ainda não terminou, mas que sofreu um óbvio abalo esclarecedor desde que a ONU passou a divulgar anualmente um índice de desenvolvimento que não se resume à renda per capita ou à renda por trabalhador (VEIGA, 2010, p. 18-19).

Assim, nos finais dos anos 1960 e início dos anos 1970 deu-se uma virada fundamental nas abordagens e nas práticas de desenvolvimento, desencadeando nos últimos 30 anos uma busca por novas conceituações e estratégias, podendo ser destacados pelo menos seis conceitos: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento social e desenvolvimento integrado (AMARO, 2014). No contexto de nosso trabalho ressaltam-se, principalmente, o “desenvolvimento sustentável” e o “desenvolvimento local/endógeno”, como concepções de onde emergem as políticas atreladas ao turismo.

No enfoque sobre o “desenvolvimento sustentável” ou “crítica ambientalista” (SOUZA, 1998), são atreladas as políticas que tentam conciliar desenvolvimento com preocupações ambientais. Na visão de Frey (2001), no que tange à reflexão teórico-conceitual, boa parte das teorias que visam à sustentabilidade do desenvolvimento carecem de investigações que aprofundem a dimensão político-democrática, representando um dos mais importantes fatores limitadores da implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável.

Entretanto, para Cruz (2006, p. 348) na questão do turismo:

A consolidação do paradigma ambientalista nos anos 80 muda, todavia, a qualidade do discurso e da ação pública, em todas as escalas de governo, agregando ao discurso de valorização da atratividade turística dos recursos naturais a retórica da necessidade de sua proteção/preservação. As políticas públicas federais a partir dos anos 90 incorporaram, assim, o discurso da sustentabilidade e os grandes programas

de desenvolvimento do turismo a partir de então contemplam, em muitos casos, a criação de unidades de conservação.

Na visão de Frey (2001), ao mesmo tempo em que o debate público sobre a sustentabilidade tem impulsionado a criação de novos arranjos institucionais, novos regimes ambientais de negociação e fóruns de debate, investimentos significativos na ciência e pesquisa ambiental, assim como a consolidação de um movimento ambientalista transnacional; o sistema político, tanto no nível internacional, quanto no nacional e local, tem se mostrado incapaz ou insuficientemente preparado para traduzir e transformar as crescentes demandas de cunho ambientalista em políticas públicas, capazes de promover um modelo alternativo de desenvolvimento.

No que concerne às políticas de turismo, a concepção de desenvolvimento está associada ao recente movimento de incentivo à modalidade de turismo que promoveria a articulação do crescimento econômico com as preocupações ambientais. Nesse sentido, de acordo com Rodrigues (2003, p. 30):

[...] o movimento recente do ecoturismo alimenta e é alimentado dialeticamente pelo mito do eterno retorno, oferecendo, por meio do ecoturismo, a possibilidade de reencontro do paraíso perdido. Reveste-se de mistérios, de luxúria, de pecado, por isso é tão atraente. Todos os elementos valorizados pela nossa cultura estão presentes: o sol, a água, a fertilidade, o verde, as flores, a mulher, o pecado. Exibe uma relação harmoniosa entre os homens e a natureza produzindo um estado de felicidade.

Isso ocorre especialmente no caso amazônico, onde o ecoturismo é considerado como a panaceia para o desenvolvimento sustentável (COELHO, 1999), conforme destacaremos na abordagem sobre as políticas de turismo planejadas para a região.

Na discussão sobre o desenvolvimento da mesma forma está atrelada, a partir da década de 1980, a redefinição do papel do Estado quando as políticas convergem especialmente para a esfera local. Assim, emerge a concepção de “desenvolvimento local/endógeno”, que também se manifesta nas políticas para o turismo, por exemplo, através da estratégia de municipalização do setor no Brasil exposta na Política Nacional de Turismo divulgada em 1991 e, em seguida, assumida no Plano Nacional de Turismo (2003-2007) (FRATUCCI, 2005).

O desenvolvimento local seria aquele induzido pela mobilização do potencial endógeno, porque há o controle dos processos econômicos e da importância da participação da sociedade. As políticas de desenvolvimento a partir da realidade local são, assim, consideradas como respostas às transformações ocorridas no âmbito da reestruturação econômica e política do Estado, emergindo, nesse contexto, a possibilidade de um

desenvolvimento proveniente das potencialidades locais, oportunizando melhorias sociais da população local. Neste sentido, o desenvolvimento local é um processo socializante, no qual as comunidades envolvidas são protagonistas de seu tempo e de seu espaço e não sujeitos hegemônicos (CRUZ, 2009).

Esses aspectos são especialmente atrelados aos projetos e experiências de turismo de base comunitária, no qual a comunidade do destino são os sujeitos processo, favorecendo a coesão e o laço social, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento (IRVING, 2009).

Experiências reconhecidamente bem-sucedidas de desenvolvimento do turismo com base local, em território brasileiro, têm se restringido a experiências do chamado “turismo comunitário”, compreendido este como uma forma de turismo em que comunidades locais assumem o comando do desenvolvimento do turismo em seus territórios. Este é o caso, por exemplo, de Silves, Amazonas, e Prainha do Canto Verde, Ceará (CRUZ, 2009, p. 101).

Para Rodrigues (2006), podem ser pensados dois modelos territoriais de turismo, o “modelo economicista” e a “proposta humanista”. O primeiro modelo de caráter funcional e mercantil, que integra o turismo local-regional ao contexto global, apresentando as seguintes características de apropriação territorial: a) do ponto de vista locacional, está comprometido com a articulação local-global; b) do ponto de vista econômico, é alimentado basicamente por capitais externos, com contrapartida de capitais nacionais; c) do ponto de vista técnico, resulta de um planejamento imposto em escala federal, baseado na racionalidade e na funcionalidade; d) do ponto de vista ambiental, promete a sustentabilidade em suas diversas dimensões, em particular na esfera ecológica; e) do ponto de vista social, trata-se de um modelo de turismo segregador e excludente, tanto para a demanda de menor poder aquisitivo, quanto para a população anfitriã.

Ainda segundo a autora, no segundo, predominam as relações de poder local, ditas horizontais, apresentado como características: a) o marco territorial constitui um território zonal, portanto contíguo, perseguindo-se a sustentabilidade em suas dimensões; b) o marco valórico é ancorado na democracia, na justiça, na ética e na solidariedade; c) o marco endógeno propõe a valorização do capital cognitivo, cultural, simbólico, priorizando a identidade territorial (RODRIGUES, 2006).

Contudo, em relação às políticas de turismo, o que existe é muito mais discurso que prática. A questão principal refere-se ao que não tem permitido passar da teoria para a práxis e a necessidade do valor social no turismo (LEITE JÚNIOR, 2007). Neste sentido, é preciso uma aproximação deste enfoque com a abordagem do espaço como produção social em face

do incremento da atividade turística. O espaço não pode, assim, deixar de ser considerado na análise, pois o planejamento do turismo, seja ele numa escala regional ou local, se dá sobre um espaço concreto, herdado, histórico e socialmente construído, e que, portanto, tem de ser considerado pela política pública e pelos projetos que dela derivam (CRUZ, 2006).

Apesar da emergência de contribuições teóricas recentes, sobre a concepção de desenvolvimento, essas, muitas vezes não conseguem avançar para além de uma visão capitalista e reducionista. Nesse sentido, Souza (1997, 2002, 2013), faz uma crítica à essa concepção etnocêntrica e europeizada, sendo essa uma condição primeira para se seguir em direção a uma alternativa conceitual, que autor denomina de “macroteoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial.

A rigor, essa “macroteoria aberta” é uma ferramenta para escavar e explorar as possibilidades de pensar os vínculos entre espaço geográfico e relações sociais, dentro de uma perspectiva de mudança para melhor (superação de obstáculos e gargalos), sem recorrer às usuais “muletas” e sem incorrer nos vícios das diversas teorias do desenvolvimento, mormente nos marcos da ideologia capitalista do desenvolvimento econômico: etnocentrismo (mais especificamente, eurocentrismo), teleologismo (isto é, etapismo, evolucionismo, historicismo) e economicismo. Em vez de buscar definir um conteúdo específico para o “desenvolvimento”, [...] minha intenção tem sido a de propor, discutir e testar princípios e critérios tão abertos (mas também tão coerentes) quanto possível, de maneira que a definição do conteúdo da “mudança para melhor” seja deliberadamente reservada como um direito e uma tarefa dos próprios agentes sociais (sujeitos, protagonistas), e não um privilégio do analista (SOUZA, 2013, p. 262).

Para isso, Souza (1997), considera a ideia de autonomia a ponte por excelência entre a abertura necessária e o alcance prático que o conceito de desenvolvimento precisa ter, propiciando o direito de cada coletividade relacionar suas particularidades, aos meios às estratégias relacionadas ao desenvolvimento. Nas palavras do autor:

No que concerne ao desenvolvimento sócio-espacial, venho propondo, há muitos anos, o seguinte encadeamento de parâmetros: 1) *parâmetro subordinador* (escolha de natureza, evidentemente, basicamente metateórica): a própria *autonomia*, com as duas faces interdependentes da *autonomia individual* (grau de efetiva liberdade individual) e da *autonomia coletiva* (grau de autogoverno e de autodeterminação coletiva, na ausência de assimetrias de poder estruturais, e também com os dois níveis distintos da autonomia no plano interno (ausência de opressão no interior de uma dada sociedade) e no plano externo (autodeterminação de uma dada sociedade em face de outras); 2) *parâmetros subordinados gerais*: justiça social (questões da simetria, da equidade e da igualdade *efetiva* de oportunidades) e qualidade de vida (referente aos níveis histórica e culturalmente variáveis de satisfação de necessidades materiais e imateriais); 3) *parâmetros subordinados particulares*: derivados dos gerais enquanto especificação deles corresponde aos aspectos concretos (cujas escolha e seleção dependerão da construção de um objetivo específico e das circunstâncias em que se der a análise ou julgamento) a serem levados em conta nas análises, tais como (apenas para exemplificar) o nível de segregação residencial. O grau de acessibilidade (acesso socialmente efetivo a

recursos espaciais/ambientais) e a consistência participativa de uma determinada instância ou de um determinado canal institucional vinculado ao planejamento ou gestão sócio-espacial (SOUZA, 2013, p. 271-272, grifos do autor).

Na maior parte da literatura que se refere ao desenvolvimento, o espaço não foi abordado em sua dimensão social, como produção da sociedade. Ou seja, entendimento do espaço enquanto realidade social não foi privilegiada. Nestes termos,

[...] a perspectiva do desenvolvimento sócio-espacial insiste em postular que a maneira sensata de valorizar o espaço é procurar compreender a sua relevância no contexto da sociedade concreta [...]. No passado, as teorias e abordagens do “desenvolvimento”, por vício disciplinar de origem (sendo oriundas da Economia ou da Sociologia), ou negligenciavam o espaço geográfico ou valorizavam-no muito parceladamente, mutilando-o. O espaço era, o mais das vezes, reduzido a um espaço econômico ou, visto como “meio ambiente” e “recursos naturais”. O tipo de pesquisa e reflexão ora advogado sobre a mudança sócio-espacial tem como apanágio, portanto, não apenas buscar evitar o economicismo, o etnocentrismo e o teleologismo (etapismo, historicismo), mas, obviamente, também o empenho na afirmação da *espacialidade* como um aspecto essencial do problema” (SOUZA, 2013, p. 287-288, grifo do autor).

No que se refere às políticas de desenvolvimento atuais, como as políticas de incentivo ao turismo, é preciso incluir em seu conteúdo a dimensão espacial, não apenas como substrato material, mas como espacialidade criada pela vida social, como algo simultaneamente contingente e condicionador, resultado e meio da construção histórica, conforme sugere a teoria social crítica.

De acordo com Cruz (2006), cabe colocar em discussão as reais possibilidades de o turismo efetivamente contribuir para reverter o quadro de profundas injustiças sociais, histórica e socialmente construído. Souza (2002, p. 21), reportando-se à viabilidade da proposta de desenvolvimento a partir do turismo ressalta que este,

[...] será tendencialmente bom ou ruim, do ponto de vista do desenvolvimento, dependendo: 1) do que se entenda por desenvolvimento; 2) da natureza do turismo em questão (seu caráter predatório ou não, o grau de contraste socioeconômico e cultural entre os grupos humanos envolvidos); 3) de quais grupos ou segmentos sociais específicos referentes à área de destino do fluxo turístico se esteja falando.

Portanto, não apenas pautadas no princípio do desenvolvimento local/endógeno, como também no desenvolvimento sustentável, as políticas de incentivo ao turismo visam ao aspecto econômico e à sustentabilidade. Contudo, devem considerar as diversas dimensões constituintes das relações sociais - a cultura, a economia, a política, ressaltando-se a valorização do conteúdo social, e não simplesmente a questão econômica e ambiental (SOUZA, 2002).

Nesse sentido, para Rodrigues (2001, p. 30):

[...] o universo da ação deve ultrapassar a intervenção do Estado e da empresa privada, e envolver a sociedade civil no seu conjunto, mediante a atuação de ONGs, das associações de base – legítimas representantes das comunidades -, e das universidades, nos seus programas de pesquisa e de extensão. Só poderão ser respeitadas as necessidades locais, a potencialização dos seus recursos naturais e humanos, enfim, a valorização seletiva das diferenças representada pelo lugar.

Sinalizamos, assim, para uma alternativa diferente da visão socioeconômica com que o turismo tem sido tratado e sobre a necessidade de pensar, também, um turismo que possa valorizar as especificidades locais, potencializando as características sociogeográficas existentes, por exemplo, o sertanejo no Nordeste, como vem sendo trabalhado através do “turismo sertanejo”²⁷ (SEABRA, 2007); as comunidades rurais dos assentamentos no Sudeste, como vem sendo pesquisado e desenvolvido por Thomaz (2016) na questão do turismo no meio rural²⁸; os ribeirinhos da Amazônia, conforme nossa abordagem.

Segundo Irving (2007), o perfil do turista moderno demonstra um interesse maior em vivenciar, experimentar, não só o valor da natureza, mas o diferencial que realmente existe na cultura local, por exemplo, a gastronomia do lugar, a cultura, o comportamento, as tradições, a forma de relação homem/natureza. Assim, existe uma demanda turística que utiliza, hoje, outros caminhos e se expressa com outras exigências, alterando a autonomia do econômico e lhe impondo a necessidade de incorporar outras dimensões. Isso tem levado a uma proliferação de novas concepções na área do turismo: turismo solidário, turismo de natureza, ecoturismo, turismo durável, turismo de proximidade, turismo de memória e de história, turismo de valores (ZAOUAL, 2008).

Do mesmo modo, nos últimos anos emergiram debates sobre o desenvolvimento e o turismo, seja em bases locais ou endógenas, sustentável, de base comunitária ou turismo alternativo, mas devido à complexidade do turismo enquanto prática social e pela predominância da valorização de segmentos turísticos atrelados exclusivamente à possibilidade de reprodução ampliada do capital, ainda são poucos os projetos e ações práticas de um turismo alternativo. O turismo no Brasil e a questão social do turismo não tem

²⁷ O Projeto Turismo Sertanejo visa a promover a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo, os aspectos físicos, biológicos, sociais, econômicos, tecnológicos, culturais, científicos e éticos, em pequenos centros interioranos (destacando arquitetura, artesanato, culinária, folclore) e áreas rurais contíguas (destacando as paisagens naturais e agropecuárias). O turismo sertanejo insere-se na categoria de turismo exótico, um misto de agro ecoturismo, com ênfase na cultura regional e comunidade local (SEABRA, 2007).

²⁸ Através de projetos o turismo no meio rural vem sendo pesquisado e incentivado no Pontal do Paranapanema, especialmente no município de Rosana-SP, como alternativa de desenvolvimento em assentamentos rurais (THOMAZ, 2016).

acompanhado o mesmo ritmo de desenvolvimento econômico e da defesa ecológica (LEITE JÚNIOR, 2007).

Contudo, acreditamos na possibilidade de desenvolvimento não somente do turismo como também da sociedade que diretamente está relacionada aos programas e projetos turísticos, ou seja, pensando na implementação de um turismo que promova um desenvolvimento em sentido amplo. Isso significa pensar nas comunidades locais, nas tradições culturais, nas potencialidades sociogeográficas locais.

A partir dessas reflexões sobre as políticas, que emergiram e fundamentam as atuais ações de desenvolvimento da atividade turística, faz-se pertinente compreender como isso tem sido feito notar na Amazônia, cabendo questionar a natureza dessas políticas e que dimensões do desenvolvimento estão sendo levadas em conta como objetivos e diretrizes centrais das políticas de turismo pensadas e implementadas na região.

3.4 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA AMAZÔNIA E NO ESTADO DO PARÁ

Em um contexto geral, pode-se dizer que as políticas de turismo no Brasil são relativamente recentes. Até a década de 1960, o que havia eram ações resultantes de leis e decretos-lei restritos a aspectos parciais da atividade. Esse período é denominado de “pré-história” jurídico-institucional das políticas nacionais de turismo (CRUZ, 2001)²⁹. Somente a partir da década de 1990 a atividade turística ganhou maior destaque entre as políticas públicas setoriais com a Política Nacional de Turismo (PNT) instituída em 1996, cuja finalidade era promover e incrementar o turismo como fonte de renda, geração de emprego e de desenvolvimento socioeconômico do País (FONSECA, M., 2005).

Na visão de Cruz (2006), o que muda, entre um período e outro, é o fato de as ações voltadas ao setor turístico assumirem, a partir dos anos de 1990, uma maior racionalidade traduzida na elaboração de diversos planos e programas voltados ao ordenamento do território brasileiro para um uso turístico massivo e internacionalizado, sendo vigente a lógica do espaço-mercadoria. Ainda para a autora:

A análise das políticas públicas federais de turismo no Brasil mostra, claramente, a total ignorância daqueles que as elaboraram relativamente ao significado do espaço para a vida e, consequentemente, para o turismo. Reduzido a “atrativos naturais e culturais”, o espaço foi e continua sendo compreendido pelas administrações

²⁹A segunda fase inicia-se em 1966 com a definição, pela primeira vez, de uma política nacional de turismo e criação da Empresa Brasileira de Turismo- (EMBRATUR). A terceira fase inicia com a reestruturação da EMBRATUR, em 1991, e se estende até o período atual (CRUZ, 2001).

públicas – ao menos no que diz respeito ao turismo – como um puro e simples receptáculo de suas ações às quais devem somar-se as ações dos agentes de mercado (CRUZ, 2006, p. 14).

O ordenamento do turismo se dá na tentativa do governo federal criar uma política territorial para explorar o potencial existente. Para isso, foi implementado um planejamento que resultou, nas últimas décadas, na elaboração e execução de programas regionais, como o Programa de Ecoturismo para a Amazônia (PROECOTUR), e o Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR).

Na Amazônia, a intensificação na apropriação dos recursos naturais já estava em voga desde a década de 1950, por meio dos grandes empreendimentos no setor mineral. Com a atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), órgão criado em 1966 para planejar e incentivar o desenvolvimento regional, as políticas foram impulsionadas, ficando expressa, a visão da região como reserva de recursos naturais (GONÇALVES, 2001). Nesse contexto, outras atividades produtivas também foram incentivadas como: a madeireira, a agropecuária, além do turismo, considerado parte das estratégias do governo militar para ocupação territorial da Amazônia Legal (TODESCO, 2013).

As políticas de desenvolvimento do turismo na Amazônia referem-se especialmente às ações, que foram planejadas visando ao incremento da atividade na região consubstanciadas em programas federais e planos de desenvolvimento regionais (Quadro 4).

Quadro 4 - Documentos de turismo criados para Amazônia e Estado do Pará

DOCUMENTO	AUTOR/ ANO	ÂMBITO DE GOVERNO	OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS	OBSERVAÇÕES
Plano de Turismo da Amazônia	SUDAM/1977	FEDERAL	Criar alternativas de investimentos e indicar possibilidades no setor turístico; diminuir as desigualdades regionais, viabilizar a prática turística nas áreas naturais e melhorar a infraestrutura turística na Amazônia.	O documento realizou um inventário criterioso para a região, no qual foram indicadas as políticas para o desenvolvimento do turismo: a) preservação e valorização do patrimônio turístico regional; b) desenvolvimento e diversificação da oferta turística; c) comercialização turística; d) formação de recursos humanos.
Plano de Turismo da Amazônia	SUDAM/1992	FEDERAL	Criar quatro programas prioritários: 1- Educação turística; 2- Estudos, pesquisas e planejamento; 3- Marketing e promoção; 4- Infraestrutura e equipamentos turísticos. 5-	O tema central do plano é o incentivo ao segmento do ecoturismo, trazendo bastante definida a ideia de polos de desenvolvimento através de subprogramas.
Estratégia para o desenvolvimento integrado do ecoturismo na Amazônia Legal	SUDAM OEA MMA/1997	FEDERAL	Implementar Infraestrutura; mão-de-obra; articulação de instituições; serviços e equipamentos privados; marketing; comercialização e definição de políticas.	Através do documento o ecoturismo é colocado como alternativa de desenvolvimento para a região.
Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia – PROECOTUR (Propostas de Investimentos)	MMA/SCA – 1998	FEDERAL	Viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal, como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da região; criar parques e reservas; criar um ambiente de investimentos em produtos turísticos; ampliar	O documento apresenta a divisão da Amazônia Legal em polos de desenvolvimento, tendo em vista o ecoturismo, influenciando políticas e programas estaduais e municipais.

			linhas de crédito e melhorar a infraestrutura para atrair fluxo turístico para a região.	
Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia	MMA/SCA – 2002	FEDERAL	Promover o desenvolvimento sustentável da região por meio do ecoturismo; implementar infraestrutura básica de serviços; propor regulamentação para o ecoturismo; capacitar recursos humanos; valorizar as culturas locais; contribuir para conservação da biodiversidade.	O documento reúne informações básicas sobre o ecoturismo, trazendo como objetivo a sensibilização das comunidades para serem envolvidas nos planos de ecoturismo, pelo grande potencial ecoturístico da região.
Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo	MTUR – 2000	FEDERAL	Fomentar o desenvolvimento do turismo nos municípios; conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre a importância do turismo; descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação; disponibilizar condições técnicas organizacionais e gerências; estimular o fortalecimento das relações entre Poder Público e iniciativa privada; Efetivar melhorias na prestação dos serviços voltados as atividades turísticas; Criar comitês estaduais do PNMT; capacitar agentes multiplicadores estaduais e monitores municipais; estimular a formação de Conselhos Municipais; Orientar o Poder Público no ordenamento da atividade turística; assessorar os municípios na implementação do Plano Municipal de Turismo.	Cria em sua estrutura uma política de descentralização e planejamento como forma dos municípios adequarem os investimentos a realidade local, e aponta como preferência o ecoturismo. Como ação resultante do programa, são criados Conselhos, Fundos e Planos de turismo como elementos das ações para o incremento do turismo nos municípios.
Diretrizes Políticas: roteiros do Brasil/Programa de Regionalização do Turismo	MTUR – 2004	FEDERAL	Dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta; estruturar os destinos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo do produto turístico nacional e a taxa de permanência e o gasto	Através desse programa que substitui o PNMT, adota-se a estratégia de criação de arranjos produtivos locais como instrumento de regionalização, além da definição dos roteiros turísticos regionalizados por polos turísticos. No Estado do Pará é utilizada a

			médio dos turistas.	regionalização que definiu os 6 polos turísticos: Belém, Amazônia Atlântica, Tapajós, Marajó e Araguaia-Tocantins.
Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo- PRODETUR-PA	MTUR – 2010	FEDERAL	O PRODETUR tem por requisito básico a elaboração de um instrumento de planejamento do turismo denominado Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, que deverá subsidiar todas as fases do Programa.	O PRODETUR no Estado do Pará abrange as áreas selecionadas nos Polos de Belém, Tapajós e Marajó, orientando o crescimento do setor turístico com bases sustentáveis em curto, médio e longo prazo.
Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará – PDT	PARATUR - 2001	ESTADUAL	Converter o Pará em um destino turístico preferencial para os mercados nacional e internacional mediante um desenvolvimento turístico competitivo e sustentável; incrementar o volume de permanência média e o gasto turístico.	O documento elabora um diagnóstico das condições do turismo no Estado e aponta os principais produtos/mercados para os 6 polos que foram criados no Pará.
Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará – PDT	PARATUR - 2011	ESTADUAL	Melhorar a oferta atual dos equipamentos e serviços para o turista atual de negócios; fomentar o desenvolvimento sustentável de novas estruturas e equipamentos para fomentar o desenvolvimento da oferta complementar, principalmente ligada à gastronomia típica e ao artesanato local; aumentar a promoção no mercado nacional; aumentar a promoção nos internacionais que vendem o Brasil; aumentar a oferta do produto Pará na oferta internacional que já vende a Amazônia brasileira; captar novos mercados internacionais com interesse potencial na Amazônia; desenhar um sistema de informação estatística capaz de medir a evolução do turismo no Pará.	O documento faz uma análise da situação atual do turismo no Estado e apresenta os objetivos e metas, apontando os planos operacionais de execução das ações. A divisão em produtos/mercados por polos regionalizados permanece.

Fonte: Adaptado de Brasil (1997, 1992, 1998, 2000, 2002, 2004) e Pará (2001, 2011).

Nestes termos, o I Plano de Turismo da Amazônia (PTA) elaborado em 1977, tinha como objetivos: criar alternativas de investimentos e indicar possibilidades no setor turístico; diminuir as desigualdades regionais e viabilizar a prática turística nas áreas naturais e melhorar a infraestrutura turística para uma ocupação territorial ordenada da Amazônia. Atendendo a este Plano foi realizado um inventário criterioso para região, para delinear os investimentos indicados ao setor turístico. Do mesmo modo foram definidos os principais polos turísticos: Belém, Manaus, São Luís e Santarém (BRASIL, 1977) (Figura 19).



Figura 19 - Pólos e centros de turismo definidos no I PTA

Fonte: Sudam (1977).

As diretrizes de suporte do programa vislumbravam proteção ao patrimônio natural; promoção dos valores culturais; incentivo ao turismo interno; estímulo ao turismo do exterior para a região; ação promocional a nível federal, regional, estadual, municipal e privado; formação de recursos humanos; apoio à hotelaria de turismo; apoio às agências de viagem, e transportadoras turísticas (NOBREGA, 2012; TODESCO, 2015).

Representando um novo contexto desenhado com as preocupações ambientais, o turismo novamente é incluído nas políticas concebidas para a região através do II Plano de Turismo da Amazônia (PTA). Elaborado em 1992, o tema central do documento é o incentivo ao segmento do ecoturismo e a definição da ideia de polos de desenvolvimento através de subprogramas. Tinha como objetivo constituir um instrumento para coordenar as ações do

governo federal, e da iniciativa privada, no sentido de superar as barreiras existentes para a efetivação da atividade na região (BRASIL, 1992).

Os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), também, enfatizavam a importância econômica do turismo para a região porque este apresentava um grande potencial de atração turística, que poderia vir a transformar-se em excelente fonte de geração de emprego e renda. O objetivo a partir dos PDAs era aproveitar as potencialidades da região, principalmente para a modalidade do turismo ecológico (BRASIL, 1992).

A sua economia deve experimentar um importante crescimento, ao mesmo tempo, em que promove mudança no perfil da estrutura produtiva, voltando-se de forma crescente para os ramos menos poluidores e predadores dos recursos naturais e de maior valor agregado, particularmente agroindústria, bioindústria e turismo ecológico (BRASIL, 1992, p. 9).

Assim, a região amazônica aparece no cenário nacional e internacional como um local de grandes possibilidades para o turismo ecológico, este é visto como uma saída econômica e ambientalmente viável, aproximando as posições dos ecologistas e ecoturistas (COELHO, 1999). Nesse contexto e na perspectiva do crescimento da atividade turística na região, a natureza torna-se um elemento essencial. Entretanto, de acordo com Coelho (1999), a visão de natureza amazônica, em ambos os discursos (ecologista e ecoturístico) resgatam tanto a velha imagem de “paraíso”, dotado de vegetação exuberante, de harmonia e de beleza, quanto a igualmente remota imagem de natureza inóspita, selvagem, inculta. Ou seja, é uma concepção de natureza associada à paisagem natural, que não é reconhecida a partir de uma identidade de vida e ligada às relações econômicas e culturais. Ainda para a autora, o discurso ecoturístico ganha ainda mais força na valorização e defesa da biodiversidade e, muito menos, em relação à sociodiversidade.

Nos documentos elaborados a partir da década de 1990, o esgotamento do Estado, como condutor das políticas, é ratificado pelo enfático discurso estatal em favor de parcerias e da participação dos vários atores sociais. Assim, as políticas públicas de turismo relacionam-se à descentralização e a emergência da figura dos municípios. Na visão de Cruz (2006), o paradigma da descentralização e da gestão participativa é fruto de um momento histórico que se inicia no final dos anos 1980 e que se fortalece ao longo dos anos 1990. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) é o mais importante representante desta mudança de paradigma.

O PNMT, então, passa a ser o programa que busca a integração e intermediação institucional entre órgãos estatais, além de associações e sindicatos, buscando a

descentralização do planejamento do turismo. Assim, foi através desse programa, que, pela primeira vez, uma política cunhada pelo governo federal se direcionou especialmente aos municípios, na busca de parcerias, apoio e orientações referentes ao desenvolvimento do turismo (ENDRES, 2001). Uma das ações que podem ser destacadas resultantes da implementação do PNMT foi a formação dos Conselhos Municipais de Turismo, com o papel de conjugar interesses de diferentes setores da comunidade ligados ao turismo nos municípios. Para Figueiredo e Nobrega, (2015, p. 22):

[...] o Programa Nacional de Municipalização do Turismo é criado, a partir da Política Nacional de Turismo (1996-1999), como a principal e mais arrojada (e talvez volátil) experiência de política pública nesse campo, articulando de igual forma os preceitos do desenvolvimento sustentável no que se refere à participação das comunidades nos processos de planejamento e a descentralização das ações, por meio da criação dos conselhos, planos e fundos de investimento municipal.

Integrando o quadro da municipalização os municípios eram divididos em municípios turísticos (MT) e municípios com potencial turísticos (MPT). Os primeiros são aqueles consolidados, onde o turismo é efetivo; os segundos são aqueles que possuem recursos naturais e culturais expressivos (BRASIL, 2002). No Estado do Pará, Cametá e Santarém, objetos empíricos desta pesquisa, além de outros, fizeram parte dessa classificação. Em 2004, o Governo Federal por meio do MTUR lançou o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (PRT), em substituição ao PNMT, com a proposta de articular organismos e instâncias nacionais e regionais, promovendo a cooperação e interação com órgãos da administração federal, estadual e municipal. No sentido de implementar o programa, e considerando as diferenças regionais e estaduais, o Ministério do Turismo preparou dois documentos (Diretrizes Políticas e Diretrizes Operacionais) (BENI, 2007).

Segundo as diretrizes políticas, o programa é “modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada”, cujos princípios “são a flexibilidade, articulação, mobilização”, compreendendo-se como regionalização a organização de um espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística (BENI, 2007, p.127).

[...] os anos 1990 viram emergir e consolidar o paradigma da descentralização da gestão, e atrelado a ele, as escalas regional e local como prioritárias da ação pública. Se o PNMT é o representante mais fiel, naquela década, da valorização da escala local no planejamento governamental do turismo, o Programa de regionalização do turismo, do governo Lula, tem o mesmo significado no que diz respeito à escala regional, para esses primeiros anos do século XXI (CRUZ, 2006, p. 13).

O PRT recupera estratégias de planos anteriores e dos discursos influenciadores do planejamento estatal a partir da década de 1990, como o planejamento integrado e

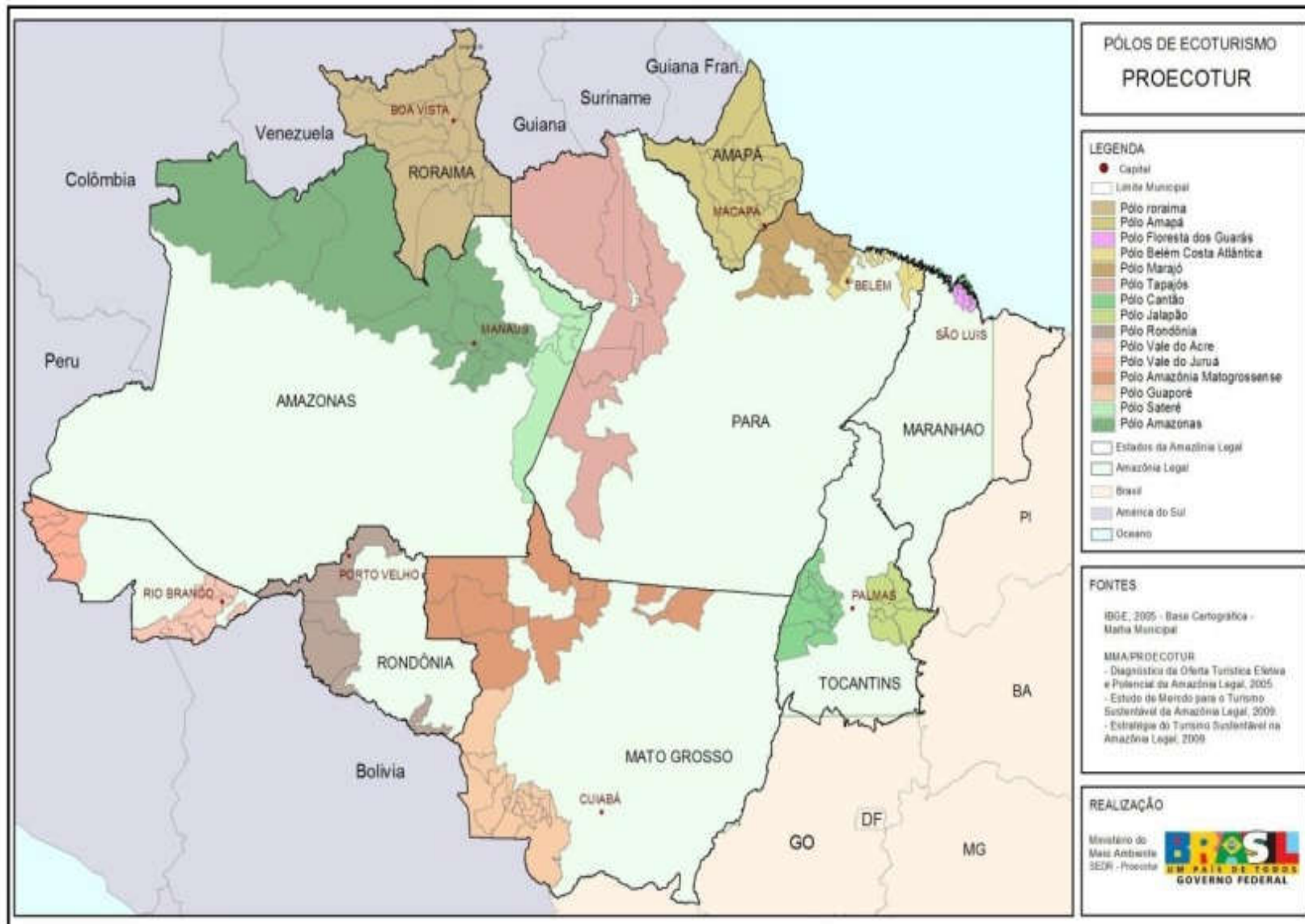
participativo do turismo, e ainda a promoção e apoio à comercialização dos produtos e serviços turísticos. O planejamento participativo se estrutura principalmente no estímulo à criação de instâncias locais e regionais como, por exemplo, no formato de Conselhos Municipais, Fóruns Regionais e Grupos Gestores, cuja finalidade de criação é subsidiar o processo de gestão no âmbito nacional e estadual (FIGUEIREDO; NOBREGA, 2015).

Os governos dos estados desempenham a função de identificar as áreas para serem inseridas nos programas. Assim, a maior importância dada ao setor turístico pode ser verificada através de programas e planos concebidos em nível federal, mas que tem como parceiros na implementação os estados. No Estado do Pará destacam-se nesse sentido o PROECOTUR e, mais recentemente, o PRODETUR NACIONAL.

Em dezembro de 1997 foi lançado o documento Estratégia para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo da Amazônia Legal e com ele, o PROECOTUR, que representaria a possibilidade de implementação de ações para o turismo como instrumento de planejamento para o desenvolvimento do ecoturismo (FIGUEIREDO; NOBREGA, 2015). Este seria a quarta iniciativa mais expressiva do governo para promover o turismo, mais especificamente o ecoturismo, na Amazônia após o I PTA de 1977, o II PTA de 1992 e a Estratégia para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal de 1997 (TODESCO, 2013).

A região foi dividida em polos de desenvolvimento do turismo e ecoturismo de acordo com os estados que compõem a Amazônia Legal. Nesse movimento foram criados 15 polos de ecoturismo. No Estado do Pará foram definidos três Polos: de Marajó, de Belém Amazônia Atlântica e do Tapajós (Mapa 9). Este último incluindo os municípios de Santarém, Monte Alegre, Óbidos, Alenquer, Oriximiná, Belterra, Aveiro e Itaituba (CRUZ, 2003).

O PROECOTUR partiu, também, da estratégia de delimitar “polos de ecoturismo”, abrangendo principalmente as Unidades de Conservação da Amazônia Legal, nas quais o poder público implantaria projetos de infraestrutura e normas visando a atração de empreendimentos privados de segmento de ecoturismo (TODESCO, 2013). No Estado do Pará foram tanto indicadas áreas para a criação de Unidades de Conservação (Oriximiná, Monte Alegre e Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão em Santarém) como também inseridas as já existentes, a exemplo da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns e Floresta Nacional do Tapajós.



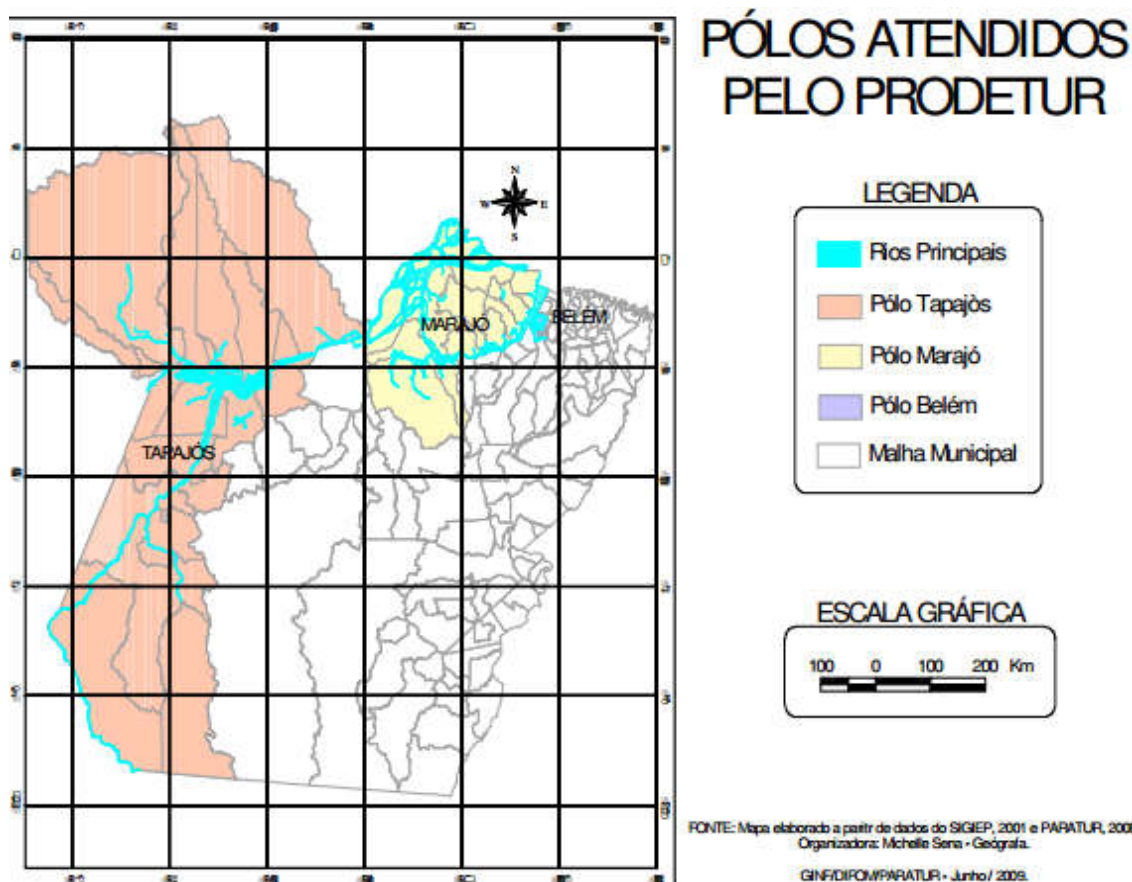
Mapa 9 - Polos de Ecoturismo na Amazônia Legal.

Fonte: Todesco (2013).

Apesar do reconhecido potencial turístico da Amazônia Legal, tão alardeado pelos conteúdos das políticas, o (eco)turismo, desde o primeiro plano de turismo de 1977-78 até a atualidade, não se converteu, para a grande parte dos espaços selecionados, numa alternativa econômica significativa para as comunidades locais, como também não apresentou resultados expressivos no auxílio à preservação dos ambientes naturais. Segundo o MTUR, o PROECOTUR foi incluído no atual Plano de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional, mas na realidade, o que se nota é que o programa foi descartado da agenda política do referido ministério. Prova disso é que os planos da Fase I do PROECOTUR foram praticamente descartados, e uma nova produção de planos de turismo, com o nome de Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), foi iniciada com a contratação de empresas de consultoria. Pode-se afirmar que o PROECOTUR não foi concebido exatamente como uma política de desenvolvimento regional, mas como uma política ambiental promovida por uma instituição pública – Ministério do Meio Ambiente (TODESCO, 2013).

A política territorial de turismo mais recente para a Amazônia está contida no PRODETUR. Este se refere às ações de fomento à atividade turística, inicialmente planejada para a realidade nordestina através do PRODETUR NE I e PRODETUR NE II. Atualmente esta política foi ampliada sob a denominação de PRODETUR NACIONAL. Os estados participantes devem apresentar ao MTUR um plano estratégico de desenvolvimento turístico para as Áreas Turísticas – AT's selecionadas. O objetivo é orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis a curto, médio e longo prazo, para tanto deve conter um plano de ação com estratégias estaduais e definir os investimentos a serem financiados pelo PRODETUR NACIONAL (PARÁ, 2011).

No Pará o programa é desenvolvido pela PARATUR e SETUR, em parceria com o MTUR. Visa promover a política pública, o desenvolvimento sustentável e integrado do turismo no estado, principalmente nos polos Belém, Marajó e Tapajós (Mapa 10) com o intuito de diversificar a oferta turística; consolidar a demanda nacional e internacional; valorizar o patrimônio histórico-cultural, consolidar uma gestão ambiental sustentável e estimular o ingresso de divisas para o setor, gerando emprego e renda (PARÁ, 2011).



Mapa 10 - Polos turísticos do Pará incluídos no PRODETUR
Fonte: Pará (2009).

Como parte das ações do PRODETUR NACIONAL está o PDITS³⁰, instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística. Além de instrumento de apoio ao setor privado para orientar seus investimentos e melhorar a capacidade de gestão e acesso ao mercado turístico. A seleção das Áreas Turísticas destes polos levou em conta o fluxo de turistas existentes, bem como o posicionamento dos roteiros que estes municípios integram nos mercados turísticos nacional e internacional, considerando o baixo IDH, principalmente nas ilhas selecionadas (PARÁ, 2011).

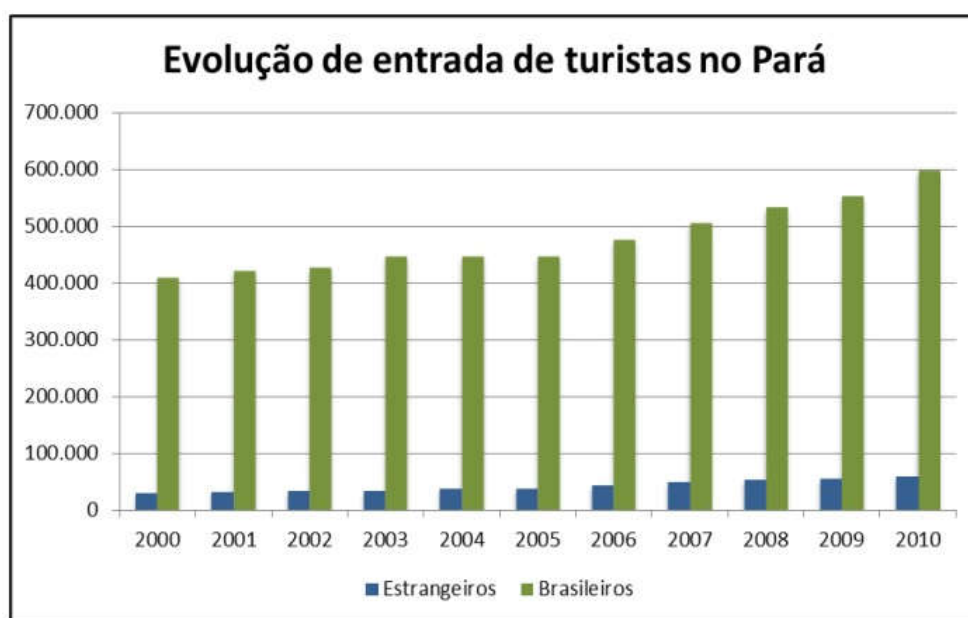
A partir desses programas e planos federais, as políticas de desenvolvimento do turismo se tornaram uma realidade nos estados amazônicos. Isso pode ser visualizado recentemente na estratégia dos governos estaduais como Amazonas e Pará, que passaram a

³⁰ O PDITS é um instrumento de planejamento da atividade turística que visa orientar, com bases sustentáveis, os gestores nas tomadas de decisão e o *trade* turístico nas direções a serem seguidas para o desenvolvimento sustentável do turismo, a partir da adequada condução das atividades de promoção da demanda, implementação de infraestrutura, fomento da oferta, utilização racional e gestão adequada dos recursos naturais, culturais, sociais dos destinos envolvidos no planejamento (BRASIL, 2011).

investir no turismo a partir da elaboração e implementação de planos, vislumbrando também o desenvolvimento do turismo nos polos e seus respectivos municípios.

Nestes termos, nas últimas décadas, no Estado do Pará, o turismo também se tornou uma das ações prioritárias dos governos, visualizada como possibilidade de diversificação econômica. Esse processo de inserção do turismo no planejamento e gestão governamental tem início, de acordo com Serra (2007), em 1995, a partir do governador Almir Gabriel, que implanta uma gestão baseada nas atividades estratégicas de governo, denominado de “Novo Pará”, caracterizado pelo tripé agroindústria, mineração e turismo, como vetores de transformação econômica e social. Verifica-se, desde então, um aumento da entrada de turistas no estado, especialmente a partir dos anos 2000 (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Evolução de entrada de turistas no Estado do Pará



Fonte: Pará (2011).

Buscou-se consolidar o turismo como estratégia de desenvolvimento por meio de planos como o PDT (2001) e o atual PDT (2011). Esses estão divididos, basicamente, em três seções, a primeira realiza um diagnóstico, a segunda revela as intenções e objetivos, e, por último, a terceira seção enfatiza as estratégias através de programas e planos operacionais. O estado foi regionalizado em seis polos: Belém, Costa Atlântica, Marajó, Tapajós, Xingu e Araguaia Tocantins (PARÁ, 2001) (Figura 20).

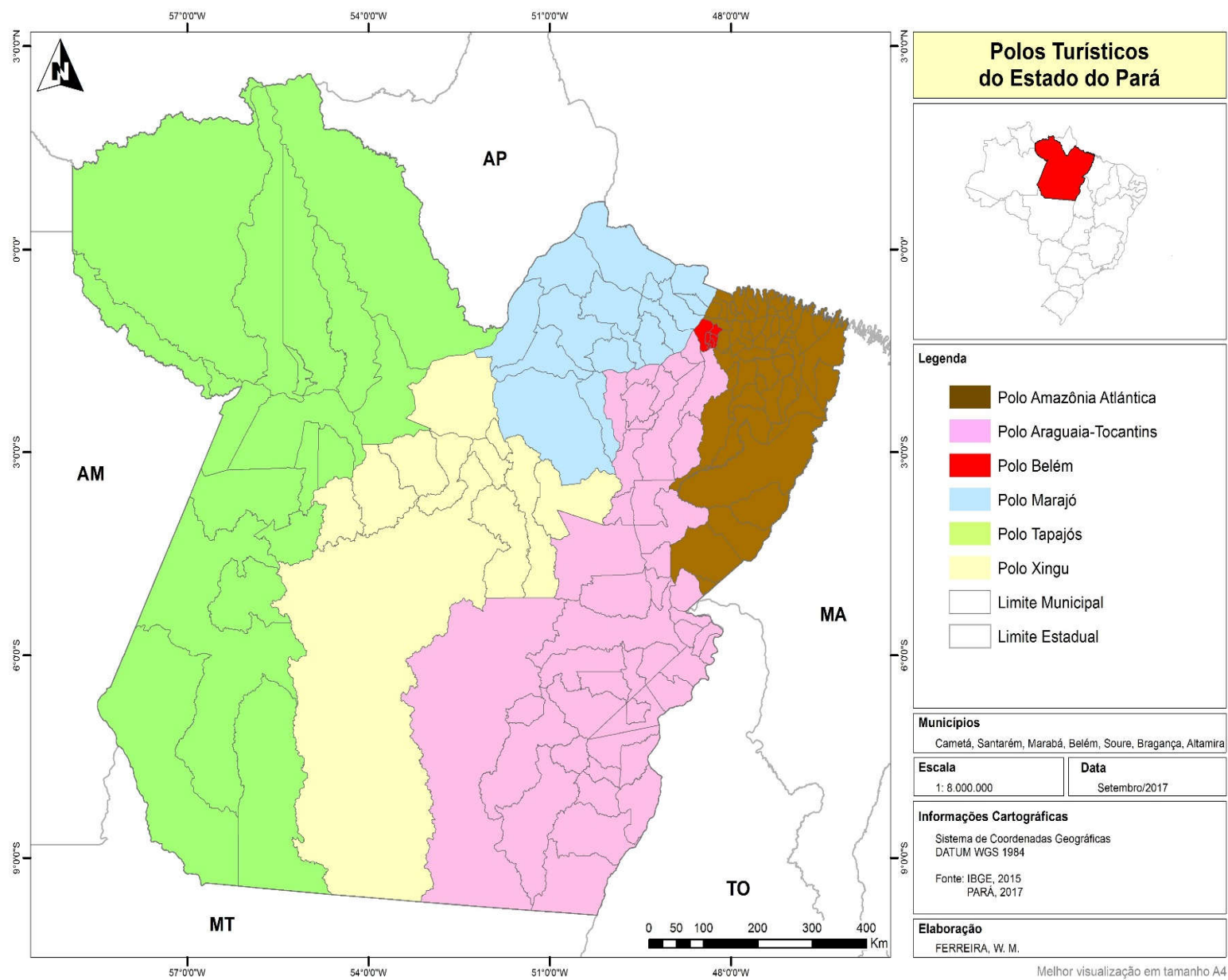


Figura 20 - Regionalização em pólos turísticos do Estado do Pará.
Fonte: Adaptado de Pará (2011).

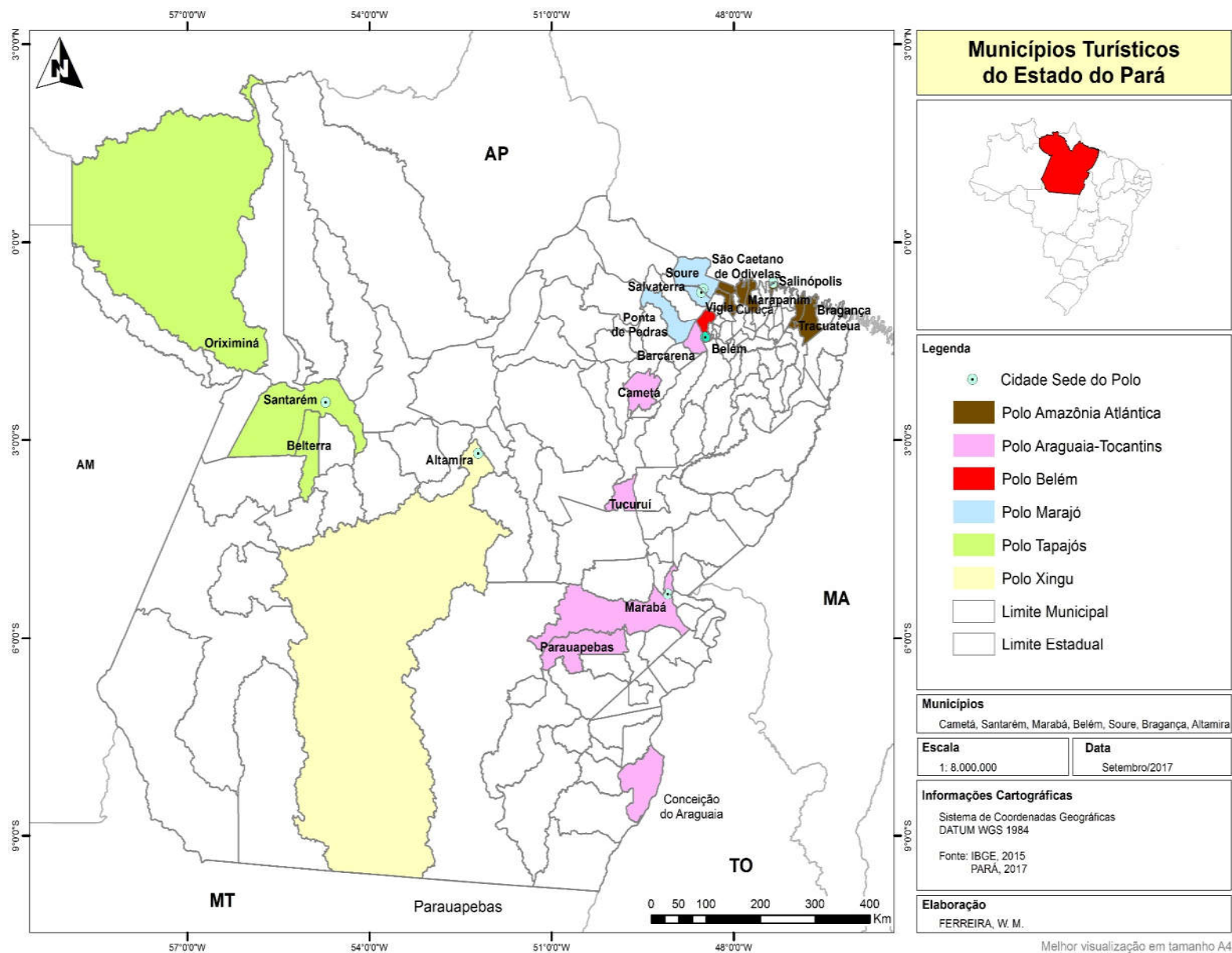
No PDT (2001), o ordenamento do território foi feito a partir de regiões-polo. Sua estruturação foi inspirada na teorização de Perroux (1967) sobre os polos de crescimento. Assim, as cidades que apresentavam as melhores condições de infraestruturas urbanas foram consideradas cidades-sede dos polos (Mapa 11). Pretendia-se que as cidades pudessem adquirir o crescimento da atividade por meio de irradiação (SERRA, 2007).

Em 2009, através da Resolução 002/2009, a PARATUR estabeleceu os critérios para a avaliação dos municípios turísticos, instrumento que classificou os municípios em turísticos ou que apresentam potencialidade para o desenvolvimento do turismo no estado, dentre eles foram definidos 21 para efeitos de planejamento (PARÁ, 2011) (Quadro 5).

Quadro 5 - Polos e municípios turísticos do estado do Pará

POLOS TURÍSTICOS	MUNICÍPIOS TURÍSTICOS
Polo Amazônia Atlântica	Bragança Tracuateua Salinópolis Marapanim Curuçá Vigia de Nazaré São Caetano de Odivelas
Polo Belém	Belém
Polo Araguaia-Tocantins	Conceição do Araguaia Marabá Parauapebas Tucuruí Cametá Barcarena
Polo Marajó	Ponta de Pedras Salvaterra Soure
Polo Tapajós	Santarém Belterra Oriximiná
Polo Xingu	Altamira

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Pará (2011)



Mapa 11 – Municípios e cidades-sede dos Polos Turísticos do Pará
Fonte: Elaborado a partir de Serra (2007) e Pará (2011).

Em 2011 é lançado o novo PDT do Estado do Pará. O documento faz uma análise da situação atual do turismo no Estado e apresenta os objetivos e metas, apontando os planos operacionais de execução das ações. A divisão em produtos/mercados por polos regionalizados permanece.

É utilizada uma metodologia para a hierarquização dos produtos e recursos existentes no Estado, sendo definidos os Produtos “Estrela”, Produtos “A” e Produtos “B” (Quadro 6). Os Produtos Estrela são os produtos excepcionais e podem ser considerados “o melhor da experiência” no destino. São produtos singulares que valem a viagem e devem ser utilizados como principais captadores de fluxo. Os Produtos “A” são produtos que complementam os Produtos Estrela e se convergem em indutores de viagens e fatores de redução dos períodos de baixa temporada e, nesse caso, os demais atrativos podem complementar a visita e ampliar o tempo de permanência do turista no destino. Os produtos avaliados como Produtos “B” exercem uma função estratégica, permitindo a ampliação do período de permanência do turista ou a motivação de seu retorno (PARÁ, 2011). Para a análise e avaliação dos recursos e produtos do destino foram considerados os fatores histórico-sociais e as condicionantes da paisagem natural e cultural do estado, o que permitiu determinar a potencialidade dos atrativos e organizar um ranking dos atrativos por polo:

Quadro 6 - Ranking dos produtos turísticos por pólo

POLOS TURÍSTICOS	Produtos “Estrela”	Produtos “A”	Produtos “B”	Recursos	Total
BELÉM	9	13	6	-	28
ARAGUAIA TOCANTINS	1	16	34	103	154
AMAZÔNIA ATLÂNTICA	4	20	43	32	99
MARAJÓ	1	18	10	60	89
TAPAJÓS	10	19	14	40	83
XINGU	3	2	5	2	12
TOTAL	28	88	112	237	465

Fonte: Pará (2011).

As estratégias espaciais estão assentadas nas mesorregiões do Pará. Assim, na forma como foram elaborados, os planos não visualizam a diversidade dos polos que são muito

extensos e as especificidades dos municípios passam a ser tratados de forma genérica. Destaca-se ainda, que as ações planejadas primam por uma apologia à natureza amazônica, em relação ao aproveitamento do recurso para o turismo, o patrimônio natural, tendo como principal imagem a ser vendida é o Pará como parte integrante na Natureza amazônica. Isto explica *slogans* criados sobre o *marketing* do turismo, “Pará: obra prima da Amazônia” (Figura 21).



Figura 21 - Slogan de propaganda do turismo no Pará.
Fonte: Pará (2011).

Os Planos de Desenvolvimento Turístico do Pará (PDTs-PA) constituem as políticas que orientam os investimentos. Expressam, assim, o interesse do governo em utilizar o setor turístico como uma das “alavancas” do desenvolvimento do Estado, adotando-se uma estratégia mercadológica, onde o elemento marcante é a ideia da competitividade. O principal objetivo é converter o Estado do Pará em um destino turístico preferencial para os mercados nacional e internacional. Assim, por exemplo, em relação ao volume atual de chegadas de turistas ao Estado do Pará e a sua evolução nos últimos dez anos, verifica-se uma tendência crescente desde o ano 2006, ultrapassando em 2014 a barreira de 1 milhão de turistas (Gráfico 5).

Desde o ano de 2012, quando iniciou a implantação do Plano Ver-o-Pará, o turismo no estado vem registrando taxa média anual de crescimento superior a 18%. Especificamente no turismo internacional a evolução registrada ainda é mais significativa. Outro fator importante é o crescimento da receita, apresentando desempenho acima da média brasileira. Entre 2011 e 2014 o índice registrado foi de mais de 34,5% (Gráfico 6). Nesse mesmo período, a taxa de crescimento econômico do país foi de 6,69%, enquanto que a receita do turismo internacional

no Brasil cresceu em torno de 2,5%. Em 2014, a taxa de crescimento da receita do setor de turismo no Pará foi de 10,6, índice 10 vezes maior que o apresentado pela receita turística internacional do Brasil no ano anterior (SANTARÉM, 2014).

Gráfico 5 - Evolução do volume turístico no Estado do Pará



Fonte: Santarém (2014).

Gráfico 6 - Evolução da receita do turismo no estado do Pará



Fonte: Santarém (2014).

De acordo com Tavares (2009), apesar do esforço do governo estadual em impulsionar o desenvolvimento do turismo no estado, da divulgação de suas potencialidades atrativas para a dinamização da atividade, pode-se dizer que ainda não alcançou o patamar de contribuição efetiva para o desenvolvimento local. Ainda para a autora, as ações têm se dimensionado, também, como outra forma de exclusão, seja porque reduz suas práticas aos atrativos naturais, seja porque não tem oportunizado às populações locais espaços para participação de seus saberes, ou por ter deixado de incorporar o patrimônio histórico, arqueológico e cultural dos lugares.

A partir das políticas concebidas e/ou implementadas na Amazônia foi delineado um modelo de turismo para a região, sendo ratificado também nas políticas estaduais a partir da incorporação de territórios para o turismo. Contudo, cabe questionar a natureza dessas políticas quando aplicadas às realidades locais. E mais, saber se as múltiplas dimensões do desenvolvimento estão sendo levadas em conta como os objetivos e as diretrizes centrais. Assim, os casos de Cametá e Santarém são interessantes para pensar a questão do espaço como socialmente produzido e como revelador de especificidades locais, posto que se trate de realidades que, em grande parte, resguardam potencialidades e dimensões de uma Amazônia ribeirinha.

4 TURISMO NA AMAZÔNIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: APORTANDO NOS ESPAÇOS-TEMPOS RIBEIRINHOS

Amazônia

*Sim eu tenho a cara do saci, o sabor do tucumã
Tenho as asas do curió, e namoro cunhatã
Tenho o cheiro do patchouli e o gosto do taperebã
Eu sou açai e cobra grande
O curupira sim saiu de mim, saiu de mim, saiu de mim...
Sei cantar o "tár" do carimbó, do siriá e do lundú
O caboclo lá de Cametá e o índio do Xingu
Tenho a força do muiiraquitã
Sou pipira das manhãs
Sou o boto, igarapé
Sou rio Negro e Tocantins
Samaúma da floresta, peixe-boi e jabuti
Mururé filho da selva
A boiúna está em mim
Sou curumim, sou Guajará ou Valdemar, o Marajó, cunhã...
A pororoca sim nasceu em mim, nasceu em mim, nasceu em mim...
Se eu tenho a cara do Pará, o calor do tarubá
Um uirapuru que sonha
Sou muito mais...
Eu sou, Amazônia!*

(Composição: Nilson Chaves)

Neste capítulo é apresentado o turismo como estratégia de desenvolvimento regional e local, analisando os casos específicos dos municípios de Cametá e Santarém. Primeiramente destacam-se os produtos e recursos para o turismo, ou seja, os atrativos (naturais e culturais), além da infraestrutura turística e de apoio ao turismo, o que estamos chamando de potencial sociogeográfico, pois estes elementos do espaço, são entendidos não somente como meio para o incremento do turismo, mas também, como condição de valorização das potencialidades locais.

O governo federal nas últimas décadas passou a incentivar o turismo, repercutindo nos municípios, que são categorizados como turísticos ou com potencial para o turismo. Assim, políticas de turismo vem sendo planejadas e implementadas através de programas e planos visando promover seu desenvolvimento. É nesse contexto que se dá a inserção dos espaços locais. Além disso, a elaboração de políticas para o turismo passou a ser adotada por órgãos do governo em todos os níveis (HALL, 2001), federal, estadual e mesmo municipal. Nestes termos, também, evidencia-se o processo de inserção dos municípios de Cametá e Santarém nas principais políticas de turismo na Amazônia e Estado do Pará.

4.1 O POTENCIAL SOCIOGEOGRÁFICO PARA O TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ

Em Cametá, além do extrativismo, agricultura, comércio e serviços, atualmente, outras atividades são apresentadas como estratégias para o desenvolvimento, como a piscicultura, a agroindústria, assim como o turismo, que também é evidenciado em função dos atrativos naturais e culturais existentes.

Em relação ao turismo no município, apesar de já existirem passeios e excursões, organizados e comercializados por empresas de Belém (Figura 22), no geral, a atividade ainda é realizada de forma espontânea e incipiente:

[...] o que historicamente a gente observa em Cametá é que esse fluxo turístico, em Cametá, essa imensa potencialidade que o município tem reconhecidamente, de certa forma, acabou nos deixando um pouco, digamos, anestesiados em relação a desenvolver políticas públicas efetivas para potencializar e transformar em produtos esse conglomerado de recursos, que nós temos dentro do município. Então, eu posso dizer sem medo de errar que, hoje, ainda assim, apesar de nosso município estar chegando a 380 anos de existência, a gente tem sim um turismo, que na sua maioria é espontâneo [...] (Gestor Público Municipal na Área de Turismo, entrevista realizada em agosto de 2015).

Em se tratando de potencial para o turismo destacam-se tanto atrativos naturais (rios, ilhas, praias, igarapés) como culturais (patrimônio histórico, danças, eventos, grupos

culturais), mas que, na sua maioria, ainda não são produtos turísticos. Nas entrevistas realizadas buscamos verificar quais eram os atrativos possivelmente existentes:

Nós temos um patrimônio histórico e cultural de grande monta e de grande valor, que é reconhecido inclusive a nível nacional. A cidade de Cametá é reconhecida como patrimônio histórico e nacional desde 1985 e nós temos um potencial de belezas naturais também grandioso que agrega, rios, igarapés, praias, trilhas, ilhas, vilas e para além disso, nós temos ainda alguns eventos como a pesca do mapará, que entra na linha do turismo de aventura, um grande potencial para atração de turistas, além dos nossos eventos de natureza cultural, o carnaval, a festa de São João Batista, esses como os dois principais, o mês de julho como o mês de férias, então, o potencial turístico do município de Cametá ele é imenso (Entrevistado: Gestor Público Municipal na Área de Turismo. Trabalho de Campo, agosto de 2015, grifo nosso).

Olha, quando a gente acostuma com as coisas a gente nem vê mais, a gente olha e nem enxerga, mas **as pessoas que vem de fora ficam encantadas com nossos rios, nossos igarapés, as praias que nós temos, temos as ilhas aqui próximo, as colônias, isso tudo tem um grande potencial, as matas, tudo isso está fortemente aqui e poderia ser explorado,** mas infelizmente nós não temos ainda esse incentivo (Entrevistado: Representante de COOPEMMUC. Trabalho de Campo, maio de 2015, grifo nosso).

O rio Tocantins, o casario aí na frente, os prédios antigos aí na frente. Os atrativos naturais também são muito forte e os culturais também são muito forte em Cametá, afinal de contas é uma cidade que está entre uma das mais antigas do Pará, os caras, os portugueses chegaram aqui em 1617, só que ela só foi fundada, quer dizer ela tá é... foi fundada em 1635, ou seja, o registro é que ela foi fundada a partir daí, mas os historiadores da cidade defendem que ela tenha sido fundada quando os portugueses chegaram aqui em 1617 (Entrevistado: População Local. Trabalho de Campo, fevereiro de 2015, grifo nosso).

Como destacado pelas entrevistas, o potencial não está somente nos atrativos naturais, mas também nos aspectos relacionados à relação do homem com a natureza, exemplo da pesca do mapará, e no contexto histórico-geográfico de formação territorial. Assim, os atributos histórico-culturais estão muito presentes, e também fazem parte do marketing de divulgação, por exemplo, apresentado como “terra dos notáveis”³¹ (Figura 22).

³¹ Cametá é conhecida como “terra dos notáveis” pela presença marcante de personalidades cametaenses que se destacaram no cenário político, econômico e religioso paraense e em alguns casos até nacional. Assim, por exemplo, estão nomes como Gentil Bitencourt, Cônego José de Siqueira, Padre Prudência José das Mercês Tavares, Dr. Éneas Martins (que foi governador do Pará entre 1913 e 1917), Dr. Ângelo Custódio Correa, Dom Romualdo Coelho, Dom Romualdo de Seixas (que foi bispo primaz do Brasil e que participou da coroação de Dom Pedro II (PARÁ, 2012).



Nossos destinos!

LecgTur
VIAGENS E TURISMO

14/09 – City Tour com Almoço em Icoaraci
Projeto Ver-o-Rio / Mangal das Garças / Visita ao Artesanato no Paracuri / Orla de Icoaraci
Valor: R\$ 50,00 (por pessoa)

16 a 17/09 – Ourém com Capitão Poço.
02 dias 01 noite – Hospedagem em Capitão Poço.
Passeio em Ourém / Visita Ourém Mel / Balneário Recanto das Lendas no Hotel Fazenda Cachoeira.
Valor: R\$ 170,00 (por pessoa)

22 a 24/09 – Marudá, Crispim & Algodoal “Princesas do Salgado”.
03 dias 02 noites – Hospedagem em Marudá.
Praia de Marudá / Praia do Crispim / Travessa para Ilha de Algodoal (opcional) / Marapanim.
Valor: R\$ 250,00 (por pessoa)

29/09 a 01/10 – Salinópolis e Bragança com Praia de Ajuruteua.
03 dias 02 noites – Hospedagem em Bragança.
Praia do Atalaia / City Tour em Bragança / Praia de Ajuruteua.
Valor: R\$ 270,00 (por pessoa)

OUTUBRO 2006.

05/10 – City Tour com Almoço em Icoaraci
Projeto Ver-o-Rio / Mangal das Garças / Visita ao Artesanato no Paracuri / Orla de Icoaraci
Valor: R\$ 50,00 (por pessoa)

07/10 – Romaria Fluvial.
Embarcações cortam os rios da Baía do Guajará em devoção a Nossa Senhora de Nazaré.
Valor: Sob consulta

12 a 15/10 – Cametá – Terra dos Notáveis
04 dias 03 noites – Hospedagem em Cametá.
Passeio de Rabeta na Praia da Taúna e Furo do Aricuré / Praia da Aldeia / City Tour.
Valor: R\$ 330,00 (por pessoa)

18/10 – Vigia de Nazaré
Igreja de Pedra / Igreja Madre de Deus / Museu da Vigia / Fazenda Santana / Balneário Santa Rosa / Almoço Incluso.
Valor: R\$ 80,00 (por pessoa)

20 a 22/10 – Pesca Esportiva na Rota do Grande Lago
03 dias 02 noites – Hospedagem em Tucuruí e Jacundá.
Visita a Hidrelétrica de Tucuruí / Balneário Califórnia (Breu Branco) / Pedral do Lourenção (Itupiranga) / Pesca Esportiva no Grande Lago em Jacundá (Opcional).
Valor: R\$ 400,00 (por pessoa)

Figura 22 - Folheto de propaganda turística de agência de Belém.
Fonte: Cordovil (2008).

Na cidade existem muitos atrativos histórico-culturais, rugosidades espaciais, utilizando os termos de Santos M. (2004), formas do passado cristalizadas no espaço urbano, que guardam um pouco da história local, como casarios, igrejas e outras edificações (Figura 23).



Figura 23 - Igreja de São João Batista construída em 1757 em Cametá
 Fonte: José Carlos Cordovil (2015).

Na visão do Gestor Público Municipal na Área de Turismo, esses atrativos representam um dos principais potenciais do município:

[...] volto a citar, o turismo histórico-cultural em Cametá, ele seria a meu ver um mote tão importante quanto é o turismo relacionado aos atrativos naturais, então, em nível geral, essas duas vertentes da atividade turística, elas são preponderantes no ponto de vista de potencial do município. Se você for analisar do ponto de vista da história e cultura nossos eventos culturais, evento do carnaval, São João e outros, nós temos centenas de eventos em nossas vilas e ilhas que potencialmente são atividades atrativas para o turismo, são potenciais turísticos que podem ser traduzidos em produtos e o patrimônio material ainda consolidado, as igrejas, são mais que centenárias algumas delas, os casarões, o centro histórico como um todo (Entrevistado: Gestor Público Municipal na Área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em agosto de 2015).

Além das edificações, destacam-se logradouros públicos como a Praça dos Notáveis, a Praça Jardim dos Artistas, além de monumentos de valor histórico, a exemplo do Monumento de Resistência à Cabanagem e estátua e o obelisco à Pedro Teixeira. Representam a arquitetura civil prédios públicos e particulares: a antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Prefeitura Municipal, construída em 1866; a Escola Dom Romualdo de Seixas, construída em 1899; a “Residência dos Peres”, construída por volta de 1870; a “Residência dos Furtados” construído em 1871 em estilo colonial, dentre outras (PARÁ, 2012) (Figura 24, 25, 26 e 27).



Figura 24 - “Monumento aos Notáveis”. Cametaenses que se destacaram no cenário econômico, religioso e político do Pará
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).



Figura 25 - Monumento em homenagem ao Tricentenário da expedição de Pedro Teixeira
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).



Figura 26 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia construída no século XIX
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).



Figura 27 - Residência da família Peres
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).

Entre as manifestações e tradições culturais, o carnaval é considerado o principal atrativo do município. Blocos de rua, “fofós”, bandinhas, agremiações de samba, dentre outras atrações, fazem com que turistas se desloquem para o município, conforme ressaltado:

O mais reconhecido mote turístico de Cametá é o carnaval, que é de fato um momento que atrai um fluxo de turista extremamente significativo. Há estudos já, de oferta e demanda turística que nos mostram que nesse momento do carnaval, nesses dias, ele chega a atrair de 60 a 100 mil visitantes, pra um município com 130 mil habitantes, esse fluxo turístico é grandioso e acho que de certa forma isso coloca o carnaval como, digamos, como nosso atrativo turístico principal (Entrevistado: Gestor Público Municipal na Área de Turismo. Trabalho de Campo agosto de 2015, grifo nosso).

O que me levou vir pra cá foi meus colegas, achei um lugar muito bom de vir para brincar, não é violento... **Eu gostei de vir e venho de novo. Eu já tinha vindo aqui, mas não no período do carnaval, mas durante o período do carnaval é a primeira vez.** Tem só o carnaval né, que a gente vê muita gente mesmo [...]. Fora o carnaval acabou mano, acabou o carnaval acabou tudo aqui. **O principal em Cametá é o Carnaval. Eu já vim, passei dezembro e nas férias, mas nas férias não tem o tanto de gente que dá no carnaval** (Entrevistado: Turista. Trabalho de Campo em fevereiro de 2015, grifo nosso).

[...] afinal de contas é o principal evento do município, é o Carnaval, só evento, primeiro é o carnaval que traz mais turistas, tem outro evento o São João Batista, mas ele não traz tanta gente de fora, é mais da região, então, o período que atrai mais turista aqui é carnaval e o mês de férias. É bom, mas tem aqueles problemas, a cidade não tem estrutura pra suportar esse tanto de gente, infraestrutura hoteleira, de restaurante e a própria estrutura da cidade mesmo, ela não tem [...] (Entrevistado: População Local. Trabalho de Campo fevereiro de 2015, grifo nosso).

O carnaval em Cametá é muito conhecido no Estado do Pará pela diversidade de atrações. É considerado pelo poder público como o principal evento, recebendo uma atenção maior através de uma programação oficial (Figura 28).



Figura 28 - Folder de divulgação do carnaval 2016 em Cametá
Fonte: Secultd (2016).

Além disso, algumas empresas organizam pacotes, no qual o carnaval é o principal atrativo oferecido (Figura 29). Contudo, como destacado na entrevista, isso ocasiona muitos problemas para a cidade devido a insuficiência e precariedade da infraestrutura local.

PACOTE DE CARNAVAL EM
CAMETÁ
2015

5 DIAS E 4 NOITES **14 A 18 DE FEVEREIRO**

MELHOR CARNAVAL DE RUA
DO PARÁ
COM MUITA FÓLIA,
CULTURA, DESCANSO ...

www.itaturismoreceptivo.com.br
94 98145 2067 / 99144 2380

PACOTE INCLUI:

- ✓ TRANSFER DE BARCO REGIONAL EXCLUSIVO
- ✓ HOSPEDAGEM
- ✓ PASSEIO TURÍSTICO
- ✓ SEGURO VIAGEM

CONSULTE PREÇOS PARA GRUPOS

ita
AdVEnTurE

Figura 29 - Propaganda sobre pacotes de viagem para o carnaval em Cametá
 Fonte: www.itaturismoreceptivo.com.br.

O potencial para o turismo também está presente nos atrativos naturais, como praias, ilhas, igarapés. A praia da Aldeia, distante 3 km do centro urbano, é um dos principais atrativos (Figura 30), com opções de hospedagem e restaurantes, sendo a mais frequentada de Cametá (PARÁ, 2012).



Figura 30 - Praia da Aldeia na cidade de Cametá.

Fonte: Trabalho de Campo realizado em março de 2015.

As comunidades ribeirinhas apresentam grande potencialidade para o incremento de atividades turísticas. Em Cametá, conforme já destacado, são centenas espalhadas pelos rios, ilhas e várzeas. Também existem comunidades tradicionais da terra firme, onde o acesso se dá pela estrada e, em alguns casos, também pelo rio (muitas dessas comunidades são áreas remanescentes de quilombos).

A comunidade de Cametá Tapera, localizada a 12 km da cidade de Cametá, foi onde surgiu o primeiro núcleo de povoamento no Baixo Tocantins, sendo o local, no qual aportaram tanto os franceses (em 1613 com o navegador Daniel de La Tuche vindo de São Luís no Maranhão), como portugueses (em 1617 com Frei Cristóvão de São José, que criou o aldeamento religioso em 1620), ainda no contexto da colonização da Amazônia. A comunidade é composta por famílias que sobrevivem da agricultura de subsistência e da pesca. Entre os atrativos estão a praia, que é muito visitada tanto pela população local como por turistas, principalmente no período do carnaval, além de trilhas ecológicas (Figura 31).



Figura 31 - Praia na vila de Cametá Tapera
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).

Outro atrativo turístico é a comunidade do Cupijó, que tem acesso pela BR-422, conhecida como Transcametá, onde existe um balneário muito frequentado pela população local e turistas (Figura 32). Ainda no acesso pela rodovia existem outras comunidades, como Livramento, localizada a 21 km do centro urbano, onde se destaca os campos de natureza (paisagens compostas de vegetação de cerrado e solo arenoso); a comunidade de Porto Alegre, remanescente de quilombo, onde existem igarapés (Figura 33), trilhas ecológicas e acontece a Festividade de São Raimundo e o Festival do Samba do Cacete; além da vila de Juaba (que também tem acesso por via fluvial), na qual acontece o festival cultural no mês de julho, com a apresentação de grupos, a exemplo da “Bicharada”³² e o “Bambaê do Rosário”³³ (Figura 34).

³² Cordão de bichos fundado por mestre Zenóbio, da vila do Juaba, na década de 1980, que encena comédias denunciando a ameaça de extinção de animais da floresta e dos rios. Fazem apresentações com apelo ecológico, como uma resposta cultural para a devastação ambiental do rio Tocantins como consequência da construção da UHE de Tucuruí (BARRETO, 2005).

³³ Folclore afrobrasileiro de cunho religioso, que ocorre na vila de Juaba. É uma festa em homenagem à Nossa Senhora do Rosário. O Bambaê em si é uma representação de escravos em que o rei e a rainha fazem parte como louvor à santa.

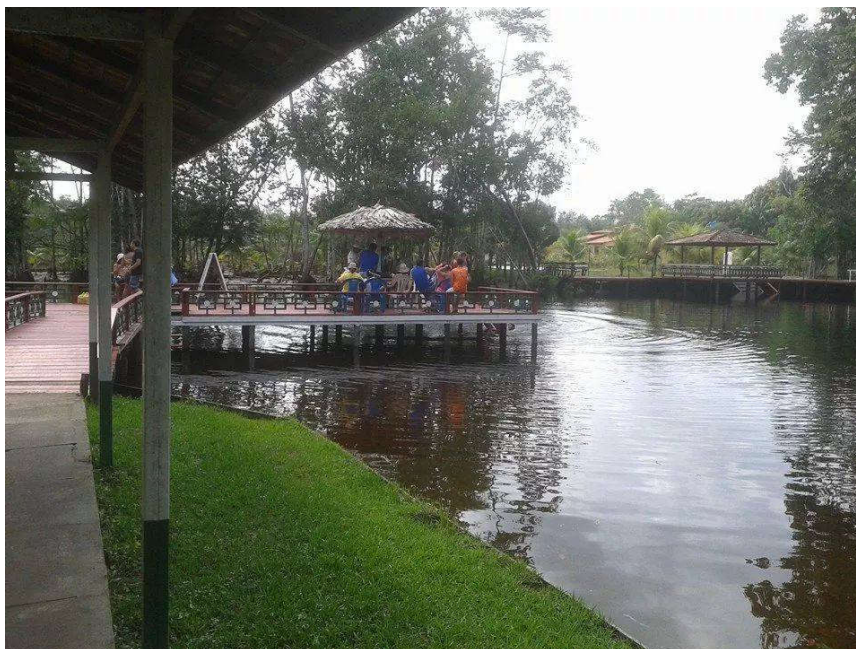


Figura 32 - Igarapé Cupijó localizado na Transcametá
Fonte: Secultd (2015).

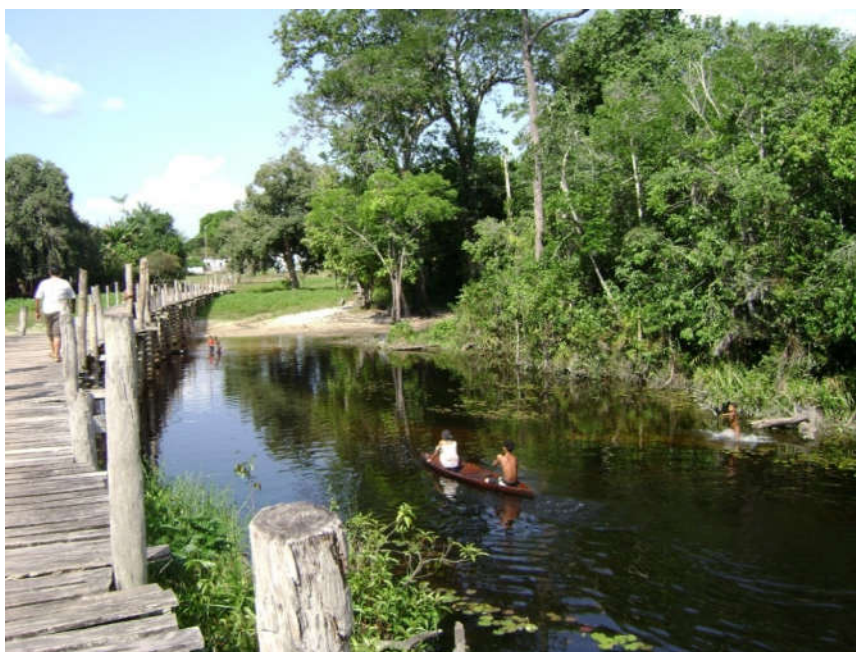


Figura 33 - Igarapé localizado na comunidade quilombola Porto Alegre
Fonte: Cametá (2012).



Figura 34 - Propaganda do Festival Cultural na vila de Juaba
Fonte: Secultd (2016)

A comunidade de Belos Prazeres está localizada na margem direita do rio Tocantins. Para ter acesso à comunidade o percurso inicia com a travessia de barco ou lancha para a vila de Carapajó (aproximadamente 40 minutos) seguidos de 20 minutos de ônibus até a entrada do ramal, e mais 13 até a comunidade. Como manifestação cultural ocorre a Festividade de São Sebastião, na qual se apresentam grupos de Bamguê³⁴, além disso possui um balneário muito frequentando nos finais de semana e no período da festividade (PARÁ, 2012) (Figura 35).

³⁴Dança típica de Cametá criada pelos negros. A palavra significa “engenho de açúcar”, assim ficou conhecida como “dança dos engenhos”. A musicalidade relembra a vida, o sofrimento e identidade cultural dos negros. A dança é um ritual simbólico, já que a musicalidade (cantiga de engenho principalmente), e a forma como dançam (descalços) tem relação com a terra e a vida de com o sofrimento por parte dos escravos (SILVA, 2012).



Figura 35 - Igarapé Caji localizado na comunidade de Belos Prazeres
Fonte: Cametá (2012).

Existem também, no município, muitas comunidades ribeirinhas ao longo do rio Tocantins, especialmente nas diversas ilhas que compõem o território municipal, onde é possível visualizar a vegetação, o cotidiano dos ribeirinhos (Figura 36 e 37), os animais em seu habitat natural, além de imensas praias fluviais que aparecem nos períodos de maré baixa (PARÁ, 2012).

Nesse sentido, destaca-se a comunidade de Santana, que tem grande representatividade cultural através do grupo folclórico “Os Linguarudos”, e da “Casa do Museu Vivo” com cerca de 150 anos, que mantém a mesma estrutura da construção e possui utensílios da mesma época. Outras comunidades, que são representativas do modo de vida tradicional e dos usos dos recursos naturais são: vila do Carmo, vila de São Benedito de Moiraba, comunidade do Pacuí e Cuxupiari do Carmo (Figura 38), dentre outras.



Figura 36 - Embarcação utilizada por ribeirinho em Cametá
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).



Figura 37 - Confecção artesanal de rede de pesca
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).



Figura 38 - Comunidade ribeirinha no rio Tocantins
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).

A culinária de Cametá também é um dos atrativos, tendo como marca as várias influências dos povos indígenas, do negro e do português, além de outros povos (que migraram e também influenciaram a maneira de preparar e consumir alimentos). É constituída pelo consumo de peixes, mariscos e frutos regionais. A pesca garante a sobrevivência de muitas pessoas da região, principalmente da população ribeirinha. O peixe mais apreciado é o mapará (Figura 39), sendo consumido de várias maneiras: assado na grelha, guisado, frito, moqueado, cozido com limão azedo, no tucupi etc. Também se destacam o tucunaré, a pescada, o jacundá, o filhote (Figura 40), o tamuatá, a jutuarana, o mandií, o acari, dentre outros (PARÁ, 2012).



Figura 39 - Mapará pescado por ribeirinhos
Fonte José Carlos Cordovil (2016).



Figura 40 - Filhote pescado no rio Tocantins
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).

Portanto, o potencial turístico de Cametá está expresso em muitos elementos que se relacionam à sociedade e a natureza (rios, igarapés, ilhas, praias, manifestações culturais, patrimônio histórico), são potenciais sociogeográficos, e não apenas recursos localizados no município. Constituem elementos que retratam a realidade local, resultado da produção ou organização do espaço historicamente, que muitas vezes são apropriados para o incremento das atividades turísticas, de forma espontânea ou a partir programas e planos, concebidos em diferentes escalas através das políticas públicas.

4.2 POLÍTICAS DE TURISMO E A INSERÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ NOS PROGRAMAS, PLANOS E PROJETOS

Em relação ao Município de Cametá, podem ser verificadas algumas ações relacionadas à atividade turística, especialmente a partir da década de 1990 em função das políticas fomentadas pelo governo federal, como o PNMT e PRT. Do mesmo modo, o município aparece nos principais planos estaduais de turismo. Em termos locais, o Plano Diretor e o Plano Popular de Desenvolvimento dos Municípios à Jusante de Tucuruí (PPDJUS) (criado para abranger uma escala microrregional), também fazem referência ao turismo.

Considerado os principais documentos de turismo elaborados em âmbito federal e estadual e municipal, organizamos no Quadro 7 algumas informações relacionadas ao do turismo em Cametá. Assim, no geral, há apenas uma abordagem indireta sobre o município nos programas federais, assim como nos planos estaduais. Contudo, verifica-se a necessidade de análise do processo de inserção do município nesses programas e planos. Além disso, é preciso saber quais as principais iniciativas do poder público municipal.

Quadro 7 - Programas e planos de turismo e a relação com o incremento da atividade em Cametá

DOCUMENTO	AUTOR/ ANO	ÂMBITO DE GOVERNO	OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS	OBSERVAÇÕES
Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo	MTUR – 2000	FEDERAL	Fomentar o desenvolvimento do turismo nos municípios; conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre a importância do turismo; descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação; disponibilizar condições técnicas organizacionais e gerências; estimular o fortalecimento das relações entre Poder Público e iniciativa privada; Efetivar melhorias na prestação dos serviços voltados as atividades turísticas; Criar comitês estaduais do PNMT; capacitar agentes multiplicadores estaduais e monitores municipais; estimular a formação de Conselhos Municipais; Orientar o Poder Público no ordenamento da atividade turística; assessorar os municípios na implementação do Plano Municipal de Turismo.	Cria em sua estrutura uma política de descentralização e planejamento como forma dos municípios adequarem os investimentos a realidade local, e aponta como preferência o ecoturismo. Como a ação resultante do programa, são criados Conselhos, Fundos e Planos de turismo como elementos das ações para o incremento do turismo nos municípios. No Município de Cametá foram realizadas oficinas de sensibilização e dado início ao processo de criação do Conselho de Turismo.
Diretrizes Políticas: roteiros do Brasil/Programa de Regionalização do Turismo	MTUR – 2004	FEDERAL	Dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta; estruturar os destinos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo do produto turístico nacional e a taxa de permanência e o gasto médio dos turistas.	O programa adotou a estratégia de criação de arranjos produtivos locais como instrumento de regionalização, além da definição dos roteiros turísticos regionalizados por pólos turísticos. No Estado do Pará é utilizada a regionalização que definiu os seis pólos turísticos: Belém, Amazônia Atlântica, Tapajós, Marajó e Araguaia-Tocantins no qual está inserido o município de Cametá. Em relação aos roteiros planejados para o pólo, o município integrou a partir de 2008 a “Rota do

				Grande Lago”. Outras rotas que foram planejadas para o pólo foram: a “Rota do Agronegócio”, a “Rota do Minério”, a “Rota das Águas”, “Rota do Açaí” e a “Rotario Cabano”.
Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará – PDT	PARATUR – 2001	ESTADUAL	Converter o Pará em um destino turístico preferencial para os mercados nacional e internacional mediante um desenvolvimento turístico competitivo e sustentável; incrementar o volume de permanência média e o gasto turístico.	O documento elabora um diagnóstico das condições do turismo no Estado e aponta os principais produtos/mercados para os pólos que foram criados no Pará, como o Araguaia/Tocantins, onde está inserido Cametá, destacado no plano pela sua riqueza histórico-cultural.
Plano de Promoção dos Municípios Turísticos do Estado do Pará	PARATUR-2010	ESTADUAL	Promover o desenvolvimento regional do turismo de forma sustentável, com vista a aumentar o consumo dos produtos turísticos paraenses entre a população do Estado	Cametá é incluído entre os 14 municípios turísticos do Estado. Em relação à elaboração de ações de marketing é destacado o potencial para roteiros relacionados à pesca, incluindo as comunidades de Cametá-tapera, Pacajá, Aldeia e Cupijó e turismo náutico.
Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará – PDT	2011	ESTADUAL	Melhorar a oferta atual dos equipamentos e serviços para o turista atual de negócios; fomentar o desenvolvimento sustentável de novas estruturas e equipamento; fomentar o desenvolvimento da oferta complementar, principalmente ligada à gastronomia típica e ao artesanato local; aumentar a promoção no mercado nacional; aumentar a promoção nos internacionais que já vendem Brasil; aumentar a presença do produto Pará na oferta internacional que já venda a Amazônia brasileira; Captar novos mercados internacionais com interesse potencial na Amazônia; desenhar um sistema de informação estatística capaz de medir, de forma homogênea ao longo do tempo, a evolução do turismo no Pará.;	O documento faz uma análise da situação atual do turismo no Estado, apresenta os objetivos e metas e aponta os planos operacionais de execução das ações. A divisão em produtos/mercados por pólos regionalizados permanece, a exemplo do Pólo Araguaia/Tocantins, onde está inserido o município de Cametá. No plano, há um maior destaque com a indicação dos principais atrativos e potenciais para o turismo existente, sendo classificados como Produtos “A”, Produtos “B” e Recursos.

Plano de Desenvolvimento dos municípios à jusante da Hidrelétrica de Tucuruí – PPDJUS	CONJUS – 2003	MICRORREGIONAL	Promover um processo amplo de mudança e de reorganização da economia e da sociedade regional, combinando a elevação da qualidade de vida da população como crescimento econômico e a conservação ambiental.	Como um dos principais objetivos em relação ao turismo está a diversificação da estrutura produtiva com o incentivo a novos segmentos econômicos, especialmente o turismo. Um dos programas de desenvolvimento destacados para os municípios integrantes da Microrregião do Baixo Tocantins, onde está localizado Cametá, é o ecoturismo.
Lei Orgânica do Município de Cametá	PMC- 1990	MUNICIPAL	Promover o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico; adotar política necessária para implementação do setor, assegurando respeito ao meio ambiente, à ecologia e à cultura.	O documento faz uma abordagem direta a respeito da atividade turística em Cametá apontando o turismo como um setor econômico de desenvolvimento para o município, assegurando a proteção ao meio ambiente e a cultura, sendo um indicativo de incentivo ao ecoturismo.
Plano Diretor do Município de Cametá	PMC – 2007	MUNICIPAL	Apoiar eventos já consolidados e aqueles com potencial turístico; compatibilizar os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais, e naturais do município e da região; apoiar e incentivar iniciativas para instalação de infraestrutura de suporte ao turismo, como a construção de trapiches flutuantes; promover a qualificação no setor de turismo; levantar o potencial do turismo na região, o ecológico; apoiar e orientar iniciativas para o desenvolvimento do ecoturismo; elaborar e implementar o plano municipal de turismo.	O documento traz referências diretas sobre o turismo em Cametá, apontando políticas importantes para incrementar a atividade como a necessidade de adequação ao potencial turístico local, indica do mesmo modo possíveis intervenções, como a construção de terminal fluvial flutuante. Além disso, atribui atenção especial ao ecoturismo como o mais viável de acordo como o potencial do município.

A partir do PNMT o governo federal implementou uma política direcionada especialmente aos municípios, buscando a descentralização da gestão, o fortalecimento dos órgãos estaduais, a municipalização do turismo e a terceirização das atividades para o setor (ENDRES, 2001). Destacam-se como resultados práticos do programa a realização de seminários de sensibilização, criação de conselhos e fundos de turismo.

Nesse sentido, uma das ações resultantes da implementação do programa em Cametá foi a criação do Conselho Municipal de Turismo. Em 2000 foi aprovado na Câmara de Vereadores o Projeto de Lei, mas somente em 2007 passou a funcionar com a composição dos membros. Entretanto, atualmente está desativado, o que compromete a possibilidade regulamentação e mesmo de ordenamento do turismo no município a partir da construção de um plano municipal e mesmo a continuidade das ações planejadas, pois o Conselho de Turismo tem um papel fundamental nesse processo.

Ainda como exemplo da ressonância do PNMT em nível local, destaca-se a inserção de Cametá no processo de categorização pelo MTUR e a indicação de um selo turístico. Assim, Cametá recebeu o selo de município prioritário para o desenvolvimento do turismo (Figura 41). Em relação a essa questão, o Secretário de Cultura e Turismo destaca que,

[...] Cametá tinha além do selo turístico da [Empresa Brasileira de Turismo] EMBRATUR, que é algo institucional, do ponto de vista federal, e nós tínhamos dois outros selos de qualidade enquanto destino turístico preferencial, um da PARATUR que é agora Secretaria de Turismo, e também da iniciativa privada através da “Revista Quatro Rodas”, como destino preferencial no período do Carnaval [...]. (Entrevistado: Gestor Público Municipal na Área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em agosto de 2015).

A importância dos selos, para além do marketing utilizado na divulgação do destino, também é um instrumento utilizado pelo MTUR para o estabelecimento de responsabilidades da gestão local, na estruturação de ações de incremento ao turismo. Os selos turísticos são concedidos em termos progressivos, o município ganha o primeiro selo, e se atingir as metas, anteriormente previstas, pode ser novamente qualificado. Entretanto, a atribuição dos selos também está relacionada, muitas vezes, à questões políticas, que não consideram a aptidão ou potencial dos municípios para o turismo. E acabam sendo usadas como “bandeira política” de governantes, que usam a obtenção do selo como a ação principal para o turismo, ou seja, como um fim, e não um meio para implementação de ações que beneficiem tanto o turismo, quanto a população local.



Figura 41 - Selo Turístico da EMBRATUR concedido à Cametá em 2000
 Fonte: Secultd (2008).

Com a substituição do Programa de Municipalização pelas ações de regionalização do PRT emerge a tentativa de promover uma maior articulação entre os diferentes níveis, e a busca da melhoria da competitividade no processo de desenvolvimento do turismo com a criação dos roteiros regionalizados. Além disso, são criadas as instâncias de governança em âmbito regional (FRATUCCI, 2005; NOBREGA, 2007). Segundo o representante da Gestão Pública Estadual na Área de Turismo,

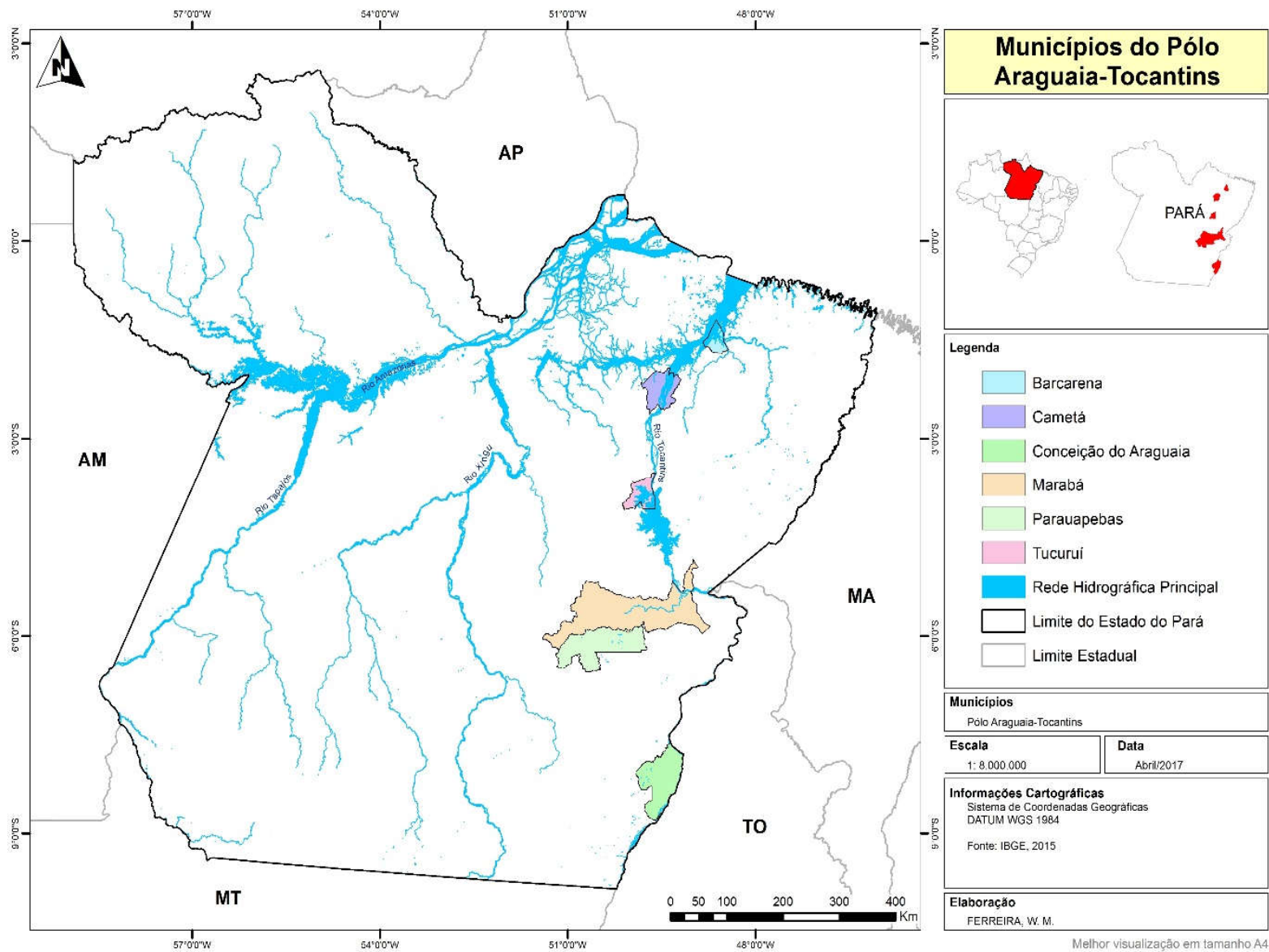
O Programa de Regionalização do Turismo é um programa nacional que tenta alinhar a política federal às políticas estaduais e municipais, e eles estão usando a estratégia da regionalização, de criar regiões turísticas, com o olhar voltado pra região, eles dizem que é uma evolução da municipalização. A municipalização é o primeiro passo, [...], no nosso caso aqui, a gente está ainda na fase da municipalização, porque, é essa história de fortalecer o município pra que ele entre no processo. A regionalização seria o segundo passo, desse município se entender enquanto região turística. Então, são políticas definidas lá em Brasília e eles convidam os interlocutores estaduais pra se reunir lá, e apresentam a proposta deles nessas reuniões feitas no ministério. São discutidas, cada região, cada Estado leva suas reivindicações, são feitas oficinas e tudo mais, mas eu percebo assim, que o programa de regionalização, ele falha num ponto, ele trata os diferentes como iguais aqui no Brasil [...]. (Entrevistado: Gestor Público Estadual na Área de Turismo, Trabalho de Campo realizado em março de 2016).

Em nosso trabalho, essa questão é central para o que estamos buscando destacar, pois, como verificado nas palavras do entrevistado, a realidade dos estados não é contemplada nos planos e programas federais. Nesse sentido, ressalta-se a importância em adequar as políticas às realidades socioespaciais, pois a políticas quando são elaboradas, na maior parte das vezes, não consideram a grande diversidade existente, especialmente a dos municípios.

No contexto do PRT, os governos estaduais têm uma grande responsabilidade, através da articulação e integração dos municípios nas diretrizes do programa:

Hoje, a Secretaria de Turismo, ela trabalha numa ótica de não excluir nenhum município do Estado. A gente tá em parceria com o Governo Federal, agora tocando o Programa de Regionalização do Turismo e a gente convidou os 144 municípios do Estado do Pará pra que eles viessem fazer parte do programa. Então, assim, a lógica mudou, não é a Secretaria que diz se o município precisa, se o município tem potencial, se o município é turístico ou não, é o município que diz se quer ser um município turístico. Então, a gente começa a dar um suporte pra eles começarem a trabalhar a questão das suas políticas, de se estruturar enquanto município, ter um órgão ligado ao turismo dentro do município [...] (Entrevistado, Gestor Público Estadual na Área de Turismo, Trabalho de Campo em março de 2016).

É no contexto da articulação com os estados que se implantou a política de regionalização, destacando-se como principais ações: a realização das oficinas de sensibilização e a elaboração das rotas regionalizadas nos polos turísticos dos estados da federação. No Pará essas ações ficaram a cargo da PARATUR. E no caso do Polo Araguaia Tocantins (Mapa 12), do qual Cametá faz parte, as oficinas para a elaboração das rotas foram realizadas em 2005 nos Municípios de Abaetetuba e Tucuruí (CORDOVIL, 2008).



Mapa 12 - Municípios integrantes do Polo Araguaia Tocantins
Fonte: Ferreira (2015).

Foram planejados seis roteiros regionalizados: Rota do Minério, Rota do Agronegócio, Rota das Águas, Rota do Açaí, Rota do Grande Lago e Rota rio Cabano. Em três dessas há referência mais direta à Cametá (Figura 42, 43 e 44).

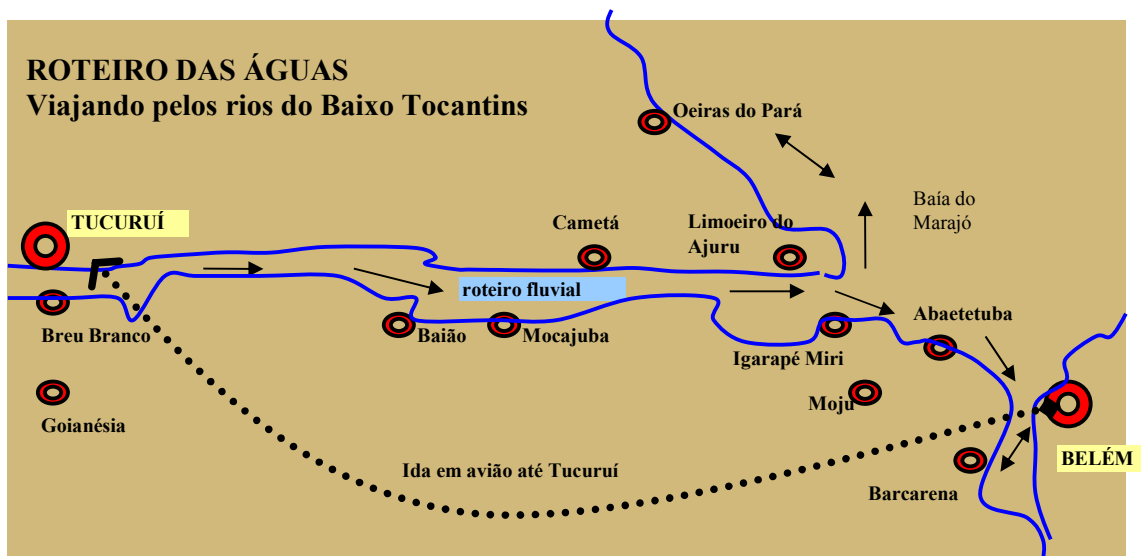


Figura 42 - Roteiro das Águas
Fonte: Pará (2005).



Figura 43 - Roteiro do Grande Lago
Fonte: Pará (2005).

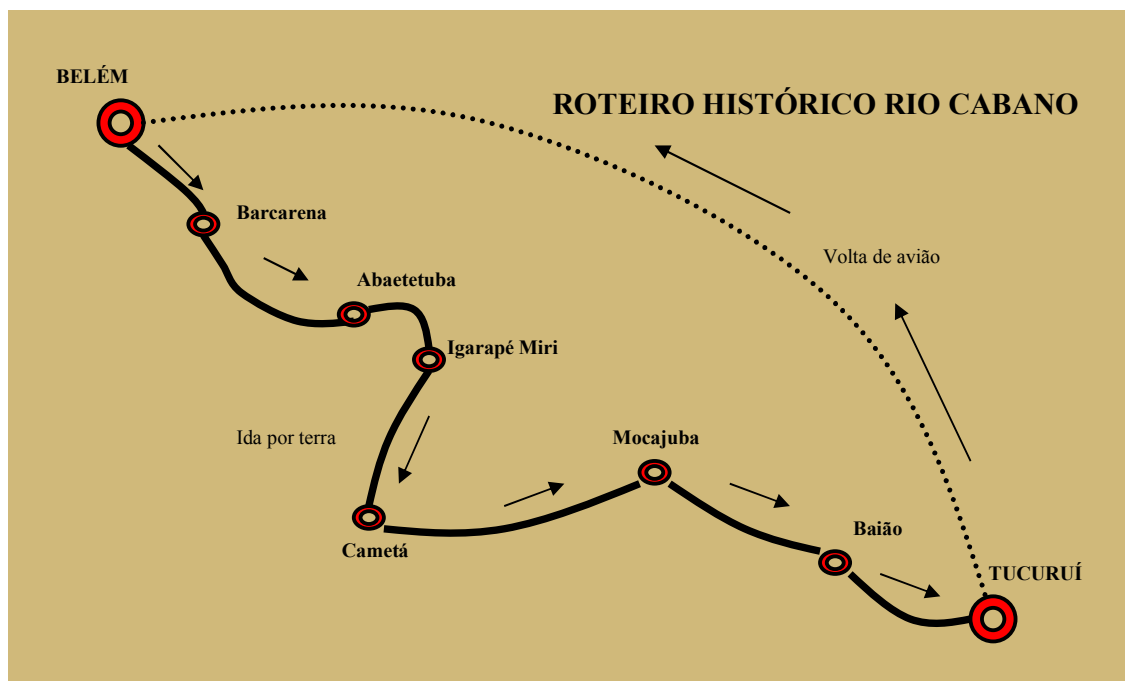
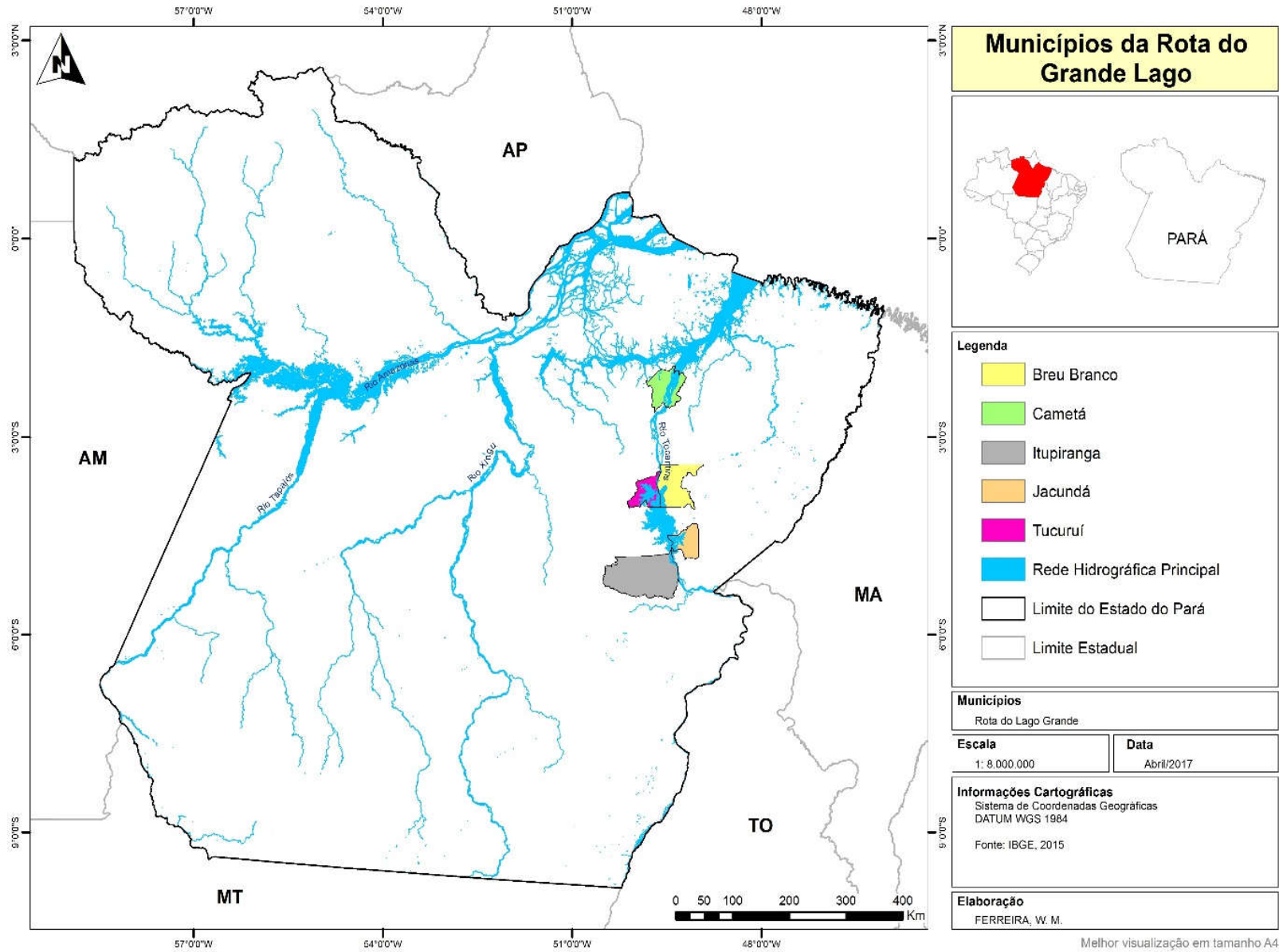


Figura 44 - Roteiro Histórico Rio Cabano
 Fonte: Pará (2005).

A partir das articulações realizadas dentro do Polo Araguaia Tocantins, o Município de Cametá foi inserido na “Rota do Grande Lago” (Mapa 13), planejada inicialmente para integrar os municípios, que estão à montante da Hidrelétrica de Tucuruí, incluindo, além de Tucuruí, Breu Branco, Jacundá e Itupiranga. Municípios com características sociogeográficas ligadas à dinâmica do empreendimento, muito diferentes em relação à Cametá, que está à jusante e se articula muito mais com os municípios de sua interlândia (Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajurú e Oeiras do Pará), correspondendo à sub-região do Baixo Tocantins (TRINDADE JR., 2009), ou Amazônia Tocantina (PEREIRA, 2015), caracterizada pela formação socioespacial dendrítica e urbanização tradicional (BECKER, 1990; CORREA, 2006).



Mapa 13 - Municípios integrantes da Rota do Grande Lago.
Fonte: Ferreira (2015).

Assim, prevaleceu o interesse de integrar o município sem uma reflexão sobre a pertinência da rota, sua área de abrangência e perspectiva de desenvolvimento da atividade turística. Entretanto, consideramos relevante pensar o desenvolvimento privilegiando em seu conteúdo a dimensão social, tendo como preocupação a reafirmação das expressões socioespaciais locais.

Ainda em 2010, Cametá sediou a 15ª Reunião do FORUMTURAT, da qual participaram os representantes dos municípios integrantes do polo, o presidente da PARATUR e equipe técnica, além dos representantes locais (poder público, empresários e sociedade civil organizada). A participação nesse evento teve como principal resultado a inclusão efetiva do município na Rota do Grande Lago (Figura 45), pela adesão e assinatura do Termo de Compromisso Nº 06, junto ao governo do estado, no qual a gestão local se comprometia a realizar as seguintes ações: a) orientar e mobilizar os prestadores de serviços turísticos a se cadastrarem no MTUR; b) realizar inventário da oferta turística no prazo de doze meses a partir da sua inclusão no roteiro turístico; c) realizar pesquisa de demanda (alta e baixa estação); e) elaborar plano estratégico para o turismo no prazo de 18 meses; f) implementar e apoiar ações de combate à exploração sexual infanto-juvenil; g) enviar a relação de eventos municipais para compor o calendário estadual; g) desenvolver ações de promoção e divulgação do turismo no município (PARÁ, 2010).

Sobre a implantação das ações turísticas nas rotas concebidas no polo, na realidade, a promoção acaba sendo feita de forma individualizada pelos representantes dos municípios, que participam das instâncias de governança, como o FORUMTURAT e o Fórum Estadual de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (FOMENTUR). Assim, apesar da inserção de Cametá na Rota do Grande Lago e no FORUMTURAT, pouco se avançou em relação à implementação das políticas para o turismo, especialmente porque o município não participa efetivamente das reuniões, não sendo contemplado nas ações demandadas no contexto do Pólo Araguaia Tocantins.

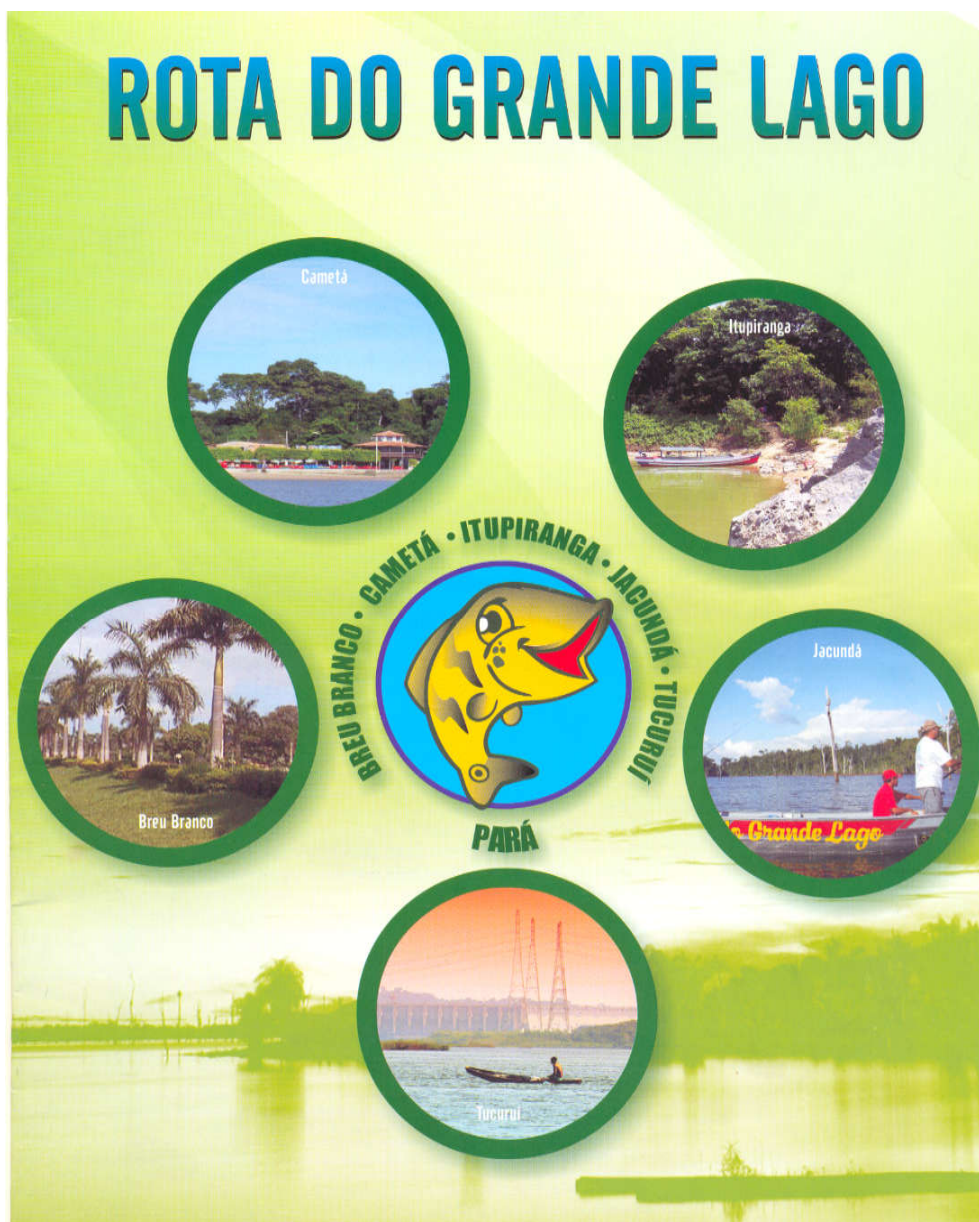


Figura 45 - Rota do Grande Lago. Inclui atualmente o município de Cametá, além de Tucuruí, Breu Branco, Jacundá e Itupiranga
Fonte: Cametá (2015).

Essa realidade é destacada pelo Gestor Público Municipal da Área de Turismo,

[...] hoje, a realidade que nós encontramos aqui na secretaria, segundo nossa Diretora do Departamento de Turismo, é que o município de Cametá, do ponto de vista formal, ele faz parte do Polo Araguaia Tocantins, mas do ponto de vista operacional, praticamente a gente não tem participação, hoje, no polo. Inclusive já houve eventos agora nos últimos anos, reuniões do Fórum, que Cametá não foi nem convidado por conta de que em vários outros eventos ele deixou de participar [...], acho que é fundamental que a gente possa reforçar e restabelecer essas relações no contexto do Polo Araguaia-Tocantins, até porque é preciso que a gente se mobilize e lute para ver se muda essa atual política estadual de turismo que prioriza

determinadas regiões em demérito de outras (Entrevistado: Gestor Público Municipal na Área de Turismo. Trabalho de Campo agosto de 2015).

De acordo com o Gestor Público Estadual na Área de Turismo:

[...] as rotas e roteiros do PRT são demandas regionais que tem que ser levadas para o FOMENTUR, aí é aquela coisa que eu te falo, o cara que vai pra reunião do FOMENTUR, ele acaba defendendo o município dele, não levando essas discussões que são importantes pra região. Essas rotas aí, já passou da hora delas serem apresentadas no FOMENTUR. Elas nunca foram oficializadas pra que o governo do Estado fomentasse alguma coisa lá [...] (Entrevistado: Gestor Público Estadual na Área de Turismo. Trabalho de Campo março de 2016).

No contexto das políticas estaduais, o município de Cametá aparece nos principais planos de turismo como um dos 23 municípios turísticos do estado. É integrante do Polo Araguaia Tocantins, para o qual, no PDT-PA (2001), em relação às principais estratégias e negócios prioritários, é destacado o turismo de pesca, o turismo sol e praia, o turismo educacional (em nível regional), além do ecoturismo (em nível internacional) (Quadro 8).

Quadro 8 - Estratégias de produto/mercado Polo Araguaia Tocantins

Negócios/Mercados	Mercados geográficos			
	Doméstica	Regional	Nacional	Internacional
Pesca Esportiva	☐	☐	☐	☐
Reuniões/eventos	☐	☐		
Atividades ecoturísticas	☐	☐	☐	☐
Atividades aquáticas	☐	☐	☐	
Sol e praia	☐	☐		
Turismo Industrial	☐	☐	☐	
Turismo Educacional	☐	☐		



Prioridade alta



Prioridade média



Prioridade baixa

Fonte: Pará (2001).

Do mesmo modo, no Plano de Promoção dos Municípios Turísticos do Pará³⁵, criado para promover o desenvolvimento regional e aumentar o consumo dos produtos turísticos paraenses entre a população do Estado, Cametá também é mencionado, fazendo parte dos 14 municípios turísticos, juntamente com Altamira, Belém, Bragança, Barcarena, Conceição do Araguaia, Curuçá, Marapanim, Marabá, Parauapebas, Soure, Santarém, Salinópolis e Tucuruí (PARÁ, 2010).

Após levantamento de informações dos inventários da oferta turística dos municípios de Altamira,, Belém, Bragança, Barcarena, Conceição do Araguaia, Cametá, Curuçá, Marapanim, Marabá, Parauapebas, Soure, Santarém, Salinópolis e Tucuruí, onde foram observados os seguintes itens: atrativos e serviços turísticos, transporte, segmentação, comunicação, eventos e instituições de Ensino Superior (IES), bem como nos onde ocorreu a pesquisa de demanda turística, foi detectado que o principal motivo das viagens foi a negócios, seguido por visita a parentes e amigos e em terceiro lugar ficaram os atrativos turísticos, outro aspecto significativo é com relação aos meios de propaganda, pois o visitante conhece o seu destino através de informações prestadas por parentes e amigos [...] verificou-se que embora a atividade turística esteja se desenvolvendo nos municípios, há carência de ações que as secretarias municipais de turismo possam desenvolver, buscando implementar um planejamento estratégico de marketing (PARÁ, 2010, p. 4).

Em 2011 é lançado o novo Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará, “Plano Ver o Pará”, no qual a divisão em produtos/mercados por polos regionalizados permanece. É utilizada uma metodologia para a hierarquização dos produtos e recursos, sendo definidos os Produtos “Estrela”, Produtos “A”, Produtos “B” e “Recursos”. Para o Pólo Araguaia-Tocantins, são evidenciados o turismo sol e praia, o turismo de pesca e o turismo de negócios (PARÁ, 2011).

Em relação à Cametá, o município aparece especialmente na primeira parte do plano, onde é feita a descrição dos potenciais existentes no estado.

O Pará possui um singular acervo de bens, manifestações tradicionais e expressões culturais. **O estado tem conjuntos arquitetônicos com bens tombados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e que estão no Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC das Cidades Históricas), como Santarém, Belterra, Óbidos, Monte Alegre,**

³⁵ Inciativa de abrangência estadual, que envolveu 14 municípios turísticos do Estado do Pará. Foi planejado para ser implementado em duas fases. Na 1ª fase denominada de Promoção e Divulgação dos Municípios Turísticos, as ações seriam desenvolvidas em parceria entre a PARATUR, Secretaria de Comunicação (SECOM), Fundação de Telecomunicações do Pará-FUNTELPA (TV e Rádio Cultura, Organização Social do Pará 2000 (OSPA 2000), Fundação Cultural Tancredo Neves (FCTN) e Instituições de Ensino Superior (IES) como UNAMA, UFPA, FEPA e ESAMAZ, através dos cursos de Turismo e Jornalismo e Publicidade, sendo que cada parceiro se responsabilizaria em desenvolver ações para a ampliação do projeto. Na 2ª fase, denominada de Fortalecimento do Produto Pará entre o consumidor paraense, a PARATUR propunha a realização de workshops, envolvendo os Secretários Municipais de Turismo e os Técnicos da PARATUR (PARÁ, 2010).

Bragança, Vigia de Nazaré, Cametá, Belém, entre outras (PARÁ, 2011, p. 43, grifo nosso).

A UHT tem um programa de visitação, que compreende todo o conjunto das instalações físicas e do processo de geração da energia; o lago é outro atrativo de destaque, com potencial para atividades náuticas e de sol e praia, o espelho d'água abriga um conjunto de centenas de ilhas, além do espetáculo da vazão no ápice da cheia. E o município de **Cametá, cidade que foi capital do Governo Cabano, possui um rico patrimônio histórico-cultural, seus casarões de azulejos, igrejas, projetadas por Landi e muitas histórias para contar e vivenciar** (PARÁ, 2011, p. 65, grifo nosso).

Também aparece no diagnóstico das atividades turísticas já desenvolvidas no Polo Araguaia Tocantins:

O turismo de lazer é uma atividade econômica expressiva em alguns municípios do polo, mas com forte variação sazonal. No extremo sul, em Conceição do Araguaia, com as praias do rio Araguaia; **no baixo Tocantins, em Cametá, com o carnaval;** identifica-se ainda a pesca esportiva como uma atividade turística importante, principalmente em Tucuruí, Marabá e Conceição do Araguaia, mas com o potencial comprometido pela pesca comercial desordenada, a movimentação de visitantes com essa motivação se restringe aos torneios realizados nos dois primeiros municípios citados (PARÁ, 2011, p. 65, grifo nosso).

Em relação aos produtos e recursos definidos na hierarquização dos atrativos dos municípios dos polos turísticos, em comparação com o PDT-PA (2001), verifica-se um maior detalhamento, pois são descritos os principais produtos e recursos dos municípios. No caso de Cametá, seus atrativos são considerados como Produtos “A” e Produtos “B” (Quadro 9 e 10).

Quadro 9 - Produtos “A” Pólo Araguaia Tocantins

PÓLO	PRODUTOS “A”	Município
POLO ARAGUAIA TOCANTINS	Artesanato rural cerâmica sementes da Amazônia	Barcarena
	Conjunto das praças de Cametá	Cametá
	Rio Araguaia	C. do Araguaia
	Usina Hidroelétrica de Tucuruí	Tucuruí
	Conjunto arquitetônico e paisagístico de Cametá	Cametá
	Gastronomia local	Cametá
	Cultura do Açaí	Cametá
	Complexo industrial de mineração de Carajás	Parauapebas
	Mercado Municipal de Cametá	Cametá
	Vila de Juaba	Cametá
	Museu Vivo da Comunidade de Santana	Cametá
	Fundação Casa de Cultura e Museu Municipal	Marabá
	Baía do Marajó	Barcarena
	Igreja de São João Batista	Cametá
	Igreja de Nossa Senhora das Mercês	Cametá
	Aldeia Indígena Assurini	Tucuruí

Fonte: Elaborado a partir de PARA (2011).

Quadro 10 - Produtos “B” Pólo Araguaia-Tocantins

PÓLO	PRODUTOS “B”	Município
POLO ARAGUAIA TOCANTINS	Fazenda Bradesco	C. do Araguaia
	APA Lago de Tucuruí e Centro de Pesquisa Ambiental Tucuruí	Tucuruí
	Torneio de Pesca Esportiva de Tucuruí	Tucuruí
	Festival da Canção em Marabá - Fecam	Marabá
	Comunidades tradicionais	Cametá
	Festival do Açaí	Barcarena
	Paixão de Cristo - Grupo Chama de Artes Cênicas	Barcarena
	Artesanato indígena	Tucuruí
	Festival do Tucunaré	Tucuruí
	Mosaico UCs da Floresta Nacionas de Itacaúnas	Marabá
	Conjunto dos "3 poderes" municipais	Marabá
	Exposição Agropecuária de Marabá – Expoama	Marabá
	Museu Histórico de Cametá	Cametá
	Manifestação cultural Bambaê do Rosário	Cametá
	Fazenda turística Sete Lagos	C. do Araguaia
	RPPN do Samaúma Park Hotel + Casa da Árvore	Barcarena
	Trilha Ecológica de São Bento	Barcarena
	Balneário Chácara no Limite	Barcarena
	Sítios arqueológicos de engenhos coloniais	Barcarena
	Sítio arqueológico da Olaria Landi	Barcarena
	Carnaval de Cametá	Cametá
	Parque Zoobotânico de Carajás	Parauapebas
	Igarapés	Marabá
	Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Cametá
	Capela de Bom Jesus dos Aflitos	Cametá
	Lendas	Cametá
	Grupo de Samba de Cacete - Siriá	Cametá
	Boi-Bumbá	Cametá
	Cordão de Bicho Paraíso	Cametá
	Festividade de São João Batista	Cametá
	Ilhas e praias do rio Tocantins	Cametá
	Cestaria das comunidades de Utinga-Açu e Carmelo	Barcarena
	Baía do Carnapijó	Barcarena

Fonte: adaptado Pará (2011).

Conforme já destacado, o “Plano Ver o Pará” ratificou a regionalização em polos turísticos, estabelecida no estado desde o final da década de 1990, ainda no Projeto Flor, que deu base para a elaboração do PDT-PA (2001). Contudo, destaca-se que os polos foram definidos sem uma preocupação sobre a pertinência e área de abrangência. São feitas leituras equivocadas das realidades sociogeográficas dos municípios, que acabam sendo tratadas

genericamente em face das características desses polos. Isso pode ser percebido tendo como referência o Polo Araguaia Tocantins:

O maior polo turístico em termos da extensão territorial e heterogêneo no que diz respeito às características naturais e culturais. Economicamente a região é impulsionada pelos grandes projetos econômicos implantados a partir de final dos anos de 1960 e atualmente concentra os maiores investimentos da Amazônia, mas sofre as consequências do crescimento desordenado, em especial o alto índice de desmatamento e a persistência de conflitos sociais. **Os municípios do baixo Tocantins e entorno do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) têm uma formação histórica e social mais antiga, possuem identidade forte, que se faz presente na gastronomia, nas festas, e tradições, cujo exemplo mais contundente é Cametá [...]** (PARÁ, 2011, p. 64, grifo nosso).

Nestes termos, da forma como foi concebido o polo, é desconsiderada a formação histórico-geográfica de Cametá, no Baixo Tocantins, onde predomina ainda um padrão de organização espacial rio-várzea-floresta, nos termos de Gonçalves (2001), muito mais articulado ao padrão dendrítico e tradicional na formação nos núcleos urbanos amazônicos (BECKER, 1990; CORREA, 2006), e caracterizada por Trindade Jr. (2015b) como “cidade ribeirinha da floresta”.

O próprio governo já reconhece que essa regionalização em polos dificulta as ações para desenvolver o turismo devido especialmente a grande dimensão dos polos e pouca articulação entre os municípios integrantes:

[...] no Estado do Pará todo a gente tem 12 Regiões de Integração, que o estado já vem trabalhando as outras políticas e agora a gente está avançando para as regiões de integração, isso está dando uma capilaridade muito maior, os municípios tem uma certa sinergia muito maior um com o outro, eles conseguem se enxergar enquanto região, eles têm alguma característica econômica ou cultural parecida um com o outro, eles circulam um pelo outro. Então, assim as Regiões de Integração elas são quase que subpolos dentro desses seis polos, então, isso tem dado uma nova animada no processo porque era muito complicado tu dizer assim: Cametá é do mesmo polo que São Geraldo do Araguaia, um dista do outro quase 600 km, não tem sinergia nenhum, não tem atividade econômica nenhuma circulando entre os dois, não tem característica cultural nenhuma relacionada nem com um nem com o outro, então, assim, a ideia da regionalização ela começa a ganhar mais capilaridade a partir desse momento que a agente começa a trabalhar a questão das Regiões de Integração. (Entrevistado: Gestor Público Estadual na Área de Turismo. Trabalho de Campo a em março de 2016).

Apesar de estar inserido no Polo Araguaia Tocantins, estando presente nos principais planos de turismo planejados pelo governo estadual, a inserção do Município de Cametá na implementação das políticas definidas, ainda é muito incipiente, resumindo-se à apoio atualmente, da SETUR, na realização de inventário turístico, além de cursos de qualificação, sensibilização.

O processo de capacitação alcançou os seis polos turísticos do estado num total de 21 municípios-sede em que foram realizados os cursos e/ou palestras junto ao público-alvo do programa: Belém, Benevides, Marituba, Ananindeua, Parauapebas, Barcarena, Cametá, Ponta de Pedras, Soure, Salvaterra, Portel, Santarém, Bragança, Igarapé-Açu, Curuçá, Vigia, Salinópolis, Maracanã, São Caetano de Odivelas, Peixe-Boi e Castanhal. (PARÁ, 2016, p. 62).

Isso é confirmado pelo representante da Gestão Pública Municipal na Área de Turismo:

Há ações esporádicas em regime de parceira com governo do estado, ele faz contato e já houve vários cursos de capacitação, de programas como o PEQTUR, por exemplo, mas eu acho que falta mesmo, para os nossos governantes, historicamente, uma coisa que nós vamos tentar corrigir, durante o tempo que nós vamos estar a frente da secretaria, é essa questão que falta uma sensibilidade com importância do turismo, como promotor de desenvolvimento econômico do município, uma sensibilidade, uma demonstração para o município [...] (Entrevistado: Gestor Público Municipal na Área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em agosto de 2015).

Para o representante da Gestão Pública Estadual na Área de Turismo, esse quadro só poderia se modificar se o Polo Araguaia Tocantins, também, fosse integrado ao PRODETUR:

O que tem ações mesmo efetivas, que já está em andamento, é a questão do PRODETUR, que beneficia, que vai beneficiar tanto o Marajó, quanto o Tapajós. O Araguaia Tocantins, ele não participou do PRODETUR, é o que a gente tem aqui, porque é o seguinte: se entra com uma Carta-Consulta pedindo um novo PRODETUR, é necessário que se tenha o PDITS pra aquelas regiões. Tapajós já tem, Belém já tem e o Marajó já tem, aí está faltando Amazônia Atlântica e Araguaia Tocantins entrar no processo [...]. Mas pra cá pro Baixo Tocantins, pra banda de Cametá, Mocajuba, Baião, esses municípios mais aqui de perto, essas rotas “Rota Rio Cabano”, “Rota do Açaí” [...] aí eu acho que elas devem ser contempladas, caso venha esse PRODETUR para essa região, porque é investimento pesado, muito alto [...], mas vai depender de todo esse jogo político e de recurso, sabes que as receitas dos estados está complicadíssima cada vez mais, essa crise econômica que o Brasil todo está passando, está afetando também direto os estados. Aí a capacidade de investimento está cada vez menor, aí vai depender desses programas com recursos internacionais. (Entrevistado: Gestor Público Estadual na Área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em março de 2016).

Portanto, verifica-se que o contexto atual da crise econômica no Brasil, também influência na implementação das ações definidas nos planos. Além disso, no caso de Cametá, as mudanças na gestão municipal são colocadas como obstáculos para a continuidade das ações relacionadas ao turismo:

[...] a gente está sentindo mais falta de Cametá no processo, até porque eles tiveram mudanças lá dentro do município, de pessoas que eram nosso ponto focal terem saído do processo, entra aquele que nem sabia que eles interagiam aqui com a Secretaria. Como a gente está fazendo essa nova rodada, animando esse processo, Cametá está começando a voltar. Então, a gente tinha articulado lá pra Cametá a atualização do Inventário deles e uma pesquisa de demanda no período do carnaval, não aconteceu porque simplesmente sumiu a pessoa que estava no processo, então

Cametá é quem ficou um pouco fora [...] (Entrevistado: Gestor Público Estadual na Área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em março de 2016).

No que diz respeito aos planos municipais, definidos ou relacionados com o turismo em Cametá, verifica-se que a primeira iniciativa nesse sentido se dá a partir da década de 1990, através da Lei Orgânica do município. Em seus princípios estratégicos, o turismo aparece como fator de desenvolvimento social e econômico, e sugere a adoção de políticas necessárias para seu implemento para isso, assegurando o respeito ao meio ambiente, à ecologia e à cultura (CAMETÁ, 1990). Além disso, o turismo também está presente na estrutura administrativa municipal, como um Departamento, na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desporto, responsável pelo planejamento, gestão e execução da atividade.

No entanto, apesar de ser mencionado como fator de desenvolvimento para o município, não existe uma política de turismo definida na forma de um documento, resultado da discussão com os atores sociais, que tratam do turismo, ou um conjunto de ações articuladas para o setor, conforme destacado:

Eu não conheço, eles não, nunca procuraram a gente que está mais no ramo, deveria ter uma política voltada pra isso, pra que a gente pudesse ter financiamento pra que a gente pudesse melhorar, não temos financiamento, a gente vai fazendo com recursos próprios que são poucos, mas também nós temos limites e a gente faz o que pode, mas não temos, a gente tenta melhorar, mas não tem uma política voltada, a gente não encontra, não tem uma pesquisa. A gente fica muito assim desmotivado, desesperançosos com isso, a gente não encontra uma política. É feito muito pouco, deveria ser melhor tratado isso, melhor divulgado, feito mesmo uma política voltada. Se tivesse, uma secretaria direcionada pra isso, é muito pouco, não é explorado e aí a gente não vê quase nada [...] (Entrevistado: Representante da COOPEMMUC. Trabalho de Campo realizado em maio/2015).

Dessa forma, não é garantido o direito à participação da população na formulação e na execução das estratégias a serem utilizadas, disciplinando o turismo conforme seus interesses e suas necessidades. Distancia-se, portanto, do alcance prático de uma proposta de “desenvolvimento sócio-espacial” nos termos de Souza (1997, 2002, 2013), principalmente pela falta de uma gestão autônoma sobre os meios e as estratégias relacionadas ao desenvolvimento do turismo por parte das coletividades.

As ações que são realizadas para o fomento do turismo no município se resumem à promoção de eventos de caráter cultural, como o carnaval e a festividade de São João; e de lazer, como o festival de férias no mês de julho, não existindo um conjunto de ações articuladas ou uma continuação com vista ao incremento do setor. Além da dificuldade de implementar a continuidade nas ações de incremento ou apoio ao turismo, o próprio governo

municipal como um todo ainda não estaria atuando de forma articulada no planejamento e execução das políticas para setor.

[...] então, a gente tem um projeto, lá dentro do plano, que é o fortalecimento da gestão do turismo e a gente está focado muito nisso. Qual é o primeiro passo? A gente fortalece a gestão municipal, pra que os municípios daqui a pouco andem com as próprias pernas. Nesse primeiro momento, a gente está dando o suporte lá, o inventário, dando sustentação na questão das leis municipais, que na verdade é a base dessa questão toda. A política, ela só se materializa a partir de leis, então, a gente está trabalhando muito nisso daí e é um trabalho do dia a dia, um trabalho de animação do processo constante, [...]. Tem municípios que estão dentro do plano, que foram vistos como municípios que já tinham uma certa estrutura pra serem trabalhados na ótica do turismo, que a gente ao longo dos anos, a gente percebeu que eles começaram a sumir do processo, até por mudança de bandeira política nas prefeituras, aí o cara chega lá e acaba com uma secretaria municipal de turismo que já existia lá. Então, assim, é um processo muito dinâmico, tem município que entra e sai [...] (Entrevistado: Gestor Público Estadual na Área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em março de 2016).

Portanto, o incremento do turismo local é resultado de ações do poder público municipal, que tem como principal iniciativa o evento do carnaval. É um turismo, na sua maior parte espontâneo, onde a iniciativa privada tem uma grande importância. Em termos de planejamento há uma abordagem sobre os municípios nos planos federais (PNMT e PRT) e estaduais (PDT) quando são destacados os polos de turismo e municípios turísticos. Os planos microrregionais e municipais de ordenamento territorial, também destacam o turismo como atividade a ser desenvolvida.

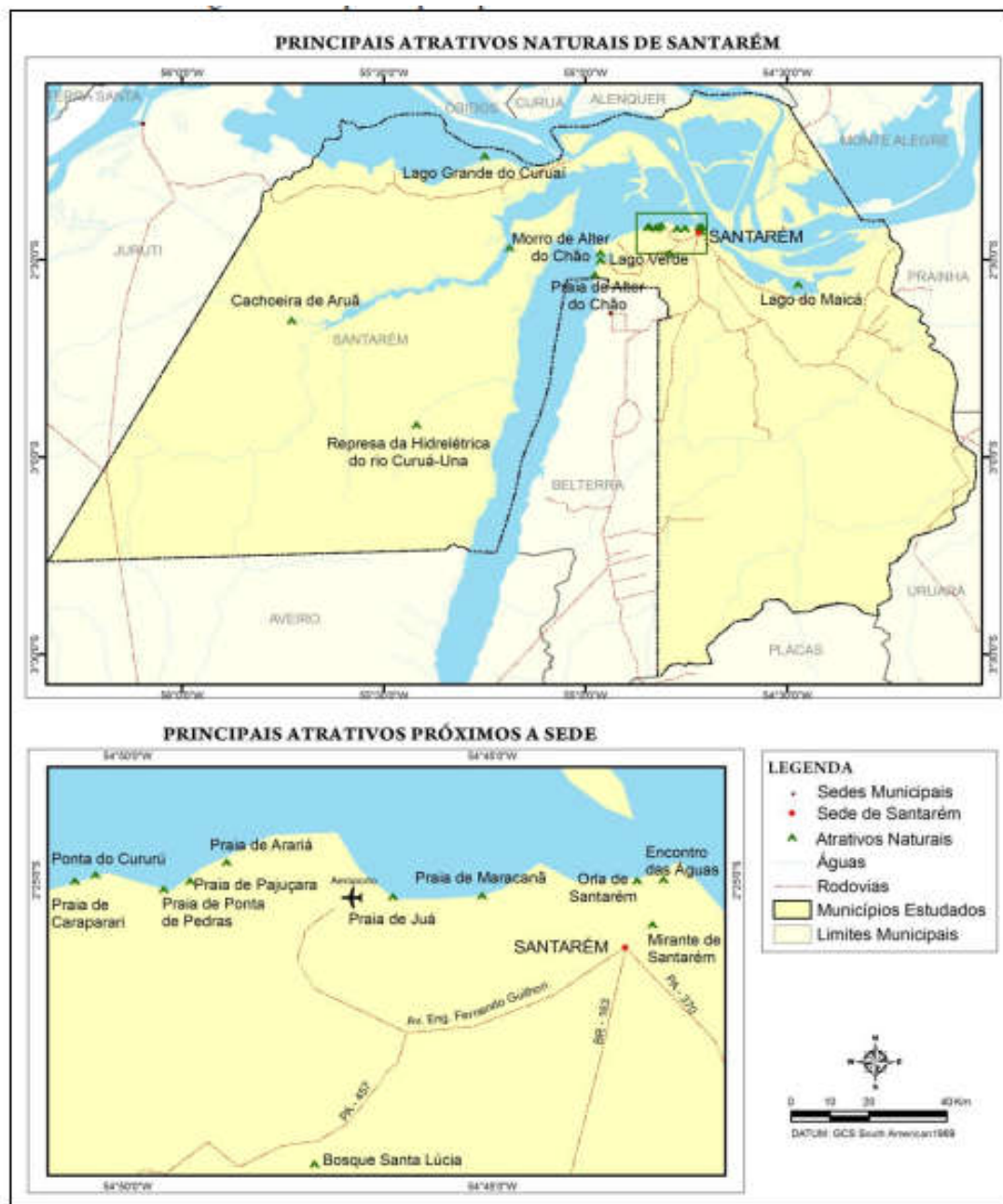
4.3 O POTENCIAL SÓCIOGEOGRÁFICO PARA O TURISMO EM SANTARÉM

Em relação à dinâmica econômica, várias atividades foram desenvolvidas em Santarém, desde as extrativistas (drogas do sertão, borracha, madeira e ouro) como agrícolas (juta, pimenta do reino). Mais recentemente destaca-se o cultivo da soja, além do comércio, industriais e serviços, que se expandiram no contexto do crescimento acelerado da população urbana devido à inserção do município nas políticas territoriais implementadas a partir das décadas 1950-1960, representativas da economia de fronteira destacada por Becker (1990).

Neste cenário, nas últimas décadas, o turismo passou a se apresentar como uma atividade econômica relevante em Santarém, que se tornou um dos principais “espaços turísticos” do Estado do Pará, fazendo parte de diversos programas e planos federais e estaduais (conforme iremos destacar no próximo item), em virtude da existência de atrativos naturais (florestas, rios, igarapés, lagos, praias fluviais, fauna e flora); e atrativos culturais (festa do Sairé em Alter do Chão, Círio de Nossa Senhora da Conceição, edificações seculares

e sítios arqueológicos), assim como pela presença de infraestruturas resultantes de seu papel de centralidade na sub-região do Baixo Amazonas apropriados pelo/para o uso turístico.

Entre os diversos atrativos naturais existentes no município (Mapa 14) destacam-se as ilhas, algumas delas com características próprias, por estarem em constante formação, devido aos períodos sucessivos de cheias e vazantes, surgindo praias, lagos, igarapés e rios, como o Amazonas, o Tapajós, o Arapiuns e o Curuá-Una (NOBREGA, 2012).



Mapa 14 - Distribuição geográfica dos principais atrativos naturais do Município de Santarém
Fonte: Nobrega (2012).

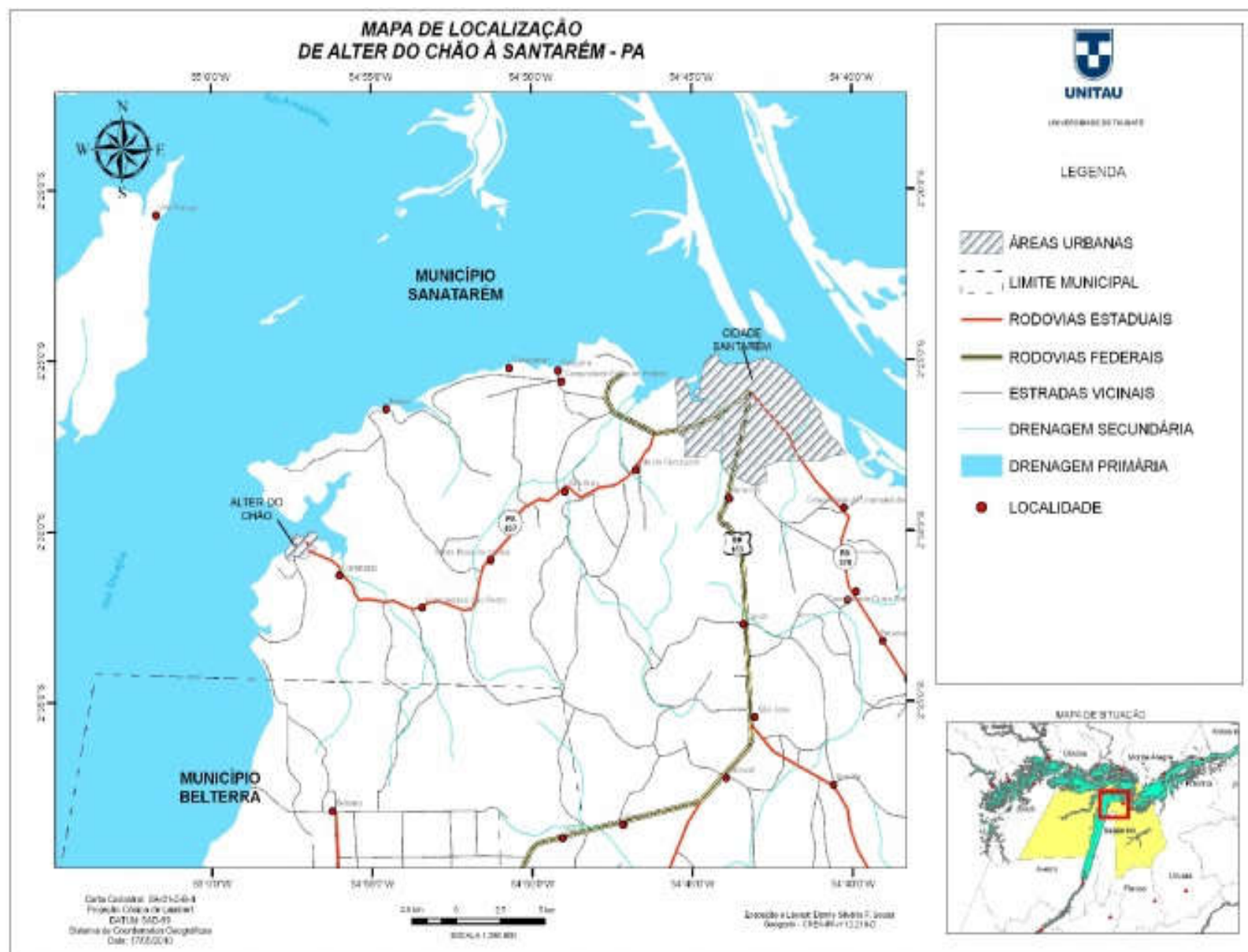
O encontro dos rios Amazonas e Tapajós é destacado como um dos principais atrativos de Santarém (Figura 46). Este foi, inclusive, reconhecido como um patrimônio cultural imaterial do Estado do Pará, pela Assembleia Legislativa do estado, através da Lei nº 8.062 (SANTARÉM, 2016). No entanto, nos instiga o porquê dessa classificação como cultural e imaterial, já que, se trata de um fenômeno natural, onde a materialidade do atrativo é o que mais chama a atenção dos visitantes.



Figura 46 - Fenômeno do Encontro das águas em Santarém
Fonte: Santarém (2016).

Como verificado pelo mapa, as praias destacam-se entre os atrativos naturais, são elas: Maracanã, Ponta de Pedras e Alter-do-Chão. Esta última, a mais procurada pelos turistas, fica na Vila de Alter-do-Chão³⁶, na margem direita do Rio Tapajós (Mapa 15), distante cerca de 30 km da sede municipal de Santarém por estrada pavimentada (PA-457).

³⁶ Fundada no dia 06 de março de 1626, pelo português Pedro Teixeira, foi elevada a categoria de Vila por Francisco Xavier de Mendonça Furtado no dia 06 de março de 1758 (FONSECA, 2015).



Mapa 15 - Localização de Alte do Chão.
Fonte: Guedes (2010).

O acesso por via fluvial leva cerca de 3 horas Além das praias, a Vila de Alter-do-Chão oferece outro atrativo, a tradicional Festa do Çairé, conhecida por apresentar uma mistura de elementos religiosos e profanos. A Serra da Piroca, assim como o Lago Verde, também são atrativos na vila (NOBREGA, 2012) (Figura 47).



Figura 47 - Praia de Alter do Chão e a Serra da Piroca
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).

Contudo, a principal referência dos turistas é a praia:

Eu estou conhecendo Santarém através de indicação de amigos, nos indicaram a região e indicaram muito bem, falaram das belezas, de muitas belezas naturais, por isso que nós estamos aqui hoje. Foi indicação sim, especificamente do local Alter do Chão, referência nacional de beleza natural de praia [...]. Eu sempre estou falando em relação à Alter do Chão (Entrevistada: Turista, entrevista realizada em setembro de 2016).

De acordo com Nobrega (2012), as visitas relacionadas ao segmento ecoturístico se dão pelas visitas tanto à praia de Alter-do-Chão e os atrativos, como: o Lago Verde e Ponta do Cururú, mas a maior referência na composição desses roteiros ocorre nas visitas à FLONA Tapajós.

A FLONA Tapajós está localizada na região central da Amazônia brasileira, a oeste do Estado do Pará, englobando áreas dos municípios de Rurópolis, Aveiro, Belterra, Placas. A sede administrativa da FLONA em questão está localizada na sede municipal de Santarém. A área estimada em 600.000 há e tem os seguintes limites geográficos: Norte - a reta que passa pelo marco 50 da rodovia Santarém-Cuiabá e pelo ponto de latitude 2° 45' S, à margem direita do rio Tapajós Sul - Rio Cupari e seu afluente Santa Cruz; Leste - a rodovia Santarém-Cuiabá; Oeste - rio Tapajós. O

acesso à FLONA pode ser por via terrestre, pela BR 163, e por via fluvial pelo rio Tapajós. Pode ainda ser realizado por via aérea, em pequenas aeronaves, partindo-se de Santarém até os municípios de Rurópolis e Aveiro (NOBREGA, 2012, p. 199).

Assim, a FLONA é um atrativo muito procurado pelos ecoturistas. Atividades como caminhadas, passeios de barco a motor e a remo, visitas às comunidades ribeirinhas extrativistas ou mesmo banhos de rios, são as grandes atrações para os visitantes, além da hospedagem nas casas das comunidades de seringueiros e a interação com seu modo de vida integrado à floresta (BRASIL, 2010).

Na cidade de Santarém o atrativo que mais se destaca é o encontro das águas (podendo ser observado a partir da orla fluvial), além dos atrativos culturais (material e imaterial), como: artesanato, gastronomia, eventos culturais, festas religiosas, música e patrimônio histórico arquitetônico da época da colonização portuguesa, como casarões, igrejas, museus, dentre outros (Figura 48).

Santarém figura na lista de cidades históricas brasileiras devido ao seu núcleo original (que remonta ao século XVII) e edificações mais imponentes construídas na fase áurea da economia da borracha. Além do importante patrimônio arqueológico, a região abriga monumentos de relevante valor histórico que se destacam por suas características arquitetônicas e pelo papel que desempenham no contexto da urbanização da Amazônia, alguns reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (SANTARÉM, 2016).

Atrativos turísticos urbanos

1. BOSQUE VERA PAZ
2. PRAÇA DA LIBERDADE
3. MERCADÃO 2000
4. PRAÇA DO CENTENÁRIO
5. PRAÇA TIRADENTES
6. MERCADO MODELO
7. TEATRO VITÓRIA
8. IGREJA N. SRA. DA CONCEIÇÃO
9. ENCONTRO DAS ÁGUAS

10. PRAÇA RODRIGUES DOS SANTOS
11. PRAÇA DO PESCADOR
12. PRAÇA MIRANTE DO TAPAJÓS
13. PRAÇA BARÃO DE SANTARÉM /SÃO SEBASTIÃO.
14. ARQUITETURA HISTÓRICA
15. CRISTO REI - CENTRO DE ARTESANATO DO TAPAJÓS

16. CENTRO CULTURAL JOÃO FONA
17. MUSEU DICA FRAZÃO
18. MUSEU DE HISTÓRIA E ARTE SACRA
19. PARQUE DA CIDADE
20. IGREJA DO SANTÍSSIMO
21. LAGO MAICÁ
22. SERRA DO SAUBAL

23. ZOO-FIT
24. IGREJA SÃO FRANCISCO DE ASSIS
25. UFOPA
26. LAGO MAPIRI E PAPUCU
27. PRAIA DO MARACANÃ
28. RESTAURANTES NOTURNOS
29. RESTAURANTES DIURNOS



Figura 48 - Atrativos existentes na cidade de Santarém
 Fonte: Santarém (2016).

Do mesmo modo, a produção artesanal é um dos grandes destaques em Santarém. Peças em cerâmica, madeira, palha (Figura 49), tecido e as biojóias, com fortes influências indígenas e ribeirinhas, são comercializadas em lojas na sede e em Alter do Chão (SANTARÉM, 2014).



Figura 49 - Artesanato confeccionado com fibras típicas em Santarém.
Fonte: Acervo Saúde e Alegria (2016).

A gastronomia local é também muito rica e possui diversos pratos típicos com grande apelo às tradições indígenas que culminaram, de alguma forma, na associação do uso de peixes, ervas e frutos típicos da região. Dentre as mais variadas espécies de peixes destacam-se: tambaqui; filhote; tucunaré, surubim (Figura 50), e principalmente o pirarucu.



Figura 50 - Surubim, peixe típico do rio Tapajós e Amazonas
Fonte: José Carlos Cordovil (2016).

Não existe uma série histórica de dados estatísticos sobre a evolução do turismo em Santarém. Somente a partir de 2010 a SEMDETUR criou o Observatório de Turismo e passou a realizar pesquisas de perfil do turista nos grandes eventos realizados no município (SANTARÉM, 2014).

Nesse contexto, a partir das informações obtidas na SETUR e do “Plano Encontro”, destacamos algumas informações, que são importantes do incremento do turismo em Santarém e no Polo Tapajós.

Em relação ao volume de turistas o fluxo registrado entre 2013 e 2014 apresenta um crescimento, tanto no número de turistas nacionais quanto estrangeiros (Tabela 3).

Tabela 3 - Fluxo de turistas em visita à Santarém 2013-2014

Procedência	Turistas em 2013	Turistas em 2014	Variação (%)
Nacionais	214.416	230.667	7,5
Internacionais	4.376	4.534	3,6
Total	218.792	235.201	7,5

Fonte: Pará (2014)

A receita total direta gerada pelo turismo a partir da entrada dos turistas nacionais e internacionais foi de R\$ 139.130.176,00, já apresentando um crescimento de em relação à 2013, que foi de 127.967.940,00 (Tabela 4).

Tabela 4 - Receitas geradas pelo turismo em Santarém 2013-2014

Procedência	Turistas em 2013 (R\$)	Turistas em 2014 (R\$)	Variação (%)
Nacionais	125.510.643,00	136.554.864,00	8,7
Internacionais	2.457.297,00	2.575.312,00	4,8
Total	127.967.940,00	139.130.176,00	8,6

Fonte: Pará (2014)

A taxa de ocupação hoteleira no município (sede e distritos), em 2014 foi de 60,28%. Porém, cabe ressaltar, que no monitoramento feito pela SETUR e DIEESE-PA, com base nos dados da FNRH e do BOH, apenas cinco empreendimentos se dispuseram a integrar e alimentar o sistema, 3 localizados na sede do município de Santarém e 2 na vila de Alter do Chão. Portanto, a taxa média de ocupação hoteleira aferida pode não refletir a realidade do setor como um todo (SANTARÉM, 2014).

Em termos da distribuição geográfica, indicam que 51% dos empreendimentos estão localizados no perímetro urbano de Santarém e os demais estão distribuídos nos distritos do município, especialmente em Alter do Chão, que concentra 44% do total (Gráfico 7). A presença de meios de hospedagem fora da sede do município é indicativo importante de que esses empreendimentos existem principalmente para o atendimento do turista de lazer, pois nas cidades normalmente ocorrem uma demanda significativa do público que viaja a trabalho ou por negócio (SANTARÉM, 2014).

Gráfico 7 - Oferta de meios de hospedagem em Santarém

Fonte: Santarém (2014).

Em relação à movimentação turística dos cruzeiros fluviais/marítimos em 2012/2013 a origem é principalmente da Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Foram no total 45 navios, num total de 28.164 turistas. A estimativa de gasto por turista é de R\$ 304,80, gerando uma receita direta de R\$ 8.584,20 (PARÁ, 2014).

Sobre o perfil do turista que visita Santarém, destacamos os dados contidos no Plano Encontro (Quadro 11), que utilizou as informações de duas pesquisas de demanda e perfil, elaboradas anualmente pelo Observatório da SEMDETUR: a do carnaval em Santarém e a do Carnaval de Alter do Chão, ambas realizadas em março de 2014.

O município de Santarém, assim como no caso de Cametá, possui um potencial sociogeográfico para o turismo, que resulta do contexto de formação histórico e geográfico, da colonização da região pelos portugueses e a exploração das atividades econômicas, a exemplo da borracha. Além disso, a relação sociedade-natureza é destacada principalmente na gastronomia, artesanato, na presença das comunidades existentes na FLONA do Tapajós e RESEX Tapajós Arapuins. Estes potenciais são apropriados para o incremento do turismo no município, especialmente a partir de sua inserção nas políticas de turismo planejadas e implementadas nas várias esferas, inclusive em âmbito municipal, o que será tratado em seguida.

Quadro 11 - Perfil dos turistas que visitam Santarém

ELEMENTOS DO ESTUDO DE DEMANDA TURÍSTICA	RESULTADOS	CONSIDERAÇÕES
Origem dos Turistas	- 88% nacional - 12% Internacional	Quanto à origem do turista atual, os visitantes nacionais correspondem à maioria do universo da amostragem da pesquisa, 88% do total. Dentre os turistas domésticos, o próprio Pará é o principal emissor para a região do Tapajós, seguidos pelo Amazonas, com visitantes especificamente oriundos de Manaus, em terceiro e quarto lugares por São Paulo e Minas Gerais, respectivamente.
Origem do turista estrangeiro	- França – 46% - Alemanha - 16% - Argentina – 16% - Inglaterra 15% - Ásia 7%	Em relação aos mercados internacionais de origem para a região, dos 12% que compreendem o total de estrangeiros, a França é o país que tem a maior participação no emissivo atual.
Origem do Turista Nacional	- PA – 31% - AM – 20% - SP – 9% - MG – 8% - SC – 6% - RJ – 5% - MT – 5% Outros estados 14%	Dentre os turistas domésticos, o próprio Pará é o principal emissor para a região do Tapajós, seguido pelo Amazonas, com visitantes especificamente oriundos de Manaus, em terceiro e o quarto lugares por São Paulo e Minas Gerais, respectivamente.
Origem do turista nacional por região	- Norte – 57% - Sudeste – 22 % - Sul – 12 - % - Nordeste 7 - % - Centro-Oeste – 2%	Considerando o agrupamento por macrorregião, juntos os estados do Norte correspondem a mais da metade do emissivo atual dos municípios de Santarém e Belterra: o volume turístico é predominantemente regional. Os mercados mais distantes e que apresentam a maior capacidade emissiva no turismo brasileiro, concentrados nas regiões Sudeste e Sul, perfazem atualmente 34% da origem dos visitantes do destino.
Composição de sexo	- Sexo masculino – 51% - Sexo feminino – 49%	Quanto ao gênero, a maioria dos turistas atuais é de homens, mas a participação das mulheres é significativa, considerando que a diferença entre os dois grupos é de apenas 2%. As pessoas casadas formam a maioria, mas também por pequena diferença.

Nível de escolaridade dos turistas	- Nível médio – 5,3% - Nível superior – 62,3% - Nível fundamental - 5,3%	O turista atual, de acordo com os dados da pesquisa, apresenta alto nível de escolaridade, a maioria tem curso superior completo ou mais (62,3%) ou incompleto (26,3%). Os profissionais liberais, autônomos e empresários correspondem a 52% do total
Renda individual dos turistas	- A1 – 0,9% - A2 – 21,1% - B1- 21,1% - B2 - 32,5% - C1 – 13,2 % - C2 – 7,9% - D – 3,5%	Em termos de renda, o grupo correspondente à classe média tradicional (B1+ B2) compreende a maioria dos turistas do destino, o equivalente a 53,5% do total. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os grupos sociais classificados como B1 e B2 correspondem à faixa de renda entre 10 e 20 salários mínimos, ou o equivalente, em 2015, entre R\$ 7.880,00 e R\$ 15.760,00.
Fonte de informação	- Parentes e amigos – 56% - Internet -19% - Agência de viagem – 7% - Feiras/eventos/congressos - 6% - Artigos de jornais/revistas – 3% - TV/rádio – 1% - Outra – 8%	A principal fonte de informação utilizada pelo turista atual são os parentes e amigos, citado por 56% do total. Esse resultado é compatível com a origem deste visitante, considerando que 57% são dos estados vizinhos, provavelmente pessoas que mantêm vínculos familiares e de amizade no destino.
Organização da viagem	- Agência – 15% - Família/amigo/colega – 32% - O (A) próprio (a) – 54%	A auto-organização da viagem é a principal forma como o turista atual chega ao destino, 86% do total, sendo que 56% organizam sozinhos a viagem e 32% fazem isso em companhia de familiares ou amigos.
Com quem viajou	- Viajou só – 30% - Cônjuge/Namorado – 25% - Amigos – 20% - Família – 18% - Colegas de trabalho – 7% - Grupo/pacote turístico – 1%	O turista atual visita o destino acompanhado do namorado/cônjuge, amigos e familiares, o que corresponde a 63% do total.

Principal Motivação	- Participar de eventos – 48% - Patrimônio natural – 32% - Fazer negócios – 18% - Alter do Chão – 2% - Ir à praia- 1%	De acordo com os dados da pesquisa do turista atual, a participação em eventos é o principal motivo de viagem para 48% dos entrevistados e fazer negócios é a motivação para 18% do total. O turista de lazer, aquele que é atraído pelos atrativos existentes no lugar corresponde a 35% do total. Esse resultado demonstra que, no cenário atual, existe potencial para ampliar a quota de participação do turista de lazer porque o destino tem atratividade para isso.
Meios de transportes utilizados pelos turistas	- Avião- 75% - Barco/navio – 11% - Carro alugado – 4% - Carro próprio/de amigos/familiares – 8% - Ônibus – 3%	Apesar da quota de participação do turista ter origem no próprio Pará e estados vizinhos, o avião, que é um meio de transporte normalmente utilizado para deslocamentos de longo percurso, a principal opção utilizada pelo visitante atual
Onde se hospedou	- Hotel/pousada – 61% - Casa de amigos/parentes – 25% - Imóvel alugado – 10% - Barco – 3% - Albergue – 2%	O turista atual usa principalmente os serviços de hotéis e pousadas para sua hospedagem durante a estadia no destino, 61% do total. Esse é um percentual bem acima da média brasileira, pois segundo dados do MTur, em média, 24,7% dos turistas domésticos utilizam os serviços de hotéis e pousadas em suas viagens no país.
Meio que influenciou a viagem dos turistas.	- Recomendação de amigos e parentes – 52% - Televisão – 30% - Rádio – 5% - Jornais – 5%	Os dados mostram que a divulgação feita pelas pessoas que visitam Cametá ainda é muito importante como propaganda turística para promover o Município.
O que fez durante a estada	- Alter do Chão – 61% - Passeio de barco – 42% - Centro histórico – 22% - Trila e caminhadas – 15% - Restaurante 14% - Compras – 13% - FLONA – 11% - Patrimônio natural- 4% - Manifestações culturais -3% - Outros – 3%	A pesquisa procurou mapear as atividades que o turista realizou durante sua estadia no destino. Os resultados, sistematizados no gráfico abaixo, demonstram a diversidade de opções que esse visitante identifica e utiliza, sendo que, na maioria dos casos, ele realiza várias atividades, por isso, o gráfico não totaliza em 100%. Os destaques são aquelas atividades que receberam mais menções: a visita a Alter do Chão, citada por 61% dos participantes e os passeios de barcos, mencionados por 42% do total.

Fonte: Elaborado a partir de Santarém (2014).

4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E A INSERÇÃO DE SANTARÉM NOS PROGRAMAS, PLANOS E PROJETOS

Conforme já destacado no capítulo II, a Amazônia passou a ser foco de políticas de desenvolvimento do turismo, nas quais programas e planos foram elaborados, alguns mais específicos, de abrangência regional, a exemplo dos PTAs e PROECOTUR; e outros mais relacionados ao território nacional, mas que também resultaram no maior incentivo do turismo na região, como o PNMT, o PRT, e mais recentemente o PRODETUR-Nacional. É o conjunto dessas ações que se articulam às estratégias planejadas em nível estadual para o desenvolvimento do turismo, que permite considerar a configuração de um “espaço turístico”, pois são estabelecidas as regiões, estados e respectivos municípios que passam a ser destinos prioritários para o turismo, a exemplo de Santarém.

Santarém é o segundo município que mais recebe turistas no Estado do Pará (SANTARÉM, 2014). Assim, a atividade é vista como uma alternativa para a economia local, que se justifica pelos potenciais existentes, como pela sua posição histórica de destaque econômico e político, dentro do contexto da sub-região do Baixo Amazonas, especialmente a partir da instalação de projetos de infraestrutura, a exemplo da Cuiaba-Santarém (BR-163) e grandes empreendimentos econômicos ligados ao setor agropecuário.

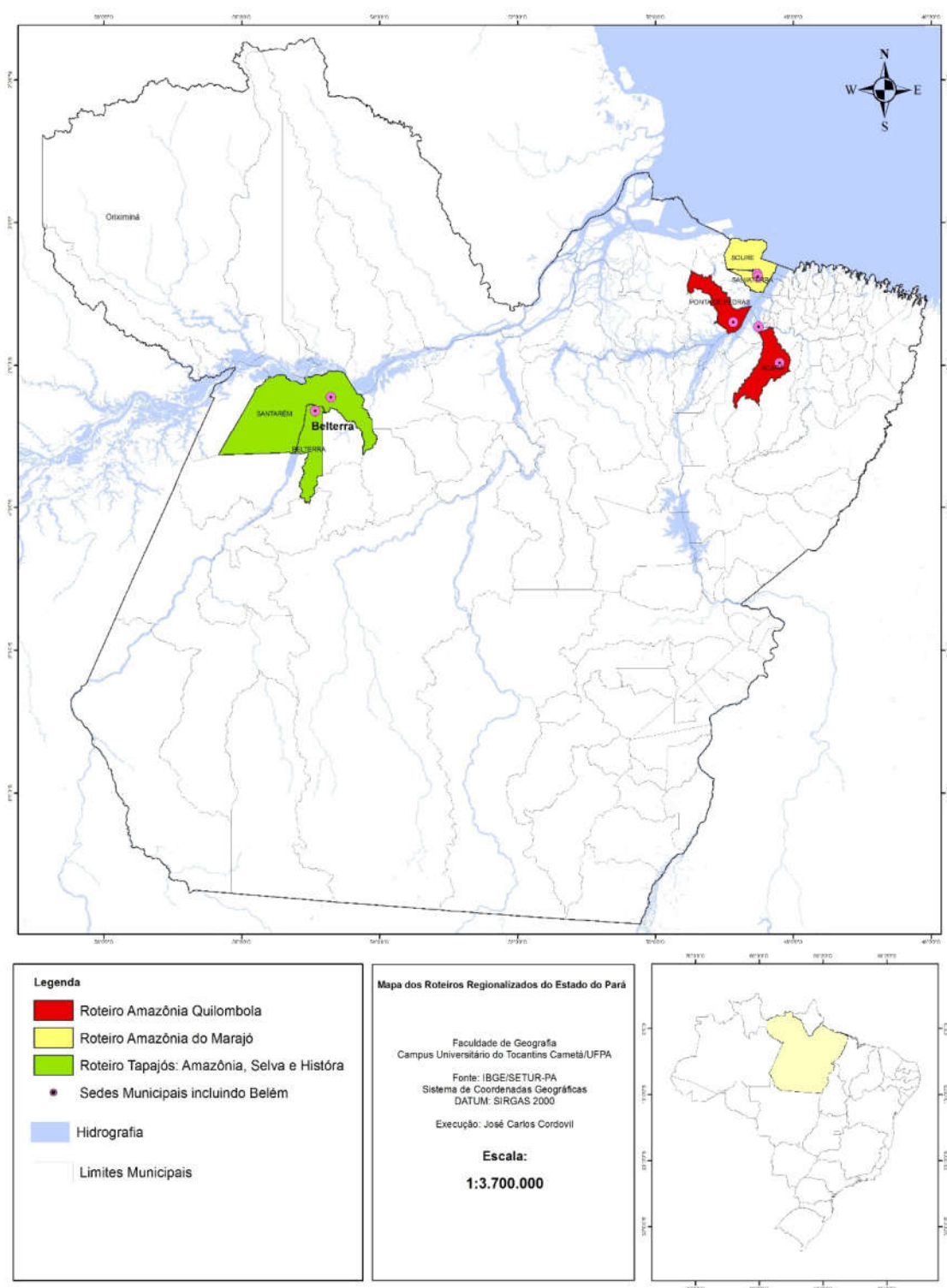
O turismo, e sobretudo o ecoturismo, é destacado nas estratégias espaciais de desenvolvimento regional, consubstanciados em programas e planos, que incluíram o Pólo Tapajós. Nesse sentido, já na década de 1970, Santarém aparecia com um dos pólos de ecoturismo definidos no I PTA. Em 2000, também foi incluído no PROECOTUR, a partir da seleção de 15 pólos para o investimento no segmento. No Estado do Pará foram indicados: o Pólo Belém Costa Atlântica, o Pólo Marajó e o Pólo Tapajós. Nesse sentido, Santarém recebeu investimentos e incentivos, seja através de planos estratégicos ou mesmo de intervenções, como a construção da orla de Santarém e da orla na Vila de Alter-do-Chão, do Centro de Interpretação de Ecoturismo, do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) no distrito de Alter-do-Chão, dentre outros (Quadro 12).

Quadro 12 - Ações e recursos destinados à Santarém pelo PROECOTUR

ATIVIDADES	VALOR	PRAZO PREVISTO	SITUAÇÃO
Elaboração do Plano de Desenvolvimento ecoturístico do Pará (Pólo Tapajós)	90.000,00	04/2001 a 03/2002	Concluído
Elaboração para o estudo de criação, Plano de Manejo, Uso público e Ecoturismo da Unidade de Conservação Municipal Alter do Chão	90.000,00	09/2001 a 08/2002	Não informado
Elaboração para ao estudo de criação, Plano de Manejo, Uso público e Ecoturismo da RESEX Arapiuns	90.000,00	09/2001 a 04/2002	Não informado
Projeto e Implantação do Terminal Fluvial Turístico (TFT) em Santarém	144.000,00	06/2001 a 12/2001	Concluído
Projeto e Implantação do Centro de Interpretação Turística (CIECOTUR) em Santarém	45.000,00	06/2001 a 12/2001	Não realizado
Projeto e Implantação do Terminal Fluvial Turístico (TFT) em Alter do Chão	144.000,00	06/2001 a 12/2001	Concluído
Projeto e Implantação do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) em Alter do Chão	81.000,00	06/2001 a 12/2001	Concluído
Projetos Básicos de rede de água potável, esgoto e tratamento de lixo em Alter do Chão	108.000,00	09/2002 a 01/2003	Não realizado

Fonte: Organizado a partir de Nascimento (2009) e informações da SEMDETUR e Conselho de Turismo de Santarém.

Além do PROECOTUR, outros programas federais também repercutiram em Santarém, como o PNMT, e principalmente o PRT caracterizado pela participação, sustentabilidade, integração, formação de redes e a descentralização através da instalação das Instâncias de Governança Regional responsável por conduzir o processo de gestão do desenvolvimento turístico, além da estruturação dos roteiros regionalizados. No Estado do Pará, foram definidos três roteiros: o Tapajós - Amazônia, Selva e História (incluindo Belterra e Santarém); a Amazônia do Marajó (incluindo Salvaterra e Soure); e a Amazônia Quilombola (incluindo Acará e Ponta de Pedras) (NOBREGA, 2012) (Mapa 16).



Mapa 16 - Roteiros regionalizados no Estado do Pará
Fonte: Nóbrega (2012).

Nobrega (2012) destacou os passeios e atividades mais comercializados pelas agências de receptivo, a partir da implementação do “Roteiro Tapajós: Amazônia Selva e História”, são eles: 1) city tour em Santarém; 2) encontro das águas dos rios Amazonas e Tapajós; 3) Alter do Chão (Lago Verde, Serra Piroca, Comunidade Ponta de Pedra e, em setembro, o Sairé); 4) Belterra (Fordlândia e centro da sede municipal); 5) FLONA Tapajós (comunidades de Maguari e Jamaraquá – município de Belterra).

Ainda sobre o PRT, o Município de Santarém foi incluído entre os 65 Destinos Indutores, estratégia contida no Macro Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, desenvolvido pelo Ministério do Turismo, constando no Programa Nacional de Turismo - PNT 2007-2010 (BRASIL, 2013) (Figura 51). Além disso, foi escolhido pelo MTUR, em 2008, dentre os quase 3 mil municípios que integravam o PRT, como Destino Referência no Segmento de Ecoturismo. Essa iniciativa se baseava no conceito de destino indutor e a decisão se fundamentava no potencial apresentado (SANTARÉM, 2014).

A Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - ABETA realizou o Projeto Destino Referência em Ecoturismo em Santarém e Belterra, em parceria com o Ministério do Turismo e com o apoio do Instituto Casa Brasil de Cultura – ICBC, da PARATUR – Companhia Paraense de Turismo e da Secretaria Municipal de Turismo e Integração Municipal/Prefeitura Municipal de Santarém. Entre maio e dezembro de 2008 foram desenvolvidas as atividades do Projeto, iniciadas com ações de articulação institucional e diagnóstico ecoturístico. Em agosto foi realizado o Seminário Inicial e, a partir da articulação e proposições dos atores locais, teve início o processo de planejamento participativo, com vistas ao estabelecimento do arranjo institucional necessário para a sustentabilidade do Ecoturismo em Santarém e Belterra e a Estruturação do Destino Referência em Ecoturismo. (BRASIL, 2008, p. 2).

A proposta foi lançada no ano de 2006 no Salão de Turismo realizado em São Paulo, denominado “Roteiros do Brasil”, quando foram apresentados, 396 roteiros turísticos, com 149 regiões turísticas, distribuídos entre 1.207 municípios de todas as unidades da federação brasileira. Na etapa posterior foram identificados os destinos com capacidade de induzir o desenvolvimento regional para receber investimentos técnicos e financeiros pelo MTUR, bem como, proporcionar uma maior articulação e busca de parcerias com outros ministérios e instituições públicas, privadas e do terceiro setor (NOBREGA, 2012).

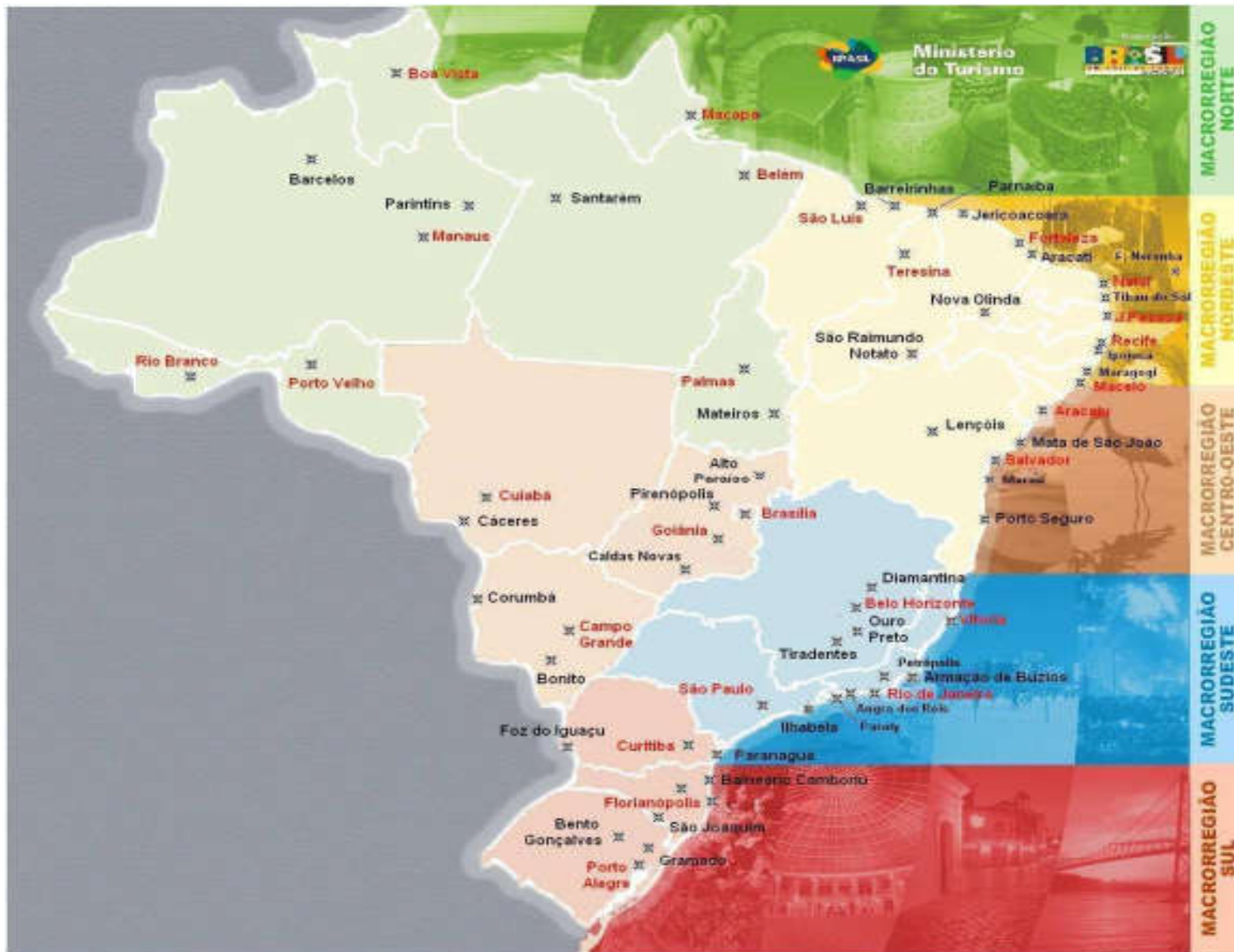


Figura 51 - Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico no Brasil
 Fonte: Brasil (2007).

Depois de definidos os 65 destinos indutores em todo o território federal, foram selecionados aqueles com condições de desenvolver ações com padrão de qualidade e se tornar referência internacional no turismo. Nesse sentido, foram escolhidos dez destinos com características distintas, em regiões diferentes (Quadro 13), para que suas experiências pudessem contribuir na criação de uma base metodológica e servir de modelo para outros destinos no Brasil, validando e consolidando a estratégia de desenvolvimento de políticas públicas e de ampliação e diversificação da oferta turística nacional (BRASIL, 2010), e, também, criar núcleos para induzir ou impulsionar o desenvolvimento turístico em âmbito regional através do planejamento e fortalecimento da gestão (SANTARÉM, 2014).

Quadro 13 - Destinos de Referência Internacional no Brasil

SEGMENTO TURÍSTICO	DESTINOS
Turismo Rural	Anápolis, Rancho Queimado, Santa Rosa de Lima e Urubici/SC
Turismo de Pesca	Barcelos/AM
Turismo Cinematográfico	Brasília/DF
Turismo Sol e Praia	Jericoacoara/CE
Turismo de Aventura	Lençóis/BA
Turismo Cultural	Paraty/RJ
Turismo de Negócios e eventos	Ribeirão Preto/SP
Ecoturismo	Santarém/PA
Turismo de Estudos e Intercâmbio	São João Del Rey/MG
Turismo de Aventura Especial	Socorro/SP

Fonte: Adaptado de Nóbrega (2012).

Assim, pelo grande potencial apresentado para o ecoturismo e com grandes desafios em questões como governança local e qualificação do produto, Santarém foi escolhido para ser um laboratório de experiências. As ações foram iniciadas com a realização de visitas técnicas, contato com representantes de instituições locais, públicas e privadas relacionadas direta ou indiretamente ao turismo e lideranças locais, além de visita aos diversos equipamentos e atrativos de destino (BRASIL, 2010). Em relação às etapas do planejamento, foram realizadas ações tendo em vista a participação dos setores para a formação do Grupo Gestor.

o processo de planejamento participativo foi construído baseado em sete eixos de ação, organizados a partir da sistematização dos resultados das reuniões setoriais: Meio Ambiente; Identidade Cultural; Pesquisa; Formação e Capacitação; Produtos e

Promoção; Infraestrutura; e Gestão. Com a participação dos membros de cada setor foi consolidado o Grupo Gestor, previamente composto durante o Seminário. Foram realizadas cinco reuniões do Grupo Gestor, entre outubro e dezembro, quando a estruturação do Destino Referência em Ecoturismo foi planejada. Ao final do processo foi promovido um Seminário Final, com o propósito de ampliar o envolvimento na construção do Plano Estratégico e estabelecer os acordos e encaminhamentos para sua implementação, com o protagonismo dos atores locais (BRASIL, 2008, p. 3).

No início do processo participativo foram definidos os princípios que guiaram a construção do plano: prevenção, precaução e preservação; conservação ambiental; valorização da cultura local; geração e distribuição de renda; comunidades, gestoras do processo; e ecoturismo sustentável – exploração do potencial ecoturístico sem comprometer as gerações futuras. Ao longo de seis reuniões de câmaras setoriais (poder público, empresas/*trade*, institutos de ensino e pesquisa, ONGs, organizações comunitárias e organizações/grupos de Artesanato), os atores do Ecoturismo avaliaram o diagnóstico do destino e estruturaram as propostas iniciais, que vieram a ser o referencial das discussões do Grupo Gestor (BRASIL, 2008). A ação símbolo do projeto “Destinos Referência em Ecoturismo” foi a elaboração do Mapa do Ecoturismo de Santarém e Belterra, no qual são apresentados os atrativos turísticos naturais, serviços e informações úteis ao ecoturista. O destino foi definido nesse plano como Tapajós, abrangendo áreas dos municípios de Santarém e Belterra, em virtude da localização dos diversos atrativos existentes (Mapa 17).

Apesar de apresentar uma condição em termos de estrutura, concentração de atrativos, movimentação turística e capacidade institucional instalada, a escolha de Santarém como destino preferencial também foi uma decisão política associada ao quantitativo de empresas atuantes no local. Ainda na ocasião da definição dos 65 destinos indutores, o Mtur, a FGV e o SEBRAE elaboraram o Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Turismo Regional com o objetivo de realizar um diagnóstico, a fim de estabelecer os níveis de competitividade turística de cada destino e permitir que, gradualmente, cada um pudesse oferecer produtos e serviços de melhor qualidade a turistas nacionais e estrangeiros (NOBREGA, 2012). Desde então, assim como em outros destinos turísticos brasileiros, é medido anualmente o índice de competitividade do turismo do destino Santarém. No Estado do Pará, apenas a capital Belém e o município de Santarém estão incluídos nesta ação (SANTARÉM, 2016).

O fomento ao ecoturismo na Amazônia já vem sendo foco de ações governamentais desde planos como os PDAs e os PTAs, e especialmente com o PROECOTUR (NOBREGA, 2012; TODESCO, 2015), através dos estudos e investimentos em infraestrutura para apoiar o ecoturismo nos 15 polos selecionados, como o Polo Tapajós do qual Santarém faz parte. Esse cenário, de certa forma, contribuiu para que o município fosse escolhido como “Destino Referência em Ecoturismo”, dentro do contexto do PRT.

No Brasil, o destino nº 1 para o mercado internacional é Manaus e para o mercado doméstico é Belém. Santarém, neste sentido, capta um volume bem menor. Dada a esta realidade, o “Plano de Marketing Destino Referência em Ecoturismo” foi elaborado propondo primeiramente o fortalecimento da estrutura da oferta e da consolidação da identidade com resgate da vocação do Destino Tapajós/Santarém, como um “lugar de encontros”, um “mosaico de experiências” (BRASIL, 2011):

O Projeto Fortalecimento do Destino Referência em Ecoturismo – Santarém/PA reúne diversas ações cujo principal objetivo é fortalecer a cadeia produtiva do ecoturismo local, tendo como base o Planejamento Estratégico já desenvolvido no destino. O Planejamento Estratégico apontou a necessidade de se estruturar um plano voltado para apoiar o destino em suas ações de promoção e comercialização. A visão é de alavancar o processo de desenvolvimento de Santarém como “Destino Referência em Ecoturismo” e com foco no desenvolvimento de estratégias de marketing compatíveis com o mercado que se deseja alcançar. Nesse sentido, faz-se imprescindível a concepção de um Plano de Marketing que servirá como ferramenta referência para os atores locais, dando-lhes subsídios para o desenvolvimento de ações de promoção e comercialização voltadas ao mercado nacional e internacional. (BRASIL, 2011. p. 10).

Assim como o “Plano de Marketing Destino Referência em Ecoturismo”, que busca consolidar o segmento do ecoturismo, outras ações de planejamento passaram a se articular para esse fim, como ocorre atualmente com o PRODETUR, que, tomando por base as diretrizes e ações implementadas pelo PRT, foi criado com o objetivo de financiar programas das diferentes regiões brasileiras através da captação de recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Atrelado ao PRODETUR está PDITS, que funciona como um instrumento técnico para gestão, coordenação e condução das decisões da política turística. No Estado do Pará, orientado por um Termo de Referência, o PDITS foi elaborado abrangendo os municípios integrantes do Pólo Belém (Belém e as Ilhas de Mosqueiro, Caratateua ou Outeiro, Cotijuba e Combu), Pólo Tapajós (Santarém e Belterra) e Pólo Marajó (Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras) (PARÁ, 2010).

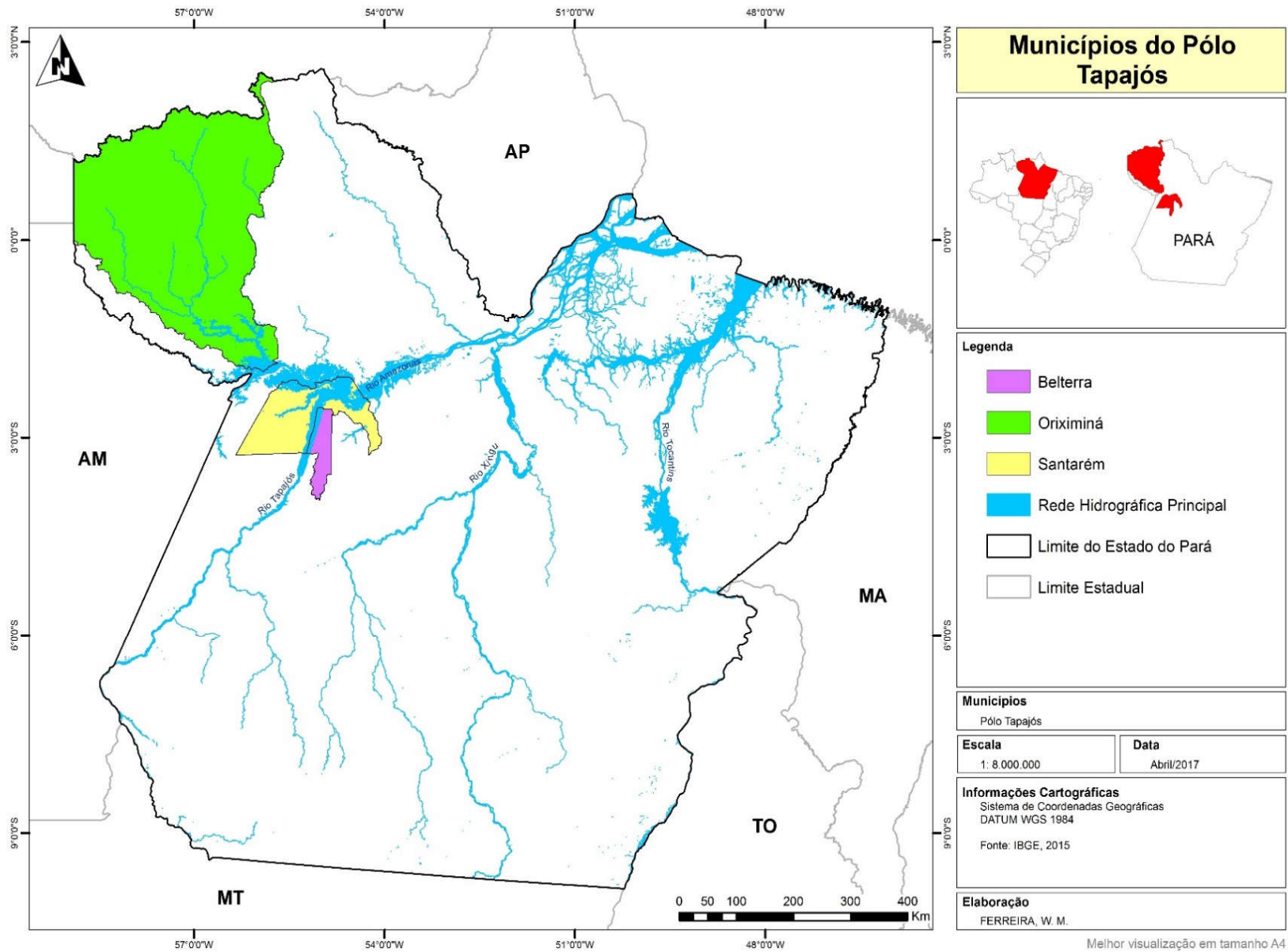
Contudo, apesar de ser incluído no programa desde 2010, os investimentos ainda não foram liberados, segundo ressaltado nas entrevistas com representantes do poder público local:

[...] a gente está inserido no PRODETUR. Inclusive nos temos uma planilha de investimentos pra Santarém, que foi até atualizada ano passado, foi enviado isso, inclusive dentre as ações previstas pro PRODETUR, que seria a construção do Centro de Convenções, e que pela demora do recurso parece que o governo do estado vai reassumir isso [...]. Todo o tempo a gente tá em busca de informações junto às organizações para saber como está esse recurso [...] (Entrevistada: Funcionária Pública Municipal da Área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

Apesar de o Polo Tapajós ser formado por vários municípios, apenas Santarém e Belterra, foram selecionados como Áreas Turísticas (ATs) no PRODETUR. A escolha deve-se a ações já estabelecidas pelo PRT, que definiu os três roteiros internacionais no Estado do Pará. De acordo com o Gestor Público Estadual na Área de Turismo:

Os municípios que vão ser contemplados no PRODETUR, eles estão dentro do Mapa do Turismo do governo federal, já fazem parte do PRT, todos eles, Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, Belém e as ilhas de Belém e Belterra e Santarém, que são lá do Tapajós. Ele já tem esse olhar regional, o PRODETUR, ele está numa fase, já está na beira de ser liberado o recurso, é uma questão assim, documental mesmo [...]. Na verdade, no PRODETUR, tu apresenta uma Carta Consulta, aí eles vão de pedir a primeira coisa, o PDITS, aí tu tem o PDITS, se não tiver tu tem que fazer o PDITS [...]. (Entrevistado: Gestor Público Estadual na Área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em março de 2016).

O “espaço turístico” no Estado do Pará passa a ser configurado a partir da estruturação em 6 polos de desenvolvimento. O Polo Tapajós compreende os seguintes municípios: Belterra, Santarém, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Oriximiná (Mapa 18). A regionalização em polos surgiu na década de 1990 em sintonia com as diretrizes do PNMT e do PROECOTUR. Em 2001, quando foi lançado o primeiro Plano de Turismo do Estado, a política dos polos regionais de desenvolvimento do turismo foi consolidada e em seguida ratificada em âmbito nacional pelo Programa de Regionalização do MTUR e pelo segundo plano de turismo estadual, o Plano Ver o Pará, elaborado em 2011.



Mapa 18 - Municípios do Polo Tapajós.
Fonte: Ferreira (2017).

De acordo com Gestor Público Estadual na Área de Turismo, o plano atual tem como um dos principais objetivos, trabalhar o fortalecimento da gestão nos municípios:

A gente tem um Plano que ele vai até 2020, que ele trabalha na ótica de 23 municípios, [...], então, foi um planejamento em 2011, mas só que hoje a gente já mudou um pouco essa ótica, a gente começa a abrir o horizonte de inserção dos outros municípios. Como a gente trabalha com política, a gente faz a pavimentação desse processo todo aí, o plano é muito focado num produto, mas pra que você tenha produtos turísticos você precisa ter uma base de sustentação dessa história toda, e as políticas, elas vem muito nessa lógica aí e qual é o trabalho. Porque assim, o Estado do Pará já vem a mais de 30 anos trabalhando a questão do turismo, mas assim, sempre a PARATUR ela focou nessa história da promoção, que é trazer o turista pra dentro do Estado e quando surge a secretaria [SETUR], a gente começa a trabalhar essa parte do desenvolvimento, o turismo enquanto atividade econômica e atividade de desenvolvimento [...] (Entrevistado: Gestor Público Estadual na Área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em março de 2016).

O Pólo Tapajós foi priorizado, ao lado dos Pólos Belém e Pólo Marajó. Isso significa que essas regiões têm seus produtos turísticos privilegiados na promoção e que os municípios deverão concentrar a destinação dos investimentos para a qualificação, estruturação e diversificação da oferta turística, inclusive aqueles previstos na matriz de investimentos do PRODETUR (SANTARÉM, 2014). Assim, a partir dos investimentos feitos no Pólo Tapajós, destaca-se que a maioria se refere à Santarém, conforme ressaltado,

No âmbito do Polo Tapajós, Santarém, com uma carteira de repasse da ordem de R\$ 23,1 milhões, foi o segundo município paraense com maior volume de recursos obtidos via MTUR. Tal montante corresponde a cerca de 75% do valor total do Polo, sendo destinado à revitalização do mercado municipal, urbanização do Parque Vera Paz, construção da Orla da grande área do Maracanã, construção do Centro Público do Artesão, entre outros. Destaca-se também o volume de R\$ 3,1 milhões para Monte Alegre, destinados à reforma de praças, pavimentação asfáltica e outras construções de infraestrutura com espaços de cultura, lazer e alimentação (PARA, 2016, p. 50).

No entanto, as ações resultantes das parcerias com o governo do Estado para o turismo são visualizadas com menos efeito como ressaltado,

[...] as parcerias [com o governo estadual] geralmente ocorrem através da pesquisa que eles trabalham aqui em Santarém, inclusive todo o ano desde de 2013 eles realizam um seminário de divulgação desses dados estatísticos sobre a evolução do setor hoteleiro de Santarém e Alter do chão, [...] e tem a parceria através da realização, por exemplo, na construção do plano estratégico, mas é mais nesse sentido, essas ações são mais recentes [...]. Assim, elas, tem, por exemplo, a questão, uma das ações que é o CADASTUR, digamos assim, que o cadastro nacional feito pelo Ministério do Turismo, tem uma atuação assim, e eles fazem esse cadastro, são mais para gente conseguir cursos de qualificação, também, que esse ano nós não tivemos nenhum curso, mais até o ano passado nos tivemos, acho que até esse ano ela tem dois cursos de qualificação feito, em parceria com o governo do estado (Entrevistada: Funcionária Pública Municipal da área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

Em relação ao governo estadual eu não percebo muita participação do governo aqui nas ações, eu vejo assim: quando a gente teve alguma ação do governo foi a partir do governo federal, a partir daquela política dos destinos indutores em que o governo estadual foi inserido pra poder chegarem aqui no municipal, mas o governo estadual diretamente com suas ações, aqui no município, eu não percebo uma atuação mais presente, mais atuante realmente, acho que deixa a desejar. (Entrevistada: representante Conselho de Turismo relacionada à Área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

Paralelamente ao que vem sendo proposto e/ou implementado por outros programas e planos, em nível federal e estadual para o desenvolvimento do turismo em Santarém, o governo local também vem incentivando o turismo no âmbito da administração municipal. As primeiras referências nesse sentido são encontradas na Lei Orgânica e no Plano Diretor, que destacam a relevância do turismo como setor econômico (Quadro 14).

Estão inseridas nesse contexto medidas tais como: estudos de oferta, criação de Decretos-Lei (criação da Secretaria de Turismo, definição da Política Municipal de Turismo, do Conselho e Fundo Municipal de Turismo), assim como a definição de diretrizes e objetivos mais recentes para o setor, que estão contidos no “Plano Encontro” (Plano Estratégico de Turismo que inclui também o município de Belterra). Assim, estratégias, objetivos, metas e ações foram definidas com a finalidade de promover e incrementar o turismo, que passou a fazer parte da estrutura administrativa através de órgão competente.

Quadro 14 - Documentos relacionados ao incremento do turismo em Santarém

DOCUMENTO	AUTOR/ ANO	ÂMBITO DE GOVERNO	OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS	OBSERVAÇÕES
Lei Orgânica do Município	PMS/1990	Municipal	Promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, adotando uma política que proporcione amplas condições para o incremento do setor, compatibilizando a exploração dos recursos turísticos com a preservação dos ecossistemas e com a proteção do patrimônio ecológico e histórico-cultural do município observada as seguintes diretrizes e ações: criação de infraestrutura física e econômica para o gerenciamento do setor; regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico; apoio a programas de orientação e divulgação do turismo e ao desenvolvimento de projetos turísticos do Município; incentivo ao turismo para a população, através de eventos culturais e estímulo à produção artesanal.	O documento trata sobre a necessidade de legislar sobre o turismo, apontando a atividade como fator de desenvolvimento social e econômico para o município.
Plano Diretor	PMS/2006	Municipal	São diretrizes para o desenvolvimento do setor turístico no Município de Santarém: I – desenvolvimento de política estratégica de programas e projetos prioritários em consonância com as políticas federal e estadual de fomento ao turismo; II – formação de parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e a comunidade para a formulação e gestão da política municipal do turismo; III – criação e execução de programas de fomento ao Polo Tapajós de Turismo; IV – integração das potencialidades naturais, culturais e do patrimônio histórico e arqueológico às políticas de desenvolvimento do turismo; V – formação e capacitação de recursos humanos;	A Política de Desenvolvimento Econômico e Social, estruturada para os setores da agropecuária, comércio e serviços, indústria, turismo, extrativismo e pesca, tendo como diretrizes para o desenvolvimento do setor turístico no Município de Santarém.

			VI – proteção do meio ambiente; VII - desenvolver as principais aptidões turísticas do município, tais como os turismos: ecológico, rural, de eventos, de negócios, religioso, comunitário, científico e o turismo cultural; VIII – desenvolver e aprimorar a infraestrutura para o turismo em Santarém, podendo o Poder Público realizar parcerias com a iniciativa privada.	
Lei no 18.515/2010 – Criação do Conselho de Turismo	PMS/2010	Municipal	I – propor ao poder Executivo as diretrizes básicas da política municipal de turismo; II - apresentar medidas ou atos regulamentares referentes à exploração de serviços turísticos do município; III - emitir pareceres à Câmara Municipal, quando solicitado, sobre questões relativas ao turismo; IV- apresentar ao Poder Executivo formas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo e emitir parecer, quando solicitado pelo Executivo, relativo a financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento indústria turística; V - formular e promover políticas públicas e incentivar, coordenar e assessorar programas, projeto e ações em todos os níveis da administração, visando o desenvolvimento da atividade turística; VI - estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de prover a infraestrutura adequada à implantação e o desenvolvimento do turismo; VII - manter conjuntamente com a Secretaria Municipal de Turismo, cadastro atualizado de informações turísticas de interesse do Município; VIII – colaborar na elaboração do calendário turístico do Município; IX – indicar representantes para integrarem delegações municipais a congressos, convenções, reuniões ou outros acontecimentos que ofereçam interesse para o implemento turístico do município; X - opinar sobre a celebração de convênios com outros entes federativos, ou sugeri-los, quando for o caso, com o objetivo de proceder intercâmbios de interesse turístico; XI – propor projetos de difusão das potencialidades turísticas municipais; XII - apreciar proposta de criação de organismos que tenham como	Órgão colegiado de composição paritária entre o poder público e a sociedade civil, com função consultiva, normativa, fiscalizadora e deliberativa. Tem por objetivo assegurar o Poder Executivo nas questões referentes ao desenvolvimento turístico do município, orientando, promovendo sua difusão e o incentivo turístico como fator de crescimento sustentável, social, econômico e ambiental.

			finalidade estimular turismo e a formação de pessoal habilitado para o exercício de atividades ligadas ao turismo; XIII - promover a integração do Município ao Plano de Regionalização do Turismo; XIV - elaborar e aprovar a regulamentação do Fundo Municipal de Turismo; XV - deliberar e fiscalizar a movimentação orçamentária do Fundo Municipal de Turismo, bem como apreciando a prestação de contas anual apresentada por referido Fundo; XVI – elaborar e aprovar seu Regimento Interno. XVII – formular a plano Diretor de Turismo; XVIII – toda a decisão voltada ao desenvolvimento do Turismo deve ser discutida e aprovada pelo Conselho;	
Lei Nº 19.611 (28/07/2014 – Política Municipal de Turismo)	PMS/2014	Municipal	I- Promover a capacitação, qualificação, especialização e aperfeiçoamento dos profissionais do segmento turístico; II- Apoiar programas estratégicos de captação d eventos e a realização de feiras, exposição de negócios e viagens de incentivo, tais como: missões técnicas, congressos, eventos regionais, nacionais e internacionais, viagens de “benchmarking”, entre outros; III- Propor e analisar estratégias e apoiar iniciativas de promoção e divulgação do destino com a finalidade de incrementar o afluxo de turistas nacionais e internacionais no município; IV - Apoiar a cadeia produtiva do turismo no desenvolvimento e comercialização de novos produtos turísticos e fortalecimento de produtos consolidados e estimular sua constante profissionalização; V- Propor a criação de empreendimentos destinados à atividades de expressão cultural, de animação turística, entretenimento e lazer e de outros equipamentos com capacidade de retenção e prolongamento do tempo de permanência dos turistas no município; VI - Apoiar o desenvolvimento e ordenar os diversos segmentos turísticos com ações de fiscalização e fortalecimento institucional considerando as ações propostas no plano de marketing do município; VII - Incentivar a criação e disseminação de campanhas promocionais direcionadas ao público interno, no sentido de incentivar a visitação da população local aos atrativos turísticos do município; XVIII - Fomentar a competitividade do destino por meio da infraestrutura turística, da certificação de empresas e prestadores de serviços turísticos e estímulo a participação de todos os atores envolvidos no desenvolvimento do turismo; IX - Preservar a identidade e o patrimônio cultural e ambiental do município; X -	A política municipal de turismo compreende todas as iniciativas, ligadas à atividade turística, originárias pelo setor público e privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse par o desenvolvimento econômico, social, cultural e turístico do município.

			Estabelecer diretrizes para um trabalho integrado entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada com objetivo de viabilizar infraestrutura adequada para o desenvolvimento da atividade turística; XI -Apoiar as iniciativas de formação do setor privado com políticas e programas de incentivo; XII - Propiciar a prática do turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como vetor de educação e interpretação ambiental e incentivar a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural.	
Plano Estratégico de Turismo	PMS/SETUR/2014	Microrregional	I – Fomentar o desenvolvimento sustentável do turismo na região, coerente com a Visão 2025, por meio de incentivos à adoção de soluções ambientalmente corretas aplicáveis à cadeia produtiva do segmento e de práticas que favoreceram a inclusão social, garantam a proteção de adolescentes e crianças e estimulem a conservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural; II – Ampliar, diversificar e qualificar a oferta turística da região, pela estruturação de produtos e atividades turísticas e pela melhoria das instalações dos equipamentos e serviços turísticos compatíveis com o turismo de natureza (sustentabilidade e especificidades da demanda); III- Fomentar o desenvolvimento de oferta complementar e associada ao turismo, principalmente ligada à gastronomia típica e ao artesanato local, mantendo a identidade e valores culturais que os caracterizem; IV- Implantar um sistema de monitoramento turístico que seja capaz de produzir dados, séries estatísticas e indicadores para medir o crescimento do setor de turismo, verificar os resultados das metas e também controlar os impactos gerados pela atividade; V- Criar e consolidar a nova identidade turística própria e específica para o Tapajós, diferenciada de outros destinos da Amazônia; VI – Efetivar o trabalho de promoção nos mercados selecionados, focalizando os mercados geográficos que já comercializam o destino Pará e que apresentam o maior interesse em ofertas de natureza; VII- Aumentar a presença do destino na oferta do trade nacional e internacional que já vendem a Amazônia brasileira.	A consolidação como destino turístico da Amazônia baseado em um modelo de desenvolvimento sustentável e caracterizado pelas ofertas de turismo de natureza.

Fonte: Elaborado a partir de Santarém (1990, 2006, 2010, 2014).

A gestão do turismo foi iniciada em 1996, com a criação da Coordenadoria Municipal de Turismo de Santarém (COMTUR), definida pela Lei Municipal nº 15.888/96. Com a Lei Municipal nº 16.854/2000 passa a denominar-se Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santarém (SANTUR). Somente em 2005 passou a ser uma secretaria, recebendo a denominação de Secretaria Municipal de Turismo e Integração Regional (SEMTUR). Em 2013, volta a ser uma Coordenadoria vinculada ao Gabinete do Prefeito. No ano de 2015, a Lei nº 19.672/2015 alterou novamente a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal, sendo a SEMTUR integrada ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IDS), passando a ser Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo – (SEMDETUR). Em 2016 a Lei Nº 19.994 de 08 de abril, com nova alteração, a SEMDETUR absorve a Secretaria Municipal de Planejamento e torna-se a Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Turismo (SANTARÉM, 2016) (Figura 52).



Figura 52 - Evolução do órgão de turismo de Santarém
Fonte: Santarém (2014).

A junção do turismo com o planejamento e o desenvolvimento, demonstra a importância da visão integrada relacionada ao turismo no município, como destacado:

É uma secretaria de suma importância pra região visto que estão agregados três eixos importantes: desenvolvimento, planejamento e turismo. O turismo ele passa por processos importantes, uma é o planejamento e a outra a questão de desenvolvimento dele, ele se beneficia através dessas duas secretarias, então, você abre o planejamento, por isso surgiu o plano estratégico de turismo pra que daqui a dez anos você possa exatamente acompanhar e ver todas essas questões que estão lá

dentro, você vai ter que priorizar porque foi feita pesquisa pela empresa, que foi contratada pelo município, que ela mostrou na pesquisa o que era que o turista queria e o que poderia também ainda ser explorado, o que deveria ser melhorado, seja na questão de infraestrutura, seja na questão de capacitação, então, a secretaria de planejamento vem ajudar nessa questão [...] (Entrevistada: Gestora Pública Municipal na Área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

Contudo, essa visão não é compartilhada pela Presidente do Conselho de Turismo:

Você tem uma secretária de turismo que é da área, que conhece toda dinâmica do mercado, é empreendedora turística, fica por 2 anos [aí] tira e coloca uma pessoa política, extremamente política, aí como eu vou dizer que a gestão atual está realmente priorizando o turismo. A gestão atual não está priorizando o turismo porque eu encaminhei uma correspondência para o prefeito, dizendo, solicitando os encaminhamentos para a reformulação da lei e solicitando que o prefeito convença os seus secretários a participar das reuniões do turismo, porque são importantes as discussões da cultura, da infraestrutura, do meio ambiente dentro do conselho, a gente não pode tomar uma decisão sem o gestor de estas secretarias estarem presentes, nada, não foi um secretário, então pra mim é assim: uma gestão que fala em priorizar, todos eles dizem em campanha que vão priorizar o turismo, que o turismo é a alavanca do desenvolvimento da região e tudo mais, mas na hora mesmo poucas ações são feitas. O desenvolvimento do turismo não passa somente por um terminal ou por um aeroporto melhor, ela passa por pequenas ações do dia a dia que precisam estar em constante monitoramento pra que realmente as coisas comecem a engrenar, começa por isso... e são essas pequenas coisas, falta muito ainda aqui, então essas engrenagens, elas precisam estar mais próximas, por exemplo, quando tem um secretário de cultura, ele tem que estar aberto a coisas que não são especificamente a cultura, a saber que o papel dele dentro do turismo é tão importante quanto a do próprio secretário de turismo [...]. (Entrevistada: representante Conselho de Turismo relacionada à Área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

A partir de 2010, a gestão do turismo em Santarém passou a ser compartilhada com a criação do Conselho de Turismo. Contudo, apesar de ser colocada a necessidade desse instrumento, há, por parte de muitos representantes, um descaso, como relatado:

[...] eu coloquei muito que é superimportante estar a secretaria de cultura, a secretaria de meio ambiente no conselho, mas não participam, não vão pra reunião, a secretaria de infraestrutura não vai pra reunião, a secretaria de planejamento não vai pra reunião. Então, pra que eu tenho tantas secretarias municipais dentro de um conselho, se não vão pra reunião [...], o que adianta eu manter essas duas secretarias se elas não aparecem e não vão aparecer. O secretário [diz]: eu me comprometo, que eu vou trazer, ele saiu e nunca, nenhuma foi, não foram, porque? Porque a visão da cultura é a visão da cultura, a visão do meio ambiente é a visão do meio ambiente. Turismo tem uma visão de que a cultura é essencial, de que o meio ambiente é essencial, infraestrutura é essencial, mas eles não vêm. O secretário de meio ambiente é meu amigo e eu já falei na cara dele, tu tens que mandar um representante, se tu não podes participar, manda um representante, e não manda, porque? Porque não é prioridade, porque não é prioridade pra secretaria de meio ambiente o turismo, porque não é prioridade pra secretaria de cultura o turismo [...] (Entrevistada: representante Conselho de Turismo. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

No sentido de promover ações para o incremento do turismo, a Prefeitura Municipal de Santarém, através da SEMDETUR, em parceria com a SETUR, lançou no dia 25 de junho

de 2015 o Plano Estratégico de Turismo de Santarém e Belterra 2015/2025, que prevê programas, projetos e ações de desenvolvimento e marketing para a consolidação do turismo no destino Tapajós.

[...] o plano estratégico, foi uma parceria do governo municipal e o governo do Estado, que na época, ele também teve uma contrapartida. E a mesma empresa que fez o plano do Pará elaborou o de Santarém e Belterra, e aí teve várias instituições, a partir dele foi estabelecida a parceria entre várias instituições para elaboração com algumas instituições. E acho que é isso, foi dessa forma que foi, mas realmente, foi uma articulação muito maior que a antiga secretaria. [...] O plano municipal, ele é contemplado no plano estratégico, eu posso até te passar depois aquele que a gente tem ali na pasta, porque eu digo isso, por que muitas vezes você tem esses planos que chegam né, de cima para baixo, e não consideram os planos que já existem na secretaria, pois é, inclusive como eu te falei, tem aquele plano de Marketing que também tomaram como base aquele plano que... Eles levaram muita conversa com os técnicos da própria secretaria na época [...] (Entrevistada: Funcionária Pública Municipal da Área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

A consolidação como destino turístico da Amazônia, baseado em um modelo de desenvolvimento sustentável e caracterizado pelas ofertas de turismo de natureza, tem como objetivos: a) implantar um sistema de monitoramento turístico; b) criar e consolidar a nova identidade turística própria e específica para o Tapajós, diferenciada de outros destinos da Amazônia; c) fomentar o desenvolvimento sustentável do turismo na região, ampliar, diversificar e qualificar a oferta turística da região, d) fomentar o desenvolvimento de oferta complementar e associada ao turismo, principalmente ligada à gastronomia típica e ao artesanato local, mantendo a identidade e valores culturais que os caracterizam; e) efetivar o trabalho de promoção nos mercados selecionados; f) aumentar a presença do destino Tapajós na oferta do trade nacional e internacional (SANTARÉM, 2014).

O plano se estrutura em 3 fases complementares. Fase I - foi realizado um diagnóstico completo da situação atual do turismo em Santarém e Belterra, como fundamento para identificar as oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos para o desenvolvimento do setor na região; Fase II - Texto sobre a estratégia, destaque para a visão 2015, objetivos e metas. A estratégia: o que queremos ser como destino turístico; Fase III - Texto sobre os planos operacionais e infográfico com os projetos de desenvolvimento em andamento. A Estratégia do plano se concretiza em dois conteúdos operacionais específicos e complementares (Plano Operacional de Desenvolvimento e Plano Operacional de Marketing) (SANTARÉM, 2014)

Foram selecionados os mercados geográficos que devem ser priorizados nas ações de marketing do destino Tapajós. Para a seleção e o agrupamento dos mercados foi considerada uma combinação de elementos-chave, tais como: proximidade, conectividade aérea, perfil da

população, motivação e interesse potencial na Amazônia Brasileira. Foi elaborado o portfólio de produtos por mercado, em que se expressam as prioridades de atuação promocional nos mercados em uma escala de 1 a 3 estrelas, sendo 1 estrela a mínima prioridade e 3 estrelas a máxima prioridade (SANTARÉM, 2014) (Quadro 15).

Quadro 15 - Mercados Geográficos Priorizados no Plano Encontro

MERCADOS EMISSORES	ECOTURISMO	ESPORTE E NATUREZA	SOL E PRAIA	TURISMO CULTURAL	MICE
ESTADOS DO PARÁ	*	*	**	***	***
ESTADOS VIZINHOS	-	*	**	***	***
REGIÃO CENTRO OESTE	*	*	**	*	***
REGIÃO NORDESTE	*	*	*	-	*
REGIÃO SUDESTE	***	**	***	*	*
REGIÃO SUL	***	**	***	*	-
PORTUGAL	**	*	***	*	-
FRANÇA	***	**	***	*	-
INGLATERRA	***	**	***	*	-
ALEMANHA	***	**	***	*	-
AMÉRICA DO NORTE	***	**	***	*	-
AMÉRICA DO SUL	**	*	**	-	-

Fonte: Elaborado a partir de Santarém (2014).

A partir dos diversos programas e planos criados para impulsionar o turismo na Amazônia, o município de Santarém foi inserido diretamente destacando-se como um destino voltado para a prática do ecoturismo, inclusive com a intenção de torná-lo competitivo em âmbito nacional e internacional. Entretanto, de acordo com Nobrega (2012), na prática, o turismo ainda se restringe a algumas ações muito pontuais, que são traduzidas em eventos culturais e turísticos associados ao verão amazônico – julho a novembro, com destaque principalmente para o festival do Sairé em Alter do Chão (NOBREGA, 2012). Ainda assim acreditamos que é necessária a compreensão dos contextos e processos no qual estão inseridas

as políticas públicas concebidas para o turismo em Santarém, as repercussões provocadas, as características sociogeográficas, além da questão dos agentes sociais incididos pelas políticas.

4.5 CAMETÁ E SANTARÉM EM RELAÇÃO AOS POTENCIAIS TURÍSTICOS E À INSERÇÃO NAS POLÍTICAS DE TURISMO: SÍNTESE COMPARATIVA

Os potenciais sociogeográficos, em nossa análise sobre os municípios de Cametá e Santarém, se referem aos elementos constituintes do espaço geográfico apropriados para o incremento do turismo. A partir do entendimento de que o espaço social, é relacional, construído historicamente (LEFEBVRE, 2006; SANTOS, M., 2004; HARVEY, 2012) e, não apenas o suporte no qual estão localizados os atrativos turísticos, consideramos os processos, juntamente com os formas, funções e estruturas, que estão relacionados ao turismo nos municípios pesquisados. É nesse contexto que semelhanças e diferenças são verificadas quando são comparados os potenciais, produtos e recursos para o turismo, além da inserção nas principais políticas de turismo planejadas e implementadas nos diferentes níveis de governo (Quadro 16).

Nestes termos, em relação ao turismo nos Municípios de Cametá e Santarém, verifica-se uma semelhança quanto à presença da atividade como possibilidade de desenvolvimento ou complemento da economia. A diferença se dá no contexto que os mesmos são inseridos nos principais programas e planos de turismo. Esse processo em Cametá ocorre a partir dos anos 2000. Já em Santarém desde a década de 1970, com o PTA, o município é selecionado como um dos polos de ecoturismo na Amazônia.

Em relação aos potenciais, há no geral uma semelhança entre os municípios, já que são parte do mesmo processo de formação do espaço regional amazônico, tendo assim, aspectos similares do ponto de vista dos elementos naturais e socioeconômicos. Assim, entre seus atrativos, produtos e potenciais destacam-se rios, ilhas, praias, além de manifestações culturais e rugosidades espaciais como herança de sua formação histórico-geográfica, visualizada no patrimônio histórico e arquitetônico existente nos municípios.

Como diferença, em Cametá, os atrativos culturais são mais utilizados da divulgação turística do município, como o carnaval e o papel de destaque de personalidades cametaenses, no contexto econômico e político na Amazônia colonial e imperial. É nestes termos que se explica denominações como “Cidades dos Notáveis”. Em Santarém, apesar da importância dos atrativos culturais, verifica-se que os aspectos ligados à natureza são mais evidenciados, como os rios (encontro dos rios Tapajós e Amazonas) e praias (como a de Alter do Chão).

Ainda em relação às diferenças, em Cametá o principal atrativo é o carnaval, considerado como um dos mais famosos no estado. Em Santarém o principal atrativo é a praia de Alter do Chão, considerada o “caribe brasileiro”.

Nos dois municípios existe uma variedade de potências, por exemplo, em relação a presença de comunidades tradicionais (ribeirinhas, quilombolas). Tanto em Cametá quanto em Santarém existe uma infraestrutura turística (infraestrutura de acesso, infraestrutura básica urbana, equipamentos turísticos, equipamentos de apoio), que é apropriada pelo turismo (Quadro 17). Contudo, em Santarém essa infraestrutura está mais presente, principalmente pela sua maior inserção nos programas e planos de turismo, que resultou na instalação de infraestruturas e equipamentos, como a reestruturação da orla fluvial, o Terminal Fluvial Turístico, o Centro de Atendimento ao Turista, ampliação do aeroporto, dentre outros. Isso também se explica pelo fato de ser uma cidade média, exercendo uma centralidade econômica e política, no Oeste do Pará.

No que concerne às políticas públicas de turismo, Cametá e Santarém são considerados municípios turísticos ou prioritários para o desenvolvimento do turismo, recebendo inclusive selos e títulos. Nesse contexto, como rebatimentos locais das políticas federais, foram criados Conselhos de Turismo (no contexto do PNMT), além de roteiros regionalizados (no contexto do PRT). A diferença está no processo de inserção dos municípios, pois, nesse caso, Santarém foi muito mais integrada nos programas e planos elaborados;

Em relação ao Estado do Pará, os municípios integram polos regionalizados do Estado, Cametá, do Polo Araguaia Tocantins, e Santarém, do Polo Tapajós. Contudo, como o Polo Tapajós, juntamente com os Polos Belém e Marajó são prioritários no planejamento estratégico do governo do estado, há um maior destaque de Santarém, que é a cidade-sede do Polo Tapajós;

No “Plano Ver o Pará” (plano de desenvolvimento do turismo do governo do estado) os principais atrativos do município de Cametá são classificados como Produtos “A” e “B”. E os atrativos de Santarém são classificados como Produtos “Estrela”, “A” e “B” (Quadro 18).

O turismo está presente na estrutura do governo em Cametá como um Departamento, compondo, juntamente com a Cultura e o Desporto a estrutura da SECULTD. As ações do governo municipal são mais pontuais, especialmente em eventos culturais e religiosos. Além disso, não existe um plano municipal de turismo, apenas planos de ordenamento municipal (Plano Diretor) e microrregional (PPDJUS), que indicam o turismo como atividade econômica potencial (ecoturismo e turismo cultural).

Do mesmo modo, em Santarém, o turismo está presente na estrutura do governo compondo, juntamente com o Planejamento e Desenvolvimento a estrutura da SEMDETUR. As ações para o turismo são mais presentes, especialmente por conta da inserção do município nas políticas estaduais e federais.

Em 2014, foi elaborado através da SEMDETUR, em parceria com o governo do estado, o Plano de Desenvolvimento do Turismo de Santarém e Belterra, denominado de “Plano Encontro”. Além disso, foi criado o Observatório de Turismo pela SEMDETUR, e o turismo no município é anualmente avaliado através das pesquisas do Índice de Competividade dos Destinos Indutores do PRT.

Quadro 16 - Comparativo entre Cametá e Santarém em relação aos potenciais para o turismo e inserção nos programas, planos e projetos

Dimensões	Elementos de análise	Potencial sociogeográfico e inserção nas políticas públicas de turismo	
		Semelhanças	Diferenças
Potencial turístico	Atrativos (naturais e culturais); Infraestrutura, equipamentos e serviços	- Potenciais ligados à formação histórico-geográfica, na relação sociedade-natureza (espaços ribeirinhos da Amazônia); - São municípios turísticos pela existência de atrativos naturais e culturais, além de infraestruturas, equipamentos e serviços (espaços turísticos); - Os atrativos naturais: praias, rios, igarapés, florestas, lagos; - Atrativos Culturais: patrimônio histórico-arquitetônico, festividades religiosas, ritmos, danças, gastronomia, artesanato, entre outras; - Rugosidades espaciais: o patrimônio histórico nacional; - Eventos culturais utilizados como principais atrativos; - Fluxos turísticos sazonais; - Presença do turismo sol e praia; - Potenciais para o turismo presente nas comunidades tradicionais (ribeirinhas, quilombolas); - Existência de infraestruturas urbana e turísticas;	- Em Cametá a propaganda turística está relacionada aos atrativos culturais (carnaval e patrimônio histórico); - “Cidades dos Notáveis”; - Em Santarém a propaganda turística está relacionada aos atrativos ligados à natureza (praias e encontro das águas); - “Pérola do Tapajós” e “Caribe brasileiro” - Em Cametá o principal atrativo é o carnaval; - Em Santarém o principal atrativo é a praia de Alter do Chão; - Em Cametá existem potenciais atrativos nas comunidades ribeirinhas (ilhas, várzeas e barrancos), além de vilas e comunidades quilombolas; - Em Santarém existem potenciais para o turismo nas comunidades tradicionais (Reservas Extrativistas); - Em Cametá, apesar de existirem infraestruturas para o apoio do turismo, verifica-se uma insuficiência em relação aos equipamentos e serviços turísticos; - Em Santarém, pelo seu papel de centralidade sub-regional mais consolidado, e inserção direta nas políticas de turismo, existe uma maior infraestrutura instalada, além de equipamentos e serviços turísticos;
Políticas públicas de turismo	Políticas Federais Políticas Estaduais Políticas municipais	- Os municípios de Cametá e Santarém estão presentes nas políticas planejadas e implementadas na Amazônia; - Os programas federais (PNMT e PRT) tem rebatimentos em Cametá e Santarém, que são considerados com municípios turísticos; - Foram criados nos municípios Conselhos de Turismo (no contexto do PNMT); - Os municípios fazem parte de roteiros regionalizados	- Cametá está inserido de forma indireta nas políticas federais (PNMT PRT), tendo como ações efetivas a indicação de município prioritário para o desenvolvimento do turismo em 2000, o processo de criação do conselho de turismo e a inserção na Rota do Grande Lago em 2009, dentro do contexto de roteirização do PRT; - Santarém está mais diretamente inserido nas políticas

		(planejados no contexto do processo de roteirização do PRT); - Os municípios estão incluídos nos polos de turismo do Estado do Pará; - O turismo é vislumbrado como possibilidade de desenvolvimento ou complementação da economia local; - O turismo está presente na estrutura administrativa dos governos municipais;	federais de âmbito nacional (PNMT e PRT) e regionais (PTA e PROECOTUR): sede do polo de ecoturismo no PTA e PROECOTUR, Destino Indutor e Destino Prioritário para o Ecoturismo, no PRT e PRODETUR NACIONAL; - Existem infraestruturas e equipamentos resultantes dos investimentos realizados através desses programas, a exemplo de reestruturação da orla fluvial, Centro de Atendimento ao Turista, ampliação do Aeroporto etc. - Em relação as políticas estaduais, Cametá faz parte do Polo Araguaia Tocantins. Contudo, as ações são pontuais e incipientes no município, resumindo-se a capacitações e apoio no estudo de oferta; - Os principais atrativos do município são classificados como Produtos “A” e “B” no Plano Ver o Pará”, do governo do estado; - Santarém farte do Polo Tapajós, um dos Polos prioritários no Estado, juntamente com os Polos Belém e Marajó; - Santarém é sede do Polo Tapajós e o segundo município do Estado que mais recebe turista; - Os principais atrativos do município são classificados como Produtos “Estrela”, “A” e “B”, no Plano Ver o Pará” do governo do estado; - As ações do governo municipal em Cametá são mais pontuais atuando especialmente em eventos culturais e religiosos. - Não existe um plano municipal de turismo em Cametá, apenas planos de ordenamento municipal (Plano Diretor) e microrregional (PPDJUS), que indicam o turismo como atividade econômica potencial (ecoturismo e turismo cultural); - O turismo está presente na estrutura do governo em Cametá como um Departamento, compondo, juntamente com a Cultura e Desporto (SECULTD); - Em Santarém as ações para o turismo são mais presentes, especialmente por conta da inserção do município nas políticas estaduais e federais; - Na estrutura administrativa do governo municipal em
--	--	---	---

			Santarém o turismo compõe uma secretaria juntamente com o Planejamento e Desenvolvimento (SEMDETUR); - Foi elaborado através da SEMDETUR, em parceria com o governo do estado, o Plano de Desenvolvimento de Santarém e Belterra; - Foi criado o Observatório de Turismo pela SEMDETUR. Além disso, o turismo no município é anualmente pesquisado no Índice de Competividade dos Destinos Indutores do PRT;
--	--	--	---

Fonte: Elaborado a partir de Becker (1990, 2006); Corrêa (1987, 2006); Gonçalves (2001); Pereira (2004); Trindade Jr. (2009, 2015).

Quadro 17 - Infraestrutura turística no município de Cametá e Santarém

ELEMENTOS DA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	DESCRIÇÃO/SÍNTESE	
	CAMETÁ	SANTRÉM
INFRAESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO	<u>1 Serviços Públicos</u> - O serviço de abastecimento de água é realizado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, com uma estrutura de 03 reservatórios com capacidade de 227, 150 e 56 metros cúbicos, respectivamente. - O sistema de energia elétrica é administrado pela Rede Celpa. A subestação que fornece energia elétrica é do próprio Município (Cametá). As localidades com energia elétrica são: Vila do Carmo, Vila de Carapajó, Vila de Juaba, Vacaria, Cametá-Tapera, Mupí, Pacajá, Vila de Joana Coelis, Vila de Areião, Vila de Curuçambaba, Belos Prazeres, Vila do Coco, Umarizal, Vila de Bom Jardim, Vila de São Benedito, Vila de Porto Grande, Cidade de Cametá. - O serviço de limpeza pública é de responsabilidade da Prefeitura, com exceção da remoção do entulho, que está sob a responsabilidade do morador ou inquilino da residência. A taxa de cobertura da coleta do lixo doméstico é de 80% no perímetro urbano, chegando a 50% na zona rural. O lixo da zona urbana é depositado a céu aberto, em uma área de 4.000 metros quadrados, localizada na Estrada do Coco, já o lixo da zona rural é depositado nas imediações das vilas. <u>2 Meios de acesso ao Município</u> A sede municipal é servida pela Rodovia PA-156 que liga Cametá com os municípios de Limoeiro do Ajuru e Tucuruí. A margem direita do território municipal é interceptada pela Rodovia PA-151 que liga Baião a Igarapé-Miri. Dessa rodovia partem rodovias menores que ligam as vilas de Curuçambaba (PA-467), Carapajó (PA-469) e Vila do Carmo do Tocantins (PA-471).	<u>1 Serviços Públicos</u> - Abastecimento de Água - O serviço de abastecimento de Água no Município de Santarém é realizado pela Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA. - Sistema de Esgoto - O saneamento básico é constituído por uma rede de esgoto sanitário numa extensão de 50 km, incompleto, uma vez que não existe o coletor principal, a estação de tratamento e nem emissário. - Serviços de Energia O Serviço de energia elétrica é feito pelas Centrais Elétricas do Pará – CELPA, esta que é a empresa responsável pela distribuição e comercialização dos serviços de energia elétrica no Município, o qual é abastecido pela linha de transmissão da UHE de Tucuruí e pela hidrelétrica de Curuá-Una, com 30,3 megawatts de potência instalada. - Coleta de lixo A coleta do lixo é realizada de forma terceirizada e alcança 100% dos domicílios, comércio da zona urbana e unidades de saúde, e atende ainda a Vila de Alter do Chão e outras comunidades da Região do Eixo Forte, além da região do Planalto. O destino dos resíduos sólidos é o aterro municipal localizado na comunidade de Perema, área do planalto, com capacidade para 200 toneladas/dia. <u>2 Meios de acesso ao Município</u> - Terrestre - O acesso terrestre ao município se dá pelas rodovias: BR – 163 (Rodovia Federal Santarém-Cuiabá), PA-257 (Rodovia Estadual Translago), PA-370 (Rodovia Estadual Santarém/Curuá-Uma, PA-433 e PA-457 (Rodovia Estadual Everaldo Martins) - Aéreo - O transporte aéreo é realizado através de vôos diários por aeronaves de diferentes dimensões: Brasília, ATR 72, AIRBUS 320 e Boeing – 737. O Boeing leva aproximadamente uma hora de viagem até as cidades de Belém e Manaus, se

	Outras vilas e povoados menores são servidos por estradas e ramais municipais. Não existe estação rodoviária no Município. Outra possibilidade de acesso ao município é por via fluvial, e também um sistema rodo-fluvial. O porto de Cametá é um dos mais movimentados da região do Baixo Tocantins, estabelecendo ligações regulares para os municípios de Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Baião, Tucuruí, Abaetetuba e Belém. <u>3 Sistemas de Comunicação</u> - Correios - Telefonia Fixa e Móvel (Quatro empresas operam) - Emissoras de Rádio e TV Rádio Tocantins (AM) e (FM) Rádio Transjovem (FM) Aldeia (FM) Itabocas (FM) Super Jovem (FM) TV Liberal (Rede Globo) - Canal 3 TV Tocantina (Record) – Canal 6. - Jornais Jornal “Informe Popular” Jornal/Revista “Resenha” <u>4 Segurança</u> - Exército – Tiro de Guerra 08/001 - Subgrupamento Bombeiro Militar Independente (9º SGBM/I) - 16ª Companhia Independente de Polícia Militar (Cia. Caa-Mutás) - Delegacia de Polícia Civil de Cametá - Fórum Desembargador Manoel Cacela Alves <u>5 Sistema de Saúde (médico - hospitalar)</u> A infra-estrutura de saúde do Município é constituída de 02 (dois) hospitais, 22 (vinte e dois) postos de saúde	estendendo, a partir das mesmas, para outras regiões do país (nordeste, centro-oeste, sul, sudeste) e exterior. - Hidroviário - A modalidade hidroviária é o mais importante e utilizado meio de locomoção de passageiros e transportes de cargas devido à existência dos vários rios que formam a rede hidrográfica (Amazonas, Tapajós, Arapiuns, Curuá-Una, Moju e Mojuí) e desempenha importante papel na economia local. As embarcações de médio porte (barco/motor e navio/motor) fazem a navegação fluvial para as capitais da região, como Belém, Manaus e Macapá, com tempo de viagem de aproximadamente 60 horas de duração, além da inteira relação através dos rios com os municípios vizinhos, como Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Monte Alegre dentre outros. Há ainda embarcações de grande porte (navios cargueiros e transatlânticos) que fazem a navegação de longo curso. <u>3 Sistemas de Comunicação</u> - Agências Postais Agência Santarém (Central) - Telefonia Fixa e Móvel - Emissoras de Rádio e TV Rádio Guarany (FM) Rádio Ponta Negra (AM) Radio Princesa (FM) Rádio Rural de Santarém (AM) Rádio Tapajós (FM) Rádio Tropical (AM) TV Amazônia (Rede TV) - Canal 7 TV Encontro (TV Nazaré) – Canal 26 TV Guarany (Rede Record) - Canal 15 TV Ponta Negra (Rede SBT) - Canal 5 RBATV Santarém (Rede Bandeirantes) - Canal TV Tapajós (Rede Globo) - Canal 4 - Jornais e Revistas Locais Jornal Gazeta Jornal de Santarém e Baixo Amazonas Jornal O Estado do Tapajós Jornal o Impacto
--	---	---

	municipais, 2 (dois) centros de saúde e 04 (quatro) laboratórios. São 176 leitos hospitalares e 12 médicos. <u>6 Sistema Educacional</u> Existem 328 unidades escolares de ensino fundamental, nas quais estão matriculados 41.107 alunos (incluindo Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial), sob a orientação de 1.440 professores. Já no ensino médio são 05 (cinco) estabelecimentos, sendo 04 (quatro) públicos e 01 (um) particular, contabilizando 3.223 alunos matriculados, sob a orientação de 110 professores. O Município dispõe de um campus avançado da Universidade Federal do Pará (UFPA), contando com um total de 1.397 alunos e 15 professores e ofertando os seguintes cursos de graduação: Pedagogia, Letras, Ciências Naturais – Biologia, Matemática, Sistema de Informação e História (regular); Pedagogia, Letras, História e Matemática (intervalar), Geografia. Na pós-graduação lato sensu a UFPA oferece os seguintes cursos de especialização: Educação, Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia, Psicopedagogia Escolar, Administração Escolar, Educação Ambiental; Língua Portuguesa: uma abordagem textual. Cametá também possui um Centro Universitário Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI) com aproximadamente 07 cursos distribuídos entre bacharelados e licenciaturas (Administração, Assistência Social, Geografia, História, Biologia, Pedagogia) com mais de 600 alunos. <u>7 Outros Serviços e Equipamentos de Apoio</u> Agências Bancárias Banco da Amazônia S/A Banco Bradesco S/A Banco do Brasil S/A Banco do Estado do Pará S/A Caixa Econômica Federal	Jornal Tribuna do Tapajós <u>4 Segurança</u> - Órgãos Federais Delegacia da Polícia Federal 5ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal Delegacia da Receita Federal em Santarém Exército 8º Batalhão de Engenharia de Construção FAB – Força Aérea Brasileira DTCEA-SN - Destacamento de Controle do Espaço Aéreo Marinha Capitania Fluvial de Santarém - Órgãos Estaduais Delegacia de Crimes Contra a Integridade da Mulher Delegacia 16ª Seccional de Santarém do Médio e Baixo Amazonas NIOP – Núcleo Integrado de Operações Superintendência civil Polícia Militar 3º Batalhão de Polícia Militar Corpo de Bombeiros 1º Subgrupamento de Bombeiro Militar CSEBA – Santarém FUNCAP - Fundação da Criança e do Adolescente do Pará - Órgãos Municipais Conselho Tutelar <u>5 Sistema de Saúde (médico - hospitalar)</u> - Hospitais, Maternidades e Pronto socorro Hospital Municipal de Santarém Hospital Regional do Baixo Amazonas Hospital e Maternidade Sagrada Família (São Camilo) Hospital de Traumatologia João XXIII Hospital Unimed Oeste do Pará Maternidade Irmã Dulce Hospital e Clínica de olhos da Amazonia Pronto Socorro Municipal de Santarém - Clínicas Médicas - Laboratórios - Sistema Educacional <u>6 Outros Serviços e Equipamentos de Apoio</u>
--	--	---

		Airumã Artesanato Andirá Artesanato Artes Canaã Art'S Morιά Atmosphaera Amazônica Biojóias da Amazônia Casa do Artesanato Centro de Artesanato do Tapajós "Cristo Rei" Galeria dos Artistas Rock Lima Loja Muiraquitã - Shoppings Centers / Centros Comerciais / Lojas Depto Shopping Paraíso Shopping RioTapajós -Agências Bancárias Banco da Amazônia S/A. Banco Bradesco S/A Banco do Brasil S/A Banco do Estado do Pará S/A Banco Itaú S/A Caixa Econômica Federal – Agência Santarém HSBC – Bank Brasil S/A Banco SANTANDER
SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	<u>1 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE HOSPEDAGEM</u> Hotel San Juan Hotel Central Hotel Cicero Miguel de Souza Hotel Parati Pousada Miriti Hotel Castro Hotel Imperador Hotel Amazônia Hotel Aricurá Hotel Beira-Rio Hotel Santo Antonio	<u>1 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE HOSPEDAGEM</u> - Hotéis na cidade de Santarém Alvorada Aquário Hotel (Rio Dourado Hotel) Barão Center Hotel Barruada Tropical Hotel Brisa Hotel Central Hotel Encontro das Águas Hotel Equatorial Hotel Hotel Açay Hotel Beira Rio Hotel Gram Rio

	Hotel D'Aldeia Hotel Portilho Hotel Cametá Palace Hotel Gran Teles Hotel Palace <u>2 SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE GASTRONOMIA</u> Bar do Gato O Porto Bar do Seu Tomas Bar e Mercado Nossa Senhora do Carmo Sid bar Bar Brasil Bar Aquários Bar Tropical Bar do Ley Bar Ponto Certo Bar e Lanchonete Continental Bar do Andir Bar Pacajá Bar Tieta Junior's Bar Arco Iris Bar Restaurante Dois Irmãos Bar e Restaurante Refúgio Restaurante São Benedito Restaurante Bom Jesus <u>2 SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTES</u> Transportadora Neto LTDA. <u>3 SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER E ENTRETENIMENTO</u> Sedes e Clubes Sociais - Porto Louco - Grêmio Recreativo Escola de Samba Império do Samba	Hotel Gran-Rios Hotel Guerreiros Gran Rios Hotel Horizonte Hotel Hotel London (Ao lado da Praça do Mirante) Hotel Mato Grosso Hotel Mistura Brasileira Hotel Palace Santarém Hotel Raifran Hotel Sandis Hotel Sandis Mirante Hotel Santorini Hotel São Luíz Hotel Tapajós Hotel Universal Luna Hotel Mirante Hotel Prático Hotel Portobello Portobello Hotel (Orla) Real Plaza Hotel Rios Hotel Tapajós Center Hotel -Hotéis na Vila de Alter do Chão Águalinda Hotel Beloalter Hotel Hotel Mirante da Ilha Hotel Borari -Pousadas em Alter do Chão Hostel Pousada Tapajós Pousada ABCDE Pousada Alter Pousada Arara Pousada Belas Praias Pousada Cabocla Pousada Casa da Lina Pousada Chalé das Praias
--	---	--

	A Favela - Embaixada do Samba Não Posso Me Amofiná - Clube Comercial de Educação e Beneficência - Sede social Tipiti - Sítio Aricurá Centros Desportivos - Estádio Municipal Orfelino Martins (Parque do Bacurau) - Ginásio Poliesportivo São João Batista - Sede Campestre Associação Atlética Banco do Brasil – AABB Praças - Praça da Cultura - Praça dos Notáveis - Praça Raimundo Peres - Praça Joaquim Siqueira - Praça da Justiça - Praça Deodoro da Fonseca - Praça de São Benedito - Praça do Trevo - Praça Padre Prudêncio	Pousada Coração Verde Pousada Dona Júlia Pousada Ecológica Pousada Encanto da Amazônia Pousada Lago Verde Pousada do Mingote Pousada Muiraquitã Pousada Oriental Pousada Serra da Lua Pousada Sol Nascente Pousada Sombra do Cajueiro Pousada Terra Nativa Pousada Tia Marilda Pousada Tropicaliente Pousada Pousada Vila da Praia Pousada Ecoalter Turismo <u>2 SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE GASTRONOMIA</u> Serviços e Equipamentos de Gastronomia na cidade de Santarém Restaurantes em Santarém Bar e Restaurante Ponto Chic Bom Petit Restaurante Boteco do Sorriso Restaurante (Abrasel) Bar e Restaurante El Mexicano Comillança Restaurante Espaço Gourmet Cr – Restaurante (Abrasel) Dom Mani Restaurante Mascotinho Bar e Restaurante Meu Cantinho - Restaurante e Lanchonete Mistura Brasileira – Restaurante Self Service Mutunuy Restaurante Mutunuy II O Galetão Restaurante e Lanchonete Restaurante Boca de Forno (Abrasel) Restaurante e Bar Segredo do Beco Restaurante na Brasa eno Ponto Restaurante Cachoeira da Cavada
--	--	--

		Restaurante Carne de Sol Gavião (Abrasel) Restaurante Carne de Sol São Lucas Restaurante Casa do Saulo Restaurante Delícias do P.F Restaurante Estação Espetos Restaurante e Lanchonete Big Lanche Restaurante Mirante do Barão-Barão Center Hotel (Abrasel) Restaurante Nossa Casa Restaurante Sabiá II Restaurante Sabor da Amazônia Restaurante Toca do Pagode San Frangos <u>3 SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE AGENCIAMENTO</u> Agências de Viagens Aeromilhas Amatur Viagens e Turismo Amazon Travel Turismo Curuá-Una Tur CVC Operadora de Viagens CVC- Operadora de Viagens Flytour American Express Fenix Viagens e Turismo Jô Viagens e Turismo Kasa Nova Turismo Lux Representações e Transportes Mega Turismo Milly Turismo MW Turismo Norte Sul Log & Turismo Orion Tur Sundown Tour Sairé Turismo e Eventos Terra Viagens Turi San Turismo Tribos Tur Vitória Régia Turismo Viajar Fácil Santarém Rota Nova Logística e Transportes
--	--	--

		Agência de Viagens e Turismo (receptivo) Almeida Express Logística Amazon Incoming Travel Asas da Amazônia Amazon Dream-Receptivo Acatur Turismo e Promoções LTDA Operadora de Turismo Amazon Shore Explorations (Joaquim C. Santos) Plus Viagens (Cadastur) Santarém Tur (Receptivo) Viajar Fácil Viagens e Turismo Voe Turismo e Serviços Agência de Turismo na Vila de Alter do Chão Cuicuera Ecotour (Receptivo) Ecoalter Turismo – Receptivo Ynca Amazon Tours (Belo Turismo) Mãe Natureza Ecoturismo (Receptivo) Turismo Comunitário (Roteiros) Turiarte Cooperativa (Sede no prédio da ONG Projeto Saúde e Alegria) <u>4 SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTES</u> Locadoras de Veículos American Transporte e Serviços Ltda Bill Car - Rent a Car Localiza Rent a Car Loca Fácil Rent a Car Nominal Rent a Car Tropical Rent a Car Unidas Aluguel de Veículos Locavisa Yes Santarém- Locadora Tapajós Rent a Car Marinauto Locadora e Peças E Assessorios Locadora Nova Rent a Car <u>5 SERVICOS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS</u> Pavilhões de Exposição
--	--	---

		Centro de Convenções no Parque da Cidade – Pérola do Tapajós <u>6 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER E ENTRETENIMENTO</u> Parques Urbanos Parque da Cidade Bosque Vera Paz Jardim Zoológico de Santarém Praças Praça Barão de Santarém Praça Rodrigues dos Santos Praça do Centenário Praça Manoel Moraes (Praça do Mascotinho) Praça Mirante
--	--	--

Quadro 18 - Comparativo dos atrativos turísticos de Cametá e Santarém em relação ao PDT- PA 2011

TIPO DE PRODUTO	NATUREZA DO ATRATIVO	CAMETÁ	Total de atrativos	SANTARÉM	Total de atrativos
PRODUTOS “ESTRELA”	Natural	-	-	- Floresta Nacional do Tapajós - Reserva Extrativista Tapajós- Arapiuns - O encontro do Tapajós com o Amazonas	3
	Cultural	-	-	- Festa do Sairé - Alter-do-Chão, praia e paisagem - Artesanato cerâmico cultura tapajônica	3
PRODUTOS “A”	Natural	-	-	- Rio Amazonas e o encontro com o Rio Tapajós - Rio Arapiuns - Rio Curuá-Uma - Praia de Ponta de Pedras - Praia de Arapiuns e cachoeira do Aruã	5
	Cultural	- Conjunto das praças de Cametá - Conjunto arquitetônico e paisagístico de Cametá - Gastronomia local - Cultura do Açaí - Mercado Municipal de Cametá - Vila de Juaba - Museu Vivo da Comunidade de Santana - Igreja de São João Batista - Igreja de Nossa Senhora das Mercês	9	- Artesanato em fibra de tucumã, juta, jupati e tucuri - Fazenda Taperinha – Sítio arqueológico - Festa do Divino Espírito Santo - Lendas amazônicas - Comunidades Arapixuna e Carariacá -Canal do Jari	5

PRODUTOS “B”	Natural	- Ilhas e praias do rio Tocantins	1	- Ilhas de Água Preta e São Miguel - Lagos de Mapiri, Papuçu, Tapair	2
	Cultural	- Comunidades tradicionais - Museu Histórico de Cametá - Manifestação cultural - Bambaê do Rosário - Carnaval de Cametá - Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - Capela de Bom Jesus dos Aflitos - Lendas - Grupo de Samba de Cacete - Siriá Cametá - Boi-Bumbá - Cordão de Bicho Paraíso - Festividade de São João Batista	11	- Praça Mirante do Tapajós - Cruciifixo de Von Martius - Artesanato cuias pintadas - Feira do Mercado Modelo e Central -	4
RECURSOS	Natural	-	-	- Praia Maracanã - Praias (Salvação, Maria José, Arariá, Paçujara, Carapani, Jutuba e Ponta do Cururu) - APA Alter-do-Chão - Bosque de Santa Luzia - Serra de Piquiatuba	5
	Cultural	- Grupo Escolar D. Romualdo de Seixas - Evento da União Democrata Cametaense - Chácara S. João - Comunidade do Livramento	4	- Praças de Santarém com esculturas de João Fona - Festa de São Sebastião - Festa de São Pedro - Festa de Nossa Senhora da Conceição - Alteraval/Carnaval de Alter-do-Chão - Quadra Junina (quadrilhas, boi-bumbá) - Museu de História e Arte Sacra - Festival Folclórico Colegial - Antigo Teatro Vitória - Centro Cultural João Fona - Museu Dica Frazão - Festival do Borari	11
Total			24		38

Fonte: Elaborado a partir de Pará (2011).

5 CENÁRIOS E PERSPECTIVAS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NOS MUNICÍPIOS DE CAMETÁ E SANTARÉM

“Para se compreender e elucidar o espaço, não basta compreender e elucidar o espaço. É preciso interessar-se, profundamente, e não somente epidermicamente, também pelas relações sociais. É necessário interessar-se pela sociedade concreta, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam. E é aqui que entre em cena o sócio-espacial, no o “sócio”, longe de apenas qualificar o “espacial”, é para além de uma redução do adjetivo “social”, um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais” (SOUZA, 2013, p. 22).

Este capítulo apresenta os cenários atuais do turismo nos municípios de Cametá e Santarém, destacando-se as intervenções e repercussões da atividade, além das perspectivas de desenvolvimento. Busca-se ressaltar a importância dos aspectos sociogeográficos para o incentivo do turismo, para além da dimensão econômica, ou seja, considerando o fenômeno turístico como estratégia na reafirmação da especificidade contida na relação e relevância do rio para as sociabilidades locais.

A partir da abordagem sobre os rebatimentos espaciais, verifica-se a possibilidade de vincular os processos sociais, que resultaram em intervenções orientadas à criação de melhorias urbanas (infraestruturas e equipamentos), ligadas à necessidade do apoio ao turismo, pois para que o turismo se instale é necessário um conjunto de infraestruturas para lhe dar suporte.

Segundo Bullón (2005), a criação de um “espaço turístico” está condicionada não apenas à presença dos atrativos turísticos, mas também à existência ou criação de um conjunto de necessidades (transportes, hospedagem, alimentação etc.). São elas que tornam os espaços propícios ao incremento do turismo. A infraestrutura turística é o conjunto de bens e serviços que estão à disposição do turista, como parte integrante, fundamental ou acessória do fenômeno turístico, abrangendo a infraestrutura de acesso, a infraestrutura básica urbana, os equipamentos e serviços turísticos, os equipamentos e serviços de apoio e os recursos turísticos (BARRETO, 1996). É fundamental, entretanto, entender que o “espaço turístico”, não é apenas o suporte, onde estão presentes os atrativos e as infraestruturas, mas contém e está contido num conjunto de relações, no qual estão presentes formas, funções, inter-relacionados e explicados a partir de um processo (SANTOS, M., 1992).

5.1 TURISMO, REPERCUSSÕES SOCIOESPACIAS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ

O turismo em Cametá ainda ocorre de forma incipiente e de forma espontânea. Apesar do destaque à atividade na Lei Orgânica do município, no início da década de 1990, indicando os potenciais e a necessidade de políticas direcionadas ao setor, e da sua inclusão nas políticas planejadas em âmbito federal e estadual, verifica-se, na maior parte, a presença de ações mais pontuais.

Dentre os rebatimentos do turismo no município, pode-se destacar a “revitalização” da praia da Aldeia, que foi realizada na década de 1990. O governo municipal, através da Secretaria de Transportes e Obras, promoveu o melhoramento da infraestrutura na praia com

terraplenagem, bem como construção do calçadão, possibilitando melhores condições para visitantes e população local, o que tornou o local muito frequentado na cidade (Figura 53 e 54).



Figura 53 - Praia da Aldeia na década de 1970
Fonte: Acervo Luís Peres (2016)



Figura 54 - Praia da Aldeia em 2015
Fonte: Acervo Luís Peres (2016).

Assim, essa obra de revitalização é considerada a principal intervenção urbana relacionada à infraestrutura para o turismo, em âmbito municipal,

[...] posso dizer, por exemplo, que se a gente for pensar do ponto de vista estrutural, talvez, a última grande ação estrutural que tenha sido feita em um espaço com atrativo turístico, tenha sido o calçadão da Aldeia, da praia na década de 1990 e nós vamos chegar quase a trinta anos sem que haja um investimento [...] (Entrevistado: Gestor Público Municipal na Área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em agosto de 2015).

[...] eu conheço uma, que foi feita na praia da Aldeia, que foi o melhoramento da praia, que nos anos atrás eu vi o prefeito aqui, ele ajeitou a praia e teve uma visão melhor, uma visão de praia mesmo, que era só um matagal praticamente [...]. Não, tá largado, ultimamente está largado, tanto o governo estadual quanto o governo municipal não fazem trabalho nenhum a não ser de limpeza, que eu algumas vezes, já vi limpeza na praia (Entrevistado: População local. Trabalho de Campo realizado em fevereiro de 2015).

A partir dos melhoramentos realizados na praia, também foram realizadas outras ações, como a pavimentação da Avenida Inácio Moura, que dá acesso do centro da cidade ao balneário. Desde então, hotéis e pousadas se instalaram nesse perímetro, a exemplo da Pousada Miriti e o Hotel D'Aldeia. Além disso, em 2004, foi iniciada a construção do Terminal Hidroviário pelo governo do Estado, que funciona atualmente de forma precária, servindo para o desembarque das balsas, dos que usam o acesso rodovial para chegar à Cametá³⁷ (Figura 55 e 56).

³⁷ É necessária a travessia de balsas especialmente para quem usa o acesso pela Alça Viária e a PA-151, que vai somente até a Vila de Carapajó (um dos 10 distritos do município) localizado na margem direita do rio Tocantins.



Figura 55 - Terminal Hidroviário construído no bairro da Aldeia em 2004
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).



Figura 56 - Chegada da Balsa no Terminal Hidroviário em Cametá
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).

As travessias de balsas, durante o percurso rodo fluvial Belém-Cametá³⁸, é apontada, segundo os entrevistados, como um dos fatores que dificultam o acesso dos visitantes e turistas:

Foi aquilo que eu te falei, a infraestrutura aí da estrada, é complicado, o pessoal foi embora, olha, muita gente já foi embora, muita gente que poderia ter vindo voltou e muita gente que poderia ir só hoje, teve que ir ontem, se adiantou porque se não, se ficasse aqui, ficava complicado pra voltar, eu fico mais um pouco porque já estou aposentado, sem compromisso, livre, [...]. É complicado, de lá de Belém pra chegar aqui, é meio difícil, se ajeitarem aquele negócio ali, aí te digo, que viria mais gente, com certeza absoluta [...] (Entrevistado, Turista. Trabalho de Campo fevereiro de 2015).

[...] o governo do estado já fez aquela ponte lá, que já é uma contrapartida, que a gente pode apresentar numa possível solicitação de PRODETUR, que pode ser colocada como obra, as contrapartidas, obras feitas pelo governo do estado, então, foi investimento pesado, pode pedir aquela outra ponte que está faltando, isso tudo facilita, infraestrutura que vai facilitar o fluxo chegar até em Cametá [...] (Entrevistado, Gestor Público Estadual na Área de Turismo. Trabalho de Campo março de 2016).

Como exemplo de intervenções mais recentes, e que tem relação direta ou indireta com o turismo, destacam-se as obras na orla e adjacências (Quadro 19).

Quadro 19 - Intervenções realizadas na área da orla fluvial de Cametá

OBRAS	RESPONSÁVEL	OBSERVAÇÕES
Calçadão e muro de arrimo na orla fluvial	Governo federal e estadual	Várias ações foram realizadas na orla da cidade (desde o período do império no sec. XIX) nessa área afetada pelo fenômeno da erosão. A última intervenção nesse sentido foi construção do calçadão e muro de arrimo (realizada como uma das ações compensatórias pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte), como demanda do PPDJUS. Em seguida a obra foi assumida pelo governo do estado, mas não foi finalizada por falta de recursos. Atualmente, uma parte da orla está interditada devido às crateras que se abriram em função da erosão.
Revitalização da Praça dos Notáveis e da Igreja São João Batista	Governo municipal	Especialmente entre 2004 e 2012 o poder público municipal promoveu ações de revitalização de praças e igrejas, como a Praça dos notáveis e a Igreja São João Batista, onde ocorre a programação da festividade de São João Batista, padroeiro do município.
Revitalização da Praça das Mercês	Governo municipal	Assim como outras praças, a das Mercês também foi revitalizada. Essa obra também está relacionada ao remanejamento dos feirantes que ocuparam a praça depois do incêndio que atingiu a feira no final da década de 1990.

³⁸ Até a construção da ponte no rio Igarapé Miri, em 2015 pelo governo estadual, no percurso rodo fluvial Belém-Cametá existiam três travessias de balsas: rio Igarapé Miri e rio Merrú (no município de Igarapé Miri) e rio Tocantins (no município de Cametá).

Revitalização do complexo da Aldeia	Governo municipal	Obra de melhoramento da infraestrutura na praia em 1993, posto ser o local mais procurado pelos veranistas. Foi realizado serviço de terraplenagem às proximidades da praia, bem como o calçamento, de aproximadamente 80m e a pavimentação com “bloquetes”. As obras no local possibilitaram aos visitantes e população local, melhores condições de lazer, higiene e segurança.
Construção do mercado de peixe e carne	Governo municipal e estadual	Obra que está relacionado à dinâmica cidade com o rio, pois tanto a população da sede utiliza o equipamento como as populações ribeirinhas, que se deslocam à cidade para comprar e vender produtos, além de utilizar os serviços.
Revitalização da feira livre	Governo municipal	Intervenção realizada principalmente em função do incêndio que consumiu boa parte da antiga feira na década de 1990. Apesar das necessidades, a revitalização foi feita apenas em partes, durante várias gestões, num intervalo de aproximadamente 20 anos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Trindade Jr. (2011a)

A orla retrata a relação que se dá entre os moradores da cidade e o rio:

Trata-se de uma manifestação multidimensional, uma vez que o uso do rio se volta para fins de obtenção de recursos, de subsistência e econômicos (a água, o pescado, entre outros), manifestando referenciais simbólico culturais (a festa de São Pedro como padroeiro dos pescadores, o simbolismo do boto nas atividades cotidianas, entre outros), lúdicos (brincadeiras, banhos de rio, por exemplo) e viabiliza o transporte regional (feito através de balsas, lanchas, barcos, canoas, rabetas etc.) (TRINDADE JR.; TRINDADE, 2012, p. 47).

O governo estadual realizou a reestruturação da margem fluvial no centro histórico da cidade, o antigo porto real, que passou a ser denominado de “Boulevard Romeu Peres” em 2004 (CORDOVIL, 2008) (Figura 57 e 58). A atribuição do nome está ligada ao contexto dos “notáveis”, pois representa o poder das famílias tradicionais ainda no período de destaque econômico e político de Cametá, no Estado do Pará. Ressalta-se ainda que a segunda parte da obra não foi finalizada. Além disso, em função da erosão, boa parte está interditada (Figura 59).

De acordo com Trindade Júnior e Trindade (2012), diante da importância dessa fração do espaço urbano, existe uma insuficiência de infraestrutura e obras que se voltem para as demandas de natureza ribeirinha. Há uma preocupação do poder público local, com o embelezamento da cidade e torná-la competitiva do ponto de vista turístico. Além disso, verificam-se dificuldades para a conclusão das obras, a exemplo do porto da balsa, da requalificação da feira e a segunda parte do calçamento e muro de arrimo.



Figura 57 - Antigo Porto Real na década de 1970 na cidade de Cametá
Fonte: Acervo Luís Peres (2016).



Figura 58 - Orla de Cametá da cidade em 2005
Fonte: Acervo Secultd (2007).



Figura 59 - Cratera na orla resultado da erosão em 2015
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).

Com relação às políticas federais e estaduais para o turismo e a instalação de infraestruturas ou equipamentos turísticos, essas apenas chegaram a ser planejadas para o município de Cametá, em função de sua inserção no Pólo Araguaia Tocantins. Assim, ainda em 2008, foram realizados estudos técnicos para a instalação de infraestrutura turística nas comunidades de Croatá, Cametá Tapera e Juaba. De acordo com o relatório técnico destes estudos foi constatado, que as localidades citadas possuem grande potencial turístico, porém com necessidades de infraestrutura adequada para atender aos turistas (PARÁ, 2008), tais como relacionadas no Quadro 20.

Quadro 20 - Infraestruturas e equipamentos planejados para vilas e comunidades ribeirinhas em Cametá

COMUNIDADE/ VILA	INFRAESTRUTURAS/EQUIPAMENTOS DEMANDADOS	OBSERVAÇÕES
Croatá	- Construção de trapiche iluminado e estrutura para a chegada das embarcações; - Construção de trapiche menor em frente ao centro comunitário; - Trilha interligando a ponte em frente ao centro comunitário para a Ilha da Praia da Arrainha; - Construção de quiosques padronizados para a venda comidas e de artesanato; - Construção de pracinha e área de lazer; - Previsão de espaço para hospedagem (chalés), para eventos (e distribuições de prêmios), para oficinas, para palestras, para trilhas.	Croatá é uma das centenas de comunidades ribeirinhas de Cametá. Está localizada na ilha de mesmo nome em frente à sede municipal, onde além da praia, do cotidiano dos ribeirinhos e sua relação com o rio e a floresta de várzea, é possível fazer observação da fauna, especialmente de aves, por se tratar de um berçário de várias espécies.
Vila de Cametá-Tapera	- Construção de trapiche iluminado e estrutura para a chegada das embarcações; - Construção de pracinha na área da caixa d'água; - Construção de um Monumento em homenagem a Daniel de La Tuche; - Construção de um muro de arrimo para conter a erosão; - Construção de um calçamento para a organização das vias públicas.	Cametá Tapera foi onde surgiu o primeiro núcleo de povoamento de Cametá no contexto colonização baixo curso do rio Tocantins do séc. XVII. Foi nesse local que os religiosos fizeram as primeiras incursões para a catequização dos índios Camutás. E também de onde partiu a expedição de Pedro Teixeira, em 1637. Atualmente é uma comunidade de pescadores frequentada pela população local e por visitantes, em função da praia e tranquilidade do local.
Vila de Juaba	- Construção de uma arena para apresentação do grupo folclórico Bicharada e outros	Juaba é uma das 9 vilas distritais de Cametá. Pela sua formação histórico-cultural (marcada por comunidades quilombolas e dinâmica do rio Tocantins), possui uma diversidade de manifestações e grupos culturais (Bicharada, Engole Cobra, grupos de Banguê etc), que se apresentam especialmente durante o Festival Cultural realizado no mês de julho e da festividade de Nossa Senhora do Rosário em outubro.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Pará (2008); Cametá (2012).

Apesar de não existirem ações efetivas resultantes das políticas públicas de turismo verifica-se, na cidade, um aumento de equipamentos e serviços turísticos ou de apoio ao turismo nas últimas décadas. Nesse sentido, registra-se o surgimento de novos hotéis e pousadas como o San Juan, o Grand Telles Palace e a pousada Miriti no início dos anos 2000, e mais recentemente, o Hotel D'Aldeia em 2010 e o Cametá Palace em 2014 (Quadro 16). Essa forma de hospedagem se fundamenta na implementação de um modelo massificado de turismo, pautado no elevado fluxo de turistas, o que, em certa parte, é apoiado pelo governo

municipal, com o grande investimento feito no carnaval, na tentativa de atrair um número maior de turistas.

O mais reconhecido mote turístico de Cametá é o carnaval, que é de fato um momento que atrai um fluxo de turistas extremamente significativo. Há estudos já de oferta e demanda turística, nos mostram que nesse momento do carnaval, nesses dias, ele chega a atrair de 60 a 100 mil visitantes. Para um município com 130 mil habitantes esse fluxo turístico de 60 a 100 mil é grandioso e acho que de certa forma isso coloca o carnaval como, digamos, como nosso atrativo turístico principal [...]. Quando se fala, hoje ainda em Carnaval, se fala em Cametá, dentro do Estado do Pará, até em nível, quando se fala em Carnaval na Amazônia, Cametá geralmente é o primeiro que é lembrado[...]. Você se manter como destino preferencial, você se manter ainda como expoente, dentro de uma realidade que é tão dinâmica, que vai mudando, mas isso tem um fim, se a gente não trabalhar políticas públicas [...]. (Entrevistado: Gestor Público Municipal na Área de Turismo. Trabalho de Campo de Campo realizado em agosto de 2015).

O carnaval de Cametá era conhecido pela originalidade e tradição, e nas últimas décadas vem passando por transformações, tornando-se um evento massificado e estilizado:

[...] desde quando eu cheguei aqui o carnaval já era assim desse estilo, baianizado, quer dizer, é um o carnaval [que] sofreu influência baiana bastante, mas os antigos dizem que eles tinham um carnaval genuíno, que você ainda percebe em alguns grupos culturais, por exemplo, que desfilam aí na avenida do samba como a “Bicharada do Juaba”. Mas eu acho que ele foi contaminado pelo... como a maioria dos eventos carnavalescos do país foram contaminados pelo *Axé Music*[...] (Entrevistado: População Local. Trabalho de Campo realizado em fevereiro de 2015).

[...] o Carnaval hoje ele tem, ele oferece uma grande mudança, podemos observar uma grande mudança porque nos tempos passados, eu creio que há trinta anos atrás mais ou menos, o carnaval era o carnaval tradicional [...]. Era feito apenas com escolas de Samba e blocos de rua, carnaval de rua, onde nesses blocos eram utilizadas bandas de fanfarra, no qual eram utilizadas músicas regionais de Carnaval, como o mestre Cupijó, que são bem antigas as músicas deles, e hoje o Carnaval é, tem uma nova visão. Pode ver que são blocos com abadás, bandas de fora, então, houve uma mudança bem radical em relação a isso. [...] Hoje, os blocos, os fofos, você já consegue ver os abadás mesmo, por mais que seja pequeno, mas você já consegue ver os abadás e com isso foi tendo as atrações de fora, vão buscar atrações nacionais pra trazer pros blocos, tá havendo uma disputa, é uma disputa entre os blocos de quem traz a melhor atração para o carnaval (Entrevistado: População Local. Trabalho de Campo realizada fevereiro de 2015).

O carnaval se expandiu, sofreu transformações, por exemplo, deixou de ser realizado na rua São João Batista, próxima à orla da cidade, e atualmente ocorre na Praça da Cultura. Atualmente é o principal evento cultural e turístico do município (Figura 60 e 61), o que contrasta com a classificação como produto “B” na hierarquização do “Plano Ver o Pará” mostrada no Quadro 17, quando se refere aos produtos e recursos do Pólo Araguaia Tocantins.



Figura 60 - Carnaval realizado na rua São João Batista na década de 1970
Fonte: Acervo Secultd (2008).



Figura 61 - Carnaval realizado na avenida Coronel Raimundo Leão em 2015
Fonte: Secultd (2016).

Como foi ressaltado pelas entrevistas, nos últimos anos vem ocorrendo um processo de descaracterização do carnaval local pela influência dos ritmos e músicas do carnaval baiano, utilizados pelos “blocos de abadá”, como o “Timbal”, o “Picotão”, alguns dos diversos blocos existentes. Foi a partir desse carnaval estilizado que a mídia difundiu Cametá e os “blocos de micareta” (Figura 62).



Figura 62 - Propaganda de bloco com a indicação de atração nacional.
Fonte: Secultd (2016)

No caso de Cametá, verifica-se que o aspecto econômico relacionado ao turismo é muito enfatizado, pela possibilidade de gerar o incremento da economia local a partir dos recursos deixados pelos turistas,

Sim, pode, porque os turistas, quando vêm trazem recursos e gastam aqui e aí melhora, o poder aquisitivo das pessoas, os que vendem, vendam mais porque vem mais gente, então, com certeza melhoraria aqui, o município iria ganhar mais com

isso. O turista quando ele vem, vem com dinheiro pra gastar aí já deixa aqui e leva também as coisas e vai divulgando as coisas nossas, porque eles já vão levando as coisas nossas e vem trazendo também, é um intercâmbio [...] (Entrevistado: representante da COOPEMUC. Trabalho de Campo maio de 2015).

Pode com certeza, com eu falei anteriormente, o turismo traz as pessoas de fora, as pessoas de fora trazem dinheiro, o dinheiro movimenta a cidade, aí com isso todo mundo ganha, os bares, os comércios, os supermercados, todo mundo vende e todo sai satisfeito (Entrevistado: População Local. Trabalho de Campo fevereiro de 2015).

É associada ao turismo uma visão de desenvolvimento, considerando apenas a dimensão econômica. Entretanto, a leitura do turismo apenas pelo viés econômico, deixa escapar implicações e consequências importantes para todos os envolvidos com o fenômeno turístico (HALL, 2001). Assim, é preciso atentar, também, para outros parâmetros e elementos, por exemplo, como a infraestrutura, que neste caso é importante não somente para o turismo, como também para a população local.

Nestes termos, em relação à infraestrutura turística:

Tem que melhorar, tem que ter mais estrutura, mais um pouco em relação a estrutura, tem pouco, pelos caminhos onde a gente anda falta limpeza, eu andei por umas ruas cheias de lama, tem muita lama, lixo, urubu, essas coisas, então tem que melhorar. A praia é limpa, a água é show de bola, mas a cidade, eles têm que melhorar [...] (Entrevistado: Turista. Trabalho de Campo fevereiro de 2015).

[...] É bom, mas tem aqueles problemas, a cidade não tem estrutura pra suportar esse tanto de gente, infraestrutura hoteleira, de restaurante e a própria estrutura da cidade mesmo, ela não tem... Esse pessoal parece que não vive sem isso, e é uma forma de ganhar dinheiro, atrai turista, atrai renda, só que, infelizmente é por um curto período, não sei se felizmente ou infelizmente porque como eu te falei a estrutura, ela não suporta, mas é por isso... o turismo na verdade tem essa questão, trazer divisas para o lugar, mas tem que ter cuidado, pois se for um turismo predador ele também pode destruir o lugar [...] (Entrevistado: População Local. Trabalho de Campo fevereiro de 2015).

Conforme Cruz (2001) às políticas públicas de turismo cabe o estabelecimento metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial da atividade. Quando a esfera pública não toma a iniciativa de um planejamento que considere os aspectos socioespaciais, as políticas ficam a critério das intenções da iniciativa privada e interesses particulares de outros agentes do setor.

Considerando a realidade atual de Cametá, verifica-se que o turismo tem beneficiado, na maior parte das vezes, os empresários, principalmente da capital do estado, que investem nos “blocos de abada”. O poder público tem uma grande responsabilidade nesse processo, pois não é verificado uma maior atenção no ordenamento da atividade, com vistas a possibilitar um desenvolvimento em outros parâmetros, que não somente o econômico.

De acordo com Salvati (2004, p. 21):

A princípio, os papéis de fomento e controle devem ser de responsabilidade do conjunto de agentes públicos e privados que atuam com o turismo. Porém, cabe ao setor público a prerrogativa de ditar políticas orientadoras para o planejamento e gestão do turismo em todos os níveis de governo, assim como para o setor privado. Fomentar o turismo significa dispor de um conjunto de regras claras que instrumentalize o poder público com regras facilitadoras para o financiamento dos negócios, estímulo aos investimentos, defesa da concorrência, apoio à capacitação dos agentes do mercado, disponibilização de dados sobre o setor, ações em promoção turística, investimentos em infraestrutura básica, entre outras [...].

Retomando a ideia de autonomia de Souza (1997, 2013), esta é vista como a ponte por excelência entre a abertura necessária e o alcance prático que o conceito de desenvolvimento precisa ter, o parâmetro fundamental para a concepção do que venha ser o desenvolvimento socioespacial. Nesse sentido, um dos instrumentos que poderia contribuir no processo de construção da autonomia por parte das coletividades, com representações da população local, setores privados e poder público, seria o Conselho de Turismo.

A participação direta da sociedade na gestão pública, por intermédio de conselhos deliberativos ou consultivos, é a forma de democratizar e dar transparência à construção e implementação das políticas públicas. Ao mesmo tempo em que confere maior legitimidade às decisões governamentais, pode minimizar os conflitos muitas vezes propiciados por decisões autoritárias e unilaterais tomadas em gabinetes fechados e inacessíveis ao cidadão comum (SALVATI, 2004, p. 115).

Contudo, no caso de Cametá, o fato do Conselho de Turismo estar inativo é mais um indicador de que as possibilidades do turismo gerar benefícios, capazes de promover um desenvolvimento em outras bases, primando também pela autonomia das coletividades, está muito distante.

No que se refere à instrumentos de planejamento e ordenamento territorial, existem alguns documentos que destacam a atividade turística como possibilidade para o incremento econômico do município, a exemplo do PPDJUS e o Plano Diretor Municipal (Quadro 7). Entretanto, especificamente em relação ao turismo, não existe um planejamento, ou mesmo um conjunto de ações articuladas resultado da mobilização das coletividades, indicando diretrizes para o turismo.

A importância e necessidade de um plano para estruturar o turismo foram destacadas pelas diferentes categorias de entrevistados:

Sim, porque o turismo é a porta de entrada para o desenvolvimento, se você tiver um bom plano de ação, de desenvolvimento, de ferramentas necessárias pra desenvolver o turismo, porque o turismo é a porta de entrada para trazer o desenvolvimento através da divulgação que atrair os turistas pro teu município (Entrevistado: Turista. Trabalho de Campo realizado em fevereiro de 2015).

É, se houvesse um desenvolvimento dentro dessa área do turismo, posso dizer que sim, mas infelizmente Cametá não possui essa ação na área do turismo, tanto é que você não conhece uma pessoa, eu não conheço uma pessoa que seja formada na área de turismo, que esteja trabalhando em Cametá ou já esteve trabalhando em outros anos atrás pra trabalhar nessa área do turismo aqui (Entrevistado: População Local. Trabalho de Campo realizado em fevereiro de 2015).

[...] deveria ter uma política voltada pra isso, pra que a gente pudesse ter financiamento pra que a gente pudesse melhorar. Olha, nós não temos financiamento, a gente vai fazendo com recursos próprios que são poucos, mas também nós temos limites e a gente faz o que pode, mas não temos, a gente tenta melhorar, mas não tem uma política voltada, a gente não encontra, não tem uma pesquisa[...]. É feito muito pouco, deveria ser melhor tratado isso, melhor divulgado, feito mesmo uma política voltada, tivesse uma secretaria direcionada pra isso. Devia ter assim um órgão mesmo que fosse específico pra esse fim e que chamassem todas as entidades que já tem um início, que já são voltadas pra fazer um trabalho. pro turismo, pra que, em parceria, ver se poderia melhorar, incentivar mesmo uma política voltada mesmo pro turismo o que a gente não vê aqui. Não sei, uma Secretaria, mas o Departamento trabalhar mais, não sei se faz algum trabalho, tem que chamar as entidades, a parceria que está faltando (Entrevista: representante da COOPEMMUC. Trabalho de Campo realizado em agosto de 2015).

No processo de mobilização em torno da criação de um plano devem estar envolvidos não só o poder público, como a iniciativa privada e a comunidade local, além de outras entidades ou associações, que tem relação direta ou indireta com o turismo. Por meio do planejamento é definido o papel dos setores, suas responsabilidades, além disto, é uma forma do governo dar visibilidade a seu projeto e aos programas (CRUZ, 2001). Assim, o papel assumido pelo poder público para a atividade turística é de extrema importância, pois este passa a ser responsável pela elaboração e implementação de políticas. Para isso é preciso envolver os mais diferentes setores da comunidade local nas discussões que visem à realização de um turismo com base no desenvolvimento local.

Em relação ao papel do governo do estado, segundo o entrevistado, a secretaria tem contribuído para estruturar o turismo nos municípios, ajudando, por exemplo, na questão dos planos municipais.

[...] a gente tem uma receita de bolo, claro que ele vai passar pro jurídico dele, e fazer as adaptações deles lá, para aprovar na Câmara, isso é um jogo totalmente municipal, mas vai dando suporte pra eles na medida do possível, na criação do Conselho Municipal, do Plano, que são a base da política. Aí depois os municípios querem fazer Planos de Desenvolvimento pro município, a gente está pensando aqui numa estratégia, é porque a gente tem, hoje, acho que foram sessenta e poucos municípios que aderiram à política estadual, a gente está querendo criar um modelo básico de Plano de Desenvolvimento pra que o município só faça inserir as suas informações e tal, e depois com o tempo, eles vão aperfeiçoando esse plano. Isso é apenas o primeiro passo pra que eles já tenham um “planejamentozinho”, pra tocar as políticas deles lá no município. Cobra que o município tenha recursos no PPA [Plano Plurianual] pra que ele tenha algum dinheirinho lá, pra fazer alguma coisinha no turismo, pode fazer tudo com o Fundo Municipal de Turismo, mas é interessante que quando forem planejar o PPA eles já coloquem lá recursos voltados pro turismo, por exemplo [...], a gente está alertando o pessoal que está entrando nesse processo pra eles começarem a atentar pra isso, inclusive o próprio Ministério quando ele abre

algum edital ele pergunta, às vezes, eles colocam como critério, olha, tem recurso no PPA, tem recurso anual voltado pro turismo dentro do município. Então me prova isso, tu vai pegar um extrato lá e repassar lá pro Ministério. Então, hoje, tem uma cobrança muito grande, era uma coisa que a gente já vinha fazendo aqui enquanto Estado, mas, hoje, o Ministério também já começou a fazer essas cobranças dessas ações que os municípios têm como obrigação, se organizar enquanto município turístico mesmo [...] (Entrevisto: Gestor da Área de Turismo do Estado. Trabalho de Campo março de 2016).

Contudo, é necessário, não somente o planejamento, mas também a estruturação dos órgãos oficiais (secretarias e/ou departamentos), pois a maioria sofre de condições orçamentárias e frágil capacidade técnica e operacional, não conseguindo implementar as ações, como no caso de Cametá, conforme verificado.

Nós temos uma secretaria, que não tem orçamento, sem orçamento fixo para trabalhar, não temos órgãos consultivos e deliberativos em relação ao turismo, por exemplo, não temos um Conselho de Turismo formado, não existe, precisa ser criado e isso é um asseio nosso pra breve pra até criar assim como o Conselho Municipal de Cultura, criar o Conselho Municipal de Turismo e de repente até colocar os dois ao mesmo tempo pra se efetivarem e funcionarem como mecanismos de desenvolvimento da atividade turística no município porque é preciso que as pessoas se unam pra vencer, pra avançar, e hoje assim como o turismo, o fluxo turístico surge quase que espontaneamente em Cametá, também as atividades ligadas ao turismo, também vão surgindo espontaneamente sem auxílio do poder às vezes, sem conhecimento as pessoas vão abrindo bares, restaurantes, ocupando a praia, qualificando esses espaços e não há uma ação do poder público no sentido de organizar isso e de qualificar (Entrevistado: Gestor da Área de Turismo Municipal. Trabalho de Campo agosto de 2015).

Portanto, o desenvolvimento do turismo é algo pretendido também pelos governos em âmbito municipal. Porém existe uma incapacidade técnica e precariedade institucional relativa às políticas públicas voltadas para o turismo. A ausência do poder público, deixando de cumprir seu papel no ordenamento do turismo, faz com que a atividade se desenvolva de forma espontânea, o que pode gerar consequências socioeconômicas e culturais. Além disso, deixam de ser considerados outros potenciais sociogeográficos, que poderiam ser valorizados a partir do turismo.

Por ser um dos territórios de ocupação mais antiga na Amazônia, conforme já ressaltado no capítulo II, Cametá possui relevante destaque histórico, visualizado, por exemplo, nas formas do passado cristalizadas no espaço, como os casarios e as igrejas, que guardam parte de sua história. A cidade de Cametá foi declarada Patrimônio Histórico Nacional pela lei 7537 em 1986 (COELHO R., 2012). São rugosidades espaciais nos termos de Santos M. (2004), que podem representar uma possibilidade de diversificação da oferta turística.

Tanto os PDTs (2001 e 2011), quanto os planos de âmbito mais local ou sub-regional (Plano Diretor e PPDJUS), apontam esse potencial como possibilidades para incrementar o turismo doméstico. Contudo, o mesmo não é trabalhado dentro de uma efetiva política de turismo, como recurso para o fomento de importantes modalidades de turismo como o turismo histórico-cultural e o turismo educacional.

Através desses recursos culturais, pensados como atrativos para o turismo podem conhecer o passado, preservar e valorizar o patrimônio, este entendido como um conceito multifacetado, comportando não somente uma vertente material expressa num conjunto de monumentos ou de objetos, mas também uma vertente imaterial, saberes que permaneceram de gerações em gerações, a língua, a gastronomia, os hábitos quotidianos, entre outros aspectos (THOMAZ, 2014). De acordo com Paes (2015), as igrejas, as casas de câmara e cadeia, os conventos, os traçados urbanos originais, as praças, os portos e fortes, são os nossos patrimônios culturais urbanos, deixados pelo processo de colonização, que até hoje permanecem em nosso território fazendo-nos lembrar a origem histórica de nossas cidades (PAES, 2015).

Considerando esse potencial, destaca-se a iniciativa desenvolvida através da Faculdade de Geografia, com a implementação do projeto de extensão “Roteiros Geo-Turísticos na cidade de Cametá”³⁹. Além da importância patrimonial e histórica da cidade, ressalta-se o patrimônio imaterial contido nas tradições e manifestações existentes do município. Assim, abordando Cametá como uma das cidades históricas da Amazônia, vislumbra-se a possibilidade de fomentar práticas, que visem valorizar o patrimônio (material e imaterial) existente, destacando-se nesse contexto a formação do núcleo de povoamento, as atividades econômicas, as rugosidades espaciais, além das transformações mais recentes (CORDOVIL, CABRAL, DO CARMO, 2015).

Ressalta-se que os roteiros são destinados tanto aos visitantes e turistas como à população local (Figura 63, 64 e 65). Busca-se assim, desenvolver aspectos referentes à educação patrimonial, a qual utiliza os bens culturais como recurso educacional. Assim, se a comunidade pertencente ao local valorizar e apropriar-se desse patrimônio, têm-se então cidadãos multiplicadores dos conhecimentos adquiridos na educação patrimonial e difusores da história regional, ou seja, mantenedores de uma identidade cultural (THOMAZ, 2014).

³⁹ O projeto é apoiado pelo Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo da UFPA-GGEOTUR, que promove ações de extensão por meio do projeto “Roteiros Geo-turístico: conhecendo o centro histórico de Belém”. Em Cametá as ações vêm sendo realizadas desde 2014.



Figura 63 - Convite Roteiro Geo-turístico realizado em 2015 na cidade de Cametá
 Fonte: Cordovil; Cabral e do Carmo (2015).



Figura 64 - Roteiro realizado em 2014 com turistas e moradores da cidade
 Fonte: Francidalva Lopes (2014).



Figura 65 - Roteiro realizado em 2015 com estudantes do Instituto Federal do Pará-IFPA/Campus Belém
Fonte: Rodrigo Meireles (2015).

Como o elemento cultural tem um grande destaque, consideramos que essa característica pode ser considerada, de maneira a estar mais presente nas ações de incremento ao turismo, pois essa e outras potencialidades não são contempladas nas políticas desenvolvidas, incentivando, portanto, outros segmentos turísticos de acordo com o potencial sociogeográfico local, a exemplo do atributo de Cametá como representante de uma Amazônia ribeirinha, expresso pela grande importância que o rio tem termos econômicos e simbólico-culturais (TRINDADE JR., 2009), ainda pouco aproveitados ou subutilizados para o turismo.

Assim, o potencial turístico local pode também desenvolver um turismo que valorize a identidade local contida na importância do rio para as práticas socioculturais, como na pesca do mapará, uma prática de pesca coletiva, também conhecida como “bloqueio” (Figura 66 e 67).

Como o mapará é um peixe que circula em grupo, em cardumes, e a sua incidência no baixo curso do Tocantins é um fato cada vez mais raro, depois da construção da barragem de Tucuruí, a sua pesca envolve esforços conjuntos de vários pescadores. Constituem-se turmas com cerca de 50 pescadores ou mais, que utilizam rede aberta. O resultado da pesca é dividido em grupo, inclusive para as famílias da comunidade local que não participam da pesca do mapará e da própria associação comunitária. Cerca de metade do resultado da pesca pertence ao “dono” da rede que também cumpre a função de “taleiro” na pesca. O restante é dividido entre o grupo de moradores e pescadores, sendo que uma parcela maior é reservada aos agentes

ambientais voluntários, pois o exercício da função impede a participação direta na pesca (BARRA, 2013, p. 76).

A pesca do mapará assume a feição de uma verdadeira congregação entre os pescadores, e o sucesso da pescaria resulta em um caráter festivo para as famílias ribeirinhas da comunidade. Isso porque o mapará, cujo consumo é geralmente associado com o açaí, compõe o alimento mais apreciado no Baixo Tocantins (BARRA, 2013).



Figura 66 - Prática da Pesca do Mapará realizada no município de Cametá.
Fonte: Valbeci Cabral (2016).



Figura 67 - Pesca do mapará através do “borqueio” realizada no rio Tocantins.
Fonte: Márcio Santos (2016).

Existem outros potenciais como as manifestações culturais (“samba-de-cacete”, “bambaê do rosário”, “bangüê”, “marierrê”, dentre outros), a gastronomia (Figura 68), o carnaval tradicional e as festividades religiosas (Quadro 21). Considerando essa diversidade Cametá é um importante referencial cultural no Estado do Pará devido às tradições existentes nas várias localidades que compõem o território municipal (vilas e comunidades, especialmente ribeirinhas e quilombolas).

Na dança “samba-de-cacete” usa-se como instrumento um tambor de madeira e um batedor munido de cacetinhos, que vão acentuando o ritmo com “baques” na madeira. O “bambaê do rosário” é um exemplo de folclore afro-brasileiro de cunho religioso, que ocorre especialmente na Vila de Juaba como parte do louvor à Nossa Senhora do Rosário. O “marierrê”, realizado na Vila de Carapajó, é uma manifestação oriunda da África, trazida pelos negros escravos (PARÁ, 2012).



Figura 68 - Mapará moqueado acompanhado de limão e pimenta.
Fonte: José Carlos Cordovil (2016).

Quadro 21 - Festividades religiosas no município de Cametá

FESTIVIDADES RELIGIOSAS	PERÍODO DE OCORRÊNCIA DURANTE O ANO	COMUNIDADES ENVOLVIDAS
Festividade de São Sebastião	Janeiro	Comunidade de Belos Prazeres
Festividade de São João Batista	Junho	Paróquia de Cametá
Festividade de São Pedro	Junho	Comunidade da ilha de Marintea
Festividade de Nossa Senhora do Carmo	Julho	Comunidade de Vila do Carmo do Tocantins
Festividade de Nossa Senhora do Pilar	Agosto	Comunidade de Curuçambaba
Festividade de São Benedito	Agosto	Comunidade do Bairro de São Benedito
Festividade de Nossa Senhora de Nazaré	Agosto	Comunidade de Ilha Joroca
Festividade da Santíssima Trindade	Setembro	Comunidade da Ilha de Pacuí
Festividade de Nossa Senhora do Rosário	Outubro	Comunidade da Vila de Juaba
Festividade de Nossa Senhora do Rosário de Fátima	Outubro	Comunidade de Mutuacá
Festividade de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	Novembro	Comunidade do Bairro da aldeia
Festividade de Nossa Senhora das Graças	Novembro	Comunidade do Rio Furtado
Festividade de São Tomé	Dezembro	Comunidade da Vila de Porto Grande

Fonte: Cordovil (2008)

Esse potencial cultural também é destacado nas entrevistas:

Na verdade, existir existe, só que tem que melhorar um pouco, no caso, no setor, no caso do governo, que deveria, teria que publicar mais, mais propaganda, chamar...e assim visualizar lá fora o que temos aqui na nossa localidade, no caso, em Cametá [...]. O que eu conheço, são: o carimbó, o siríá, e tem também, sobre a questão da pesca, que é uma atração, o pessoal vem, alguns vêm só pra conhecer como é que faz, como é que acontece a captura, a pesca como um todo (Entrevistada: População Local. Trabalho de Campo realizado em fevereiro de 2015).

[...] nossa cultura, por exemplo, a nossa língua, é um dos aspectos que é muito procurado, as pessoas vêm e procuram Cametá porque nós temos um linguajar muito diferenciado aqui em Cametá. Vêm pessoas até de fora conhecer nossa linguagem, do povo nativo mesmo daqui, os primeiros, eles tinham uma linguagem diferenciada, hoje já está ficando muito misturado né? A cultura, a gente vai diferenciando, mas é um dos aspectos de Cametá, e o modo de pescar, de remar, todas essas coisas, é peculiar daqui mesmo de Cametá [...]. Olha, eu não sei se tem assim, essa cultura da pesca né, eu não sei se tem assim, a questão de lançar com rede assim, de pescar com rede, com matapi, eu não sei. Quando eu passo nesses lugares, eu não vejo assim o pessoal laceando com rede, pescando com matapi, não sei se existe, mas eu não vejo. Olha, o aviú é uma pesca, não existe eu acho que não existe, é daqui de Cametá né? Esse tipo de pesca, é daqui mesmo nosso. E falta divulgar, o pessoal nem conhece, então, olha, Igarapé Miri já não conhece o aviú, e o sabor é muito gostoso, então, se for divulgado pra fora né, para as pessoas, é uma coisa que todo mundo... no Pará muda, então, é peculiar daqui de Cametá né, então porque é uma coisa, mas não é divulgado [...] (Entrevistada: representante da COOPEMUC. Trabalho de Campo realizado em maio de 2015).

Apesar do processo de influência do carnaval baiano, ainda é praticado o carnaval tradicional em Cametá, com destaque para os fofós de rua, bandinhas e os “Cordões” de Mascarados, este último “ópera cabocla” de cunho carnavalesco, que mescla a linguagem do teatro, da dança e da música, das artes plásticas, da poesia, numa única manifestação popular (BARRETO, 2005). Os “Cordões” representam o início do carnaval cametaense, originado nas ilhas do município ainda no final do século XIX com os “*entrudos*”⁴⁰, músicas satirizadas e os brincantes mascarados, que preparavam e anunciavam a entrada do carnaval.

Os “Cordões” são identificados por suas localidades, ilhas, rios ou furos, como por exemplo: Última Hora do Tem-Tem; Atentados da Folia do Tentenzinho; Rei da Brincadeira do Rio Pacovatuba; Piratas do Amor do Turema; Bola Preta do Viseu; Príncipes Foliões do Mutuacá e os Linguarudos de Santana. Apesar das dificuldades em manter as tradições, esses grupos ainda hoje, em 2017, fazem apresentações, tanto nas comunidades e vilas ribeirinhas de Cametá (Figura 69), como também em outros municípios, quando são contratados.

⁴⁰ Chama-se *entrudo* o antigo carnaval português, o termo significa “entrada” para festejar a entrada da primavera (QUEIROZ, 1992).



Figura 69 - Apresentações dos “Cordões de Mascarados” nas comunidades ribeirinhas
Fonte: Acervo Secultd (2015).

Nos últimos anos, as apresentações também passaram a fazer parte da programação do carnaval organizado pelo poder público municipal, que busca utilizar os “Cordões” como um atrativo turístico, denominado “carnaval das águas” (Figura 70 e 71), mas que preferimos chamar de “carnaval ribeirinho” pela importância do rio para essa prática sociocultural. É, portanto, uma manifestação cultural ribeirinha, ligada às tradições locais.

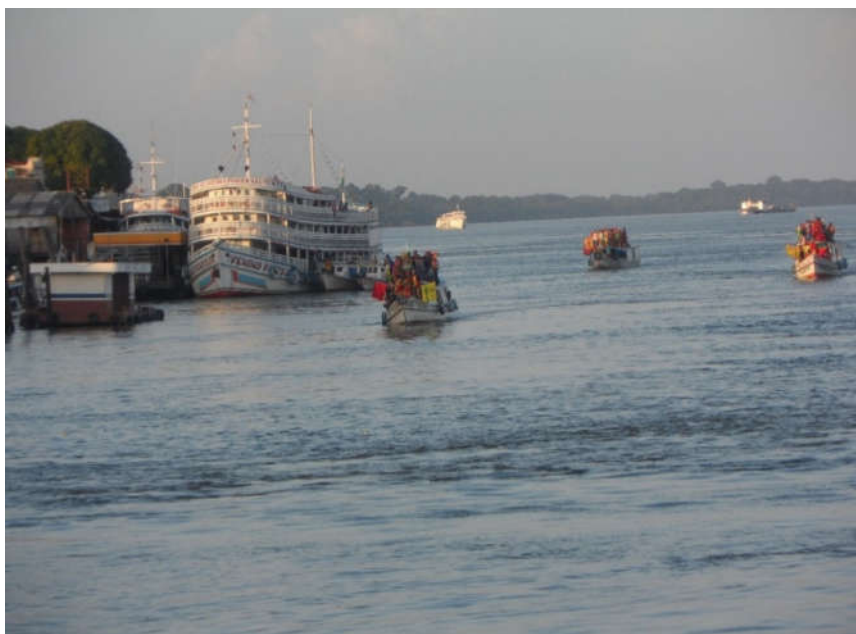


Figura 70 - Chegada das embarcações com os “Cordões de Mascarados”
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).



Figura 71 - “Cordões de Mascarados” no “Carnaval das Águas” em Cametá
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).

Em termos de política pública estadual direcionada a esse potencial sociocultural destacado, verifica-se que foram planejadas ações, para a estruturação de roteiros, por parte da SECULTD e PARATUR, como resultado da inserção de Cametá no Rota do Grande Lago. Nesse sentido, foi realizado um estudo de viabilidade para a implementação de um roteiro envolvendo os Municípios de Cametá, Mocajuba e Baião, localizados no Baixo Tocantins.

De acordo com o estudo técnico, esse roteiro foi considerado viável para ser operacionalizado e comercializado, carecendo somente de organização e capacitação local, visto que a comunidade ribeirinha é rica em manifestações artístico-culturais e na produção de agricultura familiar. Assim, indica o parecer técnico que o percurso pelo rio oportuniza uma experimentação/integração com o modo de vida local, o consumo da gastronomia local, participação em atividades de lazer interativo com a comunidade (jogo de bola, banho de rio, pesca de curral e pesca do camarão com matapi), além da possibilidade de participação da extração do açaí, caminhadas e trilhas (PARÁ, 2008).

Contudo, como já foi destacado, grande parte das ações planejadas não são implementadas, pois é comum, por uma questão política local, a não continuidade nos projetos e ações iniciadas em gestões anteriores. Além disso, a incapacidade técnica e operacional do órgão oficial de turismo do município faz com que exista uma dependência em relação à SETUR, que, por sua parte, espera que os municípios consigam desenvolver suas próprias políticas, o que acaba alimentando um círculo vicioso.

Do mesmo modo, alguns desses potenciais são destacados no PDT (2011). Como o município de Cametá integra o Pólo Araguaia Tocantins, foram indicados os principais atrativos e recursos turísticos. Esses são considerados atrativos “A” e “B”, mas são definidas ações efetivas. Isso porque a maior parte das ações previstas no plano são destinadas aos pólos Belém, Marajó e Santarém, especialmente para suas sedes: Belém, Soure e Salvaterra, e Santarém, respectivamente, privilegiando um modelo de turismo massificado, conforme destacaremos na análise do caso de Santarém no próximo item.

Em relação à Cametá, consideramos que os recursos podem ser dinamizados a partir de um turismo de pequena/média escala, buscando-se para além do econômico, implementar a prática de um turismo que valorize o patrimônio histórico-cultural e a identidade local contida na importância do rio para as práticas culturais, nos cordões, nas danças típicas (siriá, samba-de-cacete e bangüê), na pesca do mapará, na gastronomia etc.

5.2 TURISMO, REPERCUSSÕES SOCIOESPACIAS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

O destaque econômico e político de Santarém, no contexto da sub-região do Baixo Amazonas, sua inserção no processo de modernização regional, a partir da constituição da fronteira econômica (BECKER, 1990), criaram as bases para o desenvolvimento de diversas atividades econômicas, entre elas, o turismo, que se torna uma realidade tanto pelo atrativos, produtos e potenciais, assim como pela existência de um conjunto de elementos que formam a infraestrutura turística (BARRETO, 1996; BOULLÓN, 2006).

Considerando o contexto de emergência do turismo no município, não existem dados que possam mostrar um histórico detalhado sobre os fluxos de turistas. Conforme já evidenciamos, os levantamentos estatísticos sobre o turismo local fazem parte de um contexto mais recente, como parte do diagnóstico realizado pelo “Plano Encontro”. Nestes termos, buscamos nos fundamentar, também, nas entrevistas realizadas com representantes de instituições e entidades relacionadas ao turismo no município.

Segundo essas informações, Santarém aparece no cenário do turismo com o destaque de Alter do Chão, em função da praia, especialmente a partir dos anos 2000.

[...] você tem que considerar que o maior público de Alter do Chão é o de Santarém o e o morador da região, esse é o perfil, é esse público que vai, é o público do sol e praia, é um público farofeiro, vai pra encher a cara de cerveja e comer lá o dia inteiro peixe assado na praia, esse é o atrativo principal, então, começou Alter do Chão com esse perfil. [...]. Depois deles começou a vir o público regional, Manaus e Belém, começaram a crescer como fluxo e paralelamente começou o fluxo de visitantes interessados na Amazônia, que não vinham para Alter do Chão, Alter do

Chão era o ponto de partida porque era ainda um pequeno paraíso, mas o interesse era a FLONA, a RESEX, as comunidades ribeirinhas, a floresta e esse público começou a vir, principalmente internacional e depois paulistas, acadêmicos, pesquisadores e foi crescendo um pouco no Brasil [...] (Entrevistado, representante ONG Saúde & Alegria. Trabalho de Campo realizado setembro de 2016).

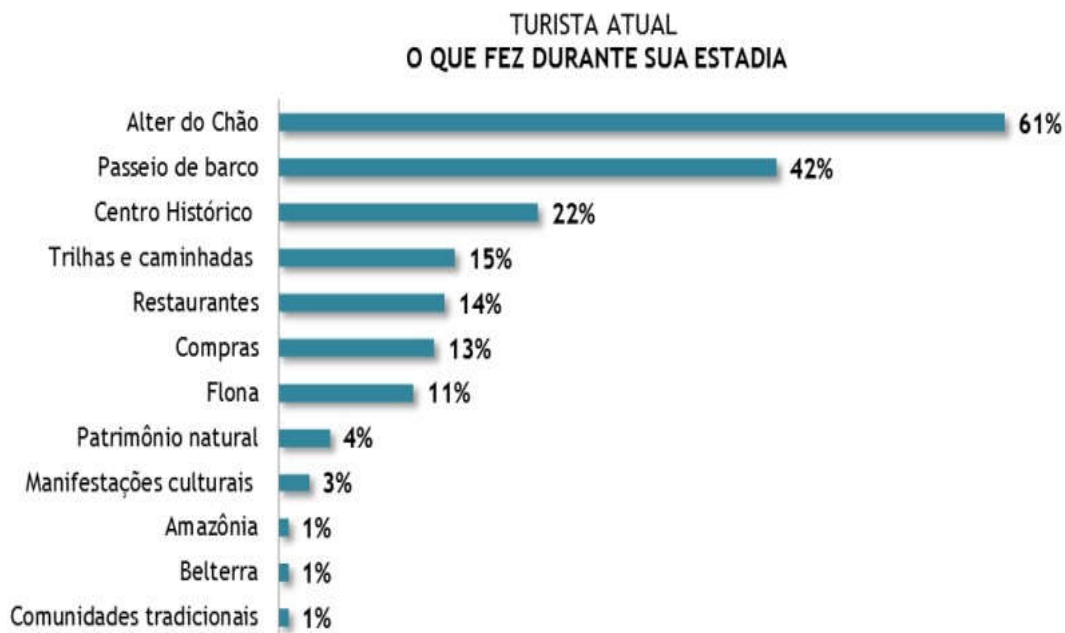
Em 1988 Santarém foi declarada pelo ministério, que era na época um ministério acoplado à outras atividades, um município turístico, esse é um dos marcos, outro marco que a gente pode colocar [é] 2001 a construção do primeiro hotel com o objetivo de atendimento turístico em Alter do Chão, e podemos colocar ainda alguns eventos que aconteceram de forma quase que espontânea, um deles foi a visita do Príncipe Charles à FLONA do Tapajós por conta de um outro empreendimento. E ao passar por Alter do Chão ele comentou: “essa é a praia mais bonita que eu já vi”. “*The Guardian*” publicou e isso chamou atenção, essa frase chamou a atenção de muita gente, da mídia internacional, inclusive, para a região. Então, há um conjunto de fatores da iniciativa privada, das ONGs também, e do governo, são ações pontuais, mas que vão construindo aos poucos no imaginário das pessoas uma vontade de conhecer esse destino [...] (Entrevistado: representante da ABIH, Trabalho de Campo realizado setembro de 2016).

Como apontado pelos entrevistados e verificado por meio da pesquisa, Alter do Chão tornou-se o principal atrativo turístico de Santarém, atraindo turistas nacionais e internacionais:

Alter do Chão, por si só consegue trazer turista nacional e internacional independente de Santarém, se tu tira Santarém do contexto, Alter do Chão consegue trazer esse fluxo tranquilamente. Então, hoje muitas pessoas conhecem Santarém a partir de Alter do Chão. Então, temos outros locais também, que são tão belos com suas belezas particulares que Alter do Chão. (Entrevistado: representante do Conselho de Turismo, Trabalho de Campo realizado setembro de 2016).

Foi indicação sim, especificamente do local Alter do Chão, referência nacional de beleza natural, de praia, e normalmente é fora do roteiro turístico do Brasil, que a gente recebe indicação, que é o Nordeste e Sudeste. E aí a gente achou que seria uma oportunidade ótima para gente conhecer o outro lado do Brasil, que não é tão desbravado, turisticamente, pelo menos dentro do nosso grupo de amigos [...] (Entrevistado: Turista. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2015).

Essa importância de Alter do Chão é verificada, por exemplo, no resultado da pesquisa, sistematizada no “Plano Encontro”, em relação às atividades que o turista realizou durante sua estadia no destino, na qual o atrativo foi indicado por 61% dos entrevistados (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Atividades realizadas pelos turistas em Santarém

Fonte: Santarém (2014)

O acesso a Alter do Chão foi facilitado como consequência da pavimentação da rodovia Everaldo Martins, que liga Santarém à vila, intensificando o fluxo de visitantes e turistas, além do turismo de segunda residência, que aumentou partir da década de 1990 (FREITAS; CANAL; TAVARES, 2012). Esse destaque de Alter de Chão provocou, na vila, o crescimento do turismo, a valorização de terrenos, a construção de edificações, a exemplo dos empreendimentos hoteleiros (Figura 72).



Figura 72 - Hotel na orla de Alter do chão.
Fonte: José Carlos Cordovil (2015).

Como parte desse contexto, a população local foi desapropriada, passando a ocupar áreas periféricas ou mais afastadas, como destacado:

[...] hoje, você tem a maioria da população, nativa da vila, mora num bairro novo lá atrás, na entrada da vila, na beira da estrada, e com um desenvolvimento precário e sem infraestrutura como sempre, e toda parte nobre da vila foi apropriada por investidores externos ou de Santarém, regionais ou de fora, muitos de fora. A maioria dos empreendimentos comerciais de médio e grande porte é de pessoas de fora, os investimentos imobiliários, agora são de pessoas de fora [...] (Entrevistado: representante ONG Saúde & Alegria. Trabalho de Campo setembro de 2016).

Com o desenvolvimento do turismo sol e praia, pautado no elevado fluxo de turistas, Alter do Chão já vem sofrendo um processo de descaracterização, perdendo os atributos de uma pequena vila de pescadores. Além disso, repercussões socioambientais, vêm sendo provocadas, conforme apontado nas entrevistas,

Era uma Vila de pescadores, de agricultores, de subsistência, sustentável mesmo. Eram poucas famílias, então cresceu, as pessoas, pescavam, caçavam, faziam roça, o que existe em todo lugar, às vezes um professor... Então, era aquela vila de pescadores, com praias bonitas e tudo, então, viviam da natureza (Entrevistado: População Local. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

[...] você tem problemas de ter Alter do Chão, que está em uma área de proteção ambiental, que não está regulamentada, que não funciona, sem o controle urbano de nenhum tipo. Então, está crescendo de uma forma selvagem, com construções absurdas, até hoje você quase não tem estrutura receptiva apropriada ao território e ao modelo de público que vem pra cá, estão se multiplicando estruturas, que são replicações de hotéis urbanos, que servem pra representantes comerciais, mas não pra um lugar de turismo de praia na floresta [...]. Uma vila suja, cada vez mais suja, sem tratamento de esgoto, com problemas de energia, problema de água, já

problemas de trânsito, com o progressivo aumento do problema de prostituição e criminalidade, por quê? Porque está reproduzindo o modelo de sempre. E aqui é concreto, concreto o terreno inteiro e até dentro d'água, não tem o mínimo de controle, sem infraestrutura sanitária. Então, esgoto, primeira questão de Alter, se não fizer urgentemente todo um sistema de coleta e tratamento de esgoto a praia, o lago, o patrimônio, vão encher de merda, é isso que estão fazendo [...] (Entrevistado: representante ONG Saúde & Alegria. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

[...] Tá chegando os investidores de hotéis e pousadas, eu sei que vai ter gente. Está crescendo a vila e as pousadas e hotéis. E o tratamento de água, como é feito isso? Então, isso a gente coloca muito com o poder público, sempre eles falam e dão esperança. Por exemplo, dos eventos, que eu participei, a gente sempre coloca a questão dos esgotos, do tratamento de água e tudo aí o poder [público] vem dizer que vai ter um projeto, que vão fazer isso, mas não fazem, entendeu? E cada vez mais está chegando gente, e está crescendo de uma forma desordenada e não é feito esse tratamento adequado com relação turismo, com o meio ambiente. Nós estamos no limite aqui, eu quero citar justamente a questão do tratamento de esgoto, do saneamento básico, entendeu? Esse esgoto já mudou muito a cor da praia, essa água não é a mesma água, a gente não pode mais tomar banho aqui na frente como a gente tomava a 15 anos atrás. É muito frágil a nossa natureza, então, a questão da poluição é muito ruim, já mudou muito essa natureza aqui, nosso rio e as praias (Entrevistado: População Local. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

Assim, a questão do esgoto (Figura 73), um dos principais problemas encontrados na vila, se intensificou com o crescimento do turismo.



Figura 73 - Esgoto sendo despejado no rio próximo à praia em Alter do Chão.
Fonte: José Carlos Cordovil (2016).

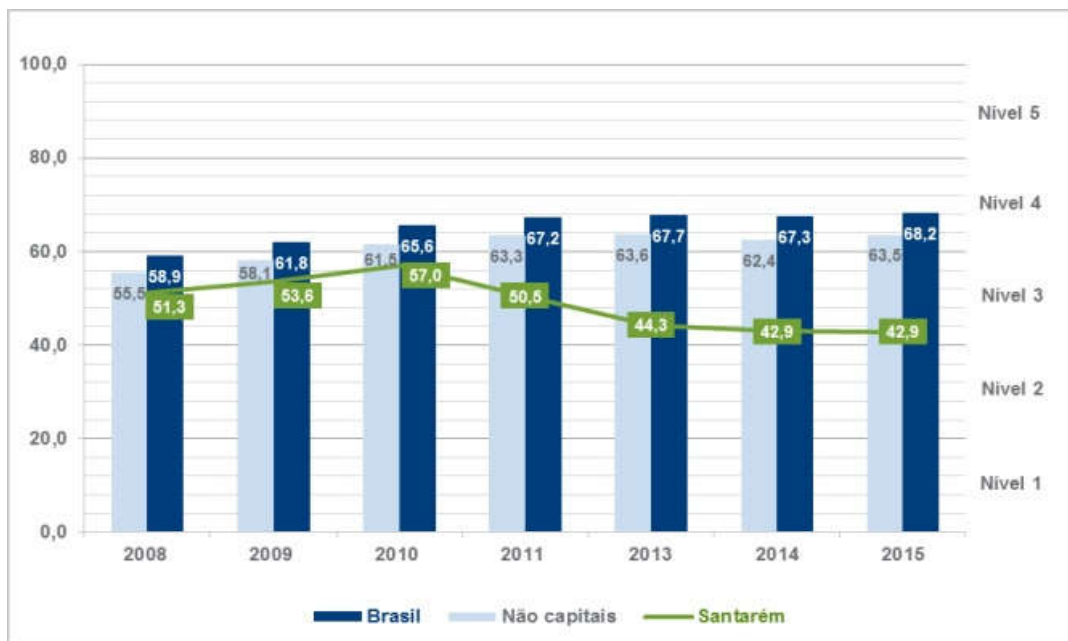
Essa infraestrutura básica urbana estava prevista nas ações, que seriam implementadas pelo PROECOTUR, como já mostrados no quadro 15, a partir da inclusão de Santarém como um dos pólos de ecoturismo do programa. O saneamento básico e o manejo dos resíduos sólidos são destacados em diagnósticos, a exemplo do PRODETUR, sendo apontados como desafios para o desenvolvimento do turismo:

[...] A falta de esgotamento sanitário fica mais evidente nas festividades, período em que aumenta o número de turistas, afetando principalmente a Vila de Alter do Chão, em Santarém, que possui grande atratividade turística com praias que não possuem infraestrutura de saneamento básico para atender este fluxo, contribuindo ainda mais para a poluição das águas e provocando impactos ambientais. Em pesquisa local confirmamos a precariedade do sistema, com a presença de valas a céu aberto, que causam má impressão aos visitantes, comprometendo a saúde da população local. Esta realidade pode comprometer o desenvolvimento do turismo no Pólo. [...] O sistema de limpeza urbana no município de Santarém contempla apenas 70% dos domicílios, o destino dos resíduos é o aterro sanitário, a coleta é terceirizada e realizada no período da noite. Esta realidade compromete a saúde da população local, provocando impactos ambientais negativos, bem como é um fator que fragiliza o desenvolvimento das atividades do turismo no Polo (PRODETUR, 2010, p. 59).

As questões socioambientais continuam sendo apontadas como limitações do destino, como mostra o Índice de Competividade de 2014, do Programa de Regionalização do MTur, aferido pela Fundação Getúlio Vargas:

[...] os aspectos ambientais de Santarém estão entre os itens com o menor índice de avaliação, atingiu 41,4 pontos nunca escala de 100. O estudo aponta os fatores limitantes neste caso: inexistência do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Política Nacional; inexistência de estação de tratamento de água (ETA) no destino; Indisponibilidade de sistema público de coleta de esgoto que atenda ao destino; o fato de não haver destinação pública de resíduos sólidos residenciais comerciais para aterro sanitário; inexistência de serviços de coleta seletiva de resíduos; o fato de não haver correta destinação (coleta, transporte, classificação tratamento) dos Resíduos dos serviços de Saúde (RSS) no destino; a ausência de um plano de manejo em vigor para a principal Unidade de Conservação indicada – APA Alter do Chão [...] (SANTARÉM, 2014, p. 60).

Na dimensão “Aspectos ambientais”, do Índice de Competividade de 2015, o registrado permaneceu estável em relação ao alcançado no ano anterior, mantendo-se no nível 3, posicionando-se abaixo da média nacional e da média do grupo das não capitais (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Dimensão Aspectos Ambientais no Índice Registrado pelo Destino em 2015

Fonte: Brasil (2015).

Das ações do PROECOTUR que foram implementadas no município, destaca-se a construção do cais de arrimo em Alter do Chão e a requalificação da orla fluvial em Santarém. As intervenções na orla de Santarém, também, fazem parte das proposições de ordenamento no município através do Plano Diretor elaborado em 2006. Assim, foram definidas sete áreas contemplando as seguintes categorias: Proteção Ambiental, Uso Recreativo-Paisagístico e Uso Portuário. As duas primeiras congregando áreas de balneários, além de atividades de lazer e turismo; e a última para o embarque/desembarque de pessoas e mercadorias (Figura 74).



Figura 74 - Zoneamento da orla fluvial da área urbana de Santarém
Fonte: Santarém (2006).

A área que historicamente funcionava para o embarque e desembarque de mercadorias e passageiros, foi reconfigurada para atender, também, às atividades de recreação, lazer e turismo (Figura 75 e 76). Nestes termos, em 2001, foi inaugurado o calçadão beira-rio voltado notadamente para um tipo de lazer que busca a contemplação do rio e se definiu como espaço de uso precipuamente turístico (TRINDADE JR., 2011a; COSTA, 2012).



Figura 75 - Orla fluvial de Santarém na década de 1950
Fonte: Acervo IBGE (2016).



Figura 76 - Orla de Santarém em 2016 reestruturada como parte das ações do PROECOTUR em 2001
Fonte: José Carlos Cordovil (2016).

Do mesmo modo, destaca-se a opção pela construção de orlas padronizadas, como ocorreu em Alter do Chão (Figura 77).



Figura 77 - Orla de Alter do Chão construída a partir do PROECOTUR em 2001
Fonte: José Carlos Cordovil (2016).

Essa opção é criticada, por promover a descaracterização da paisagem local, como pode ser observado nas palavras de um entrevistado:

[...] eu pegaria um trator e começaria destruindo a orla de concreto, feito pelo governo, que é um modelo totalmente errado de visual e de infraestrutura, demoliria vários hotéis e vários prédios na orla, devolvendo a característica de vila de pescadores em Alter do Chão, que é o que se perdeu, devolvendo a conexão natural da vila com a ilha do amor, que se perdeu com aquele muro de concreto [...] (Entrevistado: representante ONG Saúde & Alegria. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

Ainda como resultados dos investimentos do PROECOTUR, também foram construídos e/ou reestruturados portos e trapiches. Em Santarém foi realizada a reforma do antigo trapiche municipal, transformado no Terminal Fluvial Turístico, no qual também funciona o Centro de Interpretação Ecoturística (Figura 78 e 79). A obra, voltada para estimular o turismo na região, com espaços de apoio às atividades turísticas (informações, bares, atracadouro, mirante, feira de artesanato etc.) é devidamente apropriado também pela população local que aí reproduz suas formas tradicionais de interação com as águas do Tapajós, a exemplo dos banhos de rio e a pesca noturna no flutuante destinado aos barcos turísticos (TRINDADE JR., 2011a).

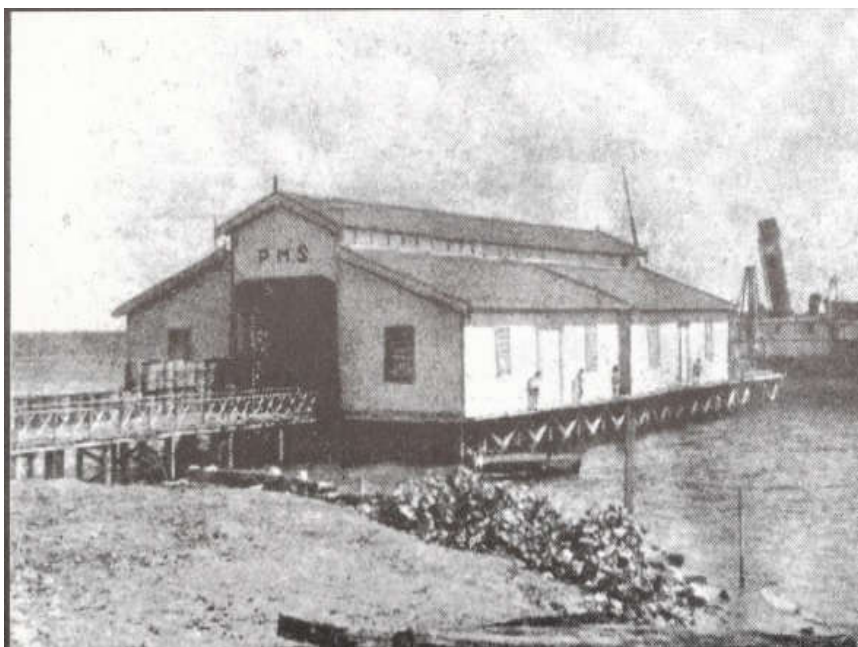
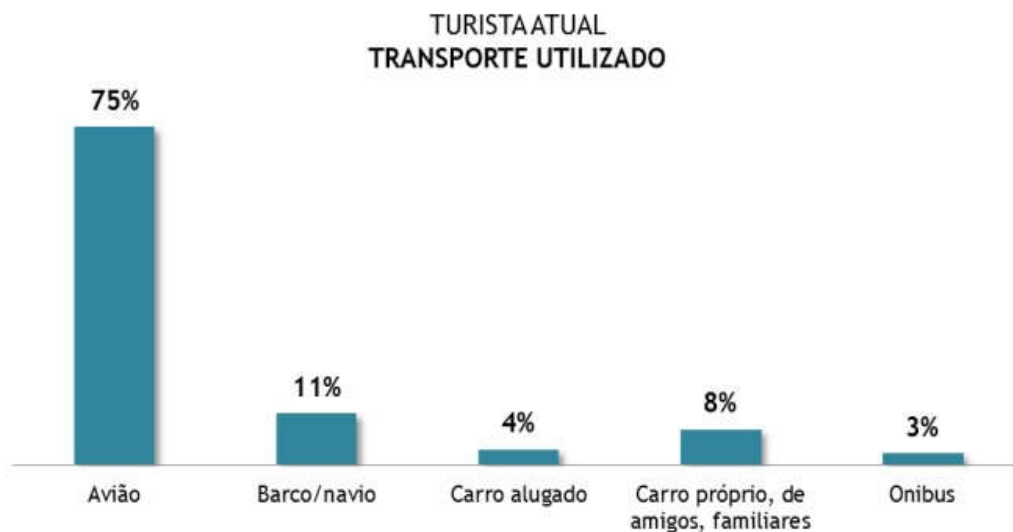


Figura 78 - Antigo Trapiche municipal de Santarém na década de 1950
Fonte: Acervo IBGE (2016)



Figura 79 - Terminal Turístico Fluvial de Santarém construído em 2001
Fonte: José Carlos Cordovil (2016).

A ampliação do aeroporto pelo governo federal, em 2015, tem gerado a expectativa de aumentar ainda mais o fluxo de turistas para o município, já que, o avião é o principal meio de transporte utilizado pelos turistas para chegar a Santarém (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Transporte utilizado pelos turistas em Santarém

Fonte: Santarém (2014).

Em termos de infraestruturas recentemente implementadas, a ampliação do aeroporto é considerada a que mais se destaca por sua relação direta com o desenvolvimento do turismo no município, como destacado:

[...] assim, em termos de infraestrutura pro turismo, o que possa ter contribuído para o desenvolvimento, eu não vejo, só a ampliação do aeroporto, houve a ampliação que foi todo um projeto também intermediado pelo governo federal, mas que também o município teve a sua participação, eu não sei se o estadual teve alguma participação, mas tirando o aeroporto eu não vejo o que existe são muitas propostas [...] (Entrevistado: representante Conselho de Turismo, Trabalho de Campo, setembro de 2016).

Nas últimas décadas, conforme já foi ressaltado, o município de Santarém passou a integrar programas e planos (federias e estaduais) de desenvolvimento do turismo, o que resultou na instalação de infraestruturas e equipamentos, que fazem parte da infraestrutura turística. Além disso, existem também ações de âmbito local através da atuação da SEMDETUR, como verificado através da construção do Centro de Artesanato “Cristo Rei” (Figura 80). A partir da abordagem de Santos M. (1992), sobre as categorias forma, função, estrutura e processo, verifica-se que a requalificação da orla fluvial e do trapiche municipal, transformado atualmente no Terminal Fluvial Turístico, são formas que passam a desempenhar outras funções relacionadas ao turismo. Além disso, novas formas surgem para atender as necessidades da atividade como o cais de arrimo em Alter do Chão, a construção e ampliação do aeroporto e o Centro de Artesanato.



Figura 80 - Centro de Artesanato do Tapajós construído pelo poder público municipal
Fonte: José Carlos Cordovil (2016).

Ainda sobre as intervenções, é destacada no “Plano Encontro” a necessidade das infraestruturas e serviços para possibilitar um adequado atendimento aos turistas. Nestes termos, são listadas 13 iniciativas em curso para as quais foram garantidos recursos, incluídas no Programa de Produtos Turísticos referentes à Santarém (SANTARÉM, 2014) (Quadro 22).

Quadro 22 - Programa de produto turístico do Plano Encontro

AÇÕES EM ANDAMENTO	VALOR	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS	SITUAÇÃO
Qualificação empresarial	-	Estado/SEBRAE	Em execução
Programa de Qualificação Profissional para o Turismo	-	Estado/SETUR	Em execução
Ampliação de pousada em Alter do Chão	-	Iniciativa Privada	Concluído
Construção de hotel em Santarém	R\$ 7.930.000	Iniciativa Privada	Concluído
Construção de sanitário flutuante em Alter do Chão	R\$ 252.000	Estado/PMS	Em execução
Revitalização do Centro Cultural João Fona	R\$ 380.000	PMS	Concluído
Cristo Rei – Centro de Artesanato do Tapajós	R\$ 617.500	PMS	Concluído
Construção do Centro de Convenções	R\$ 32.300.000	Estado	Em elaboração
Centro de Referência do Artesanato e Turismo	R\$ 3.000.000	Estado/SETUR (PRODETUR)	Aguardando liberação
CAT – Exposição interpretativa da Flona (Alter do Chão)	-	ICMBio	Em execução
Construção do CEUS	R\$ 2.057.490	União/PMS	Em execução
Pista de lazer e área de eventos Av. Anysio Chaves	R\$ 2.649.457	União/PMS	Em execução
Arena de Eventos Av. Sérgio Henn	R\$ 2.088.586	União/PMS	Em execução

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Santarém (2014)

Contudo, a infraestrutura existente, de acordo com as entrevistas realizadas, ainda é insuficiente para atender tanto às necessidades da população, quanto dos turistas:

[...] o que Santarém tem para se tornar um lugar turístico, que tenha referências de boa hospitalidade, de infraestruturas adequadas, de infraestruturas turísticas realmente, que agrade, porque há necessidade que o turista seja satisfeito, mas que principalmente haja essa hospitalidade [...], mas precisa ser melhorado em determinados locais, para que o turista ele possa ser visto como um ser humano que tá ali visitando aquele local e não como um dinheiro que tá entrando. Mas pra mim, hoje, o turismo em Santarém, ele precisa ser melhorado em várias coisas, principalmente pela questão da infraestrutura (Entrevistado: representante Conselho de Turismo. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

[...] Eu não conheço não! Eu não vejo nada do poder público para o turismo. Do poder público municipal a gente ainda até vê, a manutenção da infraestrutura em Alter do Chão, a manutenção nas praias, mas no meu ponto de vista para por aí. No meu entendimento é só na época do Caíré, [...] e dificilmente você vê uma mudança brusca, que você possa alegar que aquilo é um investimento, que foi realizado pelo poder público. Em termos de ações que poderiam ser feitas, hoje infraestrutura é o principal. Se uma pessoa vem de fora, ela não consegue achar a praia sem que alguém indique ou que tenha um guia, entendeu? (Entrevistado: População local. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

[...] eu ainda acho que falta muito, falta consolidar, o governo, o poder público precisa colocar isso como partida e dar mais atenção pra essa atividade porque tem esse potencial, as pessoas vêm, mas eu acho [que o] poder público ainda falta e muito. A gente observa a falta de infraestrutura, porque se sabe que tem uma demanda de turismo, tem que ter uma infraestrutura adequada daquela demanda. Então, a gente vê muita precariedade [...]. O turismo vai nascendo, vai entendendo, na força assim a atividade... Alter do Chão precisa de mais atenção, precisa de uma estrutura adequada, rodovias, sinalização, atendimento bancário [...] (Entrevistado: População Local. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

Além disso, a infraestrutura não abrange a totalidade do município. Na realidade, como na maioria dos casos, ela se concentra na sede, em detrimento das vilas, distritos e outras comunidades, conforme destacam as entrevistas:

[...] infraestrutura não é infraestrutura exclusiva pro turismo, infraestrutura é pro desenvolvimento do território, energia, estrada, água, comunicação, transporte, saneamento, é, assim, planejamento urbano. Tudo que eu disse que falta é a ação do estado que não está tendo [...]. Se não estruturar você não ter visitação na unidade de conservação, se não tiver lugar de desembarque, se não tiver sanitário, se não tiver base de hospedagem, não tiver energia solar, não tiver água, porque sem isso você não recebe, então, falta todo o investimento em infraestrutura e transporte. É interessante, você olhar o Mediterrâneo, as ilhas italianas, da Grécia, um turismo que gera muita renda, numa ilha com 50 habitantes você tem navio de linha que leva carga e turista, vai e volta três vezes por dia, aqui nós temos 22 mil pessoas na RESEX e não existe nenhum sistema de transporte público [...]. (Entrevistado: representante da ONG Saúde e Alegria. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

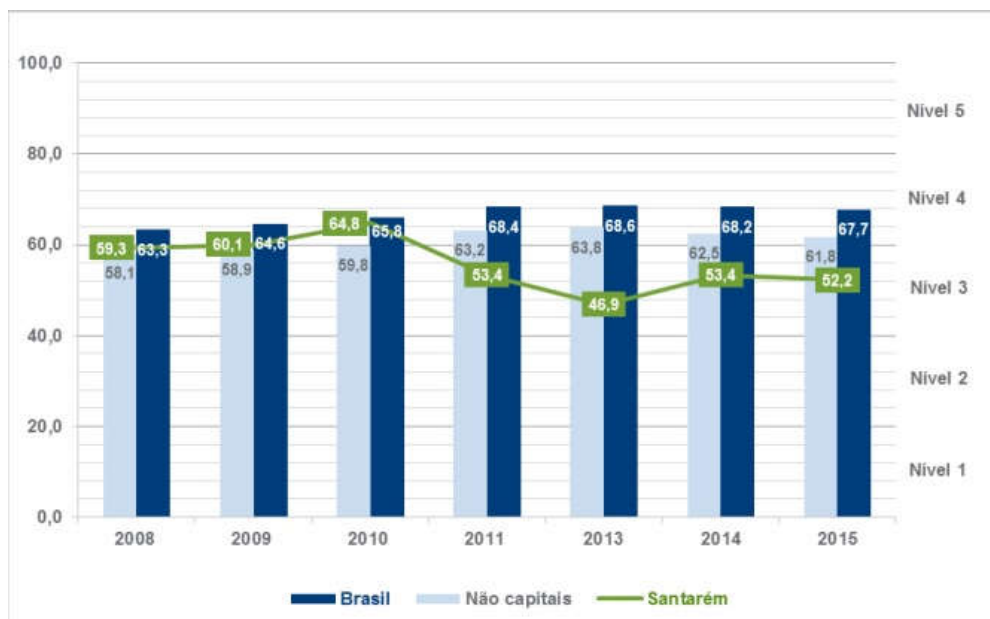
[...] o que a prefeitura fez aqui? Como eu falei, nada, ajudar as comunidades a fazer um restaurante, fazer uns banheiros com sanitários descentes, [...] se o município se interessasse em ajudar, aí quando eu digo município, aí o palestrante diz, “mas não é

só o município dona Maria Odila, tem que vir do estado”, pois raios! Então, vamos pedir do estado, pra vim pro município, pra chegar até a comunidade. Então, são coisas assim, que são pontuais pra poder ver o turismo deslanchar nas comunidades, porque potencial tem, falta capacitação e infraestrutura pra receber as pessoas que vem de fora, pra nos visitar[...]. (Entrevistado: representante de Sociedade Civil Organizada, TuriArt. Trabalho de Campo setembro de 2016).

[...] Alter do Chão fala que se sente abandonada pelo poder público. Nas reuniões do Conselho, as representações de Alter põem certas situações de abandono em relação ao poder público, e aí eu fico pensando... se Alter do Chão, que é a menina dos olhos de Santarém em relação ao turismo, se sente abandonada, imagina outros locais, que estão começando ou que recebem o turista? Então, eu acho que é assim, não é que tudo tem que ser voltado pra Alter do Chão, mas algo tem que ser feito e são coisas relacionadas ao meio ambiente, são coisas relacionadas a cultura, são coisas relacionadas ao social, que eles acham que não interfere no turismo, mas interfere[...] (Entrevistado: representante, Conselho de Turismo. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

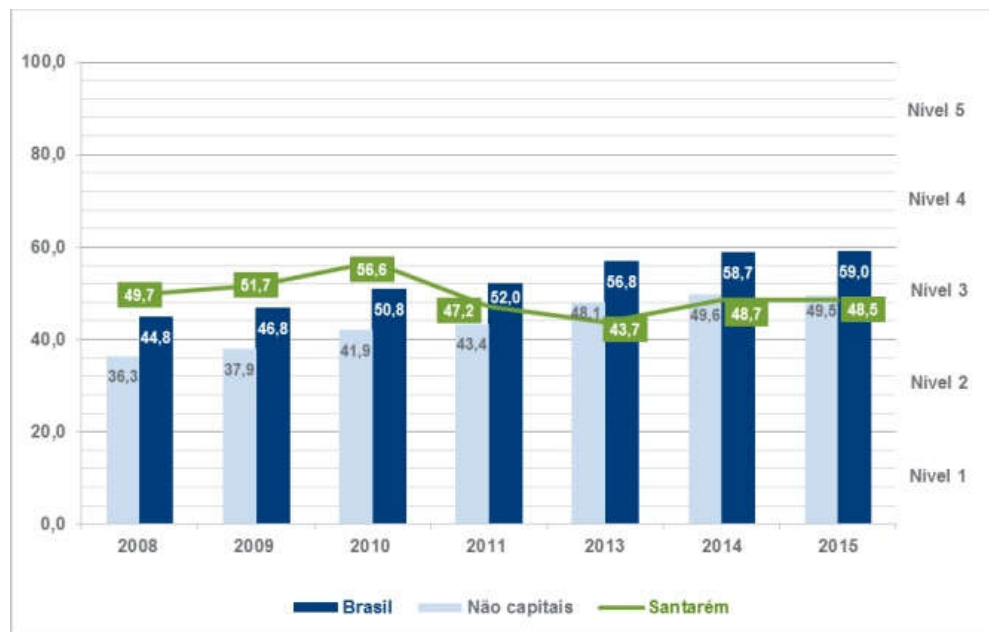
Essas opiniões ganham ressonância nos dados apresentados pelo município, no estudo do Índice de Competitividade. Considerando as dimensões “Infraestrutura geral” e “Serviços e equipamentos turísticos”, de acordo com os dados da pesquisa de 2015 (Gráfico 11 e 12). Em relação à primeira, o município ficou abaixo do alcançado no ano anterior, mantendo-se no nível 3 e abaixo da média nacional. Em relação à segunda o índice se manteve estável em relação ao registrado no ano anterior, mantendo-se no nível 3, posicionando-se também abaixo da média nacional e da média do grupo das não capitais (BRASIL, 2015).

Gráfico 11 - Dimensão Infraestrutura Geral no Índice Registrado pelo Destino em 2015



Fonte: Brasil (2015)

Gráfico 12 - Dimensão Serviços e Equipamentos turísticos no Índice Registrado pelo Destino em 2015



Fonte: Brasil (2015)

Ressaltamos novamente que grande parte das estratégias e/ou ações direcionadas a essas questões já estavam presentes em programas e projetos, como: o Turismo Sustentável na Amazônia Legal, do PROECOTUR; Pólo de Ecoturismo Tapajós, do PROECOTUR; Macro Programa de Ecoturismo, do PRODETUR, Projeto Destino Indutor e Projeto Destino Referência em ecoturismo, do MTUR (Quadro 23).

Destacamos, assim, a importância da criação, também, de infraestruturas capazes de atender à população local, assim como servir de suporte para a atividade turística. É necessário pensar a realidade local, que na maioria das vezes é desprovida de infraestruturas básicas.

Quadro 23 - Estratégias e ações planejadas relacionadas a infraestrutura em Santarém

PROGRAMA E/OU PROJETO	AUTOR/ANO	ÂMBITO DE GOVERNO	DIRETRIZES E/OU AÇÕES PREVISTAS
Turismo Sustentável na Amazônia Legal - PROECOTUR	MMA/2008	FEDERAL	Infraestrutura Turística: - Programa de incentivo para a melhoria e implantação de infraestrutura de equipamentos turísticos de base comunitária; - Processo de implantação de padrões mínimos de qualidade hoteleira; - Programa de Certificação de Barcos; - Adequação da sinalização turística; - Implantação de Centros de Atendimento aos Turistas - Melhoria do estado de conservação e infraestrutura dos atrativos turísticos. Integração e Acesso: - Planejamento estratégico para a capilaridade turística e a intermodalidade; - Inclusão do PROECOTUR e das condições de acesso no Plano Amazônia Sustentável; - Convênios para estudar a viabilidade técnica e comercial de rotas de transporte fluvial para o segmento turismo; - Estudos para incentivo e financiamento da utilização de aeronaves anfíbias ou hidroaviões; - Programa de conscientização e certificação para navegação turística segura; - Programa de incentivo à redução do custo de aviação; - Integração do PROECOTUR à Comissão Técnica de Coordenação de Atividades Aéreas (COTAER). Infraestrutura: - Programa de incentivo à reciclagem dos resíduos públicos; - Programa de incentivo à coleta seletiva de lixo - Programa de Melhorias e Ampliações nas Redes de Água e Esgoto.
Polo de Ecoturismo Tapajós – PROECOTUR	MMA/2008	FEDERAL	- Sistema de coleta e destinação final de resíduos líquidos e sólidos; - Manutenção periódica dos motores e veículos; - Tratamento de resíduos líquidos com filtros biológicos e resíduos sólidos; - Cadastro das embarcações fluviais e veículos de transporte terrestre; mapas e monitores treinados; - Centros de atendimento ao turista, com condições essenciais para a preparação de alimentos, sistema de geração de energia alternativa para iluminação e refrigeração (também para apoio às festividades tradicionais das comunidades); - Melhorias nos postos de saúde das comunidades visitadas; atendimento emergencial de saúde; primeiros socorros; - Sistema de resgate de emergência; cobertura de seguro pessoal de acidentes;

			- Sistema de captação e distribuição de águas servidas; fossas sanitárias modulares; - Equipamento de telefonia e rádio transmissor para o agendamento das atividades.
Macro Programa de Ecoturismo – PRODETUR	MTUR/PARATUR- - 2008	FEDERAL/ESTADUAL	Melhoria da infraestrutura de apoio ao ecoturismo: - Equipamentos e serviços nas comunidades inseridas no Programa; utilização de insumos e técnicas de construção civil locais/regionais em equilíbrio com a paisagem
Programa Destino Indutor-PRT	MTUR-2008	FEDERAL	Sinalização Turística: - Parceria com o DETRAN; painel informativo com mapa no TFT; captação de recursos junto ao MTur e emendas parlamentares Urbanização: - Calçadas; código de postura e plano diretor; coleta seletiva; sinalização e iluminação no acesso ao aeroporto; - Padronização original de cabines telefônicas; planos de urbanização; sinalização de ruas com espaço publicitário. Rede Pública e distribuição de água: - Ampliação de microssistemas e sistema de água; hidrômetros; substituição de tubulações; tratamento de água; -Conscientização para o uso racional. Restaurantes: - Criação de selo com avaliação anual; sensibilização sobre manipulação de alimentos; fiscalização pela vigilância sanitária. Rede Pública de Coleta e Tratamento de Esgoto: - Estação de tratamento de esgoto; implantação e ampliação da rede. Acesso rodoviário: - Reestruturação do terminal; pavimentação da BR163; asfaltamento das PAs; recapeamento das vias de acesso ao aeroporto e Alter do Chão. Outras ações específicas: -Coleta seletiva de resíduos sólidos
PROJETO DESTINO REFERÊNCIA	MTUR/PARATUR- - 2008	FEDERAL	Melhoria das condições de saneamento básico e gestão de resíduos sólidos. Nas áreas urbanas: - Ênfase junto aos governos estadual e federal sobre a necessidade de investimento na rede de saneamento urbano, com coleta e canalização de efluentes e estações de tratamento de esgoto; - Implementação dos códigos ambientais municipais. Em Alter do Chão:

		- Ampliação do Microssistema de abastecimento de água de Alter do Chão e promoção de ações de apoio à gestão; - Desenvolvimento de ações para a consolidação de soluções demonstrativas de gestão de resíduos sólidos em contexto urbano; - Fiscalização e impedimento de ligações irregulares de esgotos à rede de águas pluviais; - Implantação de fossas sépticas em residências e estabelecimentos comerciais com incentivos tributários e abatimento de impostos; - Melhorias e adequações no banheiro público, como o esgotamento sanitário, possibilitando que funcione todos os dias; - Ampliação da coleta de lixo aos finais de semana; - Ampliação do período de funcionamento do Posto de Saúde, com atendimento 24 horas, e aprimoramento de sua operação para que passe a ser um Centro de Saúde; - Impedimento e fiscalização do acesso de veículos motorizados às praias de Alter do Chão; <u>Nas comunidades rurais:</u> - Implantação e ampliação de Microssistemas de abastecimento de água e promoção de ações de apoio à gestão; - Atendimento de 100% das famílias com fossas secas e pedras sanitárias, enquanto são estudadas as possibilidades de implementação de tecnologias alternativas e apropriadas à realidade de cada comunidade; - Elaboração de planos de gestão do lixo em comunidades isoladas, com estratégias para o destino do lixo; e disponibilização de espaços adequados (<i>containers</i>) onde há coleta; - Implantação de banheiros com fossas sépticas nas estruturas físicas destinadas ao atendimento dos ecoturistas; - Implantação de cozinhas e refeitórios comunitários nas comunidades de maior fluxo ecoturístico; - Impedimento e fiscalização do acesso de veículos motorizados às praias das Comunidades Ribeirinhas. 1 Ações e campanhas promovidas para que a população e os atores locais sejam sensibilizados sobre a gestão de resíduos sólidos - Promoção de ações de sensibilização e tomada de consciência sobre saneamento e gestão de resíduos sólidos, com ênfase ao público das escolas e foco nas crianças; - Promoção de campanhas e estímulo a iniciativas empresariais para a implantação de placas com mensagens de educação ambiental ao longo das
--	--	---

		estradas e nos ônibus e barcos; - Estímulo ao estabelecimento de parcerias com empresas para investimentos em programas de gestão de resíduos sólidos; 2 Adoção de práticas sustentáveis incentivada para a implantação de infraestruturas para o Ecoturismo - Implementação de projetos de bioarquitetura em projetos de habitação e infraestrutura ecoturística nas comunidades; - Incentivo e promoção de ações para a utilização de energias renováveis e sustentáveis nas infraestruturas comunitárias e nos projetos ecoturísticos; 3 Ações desenvolvidas e investimentos viabilizados para a melhoria das condições de acesso e transporte aos atrativos ecoturísticos - Realização de investimentos na manutenção e melhoria das estradas; - Ênfase à necessidade de melhorias no aeroporto junto à INFRAERO/PARATUR/MTur; - Estruturação do Terminal Fluvial Turístico de Santarém e do Centro de Atendimento ao Turista de Alter do Chão; - Adequação e aprimoramento das condições de transporte urbano e rodovia[ario na linha do Eixo Forte/Alter do Chão; - Adequação dos horários e condições de qualidade e segurança dos barcos e ônibus; - Intensificação da fiscalização do transporte fluvial e rodoviário; - Regulamentação e fiscalização das pequenas embarcações de Alter do Chão e capacitação dos condutores que oferecem passeios; - Promoção de campanhas no aeroporto e junto a hotéis e agências de viagem e implantação de placas informativas com informações aos turistas sobre os tiposde embarcações legalizadas; - Promoção de ações para a certificação de segurança de embarcações.
--	--	---

Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2008).

A partir de um contexto mais recente, essas questões relacionadas à infraestrutura básica e turística, são abordadas no “Plano Encontro”, elaborado em 2014 como parte de ações da SEMDETUR, que contém os programas e ações estratégicas planejadas para um período de 10 anos, dividido em duas etapas (Figura 81).



Figura 81 - Fases temporais do Plano Encontro
Fonte: Santarém (2014).

Para alcançar os objetivos e metas de longo prazo, foram fixadas duas fases:

A primeira etapa de implantação, entre 2015 e 2020, compreende o esforço inicial para que o Tapajós conquiste seu espaço no mercado turístico e se consolide como um destino da Amazônia, reconhecido pela singularidade de suas ofertas de natureza. Esta etapa representa um grande desafio em termos da implantação, porque implica em mudanças expressivas no âmbito do desenvolvimento e do marketing, onde é preciso romper com hábitos e rotinas de trabalho, aprender e incorporar novas práticas, sem perder o foco nas diretrizes estabelecidas no planejamento. Normalmente é uma fase que gera dúvidas e em que os instrumentos previstos para o monitoramento são imprescindíveis, pois com base neles é que se faz a verificação de resultados para a confirmação das diretrizes estabelecidas e/ou a definição de eventuais ajustes que se mostrem necessários [...]. A segunda etapa de implantação, que corresponde ao período 2021/2025, representa o apogeu do planejamento e que é uma consequência direta da etapa anterior, quando o destino deverá alcançar a visão de futuro e ser reconhecido como a melhor experiência turística da Amazônia, em função da excelência de suas ofertas e pelo modelo sustentável de uso dos recursos de seu patrimônio natural e cultural. Nessa etapa, a gestão pública deve liderar processos de inovação que favoreçam a competitividade do destino (SANTARÉM, 2014, p. 8).

As áreas de atuação setorial do plano foram organizadas com conteúdos específicos, que são estruturados em dois planos operacionais distintos: o Plano Operacional de Desenvolvimento e o Plano Operacional de Marketing (Figura 82). O primeiro se fundamenta nos princípios da sustentabilidade, em que o crescimento do turismo é utilizado como vetor para a valorização e a conservação dos recursos naturais e culturais, para favorecer a inclusão das comunidades tradicionais e promover a qualidade de vida e o bem-estar social. O segundo tem como objetivo central consolidar a presença e o posicionamento do destino nos mercados selecionados (SANTARÉM, 2014).



Figura 82 - Estrutura dos planos operacionais de desenvolvimento e marketing
Fonte: Santarém (2014).

O Plano Operacional de Desenvolvimento estabelece as diretrizes, organiza as recomendações e indica, na forma de programas e projetos (Figura 83), os meios de atuação para que as metas e objetivos sejam alcançados (SANTARÉM, 2014).

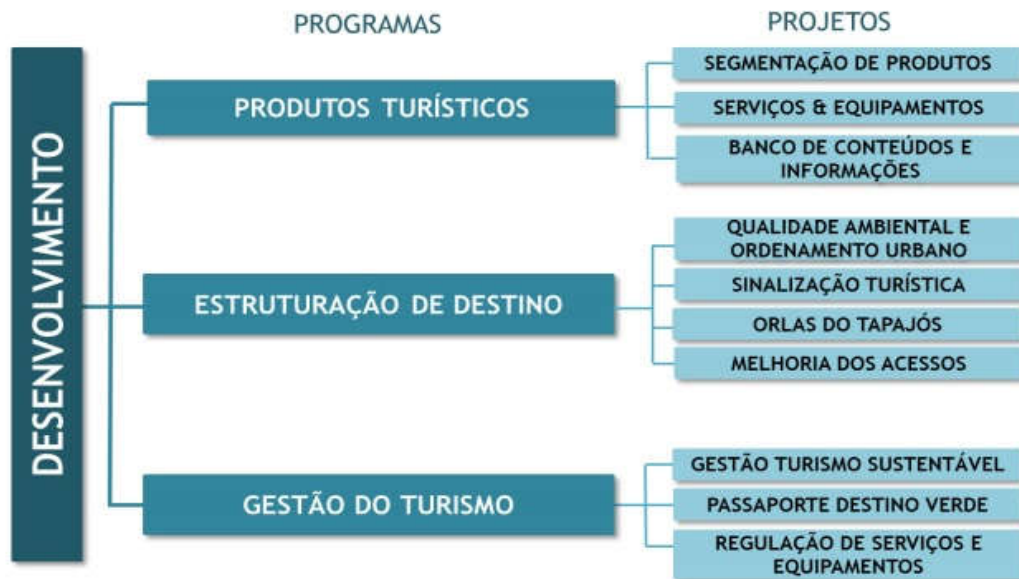


Figura 83 - Estrutura do Plano Operacional de Desenvolvimento
Fonte: Santarém (2014).

Destaca-se que é apontada a necessidade da aprovação e reconhecimento pela comunidade, como um fator crítico para o sucesso do Plano.

[...] aprovação pela comunidade turística do Tapajós (trade, gestão pública, sociedade civil), o que exige um esforço permanente de marketing do próprio plano, mas também de uma ação permanente de conscientização, sensibilização e envolvimento dos elos da cadeia produtiva do turismo em Santarém e Belterra, incluindo as lideranças das comunidades tradicionais, de forma a garantir o “empoderamento” e sua efetiva integração ao processo de implantação (SANTARÉM, 2014, p. 10).

Contudo, nas entrevistas realizadas, verificou-se um descontentamento em relação a forma como foi elaborado o plano:

Eu fiz parte, foram 2 seminários [...] eu saí de lá com ódio, é um plano feito pra 10 anos, pro desenvolvimento do município, eu participei disso daí, aonde me irritou muito, é que dentro do município eles não colocam, nem a FLONA... a FLONA está mais contemplada, porque, como tem transporte de Santarém pra FLONA...o Arapiuns, eu briguei porque eles dizem que é impossível trabalhar o turismo, porque precisa de lancha, precisa de barco, o fluxo é difícil [...]. E depois no final, ai eu disse, não pra moça que veio lá de São Paulo, que vinha com um discurso que, ou ela leu em algum lugar ou alguém contou pra ela. Porque ela não conhece a realidade! Quando eu perguntei se ela tinha pelo menos ido a duas comunidades que trabalham o turismo de base comunitária, pelo menos uma no Tapajós, na FLONA, ou mesmo na RESEX, uma no Arapiuns. Ela engatou, ela enrolou, eu perguntei a segunda vez, na terceira ela disse que não. Aí eu disse: então como é que se vem trabalhar uma coisa que se não sabe a realidade. Então, existe, é um plano pra 10 anos pra ser trabalhado, pra ser desenvolvido, mas eu confesso a minha frustração, as comunidades não são contempladas ali dentro, embora eles afirmem que são, mas se for ler o programa, se for ver assim, é pouca chance da gente conseguir uma

fatiazinha disso [...] (Entrevistado: representante Sociedade Civil Organizada, Presidente TuriArt. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

[...] eles tinham colocado uma reunião de maneira geral e eu dizia que não, que o conselho era uma instância de governança que merecia uma reunião específica pra discutir o plano [...]. E eu disse que tinha que ter uma reunião específica pra isso. Porque que eu acho que eles não valorizaram o conselho dentro do plano, como conselho que ele merecia, porque o conselho congrega várias instituições, várias representações, então, a discussão com o conselho teria sido muito mais rica se eles tivessem tirado uma manhã pra discutir [...], se eles tivessem feito dentro da programação normal deles, porque na programação normal deles em nenhum momento tinha reunião com o Conselho. Eu acho muito pertinente ser colocado porque se você pensa em um planejamento, uma política, e desconsidera o próprio conselho, aí eu acho que tem alguma coisa errada [...]. Há um conselho, “lindo e maravilhoso”, quando vem a Fundação Getúlio Vargas e o Ministério do Turismo e ele percebe o conselho atuante... O conselho sendo deliberativo e consultivo ele tem que resolver as coisas com que aquela maioria. Essa que é melhor para o turismo naquela localidade, não é o que o governo municipal quer, mas o consenso, todos que estão ali discutindo, se não, não há necessidade de ter conselho [...] (Entrevistado: representante do Conselho de Turismo. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

Nesse sentido, a elaboração do plano não atendeu a contento a perspectiva de participação de representações da coletividade, na definição das metas e diretrizes, desconsiderando, por exemplo, opiniões daqueles que realmente conhecem a realidade socioespacial local.

O Programa de Estruturação de Destino, contém os projetos de infraestrutura básica para atender aspectos que envolvem o ordenamento do espaço urbano e dos pontos de interesse turístico, a preservação da qualidade ambiental, a integridade da paisagem natural e também de orientação para o deslocamento do turista. O Programa incorporou projetos e ações em curso no destino lideradas pelas diferentes esferas da gestão pública (SANTARÉM, 2014). Desta forma, para o município de Santarém são identificadas 30 iniciativas, como podem ser observadas no quadro 24.

Quadro 24 - Programa de estruturação do destino – ações em andamento em Santarém

AÇÕES		VALOR	ÂMBITO	SITUAÇÃO
1	Terminal Fluvial de Passageiros e Cargas	R\$ 55.000.000	Estado	Aguardando licitação
2	Terminal Fluvial de Passageiros, Cargas e Ferryboat	R\$ 5.220.546	União/PMS	Em execução
3	Ampliação do Aeroporto	R\$ 8.427.527	União	Concluído
4	Recapeamento asfáltico de vias urbanas	R\$ 41.821.403	União/PMS	Em execução
5	Duplicação de rodovias	R\$ 2.079.679	União/PMS	Em execução
6	Apoio à fiscalização do trânsito	-	Estado/PMS	-
7	Sinalização de vias	R\$ 4.900.000	--	-
8	Plano de mobilidade urbana	-		Em elaboração
9	Iluminação pública	-	PMS	Em execução
10	Urbanização e/ou revitalização de áreas urbanas	R\$ 1.205.500	PMS	Em execução
11	Urbanização e saneamento integrado (Mapiri e Uruará)	R\$ 53.800.388	União/PMS	Em execução
12	Urbanização da Vila Arigó – Prainha	R\$ 2.247.893	União/PMS	SICONV
13	Sistema de esgotamento sanitário PAC 1	R\$ 34.733,368	União/PMS	Em execução
14	Urbanização e saneamento integrado PAC 2	R\$ 181.088.685	União/Estado/PMS	Aguardando liberação
15	Urbanização e saneamento integrado de Alter do Chão	R\$ 35.000.000	União/Estado/PMS	Em elaboração
16	Projeto e supervisão técnica do saneamento de Alter do Chão	R\$ 6.600.00	Estado/SETUR PA (PRODETUR)	Aguardando liberação
17	Ampliação do sistema de abastecimento de água	R\$ 93.700.000	União/Estado/PMS	Em execução
18	Ampliação do sist. de abast. de água Alter do Chão	R\$ 8.400.000	União/Estado/PMS	Aguardando Licitação
19	Microsistemas de abastecimento de água z. rural	R\$ 1.181.400	União/PMS	Aguardando licitação
20	Coleta seletiva urbana -1ª etapa	-	Alemanha/PMS	Concluído
21	Usina de compostagem	-	Alemanha/PMS	Concluído
22	Centro Municipal de Informação e Educação Ambiental (CIAM)	-	-	Concluído
23	Programa Municipal de Monitoramento das Águas	-	PMS/UFOPA	Em execução
24	Controle de doenças e endemias	R\$ 443.000	PMS	Concluído
25	Hospital Materno Infantil	R\$ 23.324.186	União/PMS	Em execução
26	Projeto de equoterapia	R\$ 149.846	PMS	Concluído
27	Centro Integrado de Pesca - CIPAR	R\$ 2.500.00	União/PMS	Em execução
28	Un.de apoio a dist. de alimentos da agric. familiar	R\$ 469.000	União/PMS	Em execução
29	Centro de Referência e Assistência Social (CRAS)	R\$ 459.000	União/PMS	A ser iniciado
30	Programas de microcrédito	R\$ 8.050.700	PMS Inst. Financeiras	Em execução

Fonte: Adaptado de Santarém (2014).

A elaboração o “Plano Encontro” ratifica a visão do poder público municipal sobre a necessidade de estruturar o turismo como uma das atividades econômicas estratégicas para o desenvolvimento do local, como destacado pela Gestora Pública Municipal na Área do Turismo:

[...] o turismo, ele passa por processos importantes, um é o planejamento e a outra a questão de desenvolvimento dele [...]. A questão do desenvolvimento é você pegar esse planejamento tirar e poder fazer suas ações, suas atividades dentro dos projetos elencados dentro [...]. Eu considero o turismo como sendo o eixo vetor para a economia do município e da região e também é um caminho que a região como um todo deve buscar, porque como nós já temos a nossa natureza, que já favorece para essa beleza de atrativos, que nós temos em relação ao turismo. Então é um dos maiores vetores da economia do município e da região, da região do Polo Tapajós mesmo, que pega Monte Alegre, Belterra, pega Itaituba, Rurópolis. Todas essas cidades têm, cada uma, seu encantamento, suas características (Entrevistada: Gestora Pública Municipal na área de Turismo. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

Contudo, existe uma cobrança, em relação ao papel mais atuante do poder público, para que as ações planejadas sejam implementadas, como ficou destacado pela representante do setor hoteleiro, que também destaca a relevância desse setor para a estruturação do turismo local:

[...] foi contratada uma empresa profissional, de renome internacional pra fazer e elaborar o Plano Desenvolvimento Turístico de Santarém e Belterra, município mãe, município desmembrado. Então, várias ações estão lá elencadas e outras tantas precisam entrar no rol de ações a serem desenvolvidas, algumas ou a grande maioria pelo poder público e uma parte pela iniciativa privada, lembrando que é a iniciativa privada que toca essa locomotiva, quem gera a oportunidade de emprego, é quem faz a divulgação, é quem está movimentando esse segmento, mas precisa que o poder público, principalmente municipal, se insira nesse, mais efetivamente, nesse trabalho (Entrevistado: representante da ABIH. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

Ainda em relação ao plano, está presente uma crítica à sua elaboração, devido à existência de outros planos, nos quais as potencialidades, limites e desafios do turismo no município, já eram apontados:

O governo precisa saber usar isso, usar isso não no sentido de buscar voto, mas de colocar isso em execução, que é o plano de desenvolvimento do turismo. Sempre a gente, enquanto conselho, a gente estava exigindo do poder público de que não adiantava a gente fazer ações pontuais para o turismo, precisava saber onde nós estávamos indo e onde nós queremos chegar. Agora, não adianta a gente ter um plano muito bonito, bem elaborado, mas você precisa tirar ali da gaveta e colocar em ação. Então, o conselho pretende ajudar nesse sentido, de tá revisando esse plano e de ver quais são as ações que precisam ser realizadas, pra que aquele cenário que foi dito como mais ideal para o turismo no futuro aqui, ele possa realmente acontecer, [...], mas pra que ele realmente se concretize precisa que, aquelas ações sejam realizadas, que os desafios, eles sejam realmente trabalhados [...] (Entrevistada:

representante do Conselho de Turismo. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

[...] e aí eu faço uma crítica feroz, o atual prefeito gastou trezentos e tantos mil reais pra contratar consultoria de uma empresa, que a mesma que fez o plano [governo] estado pra fazer o plano de marketing e desenvolvimento turístico do município. Primeiro, é prioridade isso? [...] um documento que é uma mentira, que é uma mentira porque no documento se coloca, e aí os consultores da empresa concordam plenamente comigo, que o grande potencial turístico de Santarém está nas florestas, nas Unidades de Conservação, nas comunidades, nos quilômetros e quilômetros de mato que tem fora de Alter do Chão, que Alter do Chão é um ponto de partida, e que precisa de outros modelos de hotéis, outras infraestruturas receptivas. Depois discordamos de como podemos estruturar o turismo nas comunidades, mas eles concordam comigo que é preciso esse investimento em capacitação, infraestrutura, porque só um circuito de visitação estruturado no território, vai dar uma outra escala e o acesso a outros mercados, porque esse turismo sol e praia detona e é limitado de qualquer forma [...]. Então, o governo fez um plano, gastou uma fortuna pra escrever lá coisas que nós dizemos a muito tempo, não precisava contratar nenhuma consultoria externa pra isso, já estava tudo escrito. Inclusive o plano deles, o documento do plano deles, usa nossas fotos, boa parte de nossos textos, mas usa só pra marketing, na prática não implementou uma vírgula daquilo, e nem vai implementar [...] (Entrevistado: representante ONG Saúde e Alegria. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

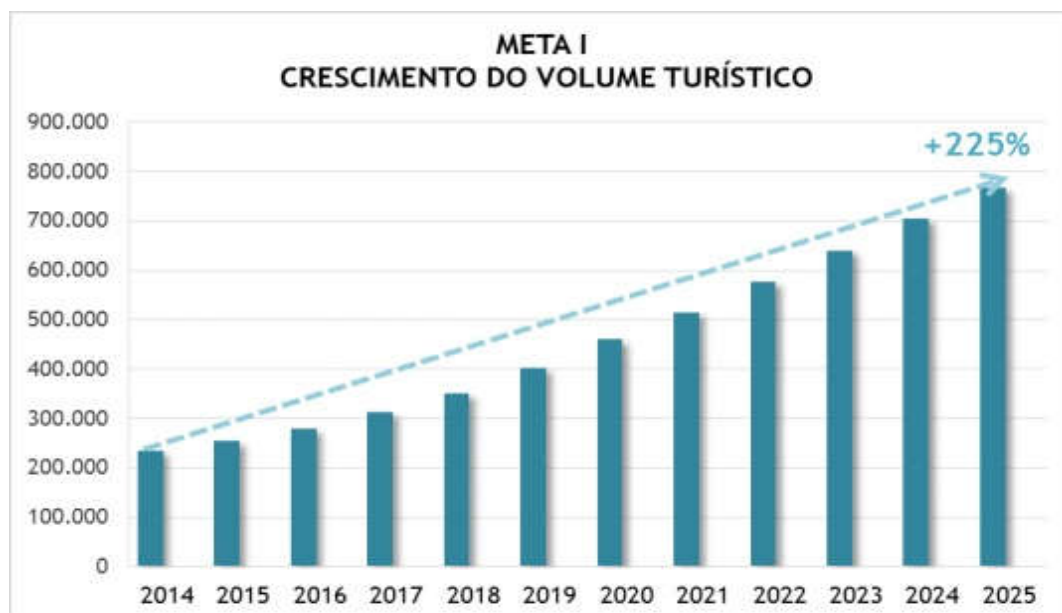
Considerando os objetivos apresentados no plano, verifica-se que está presente a visão de que o turismo é um setor capaz de contribuir para o desenvolvimento de forma sustentável e em bases locais, favorecendo melhoria da qualidade de vida da população e a inclusão social. Entretanto, para promover esse desenvolvimento o turismo deve considerar a comunidade local, incentivar o envolvimento e participação, a partir de um modelo que privilegie esses aspectos. Assim, apesar de mencionar a inserção e participação da comunidade local, no geral, o que prevalece no plano é a questão do mercado, colocada como mais relevante.

No modelo de desenvolvimento estabelecido pelo Plano Encontro, o produto turístico ocupa posição central na interface direta com o mercado, através das ofertas que são comunicadas e disponibilizadas para o consumo. O contato direto também é estabelecido com a comunidade local, que deve ser a principal beneficiária do desenvolvimento do turismo, mas também por ser o lugar onde a atividade produtiva se estrutura e se organiza a partir do aproveitamento dos recursos (naturais e culturais) e da rede de serviços para o atendimento ao visitante, **o produto turístico, na sua relação com o mercado, é que determina e/ou orienta a organização da cadeia produtiva, onde o ambiente favorável aos negócios é requisito para a atração de investimentos e a capacidade competitiva é condição necessária para o estabelecimento do ciclo virtuoso que o modelo pressupõe** (SANTARÉM, 2014, p. 15, grifo nosso).

As ações e metas previstas expressam a necessidade de implementar um modelo de turismo, no qual o aspecto econômico prevalece, demonstrado pela necessidade de aumentar os fluxos turísticos existentes, crescimento das receitas, além da oferta hoteleira (Gráfico 13,

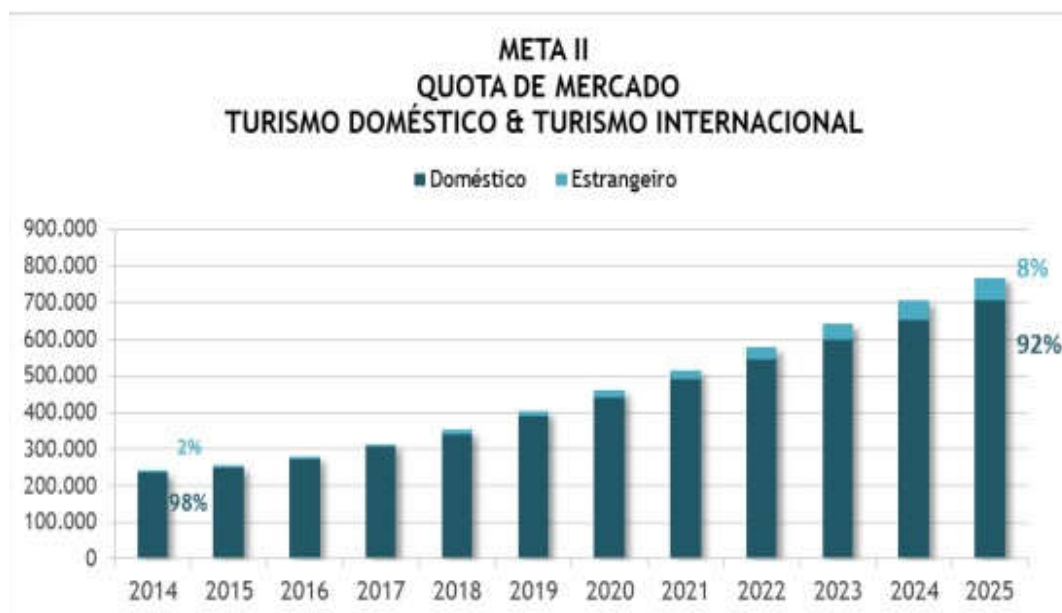
14, 15, 16 e 17). Assim, tomando por base o volume de turistas registrado em 2014, o plano projeta triplicar o volume turístico no município até 2025 (SANTARÉM, 2014).

Gráfico 13 - Meta I - Crescimento do volume turístico em Santarém

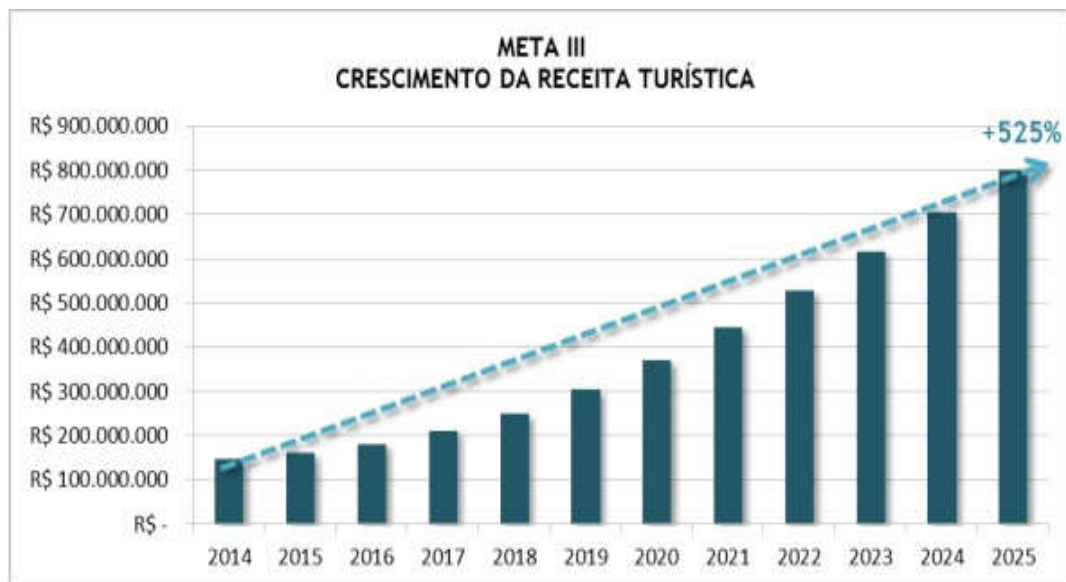


Fonte: Santarém (2014).

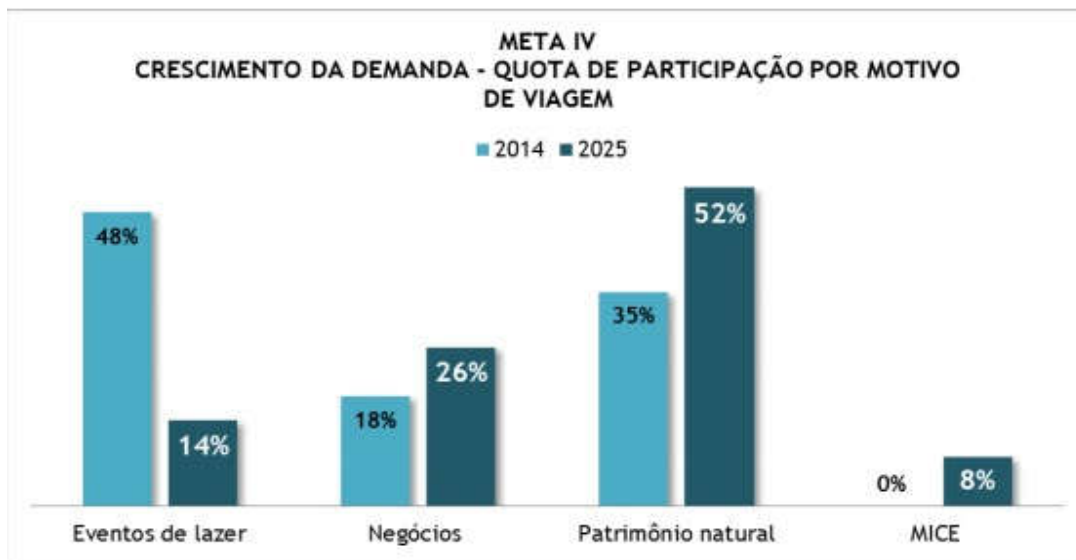
Gráfico 14 - Meta II - Quota de mercado para o turismo doméstico e internacional



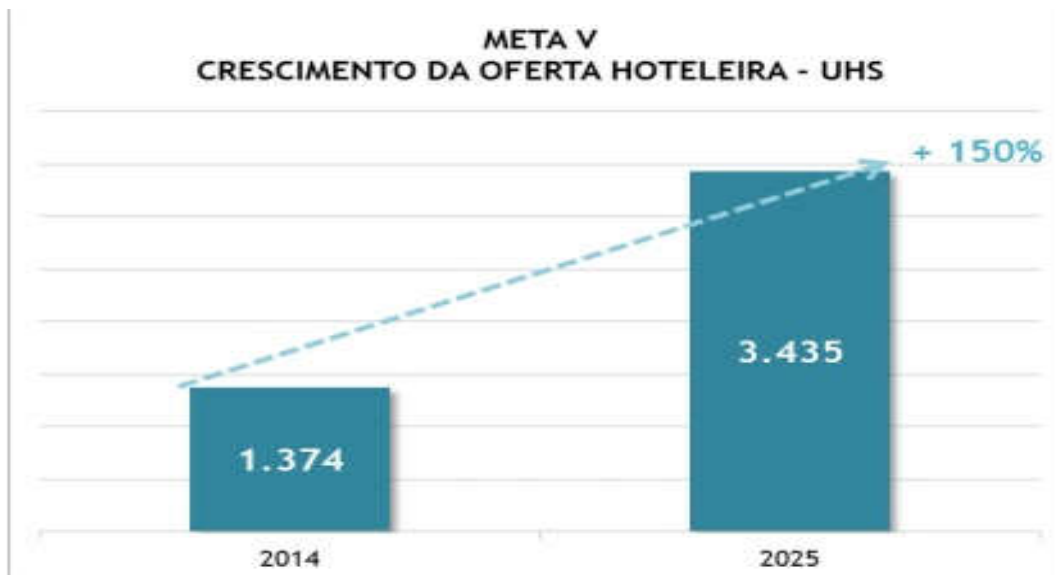
Fonte: Santarém (2014).

Gráfico 15 - Meta III - Crescimento da receita

Fonte: Santarém (2014).

Gráfico 16 - Meta IV - Crescimento da demanda (quota de participação por demanda de viagem)

Fonte: Santarém (2014).

Gráfico 17 - Meta V - Crescimento da oferta hoteleira

Fonte: Santarém (2014).

O aumento do fluxo turístico, aliado ao crescimento de empregos e geração de renda são elementos presentes que vão ao encontro dos interesses do setor empresarial no município:

[...] parece que não houve ainda uma consciência, uma tomada de consciência da importância dessa atividade como impacto na geração de trabalho, trabalho limpo, e de renda e de redistribuição dessa renda. Você imagine que se nós tivéssemos os mais de mil leitos de Alter do Chão ocupados durante todo o ano, de janeiro a janeiro, o número de empregos dobraria, só aqui, consequentemente, os diretos, eu estou falando só o dos diretos, consequentemente essas pessoas iriam consumir mais, comprar mais, e onde iriam comprar? [...] Uma região que tem ecossistemas frágeis, em que a atividade industrial não encontra eco, e que tem uma grande vocação para o turismo, precisa explorar essa vocação, não é explorar o turista, explorar o turismo como um *boom* de atividades que podem gerar emprego e renda, não só para quem trabalha diretamente, mas pra toda a sociedade e melhoria da qualidade de vida consequentemente [...] (Entrevistado: representante da ABIH, entrevista realizada em setembro de 2016).

Contudo, considerando uma visão mais ampla e complexa do fenômeno turístico (RODRIGUES, 2001, CRUZ, 2000) esses aspectos são apresentados como limitados, pois existem outras questões a serem consideradas:

Olha, eu acho que não! A gente tem bastante visitante aqui em Alter do Chão, eu não vejo assim... se a gente não tem infraestrutura adequada não adianta trazer mais turistas, é trabalhar esse público que está vindo, entendeu, porque a gente não precisa de quantidade, a gente precisa de qualidade, é de qualidade que a gente precisa, então eu vejo por isso..., a gente não precisa trazer um povão se a gente não tem infraestrutura, não tem uma educação ambiental. O que atrai ainda é esse patrimônio conservado, entendeu? Não adianta trazer muita gente se a gente não está

fortalecido [...] (Entrevistado: População Local. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

[...] eu fui a um seminário da Secretaria de Turismo estadual sobre indicadores, e aí quando eu vi eram indicadores puramente econômicos, quantos turistas Alter do Chão recebeu? Quantas unidades habitacionais foram ocupadas? Quanto em termos de geração de renda? Então assim é uma visão que, eu enquanto poder público, enquanto comunidade que recebe, tem que mudar um pouco essa visão, que o turismo só é geração de renda e emprego, claro que o emprego é necessário, mas não é só isso, turismo não é só isso... (Entrevistada: representante Sociedade Civil Organizada, Presidente do Conselho de Turismo. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

Se dá o desenvolvimento pra uma cidade, pra um município claro que dá, pode sim, ele bem trabalhado, pode sim dar desenvolvimento pro município. A nossa experiência eu falo sempre pras pessoas, a nossa comunidade não é diferente. É que nós estamos trabalhando de verdade o turismo, então, as pessoas que tinham parado de criar galinha, hoje tem galinha na comunidade, se você chegar uma hora dessa você só vai esperar, porque soltam de manhã, a criação de peixe que lá tinha timidamente, só eram 6 famílias, hoje nós somos 17, cresceu por causa da demanda turística, os produtos que já estavam sendo escassos pra dentro da comunidade, hoje já se produz dentro da comunidade, tem uma horta comunitária, que trabalha exatamente para essa necessidade. Então, é um desenvolvimento, isso acontece em uma comunidade, já pensou isso em um município tudo isso junto ia ser bom pra Santarém sim [...] (Entrevistada: representante Sociedade Civil Organizada, Presidente TuriArt. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

O turismo apesar de ser tratado como uma alternativa econômica sustentável e como vetor de desenvolvimento local, na prática a realidade aponta que apenas uma pequena parte da população local se beneficia com a atividade. E mais do que isso, a questão socioeconômica relacionada ao turismo se torna mais deficiente como estratégia de desenvolvimento quando a população local não é beneficiada com incremento da atividade, como relatado pelos entrevistados locais:

Você não tem saneamento, você tem uma concepção de eventos cultural selvagem que é aquela do grande evento, de uma vez por ano, que recebe um público além da capacidade receptiva do local, concentra renda, não sei em quem porque, a meu ver, não fica muita coisa, concentra lixo, confusão, bagunça, e não distribui ao longo do ano renda, então, não aumenta na temporada [...] (Entrevistado, representante Sociedade Civil Organizada, Saúde e Alegria. Trabalho de Campo setembro de 2016).

[...] acho que o município faz o que pode, mas eu acho que é lento, por exemplo, a festa do Çairé atrai mais de 40 mil pessoas pra cá, e o que fica pra Alter do Chão? [...] Nem a praça do Çairé a gente tem, uma estrutura adequada, que poderia ter projetos direcionados diretamente pra jovens, pra cultura. Então, não vem isso, então, eu acho que ainda falta muito, é pouco de todo esse potencial, essa riqueza que a gente tem e que poderia muito melhorar a qualidade de vida pra todos de um modo geral [...], mas é aquela questão o que está ficando... fica o mínimo diante do que pode trazer mais benefícios, em termos de infraestrutura local, é muito pouquinho em relação ao tamanho do evento que é enorme, é gigante [...]. Eu acho que antes, [quando] o Çairé [era] local as famílias ganhavam mais do que agora, a comunidade local que fazia a festa, e todo mundo ganhava um pouco da fatia [...]. Eu acredito que tem até gente local que passa fome porque se a pessoa é autônoma

ou vive de bico, como a gente diz, e na época de baixa quem não sabe sobreviver a isso, que não tem essa visão de passar esses meses, aí tem gente que passa fome aqui em Alter do Chão. Eu tô falando de local, os empresários se viram, param, tem outro negócio (Entrevistada: População Local. Trabalho de Campo setembro de 2016).

As políticas públicas direcionadas à atividade turística em Santarém têm despertado a atenção de setores da sociedade local, que buscam alternativas para melhorar a qualidade de vida da população. Para isso, é fundamental uma gestão descentralizada, que permita a integração de diversas instâncias da gestão pública, da iniciativa privada e outros setores da sociedade civil organizada.

O Projeto “Destinos Referência”, vinculado ao PRT, já destacava o objetivo de criar uma estratégia de governança local a partir do fortalecimento e aperfeiçoamento de segmentos de mercado, procurando envolver de forma participativa toda a cadeia produtiva e instituições relacionadas com o segmento escolhido. O projeto tinha como premissa a participação efetiva dos representantes locais, fortalecendo as entidades públicas e privadas, o trade e as organizações não governamentais, através da formação de um grupo gestor (BRASIL, 2008). O PDTIS retratou novamente a questão da gestão participativa, entre uma de suas metas, buscando implementar, até 2011, um modelo de gestão participativa para o turismo, com efetiva inserção comunitária nas diretrizes políticas para o setor (BRASIL, 2009).

De acordo com Nóbrega (2012), foram três as instâncias de governança criadas no Polo Tapajós: o Grupo Gestor Santarém/Belterra, o Fórum de Turismo do Pólo Tapajós (FORETUR), e o COMTUR – Santarém, (reativado em 2011 dentro da nova política de turismo no âmbito federal). Entretanto, para o autor, as arenas públicas que negociam o desenvolvimento turístico no oeste do Pará estão atreladas a um processo de agregação de preferências individuais incutidas pelos representantes legais.

[...] as instâncias de governança turística tomaram uma forma organizacional que atende às preferências individuais pautadas no aspecto unicamente econômico, em virtude do PRT está pautado na construção de produtos materializados a partir da construção de roteiros turísticos, ou seja, um viés comercial, portanto, não havendo a intenção de promover o desenvolvimento em uma perspectiva local/regional defendido pelo programa, pois as ações não contemplam os preceitos do desenvolvimento endógeno, baseado na busca do bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto através de uma participação ativa da sociedade. (NOBREGA, 2012, p. 222).

O fortalecimento da gestão, como elemento necessário para o desenvolvimento do turismo, como vetor de desenvolvimento local, também está evidenciado no “Plano Encontro”, vinculando um conjunto de instrumentos para orientar, regulamentar e favorecer a conservação do patrimônio e a efetiva integração de novos atores à cadeia produtiva do turismo através do Programa de Gestão do Turismo. Nesse sentido, o plano integrou projetos

e ações no destino, que favorecem, direta ou indiretamente, o desenvolvimento do turismo na região (SANTARÉM, 2014). São 11 iniciativas em curso, aprovadas e com recursos garantidos para a implantação no período de vigência do programa, que juntas totalizam R\$ 22.079.585,00 em investimentos (Quadro 25).

Quadro 25 - Programa gestão do destino – ações em andamento

	INICIATIVAS	DESTINAÇÃO	VALOR	ÂMBITO	SITUAÇÃO
1	Centros de iniciação ao esporte	Santarém	R\$ 11.933.585	União/PMS	Em execução
2	Ordenamento do uso público em áreas prioritárias das UCs	UCs	R\$ 798.000	SETUR PA PRODETUR	Aguardando liberação
3	Monitoramento do impacto das atividades de ecoturismo nas áreas protegidas	UCs	R\$ 300.000	SETUR PA PRODETUR	Aguardando liberação
4	Fortalecimento do Programa Municípios Verdes	Santarém/Belterra	R\$ 450.000	SETUR PA PRODETUR	Aguardando liberação
5	Implantação do Programa de Educação Ambiental	Santarém/Belterra	R\$ 798.000	SETUR PA PRODETUR	Aguardando liberação
6	Implantação e/ou ampliação do sistema de gestão ambiental	Santarém/Belterra	R\$ 600.000	SETUR PA PRODETUR	Aguardando liberação
7	Zoneamento Econômico Ecológico	Santarém/Belterra	R\$ 1.500.000	SETUR PA PRODETUR	Aguardando liberação
8	Fortalecimento da Gestão Turística Municipal	Santarém/Belterra	R\$ 600.000	SETUR PA PRODETUR	Aguardando liberação
9	Elaboração e implantação de Protocolo de Atuação em Assuntos Indígenas	Santarém/Belterra	R\$ 600.000	SETUR PA PRODETUR	Aguardando liberação
10	Estudo da Cadeia Produtiva do Turismo	Santarém/Belterra	R\$ 3.900.000	SETUR PA PRODETUR	Aguardando liberação
11	Diagnóstico das necessidades para o Programa de Qualificação Profissional	Santarém/Belterra	R\$ 600.000	SETUR PA PRODETUR	Aguardando liberação

Fonte: Elaborado a partir de Santarém (2014)

Em relação aos segmentos de turismo, o “Plano Encontro”, acompanhando uma tendência já contida em outros planos e programas (PROECOTUR, PRODETUR, PDTs-PA), aponta o turismo de natureza como prioritário para Santarém, sendo complementado por outros segmentos como o ecoturismo, turismo de esportes e aventura, turismo cultural, turismo sol e praia e o MICE - Turismo de negócios e eventos (Figura 84). A natureza é destacada como a essência do patrimônio turístico do Tapajós e o segmento é utilizado como base para toda a oferta turística do destino (SANTARÉM, 2014).

TURISMO NATUREZA				
ECOTURISMO	ESPORTE & AVENTURA	SOL & PRAIA	TURISMO CULTURAL	MICE*
OBSERVAÇÃO DE FAUNA	ESPORTES NÁUTICOS	PRAIA DE FLORESTA	VIVÊNCIA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS	CONGRESSOS
OBSERVAÇÃO DE FLORA	AVENTURA NA NATUREZA	PRAIA URBANA	FESTAS E EVENTOS	REUNIÕES
INTERPRETAÇÃO DA NATUREZA	PASSEIOS DE BARCO	CRUZEIROS FLUVIAIS	GASTRONOMIA	TREINAMENTOS
TRILHAS	COMPETIÇÕES ESPORTIVAS	CRUZEIROS FLUVIAIS TEMÁTICOS	PATRIMÔNIO HISTÓRICO	INCENTIVOS
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	PESCA ESPORTIVA			COMPRAS & SERVIÇOS
ESCOLAS DE NATUREZA				VISITAS TÉCNICAS

Figura 84 - Segmentos e atividades a serem desenvolvidas definidas pelo Plano Encontro
Fonte: Santarém (2014).

A pretensa sustentabilidade das atividades voltadas a este segmento, aliada aos potenciais existentes no destino, justificam o destaque dado ao potencial para o turismo que tem a natureza como principal atrativo. O “Plano Encontro”, portanto, assim como a maioria dos programas e planos turísticos planejados para a região amazônica, também apresenta o turismo como uma atividade atrelada ao contexto do desenvolvimento sustentável, que na região está atrelado ao que Becker (2006), denominou de Vetor Tecno-Ecológico.

É ressaltada no plano a importância do desenvolvimento sustentável como parâmetro para a atividade, além das repercussões do modelo massificado:

No mundo contemporâneo o desenvolvimento precisa ser capaz de gerar negócios economicamente viáveis e, simultaneamente, proporcionar bem-estar social às populações e garantir a conservação da diversidade ambiental e cultural. Esse modelo é identificado como desenvolvimento sustentável. O turismo apresenta características que permitem o aproveitamento e valorização dos recursos naturais e culturais, sem comprometer sua existência; demonstra versatilidade e flexibilidade de adaptação às condições próprias de cada território e de cada população [...], por isso mesmo, é apontando como uma das melhores alternativas para o desenvolvimento local sustentável [...] a despeito do potencial que o setor apresenta, a sustentabilidade não é um fator inerente à atividade: o turismo tradicional modelado para grandes fluxos concentrados em picos de temporada, que estabelece a homogeneização de instalações e serviços, é um exemplo disso. Nesse sentido, um aspecto que não deve ser ignorado é como a pressão espontânea da demanda turística tem sido fator para o crescimento desordenado com elevados impactos sobre a conservação ambiental e o patrimônio cultural, além de graves consequências sociais, especialmente sobre as crianças e adolescentes; situações que são frequentes em destinos massivos de sol e praia [...] (SANTARÉM, 2014, p. 12).

Esse modelo de turismo massificado, pautado num elevado fluxo de turistas e caracterizado pelo turismo sol e praia, já é uma realidade em Santarém, sendo responsável por

repercussões socioespaciais como impactos ambientais, descaracterização da cultura local e problemas sociais, conforme ressaltado, especialmente em Alter do Chão. Assim, apesar da crítica verificada no plano a esse modelo de turismo, existe uma contradição em relação à estratégia de desenvolvimento, pois é apresentado como objetivo implementar um modelo sustentável, através especialmente do incentivo a segmentos ligados à natureza, como o ecoturismo. Contudo, isso vai de encontro a uma das metas do plano, de transformar o pólo Tapajós no principal destino da Amazônia até 2025. Ou seja, as projeções são pautadas num modelo de turismo massificado, pela necessidade de aumentar o fluxo de turistas.

A sustentabilidade não depende somente da atividade ou escolha do segmento turístico. Não é o tipo de turismo que vai determinar essa condição, e sim o modelo de turismo que fundamenta as práticas do turismo. Por exemplo, o ecoturismo ou mesmo turismo cultural, também, pode ser altamente impactantes nos locais. De acordo com Irving (2002, p. 26), é fundamental,

[...] que alguns pressupostos sejam trabalhados mais amplamente na direção do denominado turismo sustentável, entre os quais, a co-responsabilidade, o envolvimento efetivo das populações locais na tomada de decisões, o compromisso de geração de renda às populações do destino turístico a ser desenvolvido, o estabelecimento de parcerias entre os setores públicos e privado e o fortalecimento de mecanismos de descentralização e capacitação de recursos humanos, em escala local. Sem um investimento significativo de recursos e esforços em tal direção, a questão da ética no turismo continuará a representar apenas um tópico na discussão acadêmica.

A construção de um novo paradigma de desenvolvimento turístico constitui um grande desafio. E este só será vencido a partir de uma visão integrada de desenvolvimento regional, que envolva os diversos ramos do saber, compromisso social, planejamento de longo prazo e consciência do homem, em sua totalidade (IRVING, 2002). É preciso, portanto, considerar a necessidade de buscar modelos alternativos de turismo que, apesar de menos interessantes do ponto de vista da acumulação do capital, podem, em contrapartida, ser extremamente relevantes como instrumentos de valorização do potencial sociogeográfico existente.

Em relação à outras possibilidades ou modelos para o turismo, várias tem sido as denominações: turismo social, turismo de base local, turismo de base comunitária, dentre outras. Contudo, o importante é destacar as experiências dessas propostas, que buscam promover um desenvolvimento alternativo ao modelo hegemônico. Nesse sentido, destaca-se o turismo de base comunitária, que se caracteriza pela presença e atuação das comunidades locais como protagonistas do processo (IRVING, 2009).

Em Santarém, o turismo de base comunitária vem sendo desenvolvido em comunidades ribeirinhas com a coordenação da ONG Saúde & Alegria (Figura 85 e 86). De acordo com Barreto E. (2013), o conceito incorporado pela ONG propõe um modelo de desenvolvimento que privilegie o ser humano, que garanta condições de vida digna aos cidadãos, centrado em uma cultura de cooperação, parceria e solidariedade.



Figura 85 - Turistas se deslocando para as comunidades no Rio Arapiuns em Santarém.
Fonte: Acervo Saúde e Alegria (2016).



Figura 86 - Turistas na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns em Santarém.
Fonte: Acervo Saúde e Alegria (2016).

A implementação das ações do projeto é vista como possibilidade de desenvolvimento local a partir da inclusão social das comunidades ribeirinhas, e se apresenta como um grande desafio, tanto para a ONG, como para as comunidades envolvidas:

[...] grande desafio é aquele aqui dentro de tornar, de desenvolver experiências piloto, que esse tipo de atividade é possível, seja a se mostrar que existe um mercado, que tem público, que dá pra funcionar, que ela é um potencial muito grande, que não é explorado devidamente, que é uma atividade que pode contribuir significativamente, ativar uma dinâmica econômica, um círculo econômico mais virtuoso no território, porque o turismo viabiliza o consumo de produtos no local. Então, o que a gente está experimentando com nossa experiência de construir uma pequena pousada comunitária, e o turista que vai à comunidade compra o artesanato, consome o peixe, consome a farinha, consome galinha, consome ovo. Então, incentivou a produção de alimento, incentivou a produção de artesanato e viabilizou a comercialização com agregação de valor. [...]. Então, atrai uma população mais jovem pra atividade, contribui pra resgatar a autoestima dessas populações ao valorizar a cultura, então, a gente está mostrando que um certo modelo de atividade é possível [...]Então, por exemplo, nós estamos mostrando que esse turismo é possível, que ele tem baixo impacto ambiental, que ele contribui ao fortalecimento do tecido social da comunidade, na dinamização da economia (Entrevistado: representante Sociedade Civil Organizada, Saúde e Alegria. Trabalho de Campo setembro de 2016).

As principais experiências da implementação desse modelo alternativo são das comunidades de Anã e Atodi, localizadas na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, que já recebem visitantes desde 2008 e já apresentam resultados do projeto:

[...] Pousadas comunitárias, são geridas pela associação comunitária, mas as duas participam de uma cooperativa que nós ajudamos a fundar, e que nós apoiamos, tem pouco mais de um ano que foi criada, funciona aqui em nossa sede, foi encubada pela Saúde e Alegria, mas na perspectiva de se tornar um empreendimento autônomo, então, nós financiamos e captamos recurso pra construir as duas pousadas, que usam energia solar, tem água do sistema de abastecimento comunitário. Em Anã foi o Saúde e Alegria, em Atodi não, foi a Prefeitura. Nós fazemos a capacitação e apoiamos, assessoramos o processo de comercialização, então, o modelo de estrutura, o tipo de mercado, o modelo de proposta, mas o que nós estamos querendo agora é mostrar que isso é replicável [...]. O resultado dessas comunidades, a nosso ver, tem que servir como ponto de partida para uma reflexão, aí você me pergunta: isso aí é o ideal, o modelo? Não, isso é o que conseguimos fazer. Nosso projeto pra Anã e Atodi é maior, mas é muito difícil captar recurso [...], falta um quarto, falta um lugar pra evento, falta mais infraestrutura de serviço, mas o dinheiro é limitado, mas nós mostramos o modelo, a construção é simples, adaptado ao ambiente, mais sustentáveis o possível, energia renovável, no processo de construção só usamos mão de obra local, compramos a maior parte do material localmente, a gestão é toda local do projeto e o modelo, coisa rústica, simples, não tem que pensar em padrão luxo [...] (Entrevistado: representante, Saúde e Alegria. Trabalho de Campo setembro de 2016).

Essas experiências são citadas em alguns documentos referentes ao turismo em Santarém, por exemplo, o “Plano de Marketing: destino referência em ecoturismo Santarém-PA”, que destaca a atuação da ONG Saúde e Alegria, as excursões e visitas às comunidades,

como ações importantes para a estruturação da oferta e divulgação do destino (BRASIL, 2011). Também existem ações realizadas pelo *trade* em Santarém, que incluem visitas às comunidades nos roteiros. Nesse sentido, Nobrega (2012), a partir das entrevistas realizadas com representantes de agências de receptivo, que comercializam o roteiro “Amazônia Selva e História”, relata o destaque dos entrevistados, sobre a satisfação dos turistas quando passam mais tempo em contato com as comunidades tradicionais e com a floresta.

De acordo com a representante da TuiArte, foi a partir das visitas já realizadas pelas agências que as comunidades iniciam as primeiras ações no sentido de implementar o turismo de base comunitária. Nesse sentido, destacam-se os conflitos de interesses e diferentes visões sobre os benefícios do turismo.

[...] quando nós iniciamos o turismo de base comunitária em Anã a iniciativa foi tomada, visto que os donos de agências de Alter do Chão faziam a travessia e abusavam da comunidade, não deixavam nada, só deixavam os “petzinhos” vazios, as embalagens do que eles tivessem, e as agências colocavam os nossos projetos dentro dos pacotes deles. Então, quando os turistas chegavam lá eles queriam filmar, filmavam, fotografavam a nossa criação de peixes, que já temos desde 2000, e da meliponicultura, desenvolvida a partir de 2003. Aí isso nos incomodou, e então fomos procurar caminho, porque pra nós a palavra turismo de base comunitária era desconhecida [...]. Fomos e encontramos barreiras porque os donos de empresas de turismo de Alter do Chão, de Santarém, que trabalham bem a localidade de Alter do Chão, não queria aceitar a base, a realidade de uma comunidade querer se infiltrar no meio, então, teve discussões chatas em assembleias porque a gente não se cala, [...], aí nós fomos atrás e conseguimos apoio, aqui, o Saúde e Alegria, onde está instalada a cooperativa, eles tinham iniciado o trabalho de turismo em 2000 [...], então, a gente trouxe pra dentro do Saúde e Alegria a discussão e aí eles começaram a trabalhar direito e arrumar grupos, a organizar grupos, e aí começou timidamente na comunidade, 2008 foram dois grupos, 2009 dois grupos, mais uma escola, que deixou alunos lá por uma semana, uma escola americana e aí fomos começando a trabalhar e sentimos a necessidade de montar uma estrutura na comunidade de Anã, enquanto isso Atodi já estava montando a estrutura dela [...] (Entrevistado: representante TuriArt. Trabalho de Campo setembro de 2016).

As atividades de passeio são realizadas por terceiros, alguns conveniados conosco outros não, aqueles conveniados conosco eles apresentam uma proposta de roteiros que a gente comercializa através da nossa agência ENCA turismo [...]. Como é que a gente impacta as comunidades? Levando esses turistas que vão adquirir produtos artesanais ou mesmo extrativistas, temos aqui, por exemplo, funciona aqui de julho a novembro uma atividade de massoterapia, é uma pessoa que vem de fora, mas com o uso de óleo da Amazônia, que são comprados dos seus extratores dependendo do seu grau de pureza e de seriedade que apresentam na extração do produto. Outra coisa é que a gente gera em torno de 25 empregos diretos, dos quais 20 são nativos de Alter do Chão (Entrevistado: representante da ABIH. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

Assim, as operadoras também fazem roteiros que incluíam as comunidades. Contudo, estas práticas não se caracterizam como turismo de base comunitária, pois as comunidades não são as protagonistas do processo. Tornar as comunidades protagonistas, através do empoderamento, é um dos aspectos que diferenciam esse modelo (IRVING, 2009).

Na referência contida nos programas e planos, sobre os produtos e potenciais turísticos, verifica-se a presença da abordagem espacial, por exemplo, quando se destaca os diferentes ecossistemas e zonas geográficas, onde localizam-se os atrativos:

É importante explicar esta biogeografia do lugar para o mercado e também mostrar as mudanças sazonais que mudam a paisagem, a floração e chances de avistar fauna. [...]. Mas como estruturar o destino para virar destino referência em ecoturismo? Para tal, precisamos analisar seus ingredientes: ecossistemas/zonas geográficas, atrativos “pérolas” e produtos “âncora” (BRASIL, 2011, p. 57).

O meio ambiente e os espetáculos da natureza na área do município de Santarém, a Amazônia encontra-se em toda a sua exuberância, plena, peculiar e espetacular: que se materializa na paisagem, na fauna, na flora e no modo de vida das populações tradicionais que habitam este território desde tempos imemoriais. A beleza e a variedade das paisagens desta região é consequência de sua ampla rede fluvial, marcada pela confluência de rios tributários do Tapajós e Amazonas, com características distintas e que se abrem em um mosaico de braços e igarapés, formam lagos e inundam florestas. No fenômeno da vazante, que ocorre no período de menor índice pluviométrico, o nível de água dos rios pode baixar até 8 metros, fazendo emergir praias de areias brancas envoltas pela floresta e, em alguns trechos, entrecortadas por falésias e rochas (SANTARÉM, 2014, p. 62).

Contudo, os atrativos são potenciais sociogeográficos porque estão contidos na relação do homem com a natureza, a partir de um entendimento do turismo como uma prática social e o espaço como produto, condição e meio de seu desenvolvimento. Assim, no caso de Santarém, existem potenciais ainda subutilizados para o turismo, pois não são considerados ou apenas fazem parte das estratégias em segundo plano. Neste sentido, existem formas do passado, a exemplo das edificações (casarios e igrejas), que guardam parte da história local.

Esses atrativos e recursos, no que concerne aos planos, são destacados, por exemplo, no “Plano de Marketing: destino referência em ecoturismo Santarém-PA”:

Na zona urbana, apesar de ter vários atrativos, não parece ter um city-tour que vá além do superficial. Pode ter uma oportunidade para um tematizado com melhores informações e/ou o desenvolvimento de um tour auto guiado (por folhetos disponíveis no Terminal Fluvial Turístico – TFT – e futuramente por aplicação móvel [...]). Na zona Amazonas a Fazenda Taperinha, onde muitos personagens do destino e histórias se cruzaram, parece ter muito potencial para virar um produto ou ser incluído em roteiros. Já recebe alguma visita de grupos de estudantes e é acessível via barco e via estrada (no verão). Sendo uma propriedade privada, precisa ser investigada se existe interesse dos proprietários de desenvolver mais a vocação do lugar (BRASIL, 2011, p. 58).

São, assim, atrativos e recursos que podem ser associados ao turismo histórico-cultural e o turismo educacional, segmentos que, potencializados, podem valorizar a memória socioespacial local, presente nas rugosidades espaciais, que retratam o período colonial e as atividades extrativas em Santarém (as drogas do sertão, borracha e a juta) (Figura 87 e 88), além da importância do rio e a floresta, pois apesar das transformações verificadas, é possível

verificar também permanências, como o padrão dendrítico de organização espacial, as trocas comerciais mediatizadas pela dinâmica do rio, portos e trapiches. O papel de centralidade no Baixo Amazonas (TRINDADE JR. e PEREIRA, J., 2007; COSTA, T., 2012).



Figura 87 - Igreja Nossa Senhora da Conceição construída em 1754.
Fonte: José Carlos Cordovil (2016).



Figura 88 - Museu João Fona. Edificação histórica construída em 1853.
Fonte: Santarém (2016).

Esses aspectos relacionados a formação histórico-geográfica, além de outros potenciais ligados à cultura da região, abrangendo as festividades religiosas, as danças típicas, música, gastronomia, artesanato, dentre outros, também foram ressaltados nas entrevistas:

Eu acredito que a questão histórica da cidade, poderia ser bem mais envolvida nessa questão porque existem também pessoas que vem interessada em conhecer a história [...]. Eu acho que não é tão divulgada a história, a gente tem desde quando vieram pra cá os portugueses, as tribos indígenas que haviam, a gente poderia melhorar a infraestrutura do museu, preparar as pessoas com cursos, a própria população local ficar sabendo da sua história porque a gente sabe que apesar de estar morando aqui não é todo mundo que conhece a história, a própria história da cidade o que se passa, dos próprios atrativos que a gente tem na cidade, museus, igrejas, praças, que poderiam ser bem divulgados, mas infelizmente não tem [...] A história de cada cidade é diferente uma da outra, então, eu acho interessante contar como surgiu a cidade, o nome, as praças por que foram criadas, as igrejas, por exemplo, a igreja da matriz que já sofreu muitas modificações [...] (Entrevistado: População Local. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

[...] Santarém tem um lado cultural muito, muito rico, então, essa cultura, que seria o turismo cultural, mas que ela é de fundamental importância pra que tanto a população local, ela perceba também a sua própria cultura, que também seja valorizada por quem chega [...]. Essa parte cultural de Santarém é que a gente não percebe nas atrações turísticas, o próprio carimbó que é mais próprio de Belém, que também aqui é bastante forte, pode ser trabalhado, entendeu? Dentro das embarcações, nos passeios turísticos, ali na frente da cidade tem uma balsa, por que você não põe um carimbo ali, ou um palco pras pessoas daqui tocarem músicas de Santarém, coisas assim simples, que a gente percebe que é simples, mas talvez seja oneroso, mas não tanto, claro que aí certa infraestrutura tem que ter, certo dinheiro aí por trás, mas é uma coisa que é muito mais valorizada, essa questão cultural. O povo mesmo, uma questão do ir e vir, da dinâmica das embarcações, essa coisa muito ribeirinha mesmo, entendeu? Às vezes o turista não vai porque ele ache que não é indicado pra ele, mas se ele olhar essa dinâmica do rio e do povo, da utilização do rio para até sua sobrevivência, você vai ali ao finalzinho da tarde e você vê um cenário belíssimo que é de uma cidade que já tem um porte, que Santarém já tem, mas que é da Amazônia, do interior da Amazônia, juntando tudo isso com a música com a poesia de Santarém, poderia ser melhor aproveitado para o turismo (Entrevistada: representante Conselho de Turismo. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

Do mesmo modo, as festividades religiosas realizadas nos vários meses do ano, envolvendo as comunidades locais, e que ocorrem tanto na sede como nas vilas e comunidades do município, são exemplos de potenciais a serem considerados para a criação de roteiros turísticos, incentivando especialmente a prática de um turismo que privilegie as práticas socioculturais locais (Quadro 26).

Quadro 26 - Manifestações culturais e religiosas no município de Santarém

FESTIVIDADES RELIGIOSAS E CULTURAIS	PERÍODO DE OCORRÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Festividade de São Sebastião	Janeiro	Realiza-se em diversas paróquias deste padroeiro, tanto na cidade quanto na zona rural do município.
Festividade de São Pedro	Junho	Realiza-se no dia 29 de junho quando o Santo pescador é homenageado com a tradicional procissão fluvial, reunindo grande número de embarcações de variados portes, enfeitadas para a ocasião.
Congresso da Paz	Junho	É um evento evangelístico de grande porte, realizado no Estádio Colosso do Tapajós em Santarém, Pará, desde 1995 e faz parte do calendário oficial do município.
Cristoval		Evento iniciado no ano de 1980 e idealizado por um grupo de jovens carismáticos católicos, os quais realizavam vigílias juvenis nas noites de carnaval.
Festa do Divino Espírito Santo		A Festa do Divino Espírito Santo é uma das manifestações sacro-folclóricas da Amazônia, na margem esquerda do rio Tapajós, na comunidade do Mangal (Parauá).
Carnalter/ Carnaval em Alter do Chão		Manifestação popular que acontece no período carnavalesco na Vila balneária de Alter do Chão. De Santarém, de outras partes do estado e até do país os foliões desembarcam na Vila atraídos pela praia e pela diversão. O colorido dos óculos, perucas e máscaras formam um espetáculo a parte nas vielas do balneário, numa mostra de criatividade e imaginação em meio a muita maisena e espuma, ao som de blocos carnavalescos com os nomes mais irreverentes.
Quadra Junina	Junho	Manifestação popular mista de sacro e profano, tradicional e moderno. Neste período consagram-se os costumes e o folclore do povo local. A quadra junina envolve as festas religiosas dos tradicionais santos da época, que são abrilhantados pelas danças (quadrilhas, boi-bumbá, etc.) e iguarias da região.
Festival do Borari	Agosto	O Festival surgiu com o objetivo de resgatar os valores culturais, costumes e tradições do povo Borari. Com 11 anos de existência o Festival a cada ano que passa expande-se com seu folclore admirável e com suas belezas naturais que encantam qualquer pessoa que em Alter do Chão procura o seu aconchego pela pureza da magia encantadora do povo hospitaleiro. O evento reflete o culto sagrado do homem indígena desta região preservada arduamente e defendida pela luta daqueles que acreditam no valor de suas raízes e resistem com dignidade e sabedoria às agressões que a vida moderna lhes impõe.
Festa do Çairé e Festival Folclórico dos Botos	Setembro	O Çairé, segundo alguns historiadores, foi criado pelos índios como forma de homenagear os portugueses, que colonizaram o Médio e o Baixo Amazonas paraense. Os índios teriam confeccionado o símbolo do Çairé imitando os escudos usados pelos colonizadores, incluindo as cruzes que simbolizam o mistério da Santíssima Trindade. O caráter religioso teria origem, portanto, dessa reverência dos indígenas para com os portugueses. Há ainda aqueles, que atribuem a origem do Çairé aos frades jesuítas, estes que teriam criado o símbolo para ajudar na catequese dos indígenas.
Festa de Nossa Senhora da Conceição	Novembro	O início da homenagem à padroeira se assemelha com a própria história de fundação da cidade de Santarém. O fundador da cidade, o Jesuíta João Felipe Bettendorf, consagrou a então aldeia dos Tapajós à Virgem Imaculada.

Fonte: Elaborado a partir de Santarém (2016).

Entre as manifestações culturais o Çairé⁴¹ é destacado, na maior parte dos planos de turismo, juntamente com as praias e o encontro das águas, sendo considerado uma das principais manifestações folclóricas e culturais da região Oeste do Pará. Por exemplo, foi selecionado como um dos Produtos “Estrela” de Santarém (PARÁ, 2011, SANTARÉM, 2014). Assim, é incorporado nas políticas públicas voltadas a atividade turística como centro convocador do turismo no Pólo Tapajós.

Com o passar dos anos o Çairé foi ganhando novas dimensões e novos rituais foram sendo introduzidos. No ano de 1997 foi inserido o festival folclórico dos botos Tucuxi e Cor de Rosa (Figura 89, 90 e 91), dando uma conotação de competição à festa, tornando-se assim, uma festa com caráter religioso e profano. Além, disso, buscou-se resgatar a escrita Çairé em contraposição a Sairé e fortalecer os grupos folclóricos e as danças tradicionais que serão inseridas ao contexto das encenações realizadas no Lago dos Botos durante as disputas (FREITAS; CANAL; TAVARES, 2012).

A festa do Sairé é realizada atualmente no mês de setembro e se delinea simbolicamente entre as folias e as ladainhas. Concretamente realizada nas adjacências de um barracão de palha, erguido pelos sujeitos locais envolvidos com a festa e nas apresentações denominadas folclóricas, especialmente no Lago dos Botos. A Praça do Sairé é hoje, em substituição a Praça da Matriz, o espaço mítico/sagrado/profano e sintetiza as *estratégias de mobilização cultural* que constroem o imaginário amazônico da Festa do Sairé em tempos turísticos. Esse imaginário é substrato de arranjos e negociações nas diversas escalas geográficas, desde a local, passando pela regional com conexões com a festa dos Bois de Parintins, à escala nacional e internacional com o imaginário turístico convocante, seja por meio de políticas públicas ou de indução de fluxos turísticos. (FREITAS; CANAL; TAVARES, 2012, p.2).

⁴¹ A festa do Çairé era realizada por diferentes aldeias em diferentes lugares da Amazônia, no entanto foram perdendo força com o passar dos anos. O Çairé de Alter do Chão foi gradativamente sofrendo a influência de elementos profanos em seus rituais religiosos, conservando, no entanto, o seu símbolo original, o semicírculo com vários espelhos que imita um escudo português, confeccionado de cipó traçado, revestido de algodão e enfeitado com fitas e flores coloridas. O grande semicírculo representa a carca de Noé; os espelhos, a luz do dia; o algodão simboliza a espuma e o ruído das águas batendo na arca durante os quarenta dias do dilúvio; enquanto as fitas e flores coloridas representam a fartura de alimentos existentes na arca. Dentro do semicírculo estão três cruzeiros que representam as três pessoas da Santíssima Trindade, Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo. Uma outra cruz na sua extremidade, representando a junção das três pessoas da Santíssima Trindade num só Deus. Tal símbolo é conduzido durante a procissão pela Saraipora, a maior autoridade da festa, ladeado por duas damas, em sinal de respeito a sua simbologia e importância (AMORIM, 2015).



Figura 89 - Apresentação do Boto Cor de Rosa no Festival do Çairé em Alter do Chão
Fonte: Zé Rodrigues (2015).



Figura 90 - Apresentação do Boto Tucuxi no Festival do Çairé em Alter do Chão
Fonte: Zé Rodrigues (2015).

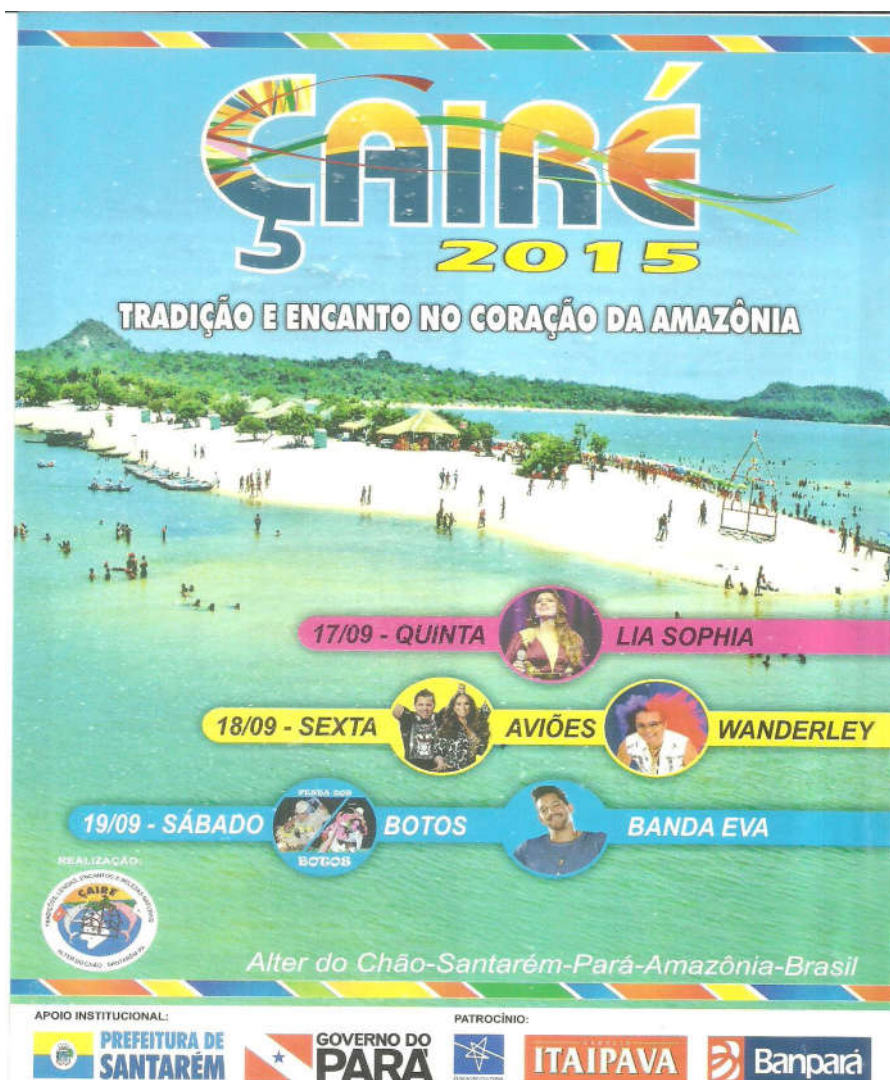


Figura 91 - Folder de divulgação do Festival do Çairé e o destaque das atrações musicais de fora da região.
Fonte: Semdetur (2015)

Contudo, o processo de massificação aliado à introdução de novos elementos, como os botos e atrações musicais de fora da região, provocou na visão de alguns entrevistados, a descaracterização e a perda de sua originalidade, como ressaltado:

O Çairé era aqui na praça de baixo, era bem movimentado, tinha menos dimensão do que é hoje, era mais bonito porque era só dança, não existia negócio de boto, não existia esse negócio, era só dança folclórica. E a diferença é que hoje tem o profano entendeu, a diferença é essa, tem apresentação de boto, tem atrações nacionais, essa mistura entendeu? (Entrevistado: População local. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

[...] antigamente ele era diferente, ele vem sofrendo modificações através do tempo, eu sei que ele não acontecia em setembro, mas por uma questão de unir o útil ao

agradável, ele foi modificado, ele foi colocado pra setembro, que eu acredito que é quando há uma movimentação maior de turistas, uma vez que começam a surgir as praias, lá em Alter do Chão a aparecer novamente e pra juntar os turistas pra ver a questão natural e o cultural, eles trouxeram pra setembro (Entrevistado: População Local. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

[...] o Sairé hoje ele é totalmente diferente, a nossa tradição mesmo como eu tava te falando a gente perdeu, que antes não existia a disputa de boto aí não tinha essa disputa de boto, porque pra mim Sairé é uma coisa, pra mim deveria ser totalmente separado dos botos entendeu? Porque o boto ele só roubou a participação, o que era o Çairé, ele tomou esse lugar. Então, antes eles tinham outra..., era bem tradicional, então, hoje não, hoje pra mim não é mais entendeu? Tinha o cruzador tupi, o curimbó, a disfeiteira, o marambiré. Então, pra mim era a nossa tradição entendeu? Então, isso foi se perdendo, se perdendo, então, agora o Sairé é isso. E a parte religiosa também, o que tu vê assim, que não é muito mais valorizada como antes entendeu? Porque esse era o centro, o símbolo do Çairé ele é o símbolo da Santíssima Trindade, então, que vem de uma coisa religiosa, agora que a gente vê é a questão dos botos [...] (Entrevistado: População local. Trabalho de Campo realizado em setembro de 2016).

Está contido no “Plano Encontro” (SANTARÉM, 2014), um estudo de opinião, realizado junto ao setor turístico (Opinião interna) e ao turista (Opinião externa), a respeito do posicionamento atual do destino Tapajós em termos de recursos turísticos. Em relação à opinião interna, a pesquisa destaca que mais de 40% dos participantes não respondeu a essa questão da imagem do destino. Dentre aqueles que responderam, a maioria indicou que a imagem da região está constituída pelo produto Alter do Chão e Flona Tapajós em menor medida. Além disso, o setor acha que a região é percebida como destino de natureza e tem uma imagem inexistente nos demais aspectos (Gráfico 18).

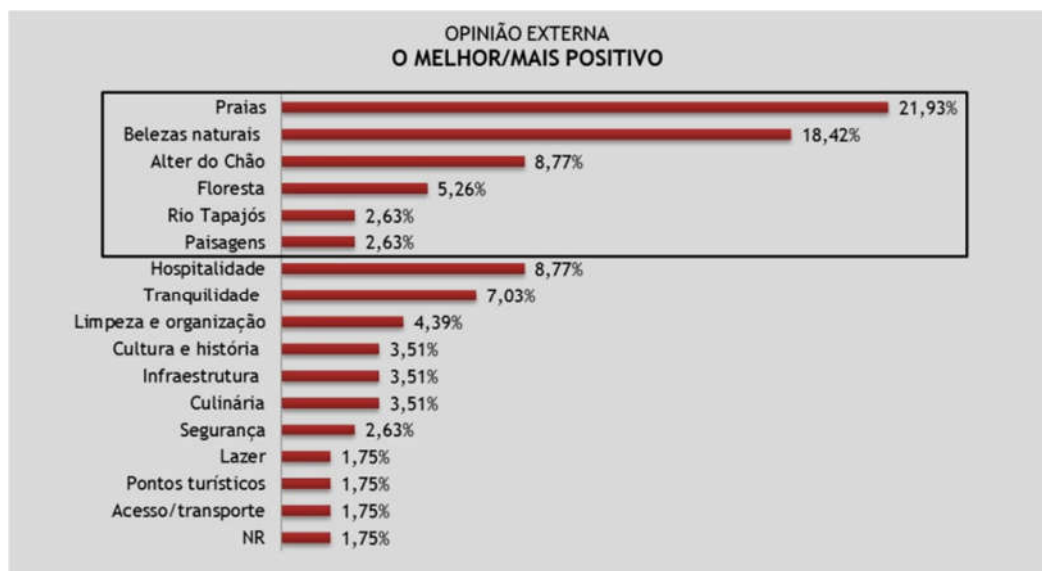
Gráfico 18 - Imagem do destino nos mercados emissores (opinião interna)



Fonte: Santarém (2014).

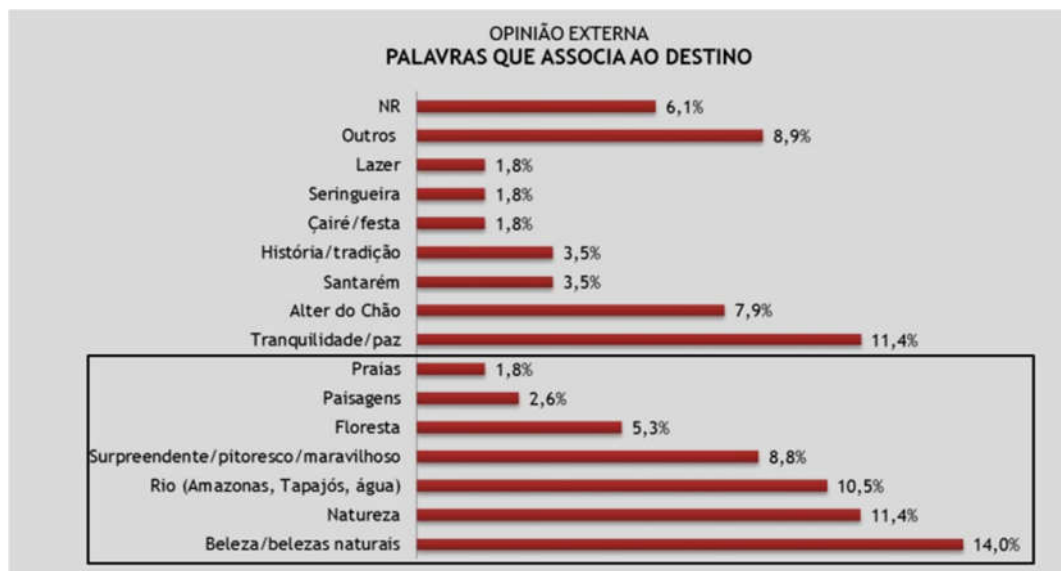
Em relação à opinião externa, o resultado demonstra que, de acordo com a percepção do turista, o melhor da região do tapajós é a natureza, considerando a soma dos atrativos mais mencionados (Alter do Chão + belezas naturais + floresta + paisagens + praias, onde o produto “praias” tem o maior peso), que juntos totalizam aproximadamente 60% das citações. Em segundo lugar aparece o aspecto de tranquilidade e de hospitalidade (Gráfico 19).

Gráfico 19 - O melhor de Santarém (opinião externa)



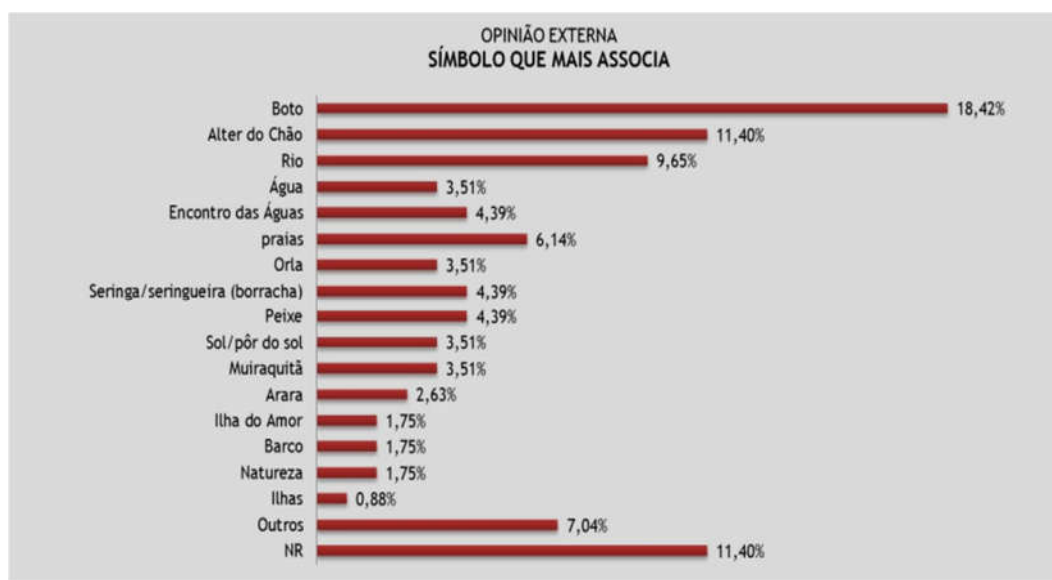
Fonte: Santarém (2014)

A pesquisa também buscou identificar qual é a imagem atual que o consumidor tem do destino, através conceitos chaves (palavras, cores e símbolos) que melhor representam a região. A “natureza” foi o tema que suscitou mais associação entre as palavras que identificam a região no imaginário do turista atual, que também destacou as “belezas naturais”, “rio”, a “grandiosidade da paisagem” (identificada como sendo surpreendente ou pitoresca), a “floresta” e as “praias”. O conjunto de palavras relacionadas à natureza totaliza mais de 50% das citações (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Palavras associadas ao destino (opinião externa)

Fonte: Santarém (2014).

Com referência aos aspectos que simbolizam ou identificam os destinos, o turista atual aponta o “boto”, símbolo que recebeu o maior número de menções, seguido por “Alter do Chão” que mesmo sendo o nome de um destino em específico representa na mente do consumidor, o símbolo da região. Em seguida, foram mencionados elementos naturais representativos da região e de seus recursos hídricos, “água” e “encontro das águas” (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Símbolo associado à Santarém (opinião externa)

Fonte: Santarém (2014).

Assim, em relação ao potencial sociogeográfico de Santarém, a natureza é colocada como central. Os atores locais vêem claramente o destino como de natureza, embora também tenha um lado cultural a ser considerado, devido à presença de atrativos culturais como a gastronomia, o artesanato e as comunidades tradicionais. Isso foi ratificado no “Plano Encontro”, no qual são apresentadas sete referências que expressam a identidade do destino Tapajós: floresta, praia, água, fauna, flora, modo de vida, saberes e fazeres das populações tradicionais (SANTARÉM, 2014) (Figura 92).



Figura 92 - Principais elementos definidores do destino Tapajós no Plano Encontro
 Fonte: Organizado a partir de Santarém (2014).

Portanto, na forma como são apresentados, a abordagem sobre o potencial no plano predomina uma visão do espaço absoluto, pois parte-se do entendimento da dicotomia entre a sociedade e natureza. Contudo, o potencial, não é somente o rio, a praia e a floresta, mas esses elementos relacionados com a sociedade, resultado de um processo histórico, de encontros não somente de rios, como também de culturas e tradições.

5.3 CENÁRIOS E PERSPECTIVAS DO TURISMO EM CAMETÁ E SANTARÉM: SÍNTESE COMPARATIVA

A definição dos “espaços turísticos” prioritários no Estado do Pará, verificando os casos de Cametá e Santarém, se refere tanto à existência dos atrativos e infraestruturas turísticas e de apoio, como também aos aspectos da política pública, a partir das ações de planejamento realizado no âmbito dos governos (Quadro 27). Nesse sentido, tanto Cametá quanto Santarém podem ser considerados “espaços turísticos” pelos seus atributos socioespaciais, considerando os atrativos, além do conjunto de infraestruturas, equipamentos e serviços existentes, principalmente porque os municípios estão relacionados aos programas e planos concebidos e implementados no contexto das políticas de turismo (federais e estaduais), que definem os espaços a serem priorizados para o incremento da atividade.

A partir da inserção dos municípios nas políticas públicas de turismo, surgem repercussões em nível local, destacando-se principalmente o caso de Santarém, devido ao município estar mais integrado nos processos de desenvolvimento do turismo na Amazônia.

Como rebatimento das políticas direcionadas aos municípios, a atividade é vislumbrada como estratégia de desenvolvimento econômico e social. Contudo, verifica-se, nos dois municípios, que as ações e práticas se fundamentam num modelo de turismo massificado para o desenvolvimento da atividade, modelo que gera repercussões socioambientais e culturais, como ressaltado nos processos de massificação dos eventos culturais e turísticos, o carnaval em Cametá e o Çairé em Santarém.

O turismo é visualizado pelo poder público e setores da sociedade civil organizada, como instrumento de desenvolvimento. Entretanto, é notável a precariedade de infraestruturas turísticas e a falta de infraestruturas básicas para o atendimento da população local. Além disso, os benefícios gerados pelo turismo não nos permitem dizer que possibilitam o desenvolvimento socioespacial local.

No caso de Cametá, apesar de ser visto como uma estratégia de desenvolvimento, não existe um plano de turismo que reúna a visão dos setores da sociedade em relação ao turismo. Além disso, o Conselho de Turismo está inativo desde 2012. Assim, os setores representativos da sociedade pouco participam das decisões ou definições de diretrizes, distanciando-se, portanto, do princípio da autonomia como um dos parâmetros do desenvolvimento sócio-espacial.

Em Santarém os setores relacionados ao turismo estão mais presentes, seja através do Grupo Gestor ou do Conselho de Turismo. O plano estratégico de turismo, “Plano Encontro” de Turismo de Santarém e Belterra, está fundamentado no incentivo às atividades ligadas ao ecoturismo e turismo de natureza, contudo, a partir do modelo de grande escala.

Como diferença, destaca-se que Cametá é muito mais um “espaço turístico” em potencial, já que, na maior parte, o turismo é ainda espontâneo. Por outro lado, Santarém é um “espaço turístico” mais consolidado dentro do contexto do Estado do Pará, especialmente pela posição de centralidade historicamente construída, ratificada em seu papel de cidade média na rede urbana paraense. Atualmente é considerado um destino prioritário no contexto do turismo no estado (cidade-sede do Pólo Tapajós) e em âmbito nacional (Destino Indutor e Destino Referência em Ecoturismo).

Em Cametá intervenções espaciais a partir do turismo não são tão percebidas. As existentes são, na maior parte, resultado de ações do governo municipal (revitalizações de praças, igrejas, faixa de orla). As intervenções espaciais resultantes da ação do governo estadual são pontuais e não foram finalizadas por falta de recursos, a exemplo do terminal hidroviário e revitalização da orla fluvial. Em Santarém as intervenções espaciais relacionadas às políticas de turismo são mais presentes (revitalização de portos e trapiches, reestruturação da orla fluvial, Terminal Fluvial Turístico, Centro de Artesanato, ampliação do aeroporto, pavimentação de rodovias etc.). Do mesmo modo, as repercussões socioambientais são mais visíveis especialmente em Alter do Chão (tratamento de esgotos, coleta de lixo, descaracterização cultural, desapropriação dos moradores etc.);

Considerando a perspectiva de desenvolvimento do turismo, destaca-se como ponto semelhante entre os dois municípios a importância de segmentos que possam valorizar a memória socioespacial local, as rugosidades espaciais, representada, por exemplo, no patrimônio histórico-arquitetônico. Assim, o turismo cultural e o turismo educacional seriam possibilidade de valorização do potencial sociogeográfico, da condição ribeirinha dos municípios. Isso a partir de modelos de turismo que priorizam a pequena e/ou média escala, as vivências e experiências, as festividades religiosas, o cotidiano das comunidades tradicionais

e ribeirinhas, a relação com o rio e floresta. Ainda nesse sentido, como potencialidades semelhantes, estão as comidas típicas dos municípios (peixe, açaí, camarão, frutas regionais, entre outros);

A especificidade sociogeográfica de Cametá como uma realidade ribeirinha da Amazônia, onde o rio tem uma grande importância para o cotidiano da população do município (circulação, econômica, lúdica e lazer, simbólico-cultural), são aspectos que podem ser valorizados a partir do turismo. Assim, existem potenciais desconsiderados ou subaproveitados, como os que traduzem a interação do homem com a natureza, a exemplo da pesca do mapará e do carnaval ribeirinho dos “Cordões”. Já em Santarém é possível também incrementar o turismo de base comunitária, que já é realizado em comunidades tradicionais e ribeirinhas (turismo de base comunitária em comunidades do Rio Arapiuns), além de sua especificidade como um espaço “híbrido”, onde coexistem mudanças e permanências (padrão dendrítico ou rio-várzea-floresta, além do padrão estrada terra firme subsolo).

Quadro 27 - Cenários e perspectivas do turismo em Cametá e Santarém

Dimensões	Elementos de análise	Cenário e perspectivas de desenvolvimento do turismo em Cametá e Santarém	
		Semelhanças	Diferenças
O cenário atual	- A definição de “espaços turísticos” - Os rebatimentos das políticas e do turismo - Intervenções espaciais; - Repercussões da atividade;	- Os municípios de Cametá e Santarém se constituem como “espaços espaço” turísticos pela presença de atrativos, equipamentos e infraestruturas; - As políticas públicas planejadas nas diferentes esferas definem os espaços prioritários para o incremento do turismo, como nos casos de Cametá e Santarém, que fazem parte dos espaços (regiões, estados e municípios) selecionados para o incremento da atividade; - Presença do desenvolvimento sustentável e local em relação aos programas, planos e projetos de incentivo ao turismo nos municípios; - Repercussões da atividade em âmbito local das políticas planejadas e implementadas; - O turismo é visto pelo poder público como instrumento de desenvolvimento econômico e social tanto em Cametá, quanto Santarém; - Massificação dos eventos culturais e turísticos (Carnaval em Cametá e o Çairé em Santarém); - As ações planejadas ou não se fundamentam num modelo de turismo de massa, fundamentado no elevado número de turistas; - Predomínio da visão mercadológica para o desenvolvimento da atividade; - Relevância do segmento sol e praia no turismo planejado e/ou espontâneo; - Necessidade de infraestruturas para o apoio do turismo e para a população local; - O turismo não possibilita o desenvolvimento local, mas apenas ganhos econômicos de alguns grupos.	- Cametá é um “espaço turístico” em potencial, já que na maior parte o turismo é ainda espontâneo; - Santarém é um “espaço turístico” mais consolidado no contexto Estado do Pará, especialmente pela posição de centralidade historicamente. Atualmente é considerado um destino prioritário no contexto do turismo no estado (sede do Pólo Tapajós) e em âmbito nacional (Destino Indutor e Destino Referência em Ecoturismo); - O ecoturismo e o turismo de natureza são apresentados como os principais segmentos nos planos e programas de turismo (federais e estaduais) em Santarém; - Para Cametá os documentos ressaltam o ecoturismo, e o turismo cultural; - Apesar de ser visto como uma estratégia de desenvolvimento, em Cametá, não existe um plano de turismo que reúna a visão dos setores da sociedade em relação ao turismo. Além disso, o Conselho de Turismo está inativo desde 2012. Assim, os setores representativos da sociedade pouco participam das decisões ou definições de diretrizes, distanciando-se, portanto, do princípio da autonomia como um dos parâmetros do desenvolvimento sócio-espacial; -Em Santarém os setores relacionados ao turismo estão mais presentes, seja através do Grupo Gestor ou do Conselho de Turismo; - Plano estratégico de turismo “Plano Encontro” de turismo de Santarém e Belterra está fundamentado no incentivo às atividades ligas ao ecoturismo e turismo de natureza, contudo, a partir do modelo de grande escala; - Em Cametá as principais intervenções espaciais a

			partir do turismo, não são tão percebidas. As existentes são na maior parte resultante de ações do governo municipal (revitalizações de praças, igrejas, faixa de orla). As intervenções espaciais resultantes da ação do governo estadual são pontuais e não foram finalizadas por falta de recursos, a exemplo do terminal hidroviário e revitalização da orla fluvial; - Em Santarém as intervenções espaciais relacionadas as políticas de turismo são mais presentes (revitalização de portos e trapiches, reestruturação da orla fluvial, Terminal Fluvial Turístico, Centro de Artesanato, ampliação do aeroporto, pavimentação de rodovias etc.) - Do mesmo modo, as repercussões socioambientais são mais visíveis especialmente em Alter do Chão (tratamento de esgotos, coleta de lixo, descaracterização cultural, desapropriação dos moradores etc.);
As perspectivas	- Os cenários, potencialidades e limites.	- Potencial de atrativos relacionados ao patrimônio histórico-arquitetônico; - Possibilidades de incentivo do turismo cultural e Turismo educacional; - Possibilidade de valorização do potencial sociogeográfico ribeirinho existente nos municípios a partir de modelos de turismo que priorizam a pequena média escala; Vivências e experiências (cotidiano das comunidades tradicionais e ribeirinhas) relacionadas ao rio e a floresta; - Possibilidade de valorização do potencial gastronômico, pautado nos pratos típicos (peixe, açaí, camarão, frutas regionais etc);	- A especificidade sociogeográfica de Cametá como uma realidade ribeirinha da Amazônia, onde o rio tem uma grande importância para o cotidiano da população do município (circulação, econômica, lúdica e lazer, simbólico cultural). Aspectos que podem ser valorizados a partir do turismo; - Cametá, como uma cidade ribeirinha da floresta; Atrativos relacionados ao rio e à floresta, na interação do homem com a natureza, a exemplo da pesca do mapará e do carnaval ribeirinho; - Potencial para incrementar o turismo de base comunitária, que já é realizado em comunidades tradicionais e ribeirinhas (turismo de base comunitária em comunidades do rio Arapiuns); Especificidade como um espaço híbrido, onde coexistem mudanças e permanências (padrão dendrítico ou rio-várzea-floresta, além do padrão estrada terra firme subsolo). - Santarém como uma cidade média da floresta;

Fonte: Elaborado a partir de Becker (1990, 2006); Corrêa (1987, 2006); Gonçalves (2001); Pereira (2004); Trindade Jr. (2009, 2015)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é uma prática social que tem no espaço seu principal objeto de consumo, existindo assim uma dimensão espacial ou natureza geográfica no fenômeno (CRUZ, 2001). Nestes termos, em nossa pesquisa, a partir do conceito de espaço social, buscou-se em Lefebvre, pela sua sistematização da importância crescente da produção *do* espaço (e não somente *no* espaço) (SOUZA, 2013), as bases para a compreensão do turismo enquanto uma prática social e uma atividade econômica; e do espaço como produto, condição e meio. Do mesmo modo, as categorias forma, função, estrutura e processo (SANTOS, M., 1992), além das noções de espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional (HARVEY, 1980; 2012), foram essenciais na abordagem sobre as políticas públicas de turismo, o desenvolvimento, e os potenciais sociogeográficos dos municípios selecionados para a pesquisa.

A abordagem geográfica no estudo do turismo é vista como um avanço que pode se fortalecer a partir do espaço geográfico utilizado para compreender o “espaço turístico” (ALBACH, 2015), ou seja, não apenas descrevendo, mas principalmente analisando a dinâmica espacial de que o turismo faz parte. A articulação dialética entre a realidade empírica pesquisada e o conceito de espaço social possibilitou destacar o conteúdo e o sentido geográfico do objeto de estudo. Para isso, buscou-se compreender o espaço não apenas enquanto localização dos produtos ou atrativos turísticos, mas como dinâmico, social e processual; e o turismo enquanto parte da reprodução do capital, como elemento da produção e do consumo, com rebatimentos na produção e/ou organização do espaço.

Nesse sentido, o turismo emerge no cenário atual enquanto práticas que norteiam a atividade como objeto de políticas públicas, situando-se nesse aspecto sua relação com desenvolvimento, pois como estratégia espacial passou a ser fomentado nas diferentes escalas por ações deliberadas no âmbito do poder público. Entendido como uma prática social, o turismo traz consigo uma gama de complexidades, pois, se de um lado, é visto como uma salvação econômica, por outro, promove repercussões socioespaciais nos lugares onde se instala.

Como estratégia espacial tem-se revestido como alternativa de desenvolvimento; este, contudo, é marcado por uma abordagem economicista. A concepção de desenvolvimento, presente nas ações de incentivo à atividade, prima por considerar a dimensão econômica sem levar em conta outros aspectos da espacialidade. Nesse sentido, no percurso desta pesquisa, procuramos analisar as políticas de turismo como estratégia de desenvolvimento, e definidoras de um “espaço turístico”, dando destaque às ações de incentivo à atividade nos

municípios de Cametá e Santarém, representativos de uma Amazônia ribeirinha, a partir de uma abordagem comparativa.

Buscou-se assim identificar as políticas públicas de turismo, que vem sendo concebidas pelas diferentes esferas, como estratégias de desenvolvimento nesses municípios; e a configuração atual do “espaço turístico” estabelecido por meio das ações do estado enquanto políticas públicas nos municípios; analisar o modelo de turismo estimulado e identificar os potenciais sociogeográficos para o turismo nos municípios, além de verificar se o modelo de turismo adequa-se a esse potencial existente e em que medida as políticas promovem o desenvolvimento local, e por fim, contribuir com a pesquisa na definição de diretrizes e/ou estratégias complementares para o turismo nos municípios estudados.

A partir da obtenção e análise dos dados e, buscando apoio nas referências bibliográficas e documentais, além do resultado das entrevistas realizadas, foi estabelecida uma abordagem dialética para o entendimento do processo de elaboração e implementação de políticas públicas de turismo, a partir do entendimento do espaço como produto, condição e meio, além da questão referente à dimensão ribeirinha na Amazônia.

Procuramos mostrar que, como na maioria dos casos, as políticas públicas de turismo na Amazônia, especialmente as implementadas no Estado do Pará, nos municípios de Cametá e Santarém, não promovem a valorização do potencial local. Assim, nossa tese é de que a Amazônia ribeirinha não é potencializada nas práticas das políticas públicas de turismo nos municípios de Cametá e Santarém. Há, no plano mais geral, um turismo de massa e estandardizado incentivado pelas políticas públicas, um modelo de turismo que não possibilita a promoção ou reafirmação da identidade local, não sendo, portanto, um instrumento de desenvolvimento socioespacial. No plano mais específico, verifica-se, contudo, que o processo de inserção dos municípios nas políticas planejadas e implementadas apresenta semelhanças e diferenças.

Nesse sentido, os Municípios de Cametá e Santarém possuem aspectos semelhantes do ponto de vista do processo de formação socioespacial. Suas origens são explicadas a partir do contexto de colonização da Amazônia no século XVII. Do mesmo modo, o padrão espacial rio-várzea-floresta (GONÇALVES, 2001), presente no processo de formação histórico da região amazônica, está expresso na configuração nos municípios, podendo ser caracterizados como realidades espaciais de uma Amazônia ribeirinha, pela importância das vias fluviais na dinâmica econômica e como referência simbólico-cultural. Além disso, a importância do rio no processo de produção do espaço geográfico contribuiu para o dinamismo dos núcleos, até hoje percebido pelo papel de centralidade (política, econômica e socioterritorial), que

desempenham nas sub-regiões de influência, seja como cidade média, no caso de Santarém, ou cidade intermediária, de responsabilidade territorial, no caso de Cametá (TRINDADE JÚNIOR, 2009, 2010, 2015).

A partir da inserção da região nas políticas territoriais empreendidas na década de 1950 e da configuração de uma fronteira econômica (BECKER, 1990, 2006), é possível destacar diferenças entre os dois municípios, pois enquanto Cametá ficou estagnada (em função da decadência das atividades econômicas extrativas, como o cacau), e relativamente fora do processo de modernização regional (caracterizado, entre outros aspectos, pela instalação dos grandes projetos); Santarém (além de apresentar um destaque em função da cultura da juta e da pecuária na sua região de influência), a partir metade da segunda metade século XX, foi inserida diretamente nas novas frentes econômicas, especialmente facilitadas coma abertura da rodovia Santarém-Cuiabá e a instalação de grandes empreendimentos agropecuários, com destaque para a soja hoje.

Há uma semelhança em relação à importância que a atividade turística passa a desempenhar para os municípios de Cametá e Santarém, como estratégia de desenvolvimento local, pelos programas, planos e projetos criados para a Amazônia e Estado do Pará, nos quais os municípios são incluídos como “espaços turísticos” ou com potencial, tendo como rebatimentos a inserção em polos turísticos e roteiros regionalizados. Do mesmo modo, pelas suas características sociogeográficas, existem diversos atrativos que são apropriados pelo turismo, especialmente o segmento do ecoturismo, que está presente nos principais planos e programas, tanto em âmbito federal, estadual, quanto municipal.

Assim, ressalta-se a presença do turismo com um dos setores visualizados para o desenvolvimento, sendo destacado em documentos de ordenamento territorial, a exemplo do Plano Diretor, e Planos de Desenvolvimento da atividade, tanto em escala regional, como o PROECOTUR; estadual, como o PDT-PA; além dos planos federais, como o PNMT e o PRT, que também tem ressonância nos municípios. Esses documentos, na sua maioria, destacam o grande potencial para o ecoturismo. Isso pode ser consequência da importância que foi dada a esse segmento na Amazônia por meio de programas e planos de incentivo ao turismo, como os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs) e os Planos de Turismo na Amazônia (PTAs), iniciados na década de 1970.

O maior incentivo ao turismo no Brasil se deu a partir dos anos 2000, com a criação e a implementação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo-PNMT, estratégia por meio da qual muitos municípios passaram a vislumbrar no turismo uma alternativa para o desenvolvimento local, criando uma maior perspectiva em relação à atividade, especialmente

com mobilizações e articulações que resultariam na elaboração de Conselhos de Turismo, Planos e Fundos Municipais de Turismo. Nesse sentido, nos municípios de Cametá e Santarém é possível verificar esse contexto com a criação de Conselhos de Turismo (no caso de Cametá atualmente inativo), além da concessão de selos turísticos ou títulos, que destacam os municípios como prioritários para o desenvolvimento do turismo (no caso de Cametá), “Destino Referência em Ecoturismo” ou Destino Indutor do Turismo Nacional” (no caso de Santarém). Mais recentemente, também se destacam, como parte de políticas de âmbito federal, que incidem sobre o turismo no Estado do Pará, o PRT (e a definição dos pólos turísticos regionalizados) e o PRODETUR-PA.

Sobre os pólos turísticos do Estado do Pará, estes foram criados ainda como parte das políticas estaduais resultantes dos primeiros planos direcionadas à atividade. O estado foi regionalizado em seis pólos: Belém, Costa Atlântica, Marajó, Tapajós, Xingu e Araguaia/Tocantins. Após a definição dos pólos, foram identificadas as principais atividades turísticas desenvolvidas, sendo classificados em termos de volume, de demanda, o grau de desenvolvimento e o potencial para atrair novos fluxos de turistas. Para o Pólo Araguaia Tocantins e Pólo Tapajós são destacados os segmentos do ecoturismo, da pesca esportiva e do turismo sol e praia.

Ao analisar a configuração dos seis pólos turísticos definidos no Estado do Pará, estes são caracterizados por sua grande extensão, o que promove uma generalização dos potenciais existentes. Desse modo, os municípios são tratados de forma genérica nos pólos, como acontece no Polo Araguaia-Tocantins, que incluem municípios de grandes diferenças sociogeográficas no estado, a exemplo de Cametá e Parauapebas. O primeiro representante de um padrão de organização espacial caracterizado pela importância do rio nas relações econômicas e simbólico culturais, urbanização tradicional de padrão dendrítico, e pouco inserida na dinâmica de transformações implementadas a partir da economia de fronteira, com a instalação dos grandes empreendimentos na região, podendo ser especificada como uma “cidade da floresta”. O segundo representante do padrão estrada-terra firme-subsolo, marcado pela construção das rodovias e instalação dos grandes projetos de desenvolvimento na região, especificado como uma “cidade na floresta”.

Outra questão importante refere-se à definição dos municípios turísticos ou com potencial para o turismo nos pólos e programas de turismo, pois se priorizaram certos pólos e municípios em detrimento de outros potenciais sociogeográficos existentes. Além disso, a definição dos pólos foi inspirada na teorização dos Pólos de Crescimento de Perroux (1967), que a partir da implementação, tenderiam a promover a irradiação das atividades turísticas

para além das sedes selecionadas. Entretanto, o que se verifica é a concentração de recursos e investimentos, como ocorre em Santarém, que por ser sede do Pólo Tapajós concentra a maior parte das ações e infraestruturas em detrimento dos outros municípios do pólo. Isso se explica tanto, pelas iniciativas de planejamento para o desenvolvimento da atividade, através dos planos e programas turísticos a partir da década de 2000, que incidiram diretamente no município, como pelo contexto de centralidade e papel historicamente desempenhado na sub-região do Baixo Amazonas.

Também se verificam diferenças em relação ao contexto atual do turismo nos municípios. Nestes termos, apesar de existirem ações relacionadas ao turismo em Cametá, em sua maior parte, a atividade é incipiente e realizada de forma espontânea, com ações pontuais resultados dos programas e planos de turismo. Ao contrário, o município de Santarém está muito mais inserido nas políticas, principalmente através do incentivo do ecoturismo, visto como seu grande potencial. Assim, o turismo é apontado como uma atividade em potencial para o município de Cametá, e já está muito mais desenvolvido em Santarém, verificado pelo volume de turistas nacionais e internacionais, que transformou o município no segundo principal destino do Estado do Pará, somente atrás da capital Belém.

Identificar apenas potencialidades turísticas não é suficiente, é necessário torná-las dinâmicas e concretas ao nível local (TAVARES, 2009). Nesse sentido, sugerem-se algumas propostas a partir das realidades dos municípios estudados:

- incorporar o conteúdo do espaço, não como palco das ações, mas considerando o seu conteúdo como produto, condição e meio, concebendo, assim o turismo a partir da realidade socioespacial e os atrativos turísticos como potencialidades sociogeográficas;

- valorizar a memória socioespacial local, as rugosidades espaciais, representada no patrimônio histórico-arquitetônico e o incentivo também de outros segmentos como o turismo cultural e o turismo educacional;

- propor um turismo que valorize a identidade local (danças típicas, nas comidas típicas, nas lendas, nas festas religiosas etc.); e a condição ribeirinha dos municípios a partir de modelos de turismo que priorizam as vivências e experiências, o cotidiano das comunidades tradicionais e ribeirinhas, a relação com o rio e floresta;

- planejar e implementar roteiros nos pólos turísticos a partir do contexto das sub-regiões existentes, estimulando, assim também o turismo doméstico entre os municípios;

- promover a inserção da comunidade nos processos de participação e decisão relacionadas às políticas para o turismo;

- conceber o turismo não como uma solução para os problemas, e sim como uma alternativa econômica;

- planejar e implementar infraestruturas de apoio ao turismo e às necessidades da população local;

Na análise das políticas planejadas e implementadas para o incremento da atividade nos dois municípios selecionados para a pesquisa, foi desenvolvida uma abordagem do turismo, considerando-o não somente como atividade econômica, mas como prática social, pela multiplicidade de relações que são engendradas. A discussão procurou, assim, trazer contribuições referentes ao turismo nos municípios, investigando as ações concebidas e implementadas, as intervenções espaciais e a realidade socioespacial dos municípios, de maneira a ressaltar a necessidade de se atentar para a questão da potencialidade local, considerando os atributos sociogeográficos, que, em última análise, seriam os atrativos turísticos.

Como resultado verificou-se que, a partir das ações desenvolvidas, o turismo massificado e padronizado está expresso nas práticas do turismo em Cametá e Santarém. E existe um descompasso entre essas ações e as políticas que lhe servem de modelo, pois o principal segmento destacado nos documentos é o ecoturismo, que se apresenta ainda muito incipiente. Há uma distância entre a teoria, em relação às políticas planejadas, e a forma que é implementada. O modelo de turismo não proporciona a atuação do turismo enquanto instrumento de desenvolvimento, pois existe uma lógica concentradora e massificada pautada no turismo sol e praia.

Considerando a importância da adequação das políticas públicas de turismo às realidades dos municípios, as iniciativas governamentais responsáveis pela viabilização do turismo, não contemplam em sua plenitude o potencial sociogeográfico. Nesse sentido, faz-se a crítica ao modelo único de políticas públicas, que insistem em negar as particularidades e singularidades da Amazônia. O descaso com o planejamento territorial, ignorando-se as especificidades regionais, desconsiderando-se o lugar e suas especificidades, expressa a falta no estabelecimento de metas e diretrizes que orientem para um desenvolvimento socioespacial da atividade (CRUZ, 2001). Nessa leitura, o espaço não é apenas um produto, uma mercadoria e muito menos apenas um receptáculo. É ao mesmo tempo produto, condição e meio, entendido como dialético, dinâmico e processual.

O conhecimento da realidade local é fundamental para o desenvolvimento adequado do turismo. No caso de Cametá e Santarém, que apresentam uma grande influência do rio no cotidiano da população, destacamos que essa característica também pode ser utilizada como

atrativo para dinamizar o turismo histórico-cultural, o turismo religioso e o turismo educacional, dadas as potencialidades locais que apontam boas perspectivas para esses tipos de turismo.

Portanto, a partir de uma análise crítica das políticas públicas de turismo, pretendeu-se, não somente descrever a realidade, considerando o espaço absoluto, ou pólos e roteiros turísticos planejados para o incremento do turismo, numa abordagem relativa do espaço, mas principalmente, adotar uma postura reflexiva ao analisar as políticas públicas, o desenvolvimento e o potencial sociogeográfico dos municípios, chamando a atenção para a necessidade de pensarmos o “espaço turístico” como uma construção histórica, uma produção social, ou seja, um espaço relacional, e o estabelecimento de condições que possam possibilitar o desenvolvimento, buscando, também, a valorização e reafirmação das expressões socioespaciais locais, suas singularidades e diferenças, como a realidade ribeirinha retratada nos exemplos de Cametá e Santarém.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ALBACH, V. M. **A difusão da pesquisa em Geografia do Turismo na Ibero-América**. 2015. 340f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, 2015.
- ALMEIDA, M. G. Fragmentações do espaço brasileiro e as políticas de turismo. In: encontro de geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. 1 CD-rom.
- ANDRADE, P. de T. **Amazônia e suas lendas e outras lendas do Brasil**. Belém: Kanga.2007.
- AMARO, R. R. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em Renovação? Da teoria à prática. **Cadernos de Estudos Africanos** [online], 4, 2003, posto online no dia 25 Julho, 2014. Disponível em: <<http://cea.revues.org/1573>>. Acesso em: 23 out. 2015.
- AMORIM, A. T. dos S. **Patrimônio histórico e arquitetônico de Santarém**. Gráfica Brasil, 2009.
- ANGELO-MENEZES, M. de N. **História Social dos Sistemas Agrários do Vale do Tocantins - Pará - Brasil (1669 – 1800) - Rupturas e Estabilidades**. 1994. 113 f. Tese (Doutorado) - École des Hautes Études em Sciences Sociales, Formação Doutoral Em História e Civilização - Diploma de Estudos Aprofundados, Paris, setembro de 1994.
- _____. Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins Colonial. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.91-122, jan./abr. 2000.
- ARRETCHE, M. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, p. 44-66, 1996.
- BARRA, J.; FURTADO, G. **Pescadores artesanais de Cametá**. Col. Novo Tempo Cabano, Volume V, Cametá, 2004.
- BARRA, J. D. **A relação de trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá-PA: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência?** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal do Pará.
- BARRETO, M. **Planejamento e organização em turismo**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BARRETO, V. **Mapa pictográfico da cultura ribeirinha da Amazônia: tradições e mídias**. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Universidade Católica de São Paulo.

BECKER, B. A fronteira em fins de século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990. p. 15-26.

_____. Redefinindo a Amazônia: o vetor técnico-ecológico. In: CASTRO, I. E. de C.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. 3 ed. Rio de Janeiro: Brasil, 2005. p. 223- 244.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamound, 2006.

_____. BECKER, B. A Amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas. In: SIFFERT, N. et al (Orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia**. Rio de Janeiro: BNDS, 2014. p. 397-401.

BENI, M. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. Planejamento estratégico e gestão local/regional do turismo. In: SEABRA, G. (Org.). **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 125-150.

BENTES, E. S. et al. A pesca artesanal a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2, p. 167-187, dez. 2014.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

BRANDÃO, C. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (Orgs.). **Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador, Editora da UFBA, 2008.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **I Plano de Turismo da Amazônia** (Nova República). Belém, 1977.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Plano de Desenvolvimento da Amazônia**. 1980-1985. Belém, SUDAM/CDR, 1982.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Plano de Turismo da Amazônia**. Belém, 1992.

BRASIL, **Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília: EMBRATUR, 1999.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE Tucuruí – PPDJUS**. Brasília: ELETROBRÁS/ELETRONORTE, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – roteiros do Brasil**. MTUR: Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Projeto Destino Referência em Ecoturismo Santarém e Belterra**. MTUR/ABETA: Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Destino Referência em Ecoturismo Santarém e Belterra**. MTUR/ABETA: Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano de Marketing: destino referência em ecoturismo**. MTUR/ABETA: Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Categorização dos municípios, das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro**. MTUR: Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo: diretrizes**. MTUR: Brasília, 2013.

BOULLÓN, R. C. **Planificación del espacio turístico**. 4. Ed. México: Trillas, 2006.

BUTLER, R. W. Problemas e temas da integração do desenvolvimento do turismo. In: PEARCE, D. BUTLER, W. R. **Desenvolvimento em turismo**. São Paulo: Contexto, 2002.

CABRAL, L. M. M. (Coord.). **O rio Tocantins no olhar dos viajantes: paisagem, território, energia elétrica**. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2013.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **A (re) produção do espaço**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L. de; Sposito, M. E. B. (orgs.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAMETÁ. **Lei Orgânica Municipal**. Cametá, 1990.

CAMETÁ. **Plano Diretor do Município de Cametá**. Cametá, 2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais de geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

COELHO, M. C. Reflexões sobre o ecoturismo na Amazônia. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1999. p. 51-74.

COELHO, R. do S. de S. **Patrimônio Cultural Cametaense: um estudo sobre o Patrimônio Cultural de Cametá e sua Importância no Contexto Escolar do Município**. Cametá: Coleção Novo Tempo Cabano, 2012.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

_____. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1989.

_____. Espaço um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 15-47.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORDOVIL, J. C. **Equipamentos urbanos e infraestruturas indispensáveis para dar suporte à atividade turística: análise na cidade de Cametá-PA**. 2004. 102f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) –Campus Universitário do Tocantins, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2004.

_____. **A Amazônia ribeirinha e as políticas de desenvolvimento do turismo no município de Cametá-PA**. 2008. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

CORDOVIL, J. C. S; CABRAL, V. A; DO CARMO, J. C. Roteiro Geo-turístico na Amazônia ribeirinha: uma possibilidade de valorização da memória socioespacial na cidade de Cametá-PA. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, número especial (3), p. 309 - 317, fevereiro. 2016.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

COSTA, Gilson. da S. **Desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia**. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

COSTA, Gleice. G. da. **A Amazônia ribeirinha e as políticas de desenvolvimento regional: o Baixo Tocantins no contexto da concepção e gestão do plano popular de desenvolvimento sustentável da região à jusante da UHE Tucuruí (PPDJUS)**. 2013. 201f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, 2013.

COSTA, Tatiane. C. S. **Santarém: mudanças e permanências na relação cidade rio na Amazônia**. Belém: NAEA, 2014.

CRUZ, R. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo).

_____. **Introdução à Geografia do turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

_____. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. En publicación: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amália Inês Geraiges de Lemos, Monica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales San Pablo. Diciembre 2006.

_____. **Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inês Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. ISBN 978-987-1183-64-

7. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf>. Acesso: 30/05/2015.

_____. **Geografias do turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

CRUZ, R. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I.; SAN SOLO, D. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

ENDRES, A. V. Mudanças na condução política do Estado e seus reflexos no programa nacional de municipalização do turismo. In: COELHO, M. C. N et al. (Org). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão do desenvolvimento regional. Belém: Cejup, UFPA-NAEA, 2001. p. 137-146.

FIGUEIREDO, S. L.; RUSCHMANN, D. V. de M. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, n. 1, p. 155-188, jun. 2004.

FIGUEIREDO, S. L; AZEVEDO F. F.; NOBREGA. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima; AZEVEDO F. F.; NOBREGA, W. R. M. **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. 1. ed. Belém: NAEA, 2015.

FONSECA, M. A. P. da. **Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005.

FONSECA, W. D. da. **Santarém**: momentos históricos. 6. ed. Santarém-PA: ICBS, 2015.

FRATUCCI, Aguinaldo. Participação comunitária na gestão do turismo nos municípios do Estado do Rio de Janeiro: análise do processo do PNMT. In: BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício; BADIM, Luciana. **Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. Tese, 310f, (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Federal Fluminense, 2008.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática de análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. n. 21, jun, 2000. p. 211-259.

_____. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**. Ano IV – N. 9 – 2º Semestre de 2001.

GAADER, J. **O mundo de Sofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: MARTIN, W. B.; GASKELL G. (Ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônias, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

GUEDES, L. C. **O ciclo de vida do destino turístico na Vila de Alter do Chão-PA: reflexões para o desenvolvimento sustentável**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté-SP, 2010.

HALL, M. **Planejamento turístico: políticas, processos relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HARVEY, D. **A justiça Social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Espaço de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. Espaço: uma palavra-chave. **GEOgrafia**. Vol. 14, n. 28, 2012.

IBGE. **Senso Demográfico 2010**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 5 de abr. 2015.

IRVING, M. de A. Turismo, ética e educação ambiental. In: IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

_____. Sustentabilidade, turismo e sociedade. In: LEITE JÚNIOR, P. P. (Org.). **O valor social do Turismo**. São Paulo: Roca, 2007.

_____. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Ed. Letra e Imagem, 2009.

KNAFOU, R. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. p. 62 – 74.

LEITE JÚNIOR, P. P. Turismo e produção. In: _____. (Org.). **O valor social do Turismo**. São Paulo: Roca, 2007.

LEFEBVRE, H. **Lógica forma e lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4. Éd, Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão. 2006.

LOHMANN Guilherme; PANOSSO NETTO Alexandre. **Teoria do Turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: ALEPH, 2008.

MAY, T. **Pesquisa Social**: questões, métodos e processos. 3.ed. Porto alegre: Artmed, 2004.

MASSEY. D. **Pelo espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. Política (e ação) pública, território e o papel da geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 11-19, out, 2011.

MIRANDA, E. **Representações da Amazônia**: paisagens e imagens de Cametá-PA. 2006. 293f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

NASCIMENTO, V. Q. **Políticas públicas de turismo na Amazônia brasileira**: sua ascensão às agendas do Amazonas e do Pará. 2012. 415f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

NOBREGA, W. **Turismo**: planejamento e políticas públicas na Amazônia. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

_____. **Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira**: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do estado do Pará. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2012.

OLIVEIRA, J. A. Urbanização da Amazônia: novas integrações e velhas exclusões. In: OLIVEIRA, J. A.; GUIDOTTI, H. (Orgs.). **A igreja arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.

_____. A invenção geográfica da Amazônia. **Revista GeoUECE** - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 3, nº5, p. 184-197, jul./dez. 2014. Disponível em <<http://seer.uece.br/geoece>>. Acesso em: 15 de mar. 2016.

_____. **As cidades da natureza, a natureza das cidades e o controle do território**. In: XIII Coloquio Internacional de Geocrítica, 2014, Barcelona. El control del espacio y los espacios de control. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Jose%20Aldemir%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. A cultura na (das) pequenas cidades da Amazônia brasileira. In: VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, 2004, p. 1-10. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel74/JoseAldemirdeOliveira.pdf>. Acesso em: 15/03/2016.

PADINHA, M. R. **Em terras precárias quem tem pouco é centro**. o papel das pequenas cidades na rede urbana amazônica: uma análise a partir de Cametá-PA. 2008. 221f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

PARÁ. Governo do Estado. **Plano de desenvolvimento do turismo do Estado do Pará (PDT-PA)**. Belém: Companhia Paraense de Turismo- PARATUR; THR- assessoria em turismo hotelaria e recreação, 2001.

PARÁ. **Relatório das Oficinas de Roteirização do Polo Araguaia Tocantins**. PARATUR, 2005.

PARÁ. **Plano de Promoção dos municípios turísticos do Pará**. PARATUR, 2010.

PARÁ. **Relatório Técnico** (Infraestrutura em Cametá). PARATUR, 2008.

PARÁ. **Diagnóstico da Área e das Atividades Turísticas do Pólo Tapajós – PA**. MTUR/PARATUR. Belém: Expansão Gestão em Educação e Eventos, 2009.

PARÁ. Governo do Estado. **Plano de desenvolvimento do turismo do Estado do Pará (PDT-PA)**. Belém: Chias Turismo. SETUR, 2011.

PARÁ. **Inventário da Oferta Turística de Cametá**. PARATUR, 2012.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. **Boletim de Turismo do Estado do Pará**. Belém: 2016.

PEARCE, D. **Geografia do turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. Tradução Saulo Krieger, São Paulo: Aleph, 2003.

PEREIRA, J. C. M. **Importância e significado das cidades médias na Amazônia**: uma abordagem a partir de Santarém (PA). 2004. f. 127. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

PEREIRA, E. D. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas**: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense. 2014. 435f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2014.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

POMPEU, D. **Evolução territorial urbana do município de Cametá**. Cametá, 2002 (Coleção Novo Tempo Cabano).

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoque epistemológicos e metodológicos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

QUAINI, M. **Marxismo e geografia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUEIROZ, M. P. **Carnaval brasileiro**: o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1992.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: rumo a conhecimento interdisciplinar. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

_____. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

_____. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Turismo e territorialidades plurais– lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. En publicación: **América Latina**: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/17rodrigu.pdf>>. Acesso em: 30 de maio 2015.

SALVATI, S. S. (Org.). **Turismo responsável**: manual para políticas locais. Brasília-DF: WWF Brasil, 2004.

SILVA, C. H. C. da. O turismo e a produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial. **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 16, n. 2, maio/ ago. 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SANTARÉM. **Plano Diretor de Santarém**. Santarém, 2006.

SANTARÉM. Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo. **Plano Estratégico de Turismo, Santarém e Belterra**. CHIAS, 2014.

SANTARÉM. Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo. **Inventário turístico municipal**. Santarém, 2016.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço**. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: 4. ed. EDUSP, 2004.

SAVIOLO, S.; DELAMARO, M.; BARTHOLO, R. Sustentabilidade, turismo, diálogo. In: BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício; BADIM, Luciana. **Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SANSOLO, D. G. Políticas e planejamento do turismo na Amazônia. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.105-119, abr. 2013.

SEABRA, Giovanni F. **Turismo Sertanejo**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2007.

SERRA, H. **A concepção de turismo e de sua espacialidade no plano de desenvolvimento de turismo do Pará-PDT, 2007.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Pará, 2007.

SCHOR, T.; COSTA, D. P. da; OLIVEIRA, J. A. de. Cidades, rede urbana e desenvolvimento na Amazônia dos grandes rios. In: TRINDADE JR., S. C. da et al. (Orgs.). **Pequenas e Médias Cidades na Amazônia.** Belém: FASE; ICSA/UFPA; Observatório Comova, 2009.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, C. Estado Campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, vol. 18, n. 51, p. 15-19, fev. 2003.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias.** Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez, p. 20-44, 2006.

SOUZA, M. L. de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território.** Ano II, n. 3, p. 13-35, jul/dez, 1997.

_____. Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um conceitoproblema. **Revista Território.** Ano III, n. 5, p. 5-29, jul./dez., 1998.

_____. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. **Revista Território.** Ano V, n. 8, p. 66-99, jan/jun, 1999.

_____. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local.** 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços:** urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Livre Docência, Universidade Estadual Paulista, 2004.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia.** São Paulo: UNESP, 2004.

TAVARES, M. G. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica,** ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. p.59-83.

_____. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó – Pará. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida:** uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TODESCO, C. **Estado e produção terceirizada de políticas públicas de turismo para a Amazônia Legal: uma análise fundada nas dimensões da vida política.** 2013. 259f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

THOMAZ, R. C. C. **Turismo, políticas e dinâmicas no meio rural: uma contribuição ao desenvolvimento local/Rosana/SP.** UNESP. Rosana/SP: Projeto de Pesquisa, 2016.

THOMAZ, R. C. C. O Patrimônio Histórico e Cultural sob a perspectiva de seu uso turístico. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 4, p. 50-74, 2014.

TRINDADE, G. O. da. **A cidade e a soja: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-PA,** 2015, 128f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TRINDADE JR. S. C. Imagem e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. **Revista Humanitas**, v. 18, n. 2, p. 135-148, Belém, jun. 2002a.

TRINDADE JR, S. C.; SILVA, M. A. P.; MALHEIRO, B. C. Belém, a cidade e o rio: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JR, S. T. C.; SILVA, M. A. P. **Belém: a cidade e rio na Amazônia.** Belém: EDUFPA, 2005, p. 9- 11.

_____. Pensando a concepção de Amazônia. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Org.). **Panorama da geografia brasileira I.** São Paulo: Annablume, 2006.

TRINDADE JÚNIOR., S. C. da; PEREIRA, J. C. M. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia Oriental. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TRINDADE JR, S. C.; SILVA, M. A. P; AMARAL, M. D. B. Das “janelas às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JR., S. C; TAVARES, M. G. da C. (Orgs.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008.

TRINDADE JR., S. C. Diferenciação espacial e formação de sub-região: o Baixo Tocantins na Amazônia Oriental. In: SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino (Org.). **Questões nacionais e do território brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 313-329.

_____. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, SP, v. 7, n. 12, p. 227-255, jul./dez, 2010.

_____. Laços & nós: dinâmicas sub-regionais e interfaces cidade-rio na Amazônia. **Revista Geográfica da América Central.** Número Especial EGAL, 2011, Costa Rica II Semestre, 2011a.

_____. da. Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, V. 13, N. 2/NOVEMBRO, 2011b.

TRINDADE JR. S. C.; TRINDADE, G. O. A ver navios, barcos e canoas...vivências urbanas e relação cidade-rio na Amazônia ribeirinha. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 1, jan/jun. 2012.

TRINDADE JR. S. C. da; TRINDADE, G. O. da. OLIVEIRA, H. P. de. Modernização do território e cidade média na Amazônia paraense: Santarém, entre horizontalidades e verticalidades geográficas. In: CASTRO, E. M. R. de; FIGUEIREDO, S. L. (Orgs.). **Sociedade, campo social e espaço público**. Belém: NAEA, 2014.

TRINDADE JR., S. C. Entre “solidariedades orgânicas” e “solidariedades organizacionais”: pensando as cidades médias na Amazônia. In: DIAS, P. C. BRANDÃO, P. R. B. (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidade-campo**. Salvador: SEI, 2015a, p. 51-69.

_____. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Cidades**, Presidente Prudente, SP, v. 12, n. 21, p. 305-334, 2015b.

TRIVINOS, A. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 3 ed. São Paulo: Stúdio Nobel: SESC, 2001.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

WHITACKER, A. M. MIYAZAKI, V. K. O estudo das formas da cidade no âmbito da Geografia Urbana. Apontamentos metodológicos. **GOT - Geografia e Ordenamento do Território. Geography and Spatial Planning Journal**. Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa/Porto: 2012.

YOUELL, R. **Turismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

ZAQUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 8, N° 2, 2008.

APÊNDICE

Universidade Estadual Paulista

Campus Presidente Prudente

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Projeto de Pesquisa: Turismo na Amazônia ribeirinha: políticas públicas e desenvolvimento nos municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará

Doutorando: José Carlos da Silva Cordovil

Orientadora: Rosângela Custódio Cortez Thomaz

Co-orientador: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

ROTEIRO DE ENTREVISTA: TURISTAS

Dados do entrevistado

Nome completo: _____

Local de Origem: _____

Profissão: _____

Idade: _____

- 1- O que você já conhecia sobre Cametá e o que principalmente fez você vir ao município?
- 2- Na sua opinião existe em Cametá um potencial para o desenvolvimento do turismo?
- 3- Durante o tempo que você esteve (ou estará) em Cametá qual (is) que atrativos você visitou (ou pretende visitar)?
- 4- O que você destacaria como característica(s) específica(s) Cametá que poderia(m) ser utilizada(s) como atrativo para o turismo?
- 5- Em sua opinião quais são tipos de turismo que podem ser desenvolvidos em Cametá?
- 6- Que sugestões você daria para melhor aproveitar o potencial turístico existente?
- 7- Que sugestões você daria para atrair mais turistas?
- 8- Em sua opinião o turismo pode proporcionar desenvolvimento para o município? Por quê?
- 9- Em sua opinião o turismo pode trazer problemas para o município? Quais?
- 10- Como você sintetizaria Cametá em uma frase.

Universidade Estadual Paulista

Campus Presidente Prudente

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Projeto de Pesquisa: Turismo na Amazônia ribeirinha: políticas públicas e desenvolvimento nos municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará

Doutorando: José Carlos da Silva Cordovil

Orientadora: Rosângela Custódio Cortez Thomaz

Co-orientador: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

ROTEIRO DE ENTREVISTA: REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (ONGS, ASSOCIAÇÕES, CONSELHOS E COMERCIÁRIOS)

Dados do entrevistado

Nome completo: _____

Entidade: _____

Função/Cargo: _____

- 1- Para você existe no município de Cametá um potencial para o turismo?
- 2- Quais são os principais atrativos existentes em Cametá?
- 3- Quais são os tipos de turismo que podem ser desenvolvidos no município de Cametá?
- 4- Você destacaria alguma característica específica de Cametá que poderia ser utilizada como atrativo para o turismo?
- 5- Você conhece alguma ação do governo estadual e/ou municipal relacionada ao turismo no município? Quais?
- 6- Para você as ações dos governos (estadual e/ou municipal) direcionadas para o desenvolvimento do turismo em Cametá estão adequadas ao potencial turístico existente?
- 7- Que ações poderiam ser feitas para melhor aproveitar o potencial turístico existente?
- 8- Que ações poderiam ser feitas para atrair mais turistas?
- 9- Em sua opinião o turismo pode proporcionar desenvolvimento para o município? Por quê?
- 10- Em sua opinião o turismo pode trazer problemas para o município? Quais?
- 11- Como você sintetizaria Cametá em uma frase.

Universidade Estadual Paulista
Campus Presidente Prudente
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Projeto de Pesquisa: Turismo na Amazônia ribeirinha: políticas públicas e desenvolvimento
nos municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará
Doutorando: José Carlos da Silva Cordovil
Orientadora: Rosângela Custódio Cortez Thomaz
Co-orientador: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

ROTEIRO DE ENTREVISTA: PODER PÚBLICO (ESTADO)

Dados do entrevistado

Nome completo: _____

Entidade: _____

Função/Cargo: _____

1. Qual a sua opinião sobre o turismo no município Cametá? Existe um potencial a ser desenvolvido?
2. Quais são os atrativos existentes em Cametá?
3. Quais são os tipos de turismo que podem ser desenvolvidos no Município de Cametá a partir do potencial existente?
4. Você destacaria alguma característica específica de Cametá que poderia ser utilizada como atrativo para o turismo?
5. Atualmente existe alguma parceria com o governo municipal para desenvolver o turismo em Cametá? Se existem como são desenvolvidas?
6. Existe um estudo de demanda e oferta turística no Município?
7. Existem políticas definidas e/ou implementadas atualmente por esta Secretaria para o fomento do turismo no Município de Cametá? Ele está incluído no PDT-PA ou PRODETUR-PA?
8. Sobre o Programa de Regionalização do Turismo do Mtur o município integra alguma Rota Regionalizada? Como isso foi realizado?
9. Qual o objetivo do Estado na promoção do turismo em Cametá?

Universidade Estadual Paulista

Campus Presidente Prudente

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Projeto de Pesquisa: Turismo na Amazônia ribeirinha: políticas públicas e desenvolvimento nos municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará

Doutorando: José Carlos da Silva Cordovil

Orientadora: Rosângela Custódio Cortez Thomaz

Co-orientador: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

ROTEIRO DE ENTREVISTA: PODER PÚBLICO (MUNICÍPIO)

Dados do entrevistado

Nome completo: _____

Entidade: _____

Função/Cargo: _____

1. Qual a sua opinião sobre o turismo no município Cametá? Existe um potencial a ser desenvolvido?
2. Quais são os atrativos existentes em Cametá?
3. Quais são os tipos de turismo que podem ser desenvolvidos no Município de Cametá a partir do potencial existente?
4. Você destacaria alguma característica específica de Cametá que poderia ser utilizada como atrativo para o turismo?
5. Como são desenvolvidas as ações relacionadas ao turismo no Município? Existe um estudo de demanda e oferta turística no Município? Existe um Plano Municipal de Turismo?
6. O município possui algum título ou selo turístico? O que isso significa?
7. Quais as ações definidas e/ou implementadas atualmente por esta Secretaria para o fomento do turismo no Município?
8. Existe algum apoio do governo estadual para o fomento do turismo em Cametá?
9. Sobre o Programa de Regionalização do Turismo do Mtur o município integra alguma Rota Regionalizada? Como isso foi realizado?
10. Qual o objetivo do governo municipal (através SECULTD) na promoção do turismo em Cametá?
11. Quais as instituições que são parceiras e apoiam as ações da Secretaria para o turismo no município?
12. O turismo tem trazido melhorias para o Município? Qual(is)?
13. Qual(is) a(s) maior(es) dificuldades para desenvolver o turismo no Município?
14. Como você sintetizaria Cametá em uma frase.

Universidade Estadual Paulista
Campus Presidente Prudente
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Projeto de Pesquisa: Turismo na Amazônia ribeirinha: políticas públicas e desenvolvimento
nos municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará
Doutorando: José Carlos da Silva Cordovil
Orientadora: Rosângela Custódio Cortez Thomaz
Co-orientador: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

ROTEIRO DE ENTREVISTA – POPULAÇÃO LOCAL

Dados do entrevistado

Nome completo: _____

Idade: _____

Profissão: _____

Idade: _____

- 1- Em sua opinião existe em Cametá um potencial para o turismo?
- 2- Quais são os principais atrativos existentes em Cametá?
- 3- Você gostaria que mais turistas visitassem Cametá? Por quê? Que ações poderiam ser feitas para atrair mais turistas?
- 4- Você destacaria alguma(s) característica(s) específica de Cametá que poderia(m) ser utilizada(s) como atrativo para o turismo?
- 5- Você conhece alguma ação do governo estadual e/ou municipal relacionada ao turismo no município de Cametá? Quais?
- 6- Para você as ações dos governos estadual e municipal para o turismo em Cametá estão adequadas ao potencial turístico existente?
- 7- Em sua opinião carnaval é bom ou ruim para Cametá? Por quê? Qual a importância desse evento para quem mora em Cametá? Como era o carnaval antigamente em Cametá, houve mudanças? Quais?
- 8- Qual (is) a(s) principal(is) consequências que o carnaval traz para o Município e para a população local?
- 9- Em sua opinião o turismo pode proporcionar desenvolvimento para o município? Por quê?
- 10- Em sua opinião o turismo pode trazer problemas para o município? Quais?
- 11- Como você sintetizaria Cametá em uma frase.